



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2016

Salvador, março de 2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal da Bahia

U58 Relatório de Gestão 2016/ Universidade Federal da Bahia, Reitor João

Carlos Salles Pires da Silva. – Salvador, 2017.

301 p.

1. Universidade Federal da Bahia – Relatório. I. Silva, João Carlos Salles Pires.

II. Título.

CDU:) UFBA (094.7) "2016"



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2016**

Este Relatório de Gestão do exercício de 2016, da Universidade Federal da Bahia, a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do Parágrafo Único do Art. 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 154 de 19 de outubro de 2016, Decisão Normativa TCU nº 156, de 30 de novembro de 2016, da Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017 e das orientações do órgão de controle interno.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor	João Carlos Salles Pires da Silva
Vice-Reitor	Paulo César Miguez de Oliveira
Chefe de Gabinete	Suani Tavares Rubim de Pinho
Pró-Reitor de Ensino de Graduação	Penildon Silva Filho
Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação	Olival Freire Junior
Pró-Reitor de Pesquisa, Criação e Inovação	Olival Freire Junior
Pró-Reitor de Extensão Universitária	Fabiana Dultra Britto
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento	Eduardo Luiz Andrade Mota
Pró-Reitor de Administração	José Murilo Philigret de Oliveira Baptista
Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas	Lorene Louise Silva Pinto
Pró-Reitor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil	Cassia Virginia Bastos Maciel

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Comissão Organizadora

Ana Maria Cerqueira Lima

Daniela Cruz Souto

Adésia Maria da Conceição Laborda Chenaud

Joilson Rodrigues de Souza

Sandra Maria Duarte de Asumpção

Joseny Marques Freire

Colaboração

Thadeu Hermida Romero Valadão

Juliana Bahiense de Sousa Guimarães

Juliana Ramos Vilanova

Terezinha Maria Dutra Medeiros

Capa

Editora da UFBA - EDUFBA

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 1	Total de Análises de Prestações de Contas da UFBA.....	69
Tabela 2	Evolução do número de trabalhos publicados em periódicos indexados na Web of Science (ISI) - UFBA 2004 – 2016.....	91
Tabela 3a	Evolução de Bolsistas Produtividade CNPq segundo nível da bolsa UFBA-2008-2016.....	94
Tabela 3b	Evolução do Índice de Consolidação de Atividade de Pesquisa = ICAP I – UFBA (2006-2016).....	94
Tabela 4	Evolução do Índice de Consolidação de Atividade de Pesquisa = ICAP II – UFBA (2009-2016).....	97
Tabela 5a	Evolução do número de Bolsas de Pesquisa e Inovação UFBA 2002-2016.....	99
Tabela 5b	Evolução da Variação Percentual do número de Bolsas de Pesquisa e Inovação da UFBA.....	99
Tabela 6	Evolução da Matrícula e Índices de Expansão da Pós-Graduação EXPPG1–UFBA 2004-2016.....	101
Tabela 7	Evolução do Número de Cursos de Graduação e Pós-Graduação – UFBA 2005-2016.....	103
Tabela 8	Número de Alunos Matriculados em Cursos de Pós-Graduação Stricto Senso - UFBA todos os campus) 2004-2016.....	105
Tabela 8.1	Número de Alunos Matriculados em Programas de Pós-Graduação de Pós-Graduação Stricto Senso – UFBA 2013-2016.....	106
Tabela 9	Conceitos ENADE dos cursos da UFBA avaliados nos três ciclos avaliativos 2006-2015.....	108
Tabela 10	Distribuição de Servidores Técnicos–Administrativos da UFBA por Nível de Escolaridade UFBA 2008-2016.....	110
Tabela 10.1	Evolução do Índice de Qualificação do Corpo Técnico –Administrativo da UFBA (IQCTA) UFBA 2008-2016.....	111
Tabela 11	Distribuição dos Servidores Técnicos-Administrativos da UFBA por Níveis referentes ao Plano de Carreira PCCTAE UFBA - 2010-2016.....	113
Tabela 12	Distribuição do número de Docentes por Titulação e Afastamento para Realização de Atividades de Capacitação.....	115
Tabela 13	Custo Corrente/ Aluno Equivalente = Custo Corrente / (AGE +APGTI+ ARTI).....	117
Tabela 14	Aluno Tempo Integral – Graduação, Pós-Graduação e Residência Médica.....	118
Tabela 15	Docente do Quadro Permanente e Prestadores de Serviços por Regime de Trabalho –UFBA 2016.....	119
Tabela 16	Funcionários do Quadro Permanente e Prestadores de Serviço por Regime de Trabalho - UFBA 2016.....	120
Tabela 17	Alunos Matriculados na Graduação – UFBA 2016.....	121
Tabela 18	Alunos Matriculados na Graduação e Pós-Graduação 2016.....	121
Tabela 19	Conceitos CAPES/MEC dos Programas de Pós-Graduação UFBA 2016.....	122
Tabela 20	Número de Professores da UFBA por Titulação.....	124
Tabela 21	Diplomados e Ingressantes (t-i).....	125
Tabela 22	Relação de Projetos Desenvolvidos Pelas Fundações de Apoio.....	269

Tabela 23	Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes do Exercício de 2016.....	293
Quadro 2.1	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	19
Quadro 2.2	Macroprocessos Finalísticos.....	21
Quadro 3.3.1	Ação 2080.20GK.26232.0029.....	47
Quadro 3.3.2	Ação 2080.20GK.26232.7038.....	49
Quadro 3.3.3	Ação 2080.20GK.26232.7044.....	50
Quadro 3.3.4	Ação 2032.20GK.26232.7006.....	51
Quadro 3.3.5	Ação 2080.20RK.26232.0029.....	51
Quadro 3.3.6	Ação 2080.20RK.26232.7066.....	53
Quadro 3.3.7	Ação 2080.20RK.26232.7100.....	54
Quadro 3.3.8	Ação 2032.20RK.26232.7072.....	55
Quadro 3.3.9	Ação 2080.4002.26232.002.....	56
Quadro 3.3.9.1	Concessão de suprimento de fundos UFBA 2015-2016.....	84
Quadro 3.3.10	Ação 2080.8282.26232.0029.....	57
Quadro 3.3.11	Ação 2030.20RJ.26232.0029.....	58
Quadro 3.3.12	Ação 2109.4572.26232.0029.....	58
Quadro 3.3.13	Ação 2032.4086.26359.7000.....	60
Quadro 3.3.14	Ação 2032.4086.26359.7028.....	60
Quadro 3.3.15	Ação 1073.4086.26359.0090.....	61
Quadro 3.3.3.1	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	62
Quadro 3.3.4.1	Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	64
Quadro 3.3.5.1	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos exercícios 2014 a 2016.....	66
Quadro 3.3.5.2	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Contrato com Fundação.....	66
Quadro 3.3.5.3	Situação da Análise das contas prestadas no exercício de 2016.....	66
Quadro 3.3.5.4	Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	67
Quadro 3.3.5.5	Recursos recebidos por descentralização de órgãos integrantes do Orçamento Fiscal, exercício 2016.....	71
Quadro 3.3.7.1	Receita Orçamentária por Natureza – UFBA 2016.....	78
Quadro 3.3.7.2	Evolução da Receita por Natureza – UFBA 2015-2016.....	79
Quadro 3.3.7.3	Desempenho da Receita Financeira - UFBA 2016.....	80
Quadro 3.3.8.1	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa UFBA 2015-2016.....	81
Quadro 3.3.8.2	Despesas Totais por Modalidade de Contratação UFBA 2015-2016.....	82
Quadro 3.3.9.1	Concessão de Suprimento de Fundos UFBA 2015-2016.....	84
Quadro 3.5.1	Indicadores de Desempenho Específicos da UFBA.....	88
Quadro 3.5.2	Indicador- Índice de Produtividade em Pesquisa: Corresponde a Variação Percentual Bianual de trabalhos publicados na Web of Science (ISI).....	91
Quadro 3.5.3	Evolução do percentual de crescimento bianual da produção de trabalhos publicados em periódicos indexados na Web of Science 2004-2016.....	91
Quadro 3.5.1.1	Resumo dos Indicadores de Gestão da UFBA 2016 (Decisão TCU nº 408/2002).....	125
Quadro 3.5.1.2	Resultados dos Indicadores Primários UFBA Decisão TCU 408/2202.....	126
Quadro 3.5.1.3	Resultados dos Indicadores UFBA Decisão TCU nº 408/2002.....	127
Quadro 4.2.1	Ações de Auditoria UFBA-2016.....	136
Quadro 4.4.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	138

Quadro 5.1.1	Servidores da PRODEP, por Setor, Nível de Escolaridade e Titulação.....	143
Quadro 5.1.2	Servidores do Quadro Permanente, Docentes e Técnico-Administrativo da UFBA.....	144
Quadro 5.1.3	Representação da força de Trabalho da UPC.....	146
Quadro 5.1.4	Distribuição da Lotação Efetiva por Tipologias dos Cargos.....	147
Quadro 5.1.2.1	Demonstrativo das Despesas do Pessoal.....	148
Quadro 5.1.4.1	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	158
Quadro 5.2.1.1	Custo Associado a Manutenção da Frota de Veículos.....	159
Quadro 5.2.3.1	Distribuição Espacial dos Bens imóveis de Uso Especial de propriedade da União.....	161
Quadro 5.2.3.1.2	Custo de Conservação de Áreas Verdes.....	163
Quadro 5.2.3.1.3	Despesas com Manutenção Predial.....	164
Quadro 5.2.3.1.4	Indicadores de Custo de Manutenção.....	164
Quadro 5.2.3.1.5	Demandas de Manutenção Predial –UFBA.....	165
Quadro 5.2.4.1	Quadro Demonstrativo da Cessão de Espaço Físico e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas.....	168
Quadro 5.2.5.1	Demonstrativo de imóveis locados a terceiros.....	170
Quadro 5.4.1	Recicláveis doados para Cooperativas.....	194
Quadro 5.4.2	Quadro demonstrativo de coleta de óleo vegetal residual.....	199
Quadro 5.4.3	Demonstrativo de coleta de resíduos químicos por Unidades da UFBA.....	200
Quadro 5.4.4	Indicadores de Coleta Seletiva.....	203
Quadro 5.4.5	Reciclagem de Lâmpadas.....	203
Quadro 5.4.6	Indicadores de tratamento domissanitário.....	203
Quadro 5.4.7	Indicadores de coleta de lâmpadas.....	203
Quadro 5.4.8	Indicadores de Resíduos Perfurocortantes.....	203
Quadro 5.4.9	Indicadores de Resíduos químicos.....	203
Quadro 6.1.1.1	Pedidos do SIC UFBA – 2016.....	205
Quadro 6.1.1.2	Evolução do número de pedidos e omissões no SIC UFBA 2012-2016.....	205
Quadro 6.1.2.1	Manifestações por tipo e período encaminhadas à Ouvidoria da UFBA 2015-2016.....	206
Quadro 6.3.1	Pesquisa de Satisfação do Usuário por Unidade/Órgão UFBA 2015-2016.....	210
Quadro 6.5.1	Estimativa de custos para adequação de obras de acessibilidade.....	215
Quadro 8.1.1	Caracterização Da Determinação/Recomendação do TCU.....	220
Quadro 8.6.1	Despesas com Publicidade.....	242
Quadro 8.7.1	Cursos de Graduação que ofertam a disciplina 8.7.1 nos termos do Art. 3º, Decreto 5.626/2005.....	243
Figura 1	Organograma da Universidade Federal da Bahia.....	18
Figura 2	Arquitetura de funcionamento e gerenciamento dos processos e serviços de TI.....	179
Figura 3	Gerenciamento de incidentes e requisições de serviços de TI.....	180
Figura 4	Fluxo de Gestão de Problemas.....	181
Figura 5	Arquitetura de Gerenciamento de Base de Conhecimento e Catálogos de Serviços de TI.....	182
Figura 6	Gerenciamento de capacidade e de configuração de processos de TI.....	183

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

APÊNDICE I- Desempenho Financeiro: Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4320-64 e Notas Explicativas.....	245
---	-----

SUMÁRIO

1		APRESENTAÇÃO	12
2		VISÃO GERAL	13
	2.1	Finalidade e competências	13
	2.2	Normas e regulamentação de criação, alteração e funcionamento da Unidade Prestadora de Contas	13
	2.3	Ambiente de Atuação	17
	2.4	Organograma	17
	2.5	Macroprocessos finalísticos	21
3		PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	44
	3.1	Planejamento organizacional	44
	3.1.1	Descrição sintética dos objetivos em exercício	44
	3.1.2	Estágio de implementação do planejamento estratégico	45
	3.1.3	Vinculação dos planos da Unidade com as competências institucionais e outros planos	47
	3.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado dos planos	47
	3.3	Desempenho orçamentário	47
	3.3.1	Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da Unidade	47
	3.3.2	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	61
	3.3.3	Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	62
	3.3.4	Restos a pagar de exercícios anteriores	64
	3.3.5	Execução descentralizada com transferência de recursos	66
	3.3.6	Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	77
	3.3.7	Informações sobre a realização das receitas	78
	3.3.8	Informações sobre a execução das despesas	81
	3.3.9	Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal	84
	3.4	Desempenho Operacional	87
	3.5	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho	88
	3.5.1	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	117
	3.6	Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	128
4		GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	134
	4.1	Descrição das estruturas de governança	134
	4.2	Atuação da Unidade de Auditoria Interna	134
	4.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	137
	4.4	Gestão de riscos e controles internos	138
5		ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	141
	5.1	Gestão de pessoas	141
	5.1.1	Estrutura de pessoal da Unidade Prestadora de Contas	146

	5.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	148
	5.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	150
	5.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	158
	5.1.5	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	158
5.2		Gestão do patrimônio e infraestrutura	158
	5.2.1	Gestão da frota de veículos	159
	5.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	160
	5.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da união	160
	5.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	168
	5.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros	170
	5.2.6	Informações sobre a infraestrutura física	172
5.3		Gestão de tecnologia da informação	172
	5.3.1	Principais sistemas de informação	188
5.4		Gestão ambiental e sustentabilidade	191
6		RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	204
	6.1	Canais de acesso do cidadão	204
	6.2	Cartas de serviços ao cidadão	209
	6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	209
	6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade	211
	6.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	215
7		DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	217
	7.1	Desempenho financeiro no exercício	217
	7.2	Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	217
	7.2.1	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão	217
	7.2.2	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados	218
	7.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	218
	7.4	Sistemática de apuração de custos no âmbito da Unidade	219
	7.5	Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas	219
8		CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	219
	8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	219
	8.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	232
	8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário	241

	8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993	241
	8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	242
	8.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	242
	8.7	Demonstração da conformidade com o disposto no Art. 3º do Decreto 5.626/2005	242
9		ANEXOS E APÊNDICES	245
10		OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	268
	10.1	Parecer ou relatório da Unidade de Auditoria Interna	
	10.2	Parecer de Colegiado	
	10.3	Rol de Responsáveis	
	10.4	Relatória de Instância ou Área de Correição	
	10.5	Declarações de Integridade	
	10.5.1	Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios no sistemas estruturantes da Administração Pública Federal	
	10.5.2	Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	
	10.5.3	Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas	
	10.5.4	Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	
	10.5.5	Declaração do contador sobre a dignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SAFI	
	10.5.6	Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	
	10.6	Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994	

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Universidade Federal da Bahia – UFBA, exercício 2016, tem por objetivo atender ao disposto no Art. 70 da Constituição Federal e, ao mesmo tempo, cumprir o que estabelecem a Instrução Normativa nº 063/2010, a Decisão Normativa TCU nº 154 de 19 de outubro de 2016, a Decisão Normativa TCU nº 156, de 30 de novembro de 2016, a Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017 e as orientações do órgão de controle interno. Dessa forma, este documento visa não apenas a atender os roteiros constituídos nas referidas Decisões Normativas, mas também fornecer de forma transparente e qualificada as informações relacionadas à gestão desta Universidade no último ano, a partir de uma base sólida da origem dos dados trabalhados, coadunando-se, assim, com a tradição de excelência nos serviços prestados por esta Instituição de Ensino.

A elaboração deste documento é fruto do empenho coletivo de Unidades e Órgãos da UFBA que, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento –PROPLAN, atenderam a todas as solicitações de informações, contribuindo para o entendimento e a avaliação crítica do planejado e executado no ano de 2016. Foi este um ano de celebração dos 70 anos desta Universidade, marcado por uma inédita e profunda reflexão coletiva sobre seus fundamentos e seu futuro, consubstanciada especialmente na notável realização que foi o Congresso da UFBA, quando, por três dias, 15 mil pessoas debateram, como nunca, a UFBA.

Dessa forma, este Relatório se constitui como instrumento de registro histórico e de referência sobre os grandes avanços e lutas contra os obstáculos à realização das atividades da Universidade para se planejar o futuro da instituição. E porque assim é, reflete o trabalho coletivo que marca esta gestão, contando com o suporte, a compreensão e o esforço da comunidade universitária em face do cenário de crescente dificuldade orçamentária, enfrentada através de diálogos com o Ministério da Educação, com a racionalização de gastos e suas implicações para as relações econômicas, políticas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas que incidem, direta ou indiretamente na rotina universitária. Mais ainda: dificuldade enfrentada também com inteligência na gestão dos recursos que tem permitido à UFBA crescer e lançar novos e desafiadores projetos e programas apesar de um clima adverso, como o demonstra este documento.

O presente Relatório, após esta apresentação, tem como item dois uma visão geral da UFBA, desde sua finalidade e competências passando por suas normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento, ambiente de atuação e organograma, até os seus macroprocessos finalísticos. No terceiro item, encontram-se informações sobre o planejamento organizacional e dados do desempenho orçamentário e operacional. O quarto refere-se a tópicos relativos à governança. O quinto item apresenta informações sobre as áreas especiais de gestão. O sexto aborda informações relativas ao relacionamento com a sociedade. No sétimo item, são apresentados dados alusivos ao desempenho financeiro e às informações contábeis. O oitavo item contém aspectos da conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle. Finalizando o Relatório, no nono item, há os anexos e apêndices, e no décimo, informações suplementares.

A vida universitária, em sua bem-vinda dinâmica, acarreta variações e inflexões diárias nas informações geradas pelos diversos sistemas de informação. Assim, os dados apresentados refletem este dinamismo, suas virtudes e limitações, fazendo com que mesmo um Relatório acabado como o que se apresenta seja passível de contínuo aperfeiçoamento. Ainda assim, torna-se base essencial para pensar cada momento na direção do crescimento, do desenvolvimento e da melhoria de qualidade das ações e serviços no âmbito de atuação universitária. Em outras palavras, assim sendo, o Relatório de Gestão 2016 constitui-se desde já em documento que servirá igualmente aos processos de acompanhamento, avaliação e controle e às discussões e reflexões que devem continuar a nortear o futuro da UFBA.

2. VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e competências

As atividades de ensino, pesquisa, criação e inovação e extensão universitária são essenciais para a Universidade Federal da Bahia e, dessa maneira, se inscrevem em seu Estatuto e Regimento Geral, estruturando-a e dirigindo suas ações de gestão institucional e acadêmica, nas diversas áreas de conhecimento em que atua. As atividades de ensino compreendem aquelas de caráter formativo e pedagógico, realizadas em programas e cursos de graduação e de pós-graduação senso estrito, lato senso e ensino a distância. As atividades de pesquisa, criação e inovação compreendem a concepção, participação, realização e coordenação de projetos e programas que geram conhecimento filosófico, científico e tecnológico, e de criação artística e cultural. As atividades de extensão incluem projetos e programas de formação continuada e de integração da Universidade com a sociedade representada por organizações sociais e instituições públicas e privadas.

Inscrevem-se em sua missão, como constam dos objetivos no Estatuto: educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça; gerar e propagar conhecimento, saberes e práticas no campo das ciências, das artes, das culturas e das tecnologias; exercitar a excelência acadêmica, fomentando o pensamento crítico reflexivo nos diversos campos de saberes e práticas; contribuir para o desenvolvimento local, do Estado da Bahia, do País e global; manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo a inclusão social e a redução das desigualdades sociais; cultivar princípios éticos na formulação de políticas, planos, programas e iniciativas que concretizem suas atividades-fim, promovendo a formação de cidadãos tecnicamente qualificados e humanisticamente preparados para atuar no mundo do trabalho, na construção da justiça social e consolidação da democracia. Considera-se assim, que a Universidade constitui-se em um espaço privilegiado de formação técnica, cultural, ética e humanista, indispensável à construção de uma sociedade mais justa e soberana.

2.2 Normas e regulamentação de criação, alteração e funcionamento da Unidade Prestadora de Contas

A Universidade Federal da Bahia, criada pela Carta Régia de Fundação do Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, firmada pelo Príncipe Regente D. João, em 18 de dezembro de 1808; instituída pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, publicado no D.O.U. de 17 de abril de 1946, e reestruturada pelo Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968, publicado no D.O.U. de 13 de fevereiro de 1968, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma autarquia com autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e financeira nos termos do Art. 207 da Constituição Federal, da legislação infraconstitucional e do seu Estatuto, do Regimento Geral e das Resoluções emanadas dos Conselhos Superiores (www.ufba.br).

Os Órgãos Superiores de Deliberação da Universidade Federal da Bahia (Conselho Universitário, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho Acadêmico de Ensino e Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão) e o Conselho de Curadores, este definido, estatutariamente, como Órgão de Controle, Fiscalização e Supervisão, ao longo do ano dois mil e dezesseis, deram continuidade as suas atividades regulares, em conformidade com as respectivas especificidades e atribuições institucionalmente estabelecidas, mediante análise e deliberação acerca de assuntos de natureza acadêmica, administrativa e financeira da Universidade, com destaque para os tópicos sinteticamente adiante formalizados. Vale ressaltar, no referido exercício, o aspecto da defasagem dos semestres letivos da UFBA, em relação ao calendário civil, em decorrência do período de greve

ocorrida no ano anterior, cujos reflexos ainda perduram e deverão prosseguir até a definitiva regularização do calendário acadêmico da Universidade.

2.2.1 Conselho Universitário (CONSUNI)

Nº de reuniões: 12

Resoluções formalizadas:

01/16 - Aprova o Regimento Interno do Instituto de Biologia da UFBA.

02/16 - Regulamenta o Título VII do Regimento Geral da UFBA, que dispõe sobre a concessão de títulos honoríficos e dignidades universitárias, a concessão da “Medalha Reitor Edgard Santos” e dá outras providências.

03/16 - Estabelece normas procedimentais para progressão e promoção funcional na Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal da Bahia, em conformidade com o disposto no Capítulo III, artigos 12 a 15 da Lei nº 12.772/2012, Art. 10 da Lei nº 12.863/2013, na Portaria nº 554/2013 do Ministério da Educação e no Título IX, Capítulo IV, do Regimento Geral da UFBA.

04/16 - Altera os artigos 38 e 39 da Seção VIII do Título II do Regimento Interno da Escola de Música, documento anexo à Resolução nº 05/2011.

05/16 - Aprova o Regimento Interno do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da UFBA.

06/16 - Aprova o Regimento Interno do Sistema Universitário de Saúde (SIUNIS) da Universidade Federal da Bahia.

07/16 - Aprova o Regimento Interno da Faculdade de Direito da UFBA.

08/16 - Dispõe sobre normas, diretrizes e procedimentos a serem considerados para fins de percepção da Retribuição por Titulação – RT, obtido a partir da concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências dos docentes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFBA.

Outras discussões/deliberações:

Eleição dos representantes da comunidade baiana nos Conselhos Universitário e de Curadores;

Informes sobre a execução orçamentária 2015 e orçamento 2016;

Discussão e deliberação acerca da proposta de distribuição de vagas docentes;

Discussão e aprovação do Relatório de Gestão da UFBA 2015;

Apreciação da síntese do Relatório da Comissão de Ajuste do semestre letivo da UFBA para 17 semanas, e, conseqüentemente, a alteração das datas limites do Calendário Acadêmico 2016, a ser submetido à aprovação do CONSEPE;

Informes acerca do CT-INFRA;

Discussão e aprovação da distribuição de 38 novas vagas docentes;

Aprovação da solicitação da FAPEX no sentido de que a UFBA autorize a referida Fundação a apoiar os projetos de pesquisa e inovação, ensino, extensão e desenvolvimento institucional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB);

Aprovação da solicitação de autorização do CONSUNI para que a FEP (Fundação Escola Politécnica) possa apoiar a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB);

Apreciação e deliberação acerca do nome do servidor indicado pelo Magnífico Reitor para ocupar o cargo de Ouvidor Geral da UFBA (reconduzida a Professora Denise Vieira da Silva);

Apresentação e apreciação da situação orçamentária da UFBA (PLOA 2017);

Apresentação preliminar do PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação);

Aprovação do CONSUNI no sentido da operacionalização para a utilização do terreno da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA) com vistas à instalação da Rede de Assistência, Ensino e Pesquisa à Criança e Adolescente com Deficiência Física, condicionada tal implementação à obtenção dos recursos necessários;

Aprovação da solicitação da FAPEX no sentido de que o CONSUNI autorize-a a apoiar os projetos de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB);
Referendo do CONSUNI no que respeita à autorização *ad referendum* do Magnífico Reitor, com base em parecer favorável da Comissão de Patrimônio, Espaço Físico e Meio Ambiente, tendo em vista a aquisição de imóvel situado no bairro de Nazaré, com o objetivo de implantar a Casa da Gestante, Bebê e Puérpera, da Maternidade Climério de Oliveira;
Eleição do Substituto Eventual do Vice-Reitor para exercício em 2017 (eleita a Professora Dulce Tamara da Rocha Lamego da Silva);
Definição da constituição das Comissões Permanentes do CONSUNI (pequenas alterações: inserção da Escola de Dança na Comissão de Normas e Recursos, saindo da Comissão de Patrimônio, Espaço Físico e Meio Ambiente; inclusão da Faculdade de Educação e do IHAC na Comissão de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil e do Instituto de Psicologia na Comissão de Patrimônio, Espaço Físico e Meio Ambiente).

Títulos Honoríficos aprovados:

“Professor Emérito”: Roberto Lorens Marback, Josicélia Dumet Fernandes.

“Doutor Honoris Causa”: Maria Bethânia Vianna Telles Velloso, Vivaldo Moura Neto.

2.2.2 Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE

Nº de reuniões: 03.

Resoluções formalizadas:

01/16 - Fixa as normas para a habilitação à Livre Docência na Universidade Federal da Bahia.

02/16 - Altera a Resolução nº 05/2015 no atinente às datas limites do Calendário Acadêmico da UFBA/2016 para os *campi* de Salvador e Vitória da Conquista e dá outras providências.

03/16 - Aprova o Calendário Acadêmico da UFBA/2017 para os *campi* de Salvador e dá outras providências.

Outras discussões/deliberações:

Reconstituição de Comissão objetivando a avaliação do módulo de estágio dos cursos da área de Saúde (Anexo da Resolução 02/2009).

Reconstituição de Comissão com a finalidade de avaliação e revisão do módulo de estágio das Licenciaturas (Anexo da Resolução 02/2009).

Reconstituição de Comissão com vistas à reavaliação do Programa de Ações Afirmativas.

Apresentação das diretrizes de EAD (Educação a Distância) na UFBA.

Constituição de Comissão Avaliadora, nos termos do Art. 3º da Resolução nº 02/2015, para apreciar e emitir parecer acerca do pedido de reconhecimento do notório saber da Professora Lenora Lobo Valença.

Constituição de Comissão especial com a finalidade de avaliar as prerrogativas atuais do CONSEPE, em virtude do esvaziamento verificado nas suas atribuições e competências em decorrência da última reforma estatutária, bem como para proceder à análise da forma de distribuição de tarefas entre os Conselhos Acadêmicos.

2.2.3 Conselho Acadêmico de Ensino - CAE

Nº de reuniões: 34.

Resoluções formalizadas:

01/16 - Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior e pesquisa.

02/16 - Estabelece as diretrizes para reserva de vagas em componentes curriculares, sem pré-requisitos, dos Cursos de Progressão Linear (CPL) para estudantes dos Bacharelados Interdisciplinares (BI), do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC).

03/16 - Altera o Art. 1º da Resolução CAE nº 03/2015 que dispõe sobre a suspensão da abertura de processos de revalidação de diplomas de cursos de graduação e de reconhecimento de diplomas de pós-graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

04/16 - Dispõe sobre normas para utilização das atividades extraclasse como complementação de carga horária dos componentes curriculares dos cursos presenciais da UFBA para o ano letivo 2016.

05/16 - Estabelece as normas complementares para cursos de pós-graduação *lato sensu* sob a forma de residências profissionais da Universidade Federal da Bahia.

Outras discussões/deliberações:

Criação do Mestrado Profissional em Políticas e Gestão da Cultura.

Criação do Mestrado Profissional em Odontologia.

Criação do Mestrado Profissional em Comunicação Estratégica e Cultura.

Criação do Mestrado Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento.

Apreciação e deliberação acerca de 850 processos de naturezas diversas.

2.2.4 Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão - CAPEX

Nº de reuniões: 18.

Resoluções formalizadas:

01/16 - Altera a Resolução nº 01/2013 relativa à “Política de Iniciação Científica e de Iniciação a Atividades de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da UFBA” no que respeita ao item 15 da Seção “A. Premissas” e ao item 8 da Seção “C. Distribuição de Bolsas entre os candidatos” do Anexo à referida Resolução.

02/16 - Estabelece critérios para o credenciamento de líderes e certificação de Grupos de Pesquisa, sediados na UFBA, no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

03/16 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX).

Outras discussões/deliberações:

Eleição do Presidente do CAPEX para o ano 2016;

Análise e discussão acerca da forma de participação do CAPEX no Congresso da UFBA;

Criação de Comissões Especiais para participação do CAPEX no Congresso da UFBA e para avaliação dos Indicadores de Pesquisa e Extensão;

Apreciação de novos programas da PROEXT (Pró-Reitoria de Extensão Universitária);

Apreciação dos Editais, normas e Conselhos PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação);

Apreciação e deliberação acerca de processos específicos de solicitações diversas de estudantes encaminhados a duplas de Conselheiros do CAPEX para emissão de parecer;

Apreciação da proposta da PROPCI (Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação) para alteração da Resolução 01/2013;

Relato da Comissão Especial encarregada da formulação de indicativos de Pesquisa e Extensão;

Informes sobre o CT-INFRA;

Análise e discussão sobre o Conselho de Ética da Universidade para as pesquisas na área de Letras;

Apreciação referente a decisões sobre a inadimplência do PIBIC 2016;

Avaliação do programa ACCS (Ações Curriculares em Comunidade e em Sociedade) da UFBA;

Indicação de membro para integrar comissão de estudos PROPCI referente a biotérios da UFBA;

Apresentação e apreciação acerca dos principais temas emergentes do Congresso da UFBA sobre pesquisa e extensão;

Apresentação, pela Ouvidoria Geral, no atinente a questões éticas em atividades de pesquisa e extensão e balanço das manifestações na Ouvidoria Geral;

Análise e debate sobre a caracterização das atividades de Extensão;

Apresentação do PDTI (Plano de Diretor de Tecnologia da Informação) com foco em atividades de pesquisa e extensão;

Avaliação e discussão sobre o teor do ofício 09/2016 referente a solicitação do CAPEX no sentido da transferência, para o CAPEX, das atividades de pós-graduação **stricto sensu** da UFBA;

Eleição do Presidente do CAPEX para o ano 2017;

Apreciação e deliberação acerca de vários processos relativos a cursos de especialização com pareceres formulados pela PROEXT.

2.2.5 Conselho de Curadores

Nº de reuniões: 02

Discussões/deliberações:

Apreciação e aprovação do Relatório de Gestão UFBA/2015.

Eleição do Presidente para o exercício 2017.

2.3 Ambiente de Atuação

A Universidade Federal da Bahia, fundada em 1946, é a mais antiga e a maior Instituição de Ensino Superior do Estado da Bahia. Ainda que sua área de atuação, o ensino superior, tenha vindo a alterar-se profundamente nos últimos dez anos com a criação das cinco novas IFES (UFRB, UFOB, UFVSB, UFSB e UNILAB) que vieram juntar-se às quatro instituições públicas estaduais (UNEB, UEFS, UESC, UESB) e ao conjunto significativo de instituições privadas que atuam no Estado, a UFBA, concentrada em Salvador, mas com presença em outro município por conta de um *campus* na Cidade de Vitória da Conquista, continua gozando de um protagonismo e do reconhecimento da sociedade baiana que podem ser explicados seja pelo fato de ser praticamente a única IES que desenvolve integral e articuladamente o tripé ensino, pesquisa e extensão, seja, também, pela reconhecida qualidade dos seus cursos de graduação e pós-graduação. Neste quadro, se pelas características apontadas as oportunidades permanecem abertas e renovam-se constantemente, a expansão experimentada nos últimos anos pela Instituição deu origem a um conjunto de ameaças inscritas mais no ambiente interno, em especial no que concerne à condição econômico-financeira de responder às necessidades de custeio e manutenção, do que, efetivamente, na sua capacidade de responder aos desafios postos pelo contexto local e regional, seja do ponto de vista da formação de quadros para o mundo do trabalho, seja, também, no que diz respeito às contribuições fundamentais que a Instituição empresta às políticas públicas que nas várias áreas buscam acionar o desenvolvimento da sociedade.

2.4 Organograma

Este subitem apresenta o organograma funcional da UFBA com a descrição sucinta das principais competências das Unidades Universitárias/Órgãos. O Organograma pode também ser visualizado no link: https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Organograma_UFBA_2015_novo.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

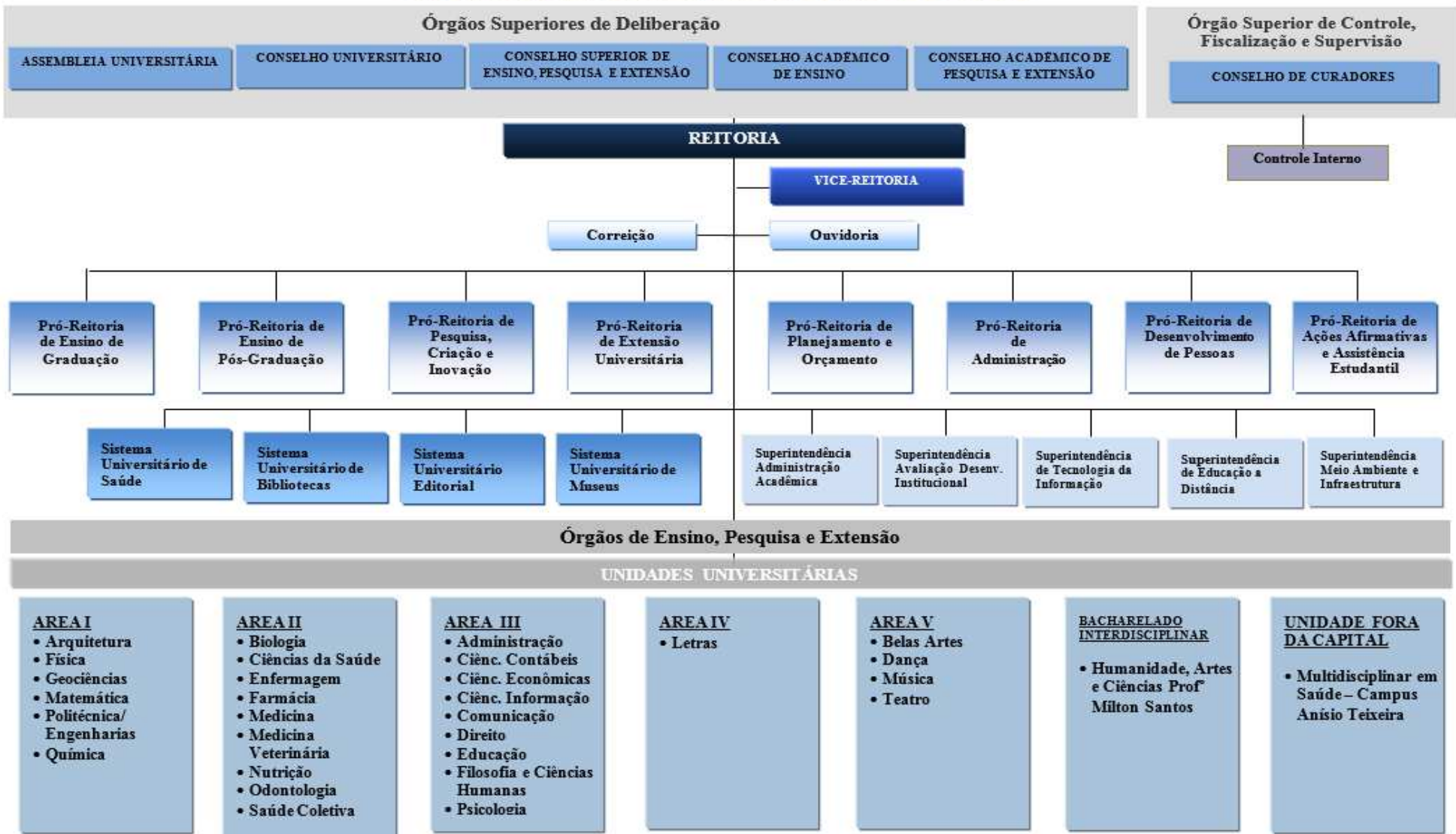


Figura 01- Organograma da Universidade Federal da Bahia

Quadro 2.1– Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho Universitário	Órgão máximo de deliberação universitário responsável pelas políticas gerais, planejamento e diretrizes nas áreas administrativas e acadêmicas da Universidade.	João Carlos Salles Pires da Silva	Presidente	21.08.2014 a 20.08.2018
Conselho de Curadores	Órgão que exerce a fiscalização econômico-financeira da universidade.	Paulo Antonio de Freitas Balanco	Presidente	A partir de 03.05.2013
Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão	Órgão responsável pelas normas e políticas de integração entre ensino, pesquisa e extensão da universidade.	João Carlos Salles Pires da Silva	Presidente	21.08.2014 a 20.08.2018
Conselho Acadêmico de Ensino	Órgão responsável pelo regime didático, cursos de graduação e pós-graduação e o acompanhamento da execução de planos e programas acadêmicos.	Arlindino Nogueira da Silva Neto	Presidente	18.12.2013 a 08.03.2016
		Francisco Kelmo Oliveira dos Santos	Presidente	A partir de 09.03.2016
Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão	Órgão responsável pela supervisão das atividades de pesquisa, criação e inovação e de extensão universitária.	Ajax Mercês Atta	Presidente	02.01.2016 a 21.02.2016
		Paola Berenstein Jacques		A partir de 22.02.2016
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	Funções de planejamento, gestão de orçamento, de convênios e contratos acadêmicos, da estatística e documentação e de informação ao cidadão.	Eduardo Luiz Andrade Mota	Pró-Reitor	A partir de 26.08.2014
Pró-Reitoria de Administração	Funções de gestão administrativa, da contabilidade e finanças.	José Murilo Philigret de Oliveira Baptista	Pró-Reitor	A partir de 26.08.2014
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Coordenar, planejar, supervisionar e fiscalizar as políticas de ensino de graduação.	Penildon Silva Filho	Pró-Reitor	A partir de 26/08/2014
Pró-Reitoria de Ensino de Pós Graduação	Coordenar, planejar, supervisionar e fiscalizar as políticas de ensino de pós-graduação	Olival Freire Junior	Pró-Reitor	A partir de 26/08/2014
Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação	Fomentar, coordenar, planejar, supervisionar e fiscalizar as políticas, os programas e os projetos de pesquisa, criação e inovação	Olival Freire Junior	Pró-Reitor	A partir de 26/08/2014
Pró-Reitoria de Extensão	Fomentar, coordenar, planejar, supervisionar e fiscalizar as políticas, os programas e os projetos de extensão.	Fabiana Dultra Britto	Pró-Reitora	A partir de 17/09/2014

Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil	Funções de apoiar e assistir o corpo discente, planejar, fomentar, coordenar políticas e programas de ação	Cássia Virginia Bastos Maciel	Pró-Reitora	A partir de 26.08.2014
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas	Funções de gestão do quadro de pessoal ativo e inativo	Lorene Louise Silva Pinto	Pró-Reitora	A partir de 04/08/2015
Superintendência de Educação a Distância	Desenvolver, coordenar, supervisionar, assessorar e prestar suporte técnico à execução de atividades na área de educação a distância.	Marcia Tereza Reboucas Rangel	Superintendente	A partir 04/08/2015
Superintendência de Tecnologia da Informação	Manter, planejar, desenvolver, suprir , especificar e controlar recursos, bens e serviços utilizados para o processamento e a comunicação de informações e dados.	Luiz Cláudio de A. Mendonça	Superintendente	A partir de 16/03/2011
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura	Planejar, coordenar e controlar o desenvolvimento da infraestrutura e patrimônio físico e elaborar, acompanhar e coordenar a implantação das políticas de implantação ambiental.	Fábio Macedo Velame	Superintendente	A partir de 01/05/2013
Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional	Coordenar e supervisionar as atividades de avaliação e desenvolvimento institucional	Antônio Virgílio Bastos	Superintendente	A partir de 09/07/2013
Superintendência de Administração Acadêmica	Propor o calendário acadêmico da Universidade, elaborar sua agenda acadêmica, prestar serviços acadêmicos relacionados ao registro e documentação das atividades da Graduação e PósGraduação, bem como o gerenciamento das instalações e equipamentos de ensino de uso compartilhado	Nancy Rita Ferreira Vieira	Superintendente	A partir de 06/05/2013

Fonte: PROPLAN/UFBA

2.5 Macroprocessos Finalísticos

Quadro 2.2 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino de Graduação	Atividades de ensino de graduação, inclusive de educação a distância	Cursos de Licenciatura, Bacharelados e Tecnológicos	Corpo discente da Graduação	Unidades Universitárias
Ensino de Pós-Graduação	Atividades de ensino de pós-graduação, inclusive de educação a distância	Cursos de pós-graduação senso estrito (mestrado e doutorado) e senso lato	Corpo discente da Pós-Graduação	Unidades Universitárias e Programas de Pós-Graduação
Pesquisa, Criação e Inovação	Atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico	Produção Científica, Técnica, Artística e Cultural	Corpo discente, corpo docente, pesquisadores e técnicos, comunidade acadêmica, gestores e sociedade	Unidades Universitárias e Projetos e Programas de Pesquisa
Extensão Universitária	Atividades de prestação de serviços à sociedade e produção técnica, artística e cultural no âmbito acadêmico	Produção de serviços à sociedade, produção técnica, artística e cultural	Corpo discente, corpo docente, pesquisadores e técnicos, comunidade acadêmica, gestores e sociedade	Unidades Universitárias e Projetos e Programas de Extensão
Assistência Estudantil	Atividades de apoio e assistência ao corpo discente	Programas de assistência estudantil	Corpo discente	Unidades Universitárias e Administração Central
Internacionalização	Órgão vinculado ao Gabinete da Reitoria que trata de questões ligadas à interação da UFBA com outras instituições no interior	Assessorar o Reitor e a Administração Superior em questões de relações internacionais	Universidade Federal da Bahia	Administração Central

Os macroprocessos finalísticos de ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa, criação e inovação, ensino a distância, de extensão universitária e referente a internacionalização, são desenvolvidos no âmbito das trinta e uma Unidades Universitárias e dos seus Órgãos Complementares, localizados nos *campi* de Salvador e de Vitória da Conquista. A isto se integra transversalmente, a Assistência Estudantil como macroprocesso essencial para assegurar a inclusão e permanência discente, contribuindo para que a Universidade cumpra seus objetivos. Na Administração Central, esses macroprocessos finalísticos são relacionados mais diretamente às Pró-Reitorias de Ensino de Graduação, de Ensino de Pós-Graduação, de Pesquisa, Criação e Inovação, de Extensão Universitária, e de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil e às Superintendências de Administração Acadêmica e de Ensino a Distância e à Assessoria para Assuntos Internacionais. As demais Pró-Reitorias, Superintendências e os Órgãos dos Sistemas Universitários da Administração Central desenvolvem atividades sistêmicas gerais de planejamento, gestão e apoio.

Apresentamos a seguir, alguns objetivos estratégicos relativos aos macroprocessos, as principais atividades desenvolvidas, metas estabelecidas e alcançadas no exercício de 2016. Essas informações dão suporte para a elaboração de indicadores de desempenho e acompanhamento das ações finalísticas da UFBA, que podem ser verificadas nos itens referentes a indicadores.

I- ENSINO DE GRADUAÇÃO

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos referentes ao ensino de Graduação consistem em ampliar a oferta da educação superior pública federal no Estado da Bahia, ampliando a cobertura das instituições de ensino e ampliando o número de cursos e de vagas.

Criar o *Campus* Carlos Marighella, com sede em Camaçari e abrangência em toda a Região Metropolitana de Salvador, incluindo a Ilha de Itaparica.

- a) Aprovação no CONSUNI;
- b) Comissão de elaboração dos projetos pedagógicos já nomeada pelo Reitor e com trabalhos concluídos. O Núcleo de Currículos da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) já está concluindo a formatação final do projeto em conjunto com a Escola Politécnica e o Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC);
- c) Em 2017, o projeto pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BI C&T) será levado ao Conselho Acadêmico de Ensino (CAE), e a aprovação definitiva deve ocorrer até o mês abril do presente ano;
- d) Os concursos para docentes serão realizados tão rápido quanto se definirem os projetos pedagógicos;
- e) Quanto ao quadro funcional, foram convocados quatro técnicos do concurso anterior e a Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP) está preparando o próximo concurso.

Garantir condições mínimas de funcionamento dos Cursos de Graduação da UFBA tendo em vista a expansão dos cursos pelo REUNI.

Ampliar a área construída disponível para os cursos de Graduação. As negociações com a Secretaria de Educação do Estado para compartilhamento de espaços estaduais perto da UFBA estão em andamento para viabilizar novos espaços compartilhados.

Envolver os estudantes de ensino médio na escolha do seu curso de Graduação

- a) Foi confeccionado folder com informações sobre os cursos de Graduação da UFBA.
- b) Firmada parceria com Empresas Juniores da UFBA. Dado continuidade à parceria em 2016.
- c) Realizamos ações conjuntas no projeto “UFBA: Mostra a sua cara!” no Congresso da UFBA 70 anos e no evento “Universidades empreendedoras”.
- d) Envolvermos 89 escolas, sendo 35 escolas públicas e 54 privadas.
- e) Foram realizadas em 2016 visitas nas escolas e participação na programação do Congresso da UFBA, contando com 3.721 estudantes, sendo 2.180 de escolas públicas e 1.541 de escolas privadas.

Inscriver plenamente os candidatos aprovados nos Cursos de Graduação da UFBA.

Este objetivo foi alcançado pela utilização de meios de comunicação de massa e redes sociais, forte apoio da Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) e convocação por e-mail dos candidatos aprovados.

Criação de estratégias para a ocupação das vagas ociosas nos Cursos de Graduação através da seleção para as vagas residuais. Foi realizado Processo Seletivo em 2016, objetivando o preenchimento de 1.506 vagas em 92 opções de cursos. Foram inscritos 3.073 candidatos, distribuídos nas 4 modalidades de inscrições, Transferência interna, 769; Transferência externa, 738; Diplomados, 1.426; Reintegração de Curso, 140; Aprovados: 847 candidatos.

Bolsas de Monitoria

No exercício de 2016, tivemos aproximadamente 260 monitores atendidos; 257 projetos executados em 21 Unidades; 34 alunos de outras IFES, 15 alunos da UFBA e aproximadamente 600 bolsistas.

Educação a Distância - EAD

A Superintendência de Educação a Distância - SEAD, no exercício de suas funções, tem por premissa o desenvolvimento institucional da modalidade de educação a distância e, ainda, de forma mais ampla, o fomento ao uso qualificado das tecnologias educacionais e a promoção de inovação e processos de ensino-aprendizagem.

Desta forma, constituem competências da SEAD:

1. Apoio à Reitoria na articulação estratégica das políticas de EaD;
2. Coordenação e gestão institucional do uso e do desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem e demais tecnologias aplicadas à educação;
3. Suporte institucional para as ações em EaD;
4. Oferta de formação inicial e continuada para a atuação de profissionais em EaD (gestores, docentes, tutores e equipes multidisciplinares);
5. Coordenação e apoio na gestão orçamentário-financeira dos processos em EaD descentralizados pela UAB / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;
6. Articulação e Monitoria dos Polos de Apoio Presencial;
7. Fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de conhecimentos, materiais didáticos e objetos de aprendizagem em EaD, por meio da promoção de editais internos;
8. Coordenação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) na UFBA e respectivas ofertas de cursos de Graduação (bacharelado e licenciatura) e de Pós-Graduação (lato sensu), integralmente gratuitos e na modalidade a distância;
9. Atuação junto às Pró-Reitorias nas atividades de aperfeiçoamento pedagógico da UFBA, destinado à recepção e formação de docentes e servidores na UFBA;
10. Atuação junto às entidades parceiras do Setor Público, nas três esferas de Governo Federal, Estadual e Municipal, nas atividades de aperfeiçoamento pedagógico utilizando as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC.

Atividades do Plano de Ação SEAD - 2016

A construção do Relatório de Avaliação do Plano de Ação/2016 da SEAD teve como principal referência o Plano de Desenvolvimento Institucional, sendo este um instrumento de planejamento da Instituição para o período de 2012-2016, com as diretrizes, metas e ações de cada dimensão do funcionamento sistêmico da UFBA, consideradas essenciais na construção participativa do planejamento.

A seguir estão relacionadas algumas das metas estabelecidas e alcançadas pela SEAD no exercício de 2016:

1. Ampliação do suporte à plataforma MOODLE, da capacidade de suporte ao quantitativo e qualitativo para professores/tutores e alunos e prestação de suporte aos formandos de mídia prevista para o projeto Suporte à Produção de Conteúdos Educacionais e Materiais Didáticos para os Cursos EaD UFBA: foram disponibilizados dois servidores da área de Tecnologia da Informação da SEAD, para trabalharem junto ao Núcleo de Ensino a Distância e Tecnologias de Educação (NEAD), Superintendência de Tecnologia da Informação - STI, no sentido de fortalecer o suporte à plataforma MOODLE;
2. Para o desenvolvimento e gerenciamento de indicadores de EaD foi criado um grupo de trabalho constituído pela SEAD, Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SUPAD) e pela STI que vem desenvolvendo instrumentos de avaliação da qualidade dos cursos em EaD oferecidos, com a finalidade de gerar indicadores de qualidade para monitoramento dos cursos. Aliado a isso, questões relacionadas aos indicadores de acesso e desenvolvimento dos alunos e tutores dos novos cursos de graduação foram monitoradas semanalmente, com vistas a evitar a evasão dos alunos e acompanhamento das atividades dos tutores;
3. Através do Projeto para Oferta de Disciplinas com uso de Tecnologia de Informação e Comunicação para cursos de Graduação presenciais, a meta estabelecida para atingir a oferta de um percentual de 20% das disciplinas, escolhidas através de articulação interna promovida pela Pró-Reitoria de Graduação-PROGRAD, com apoio da SEAD, foi alcançada, com início de uma parceria com a PROGRAD, para viabilizar o cumprimento da normatização já prevista no Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-graduação, no seu Art. 37. Nesse sentido, foram realizadas reuniões com Coordenadores de Curso e com a Reitoria para apresentação e discussão dos caminhos para sua efetivação;
4. Através do Projeto Suporte à Produção de Conteúdos Educacionais e Materiais Didáticos para os Cursos EaD UFBA, a meta para viabilizar a produção de material didático foi integralmente alcançada com a estruturação das coordenações da SEAD, em especial a Coordenação de Tecnologia Educacional, por meio da contratação de uma equipe de estagiários das áreas de editoração, edição e produção de áudio e vídeo, divididos em equipes responsáveis pelos novos cursos de graduação, garantindo a produção de material impresso e audiovisual de excelente qualidade;
5. A partir do Projeto Capacitação de Docentes e Professores-Tutores da UFBA em Tutoria e Elaboração e Produção de Material Didático em EaD, as metas foram alcançadas com as capacitações oferecidas aos tutores selecionados para os novos cursos de Graduação e pelas capacitações e apoio aos professores que produziram os materiais didáticos e ministraram as aulas, por meio de vídeo-aulas e aulas presenciais nos Polos de Apoio Presencial;
6. A partir do Projeto Capacitação de Docentes e Professores-Tutores da UFBA na Plataforma MOODLE, a meta de ampliar em 50,0% o número de professores usuários nesta Plataforma, foi cumprida através da capacitação na referida Plataforma dos docentes envolvidos nos Cursos de Graduação.

Projeto Ações Estruturantes na SEAD

- 1.** A meta de ampliar, gradativamente, a oferta de Licenciaturas na modalidade a distância, através do Sistema UAB, em articulação com a PROGRAD, foi alcançada com a criação do Curso de Licenciatura em Dança e negociação para o próximo ano da criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia;
- 2.** A meta de aumentar a oferta de cursos de formação continuada de Extensão e Especialização na modalidade a distância, foi parcialmente alcançada, por meio do Curso de Especialização em Gestão de Pessoas para os servidores técnico-administrativos da UFBA e da submissão e autorização para o lançamento de 09 (nove) Especializações para o ano de 2017;
- 3.** A meta para estabelecer um processo permanente de avaliação dos cursos a distância da UFBA, visando à melhoria contínua da sua qualidade, em articulação com a SUPAD e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi cumprida, com o desenvolvimento dos instrumentos de avaliação da qualidade dos cursos em EaD, em parceria com a STI e a SUPAD, que finalizou o ano com a validação do instrumento de avaliação do discente e início da construção do instrumento dos tutores;
- 4.** A meta para oferecer apoio pedagógico e metodológico aos cursos de educação a distância, em articulação com a Faculdade de Educação - FACED, foi efetivada por meio da estruturação e das ações desenvolvidas pela Coordenação de Design Educacional, que vem prestando apoio aos novos coordenadores de curso;
- 5.** A meta para intermediar administrativa e financeiramente os cursos da Universidade Aberta do Brasil, em articulação com a Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN, foi alcançada com as ações desenvolvidas pela Superintendência, junto à PROPLAN, como por exemplo, a contratação de estagiários e apoio financeiro para estruturação e realização do processo seletivo dos novos Cursos de Graduação, fortalecendo a inserção da EaD nos processos administrativos financeiros da UFBA;
- 6.** A meta de produzir material didático específico, na forma de textos, módulos do MOODLE, vídeos e outros materiais audiovisuais, em articulação com a Editora da UFBA - EDUFBA, STI, TVUFBA, IHAC, FACOM, foi alcançada com a produção dos materiais didáticos, na forma de textos, módulos do MOODLE, vídeos e outros materiais audiovisuais, fortalecendo o papel da SEAD como campo privilegiado de estágio para alunos, em especial da Faculdade de Comunicação - FACOM, Instituto de Humanidades, Artes e Ciência Professor Milton Santos - IHAC, Escola de Belas Artes - EBA, articulando-se com a TV UFBA e a Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA para a produção dos vídeos de divulgação dos novos cursos e da produção da Revista EaD UFBA em revista;
- 7.** A meta de disseminar informações sobre a EaD através da página da SEAD na Internet, bem como da realização de seminários, em articulação com a STI e ASSCOM, foi alcançada, por meio da contratação de duas estagiárias de Comunicação, pelo Programa Permanecer UFBA, para apoiar e desenvolver a divulgação da EaD nas redes sociais, em parceria com a Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) e dar suporte para a publicação da Revista EaD UFBA em revista;
- 8.** A meta estabelecida para informar à comunidade da UFBA sobre os cursos e demais atividades de EaD da Instituição, bem como sobre as oportunidades de fomento disponíveis, foi alcançada, por meio da divulgação de todos os processos em andamento à comunidade da

UFBA e comunidade externa pelas redes sociais, publicação da revista, criação e divulgação de folder com as ações da SEAD e participação em reunião de diversas instâncias da Universidade com o objetivo de partilhar as atividades realizadas e as novas oportunidades;

9. Foi atingida a meta de apoio à criação de cursos na modalidade a distância para servidores Técnico-Administrativos da UFBA, consolidada com o desenvolvimento do Curso de Especialização em Gestão de Pessoas, com ênfase em Gestão por Competências e submissão de proposta de novos cursos para o Edital da UAB, para o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE.

Atividades do Núcleo da UAB/UFBA

A UFBA passou a integrar o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2006, com a implantação do curso de Licenciatura em Matemática, através da Resolução nº 03/2008. Atualmente o Núcleo da UAB/UFBA proporciona suporte pedagógico, técnico e financeiro a cursos de EaD semipresenciais, cuja oferta pressupõe a estrutura do polo de apoio presencial e on-line, cuja oferta assume uma escala de abrangência regional. A oferta dos cursos na forma de EaD vem se realizando por meio da adesão à proposta de oferta pelos principais parceiros, as Unidades Universitárias da UFBA e os municípios com polos presenciais autorizados pela UAB/CAPES.

A contrapartida do parceiro é a gestão local do espaço físico e da equipe. A UFBA, com recursos descentralizados pela CAPES, fomenta os cursos nos polos, através da concessão de bolsas para pagamento de professores e de tutores presenciais e a distância e realiza a edição, produção e distribuição de material didático nas mídias impressa e digital referente aos cursos ofertados.

A Coordenação da UAB/UFBA está estruturando as atividades que envolvem a concessão de bolsas financiadas pela CAPES/MEC, de forma a obter transparência e controle dos processos. Neste contexto, o setor financeiro, também necessita de aperfeiçoamento e recursos humanos para melhoria dessas atividades de gestão.

No exercício de 2016, foi realizado o Processo Seletivo que teve o objetivo de selecionar 480 alunos para os cursos a distância de Licenciatura em Dança, Tecnologia em Segurança Pública e Bacharelado em Ciências Contábeis, visando propiciar a qualificação profissional de ingressantes com nível médio concluído. Esses cursos tiveram início em novembro de 2016, na modalidade Educação a Distância, com a realização de atividades presenciais obrigatórias, desenvolvidas nos Polos de Apoio Presencial ou em espaços específicos no município do polo sede.

A SEAD/UAB/UFBA proporciona suporte pedagógico, técnico e financeiro a cursos de EaD semipresenciais, cuja oferta conta com o apoio das Coordenações de Tecnologia Educacional – CTE e a Coordenação de Design Educacional – CDE. Além da estrutura das duas Coordenações, a SEAD conta com o apoio de uma Assessoria, que desenvolve as atividades de Administração Financeira, Orçamentária e Logística.

Ações Estratégicas

A Educação a Distância em Discussão na UFBA

No Congresso de 70 anos da UFBA, ocorrido em julho de 2016, a SEAD organizou uma mesa redonda, onde foram debatidas as novas políticas para o ensino a distância. A Mesa Redonda discutiu a institucionalização da EaD na UFBA, além da divulgação de ideias e experiência em Educação a Distância e uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação.

Durante a discussão, professores participantes apresentaram suas experiências e relatos sobre a conjuntura nacional em que a educação a distância se insere, e como ela tem evoluído nos últimos anos em instituições públicas. Foi discutido, também, o caráter primordial do investimento na modalidade e a sua institucionalização na IES, com o objetivo de ressignificar a visão sobre a educação a distância, que ainda enfrenta preconceitos se comparada à educação presencial.

Os palestrantes descreveram as experimentações na modalidade a distância em suas instituições de ensino, descreveram os processos bem sucedidos, mas também as falhas, que são lacunas para a pesquisa e estudos sobre o tema. O debate foi aberto ao público, que complementou com dúvidas e perguntas sobre o tema proposto, sendo prontamente respondidos pelos ocupantes da Mesa.

Lançamento da Revista EaD UFBA em revista

O primeiro número da EaD UFBA em revista foi lançado no Congresso UFBA. A revista é um veículo de divulgação e discussão de ideias e experiências em Educação a Distância. O lançamento da revista acompanhou a expansão e nova perspectiva de ensino-aprendizagem na instituição federal, e contou ainda com uma versão impressa, que foi distribuída durante o lançamento.

A EaD UFBA em revista é dividida em seções onde podem ser encontradas: entrevistas, artigos, reportagens, relatos, resenhas, além das normas para publicação na revista.

Ações Finalísticas

Processo seletivo 2016.2

No mês de outubro, a UFBA, em parceria com a UAB, realizou o processo seletivo para acesso a 3 (três) cursos de Graduação EaD: Licenciatura em Dança, Tecnologia em Segurança Pública e Bacharelado em Ciências Contábeis. Foram ofertadas 480 (quatrocentas e oitenta) vagas distribuídas em 6 (seis) polos de apoio presencial nos municípios de Camaçari, Lauro de Freitas, Juazeiro, Vitória da Conquista, Mata de São João e Campo Alegre de Lourdes, tendo como público-alvo não apenas candidatos que tenham concluído o ensino médio, como também professores e profissionais da Administração Pública.

II- ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO

As atividades de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa, Criação e Inovação são coordenadas pela Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação. As atividades foram executadas em 2016 através das coordenações abaixo:

Coordenação de Iniciação à Pesquisa, Criação e Inovação

O Programa Institucional de Iniciação Científica lançou três editais em 2016, PIBIC, PIBIC-AF e PIBITI. Do total de bolsas concedidas no edital PIBIC, 330 foram financiadas pela FAPESB, 410 pelo CNPq e 362 pela UFBA. Um total de 102 alunos são voluntários no programa. Das 79 bolsas concedidas no edital PIBIC-AF, 34 são financiadas pelo CNPq e 45 pela UFBA. Além disto tivemos 9 (nove) voluntários. Das 71 bolsas concedidas no edital PIBITI, 28 são financiadas pelo CNPq e 43 pela UFBA. Observamos que pela primeira vez nos últimos anos, nem toda a demanda qualificada pôde ser atendida, certamente refletindo os cortes introduzidos pela FAPESB e pelo CNPQ, e a maior qualificação dos projetos apresentados. A recuperação das bolsas CNPQ no início de 2017 traz algum alento quanto à possibilidade de aproximarmos a oferta de bolsas da demanda qualificada. Por fim, ao longo de 2016 o PIBIC enfrentou um sério problema de inadimplência de professores da UFBA, o que nos levou propor ao CAPEX a flexibilização desta norma no corrente ano. Para 2017, esperamos que melhorias no sistema de informática do PIBIC contribuam para uma identificação antecipada dos problemas de inadimplência.

Coordenação de Pesquisa e Criação

No âmbito do Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA – PROUFBA continuaram a ser apoiados 28 projetos aprovados entre 2013 e 2014. O PROUFBA foi desdobrado de modo a termos uma comissão e edital específico para o apoio ao estudo da UFBA no período da ditadura militar, edital no qual temos apoiado 11 projetos.

Continuamos, em 2016, a apoiar os 11 projetos no âmbito do Programa Pesquisador UFBA de Produtividade CNPQ - PROPI, que tinham vigência entre julho/2015 e junho/2016. Esse programa era voltado a apoiar pesquisadores da UFBA com aprovação de mérito em editais do CNPq para Bolsas de Produtividade, mas não apoiados pela agência por limitação de recursos.

Demos continuidade ao Programa de Apoio Emergentes da UFBA - PRODOC, programa voltado ao apoio de pesquisadores emergentes da UFBA. Apoiamos 90 projetos sendo: 55 projetos apoiados no edital 01/2013, divulgado o resultado em 05/2014, e 35 no edital 01/2014, publicação dos contemplados em 06/2015. Os projetos apoiados no âmbito do edital PRODOC têm vigência de 2 anos. Em 2016, esse programa foi transformado em Programa de Apoio a Jovens Professores Doutores (PROPESQ) através de acordo com o MCTI, o que nos permitiu lançar um programa mais robusto, possibilitando contemplar até 50 pesquisadores com valores da ordem de R\$30.000,00. Tivemos 185 inscritos e o processo seletivo será finalizado em fevereiro de 2017, com implantação imediatamente após a seleção.

Coordenação de Criação e Inovação

Criação de espaços e adaptação de espaços existentes para estimular atividades de inovação

Foi criado um novo espaço de apoio à inovação na UFBA, o IHACLab-I. Este espaço foi inaugurado em 20 de janeiro de 2016. Intermediado pela Coordenação houve a cessão pela SECTI de dezenas de

equipamentos e máquinas, que estavam no Parque, para a montagem do IHACLab-I . Todas as atividades realizadas nesse espaço estão descritas no seu facebook:

<https://www.facebook.com/ihaclabi/>

Outro espaço, a INOVAPOLI, foi completamente reestruturado para se adaptar ao novo modelo de apoio à inovação, mais focado nos estudantes e no trabalho colaborativo.

Apoio ao desenvolvimento de Soluções Tecnológicas por professores e estudantes

Foi lançado um Edital PIBIT, em formato diferente do que tradicionalmente era feito na UFBA. Esse edital visava, claramente, a geração de produtos, e não a realização de estudos e/ou ensaios. Foram apoiados 51 projetos: 11 projetos de produtos ou serviços propostos por professores, 2 relacionados a Tecnologias Sociais, 2 relacionados a Indicações Geográficas, 8 projetos de inovação propostos por empresas juniores e 28 projetos de produtos ou serviços propostos diretamente por estudantes. Ao todo, foram concedidas 68 bolsas.

Propriedade Intelectual

Foi informatizada toda a Base de Dados relativa à Propriedade Intelectual da UFBA e foram depositados 26 novos pedidos de patentes. Na transição de 2015 para 2016, foram identificados problemas na situação de patentes, cujos registros foram perdidos por atrasos na atualização dos dados junto ao INPI. Para o exame dessa situação, foram realizados uma comissão de sindicância e um processo administrativo, sendo que as recomendações desses mecanismos investigatórios estão sendo implementadas.

Cartilha baseada no novo Marco Legal da Inovação

Em janeiro de 2016, foi assinado o novo Marco Legal da Inovação. Iniciamos então a elaboração de uma Cartilha cujo objetivo é esclarecer o corpo docente da UFBA sobre o que é legal e o que não é, à luz deste novo Marco. Uma primeira versão dessa Cartilha foi submetida à Procuradoria Federal junto à UFBA e recebeu uma série de críticas e sugestões. Estamos ajustando o texto a essas sugestões e depois vamos submetê-lo novamente à Procuradoria Federal.

Cursos, *Workshops* e Seminários

Foram realizados dezenas de cursos e palestras sobre Inovação e Tecnologia no IHACLab-I e na INOVAPOLI. Realizamos, também, o 2º Seminário Aberto de Criação e Inovação – 2º SACI, em 2016, e o 3º SACI em janeiro de 2017. Esses eventos reuniram pessoas da UFBA e de fora dela que estão desenvolvendo soluções tecnológicas aplicáveis, para um momento de discussão e troca de experiências.

Há que se destacar que, quando da realização do 3º SACI, três iniciativas de estudantes da UFBA, apoiados pelos diversos editais e equipamentos da UFBA, tinham se convertido em empresas. Há que notar que tais empresas dispensaram o estágio da incubadora e estão hoje ativas no mercado. Elas são a empresa NBio Tecnologia (*Agrobusiness*), que em julho de 2016 fechou contrato de investimento com o Grupo Light House, empresa dedicada ao tratamento de água em associação com uma multinacional; e a StartOnApp, empresa de Sistemas WEB e Aplicativos Mobile.

Coordenação de Ensino de Pós-Graduação

Os números envolvendo bolsas, número de cursos, número de vagas, e número de matrículas evidenciam um cenário de continuidade e fortalecimento das atividades de pós-graduação na UFBA.

No âmbito do apoio a publicações em língua estrangeira, foram apoiadas 110 revisões de artigos e 23 taxas de publicação. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação em conjunto com a PROAE e a PROGRAD, lançaram edital visando apoiar a participação de alunos de Graduação em eventos de alta relevância acadêmica, no Brasil e no exterior. Esse edital teve três chamadas em 2016 e permitiu o apoio a 227 projetos. Um edital para apoio a participação de pós-graduandos em eventos de alta relevância acadêmica contemplou 272 projetos. Esse edital foi suspenso após a regularização dos recursos da CAPES mesmo em um patamar mais limitado que a série histórica de valores do PROAP.

A Pós-Graduação na UFBA tem recebido regularmente estudantes estrangeiros. Muitos desses estudantes vêm à UFBA com o apoio de programa como o PAEC e o PEC/PG, programas voltados para apoio a estudantes da América Latina e África. Esses programas têm sido financiados com bolsas da CAPES, sendo o PAEC com bolsas definidas pela própria UFBA em sua quota de bolsas e o PEC/PG com bolsas atribuídas diretamente pelo Governo Federal. Em 2016, recebemos 2 estudantes pelo PEC/PG, e apoiamos 23 estudantes da América Latina pelo PAEC.

III- EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Apresentamos, a seguir, os 4 pontos de atenção da PROEXT na condução da sua Política de Extensão em 2016, com a descrição das ações implementadas para alcançá-las.

Regulamentação das Atividades de Extensão

Revisar normas específicas e propor regulamentação de práticas e apoios avulsos, buscando sua atualização contextual, maior transparência dos critérios e processos de apoio e melhor ajuste aos sistemas de registro, acompanhamento e certificação. Nesse sentido, foram implementadas as seguintes ações quanto a:

Definição de Extensão

Implementação dos Programas PROEX_{explica} e PROEXT_{visita}, continuidade do processo de esclarecimento público sobre a caracterização de atividade extensionista e seu papel na consolidação dos princípios de universidade pública. Ambos os Programas, integrados às ações internas de reordenação das categorias de atividade extensionista na PROEXT, buscaram contribuir para diminuir os equívocos e irregularidades constatados nos registros de propostas no SIATEX e de produção acadêmica no LATTES e as ambiguidades interpretativas quanto à sua equivalência com atividade de pesquisa, que impactam, diretamente, sobre os processos de avaliação da produção acadêmica, sobre a distribuição de carga horária docente nos planejamentos acadêmicos das Unidades Universitárias, sobre a distribuição de recursos do orçamento e sobre o sistema de valores da comunidade universitária.

Cursos *lato sensu*

Realização de amplo estudo da situação atual dos cursos *lato sensu* na UFBA, considerando as dificuldades de acompanhamento pela PROEXT dos processos para sua implementação pelas Unidades Universitárias, e os problemas de intempestividade enfrentados tanto em relação à aprovação das propostas de curso junto ao CAPEX solicitadas após abertura e até conclusão dos cursos, quanto em relação às certificações solicitadas sem os devidos registros de nota e frequência e muito posteriormente ao encerramento do curso. A partir do estudo realizado pela Coordenação de Curricularização de Extensão, foram iniciados dois processos complementares: o estudo das modificações nos procedimentos internos da PROEXT e pactuação delas junto à SUPAC e STI, para

melhoria dos mecanismos de acompanhamento dos andamentos dos cursos, visando maior transparência dos convênios e da gestão dos recursos públicos; e o estudo das reformulações na legislação pertinente, necessárias ao aprimoramento dos processos de registro, acompanhamento e certificação, para aprovação no CAPEX em 2017.

Ligas Acadêmicas

Realização de encontros, no âmbito do Programa Jornadas de Extensão, com docentes coordenadores e estudantes envolvidos em Ligas (2 Jornadas) e com diretores das Unidades Universitárias que sediam as Ligas (3 Jornadas), para melhor esclarecimento das suas atividades, motivações acadêmicas, responsabilidades públicas e institucionais, considerando-se sua condição de instância extracurricular de participação discente na vida universitária. As Jornadas mapearam cerca de 35 Ligas Acadêmicas registradas na PROEXT, cuja atuação (interna e pública) requer de maior transparência e melhor correspondência relativa aos planos pedagógicos e normas de gestão das suas Unidades Universitárias.

Como resultante dos encontros, constatou-se a necessidade de legislação específica que regulamente a atividade das Ligas Acadêmicas na UFBA, quanto ao registro e certificação das suas atividades pela PROEXT, ao acompanhamento do seu plano de atuação pelos respectivos docentes coordenadores, ao atendimento aos Regimentos das Unidades Universitárias e aos seus impactos pedagógicos, visando ao aprimoramento das suas relações de colaboração e reciprocidade institucional com a UFBA e dos seus padrões de vínculo com a sociedade. Resultou das Jornadas o levantamento dos itens a serem contemplados pela Resolução, a ser desenhada conjuntamente com os diretores das Unidades Universitárias, para ser submetida à aprovação do CAPEX em 2017.

Apoios Institucionais Avulsos

Regulamentação dos trâmites e critérios de concessão de apoio institucional para utilização de espaços, equipamentos e recursos da UFBA em iniciativas de ações de extensão não incluídas no escopo dos programas regulamentados pelas diferentes Pró-Reitorias.

Foi regulamentado, por Chamadas Públicas, o apoio à Apresentação Cultural e Artística. Foram iniciadas negociações junto ao DCE, PROAD e PROAE com vistas à elaboração de regulamentação do apoio à viagens coletivas estudantis, para participação em encontros nacionais dos diferentes cursos de Graduação, cuja minuta deve ser finalizada em 2017.

Termos de Cooperação

Encontros para discussão junto às 9 outras universidades públicas e 2 institutos federais de ensino do Estado da Bahia, com vistas a estabelecer os termos para cooperação interinstitucional entre suas Pró-Reitorias de Extensão. Foram realizados 4 encontros para formulação da minuta do Termo (previsto para ser assinado em abril de 2017) e elaboração das propostas de ação conjunta no enfrentamento da atual situação política do País e das dificuldades contextuais da Bahia, por meio do aproveitamento das condições particulares de cada universidade em projetos cooperativos de formação (cursos) e difusão (eventos) da extensão.

Fomento à Extensão

Estimular o envolvimento de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos na prática da atividade de extensão, incentivando o registro de propostas, sua articulação com atividades de ensino e pesquisa, sua documentação, e sua avaliação acerca de repercussões e impactos.

Nesse sentido, foram implementadas as seguintes ações:

Apoio aos Núcleos de Extensão

Valorização do Núcleos de Extensão das Unidades Universitárias, reconhecendo-os como interlocutores privilegiados das unidades com a PROEXT para assuntos relacionados com o desenvolvimento de atividades extensionistas locais.

PROEXT visita – programa implementado para melhor difusão e maior interlocução com as Unidades Universitárias, consistindo do agendamento de visitas da Pró-Reitora e/ou Coordenador de Difusão aos seus espaços, de modo a conhecer seus contextos particulares para realização da extensão, esclarecer questões conceituais e técnicas relacionadas ao registro e certificação da extensão na UFBA e fortalecer os seus Núcleos de Extensão ou equivalentes, oferecendo treinamento aos responsáveis e um bolsista de 12 meses para apoio às atividades locais.

Apoio aos grupos artísticos e equipamentos culturais institucionais

Valorização da produção artística profissional dos grupos artísticos já institucionalizados – Madrigal, Orquestra Sinfônica, Museu de Arte Sacra, Museu de Antropologia e Etnografia – e em processo de institucionalização – Companhia de Teatro, Grupo de Dança Contemporânea e Galeria Cañizares – por meio de Programa específico de apoio sem concorrência.

Programa de Apoio Direto às Unidades de Artes – em continuidade à sua implementação em 2015, a PROEXT destinou recursos, na ordem de R\$ 60.000,00 para cada Unidade Universitárias de Artes, destinados ao custeio dos projetos de atuação dos seus respectivos grupos artísticos e outras atividades artísticas permanentes, considerados pelas Congregações como estratégicos para a consolidação dos seus projetos político pedagógicos. O PAArtes estabelece tempo de vigência para as bolsas e sistema de acompanhamento da realização das atividades e dos desembolsos financeiros por meio de relatórios semestrais. Foram apoiados um total de 11 projetos: 3 da Escola de Dança, 6 da Escola de Teatro, 1 da Escola de Música e 1 da Escola de Belas Artes.

Jornadas de Extensão – encontros aproximativos da PROEXT com coordenadores e/ou representantes das atividades extensionistas (articulam ensino e pesquisa em ações públicas, envolvendo setores da sociedade) de caráter institucional (vinculadas a Unidades Universitárias), tais como museus, grupos artísticos, ligas acadêmicas, empresas juniores, ambulatórios, para melhor conhecimento das suas atividades, condições de infraestrutura, necessidades e expectativas.

Foram realizados 2 encontros no âmbito do Congresso da UFBA, denominados Pontos Críticos da Extensão: um com os 3 Museus da UFBA e a Galeria Cañizares; e outro com os Grupos Artísticos de Música, Dança e Teatro. O primeiro contou com a participação da Diretora do MAC-USP e o segundo contou com a participação do maestro Ricardo de Figueiredo Bologna (OSUSP e OSESP), ambos convidados a problematizar a institucionalização dos museus e grupos artísticos a partir de experiência concreta.

Apoio às atividades de extensão institucionais

Assessoramento na formulação, registro e realização de atividades de extensão de iniciativa da Reitoria, das Pró-Reitorias, Superintendências e Assessorias, bem como no processo de sua aprovação junto ao CAPEX, de modo a facilitar os trâmites burocráticos e colaborar com a execução de atividades estratégicas para a consolidação das suas respectivas políticas de gestão.

Foram apoiados os eventos Congresso da UFBA (14 A 17/julho), Seminário de Ensino Pesquisa e Extensão SEMENTE (21, 22, 23/novembro) e Ciclo Mutações de 15 conferências (03/outubro a 25/novembro), por meio da sua coordenação geral; registro e certificação dos participantes; organização do caderno de resumos; seleção e produção das apresentações artístico-culturais envolvidas.

Continuidade dos Editais de bolsa

Coordenação dos processos seletivos, administração dos pagamentos de bolsas e acompanhamento da realização das atividades integrantes dos projetos selecionados nos 2 editais de continuidade aos programas PIBIEX e ACCS.

Programa Institucional de Iniciação à Extensão – PIBIEX:

Foram contemplados 91 projetos (2 a mais em relação a 2015), com 150 bolsas concedidas a estudantes para desenvolvimento dos seus planos de trabalho aprovados, sendo 96 no Calendário 1 e 54 no Calendário 2. Apesar do aumento no número de projetos contemplados, o número de bolsas foi ligeiramente inferior a 2015 (quando foram concedidas 152 bolsas), principalmente por conta de três fatores: a) mudança na calendarização do edital, realizada com vistas ao alinhamento das bolsas de extensão com as bolsas de pesquisa; b) os calendários atípicos decorrentes da greve de 2015; c) criação de novos programas de bolsas, que ocasionaram uma qualificação da demanda, dirigindo as submissões em Artes para editais específicos.

Programa de Ações Curriculares em Comunidade e Sociedade – ACCS:

Diferentemente do habitual em que é lançado 1 Edital por semestre letivo, em 2016, devido à mudança no calendário acadêmico resultante da greve, foram lançados 3 Editais: 2015.2, 2016.1 e 2016.2 – este último, ainda em andamento. No total, foram selecionadas 110 propostas, com a concessão de 110 bolsas, registrando-se no Edital 2016.2, um aumento do número de propostas selecionadas (41), em relação à média regular dos últimos anos (34). Dois fatores podem ter contribuído para isso: a reformulação do Edital, empreendida no semestre 2016.2, a partir do aprofundado estudo feito pela Coordenação de Curricularização da Extensão sobre a situação atual do Programa ACCS (seus problemas e novas demandas) e a implementação do Programa PROEXTexplica, que promoveu 2 encontros abertos para esclarecimento das modificações e divulgação do Programa junto à comunidade docente.

Chamadas públicas

Seleção de propostas de estudantes para realização de eventos, apresentação artística-cultural e trabalho de monitoria nos eventos organizados pela PROEXT.

Foram apoiadas:

30 propostas de realização de eventos estudantis (Programa Enredamentos);

114 Monitores no SEMENTE – Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Programa Memórias UFBA 70 ANOS);

50 propostas de Apresentações Artísticas-Culturais para compor a programação do Congresso da UFBA (Programa Memória UFBA 70 ANOS).

Novos Editais de Projetos

Coordenação dos processos seletivos, administração dos pagamentos de bolsas e acompanhamento da realização das atividades integrantes dos projetos selecionados nos 4 novos editais lançados pela PROEXT (PIBIARTES; PIBExA; PAEXDoc; PAArtes), além do Edital PROEXT-MEC.

Devido à longa greve de docentes, servidores e estudantes, o ano de 2016 reduziu-se a 1 semestre acadêmico efetivamente cumprido, causando dificuldades à coordenação dos calendários de realização e pagamento dos projetos contemplados e certa diminuição da quantidade geral de atividades de extensão registradas – que, no entanto, foi compensada com o lançamento de novos editais.

Programa Institucional de Iniciação Artística – PIBIARTES

Foram contemplados 9 projetos docentes, com 13 bolsas de 8 meses, concedidas a estudantes para desenvolvimento dos Planos de Trabalho associados;

Programa de Experimentação Artística – PIBExA:

Foram selecionadas 30 propostas, das quais 29 foram implementadas, com 29 bolsas concedidas a estudantes proponentes para desenvolvimento das atividades descritas nos projetos, também apoiados com recursos de custeio;

Programa de Apoio à Extensão Docente – PAEXDoc:

Foram contemplados 30 projetos, com 20 bolsas concedidas a estudantes para desenvolvimento das atividades descritas nos projetos (eventos, cursos, produtos e programas), também apoiados com recursos de custeio.

Programa de Apoio às Artes – Modalidade Apoio Direto

Foram concedidos 36 bolsas e auxílios para o desenvolvimento das atividades artísticas dos projetos institucionalizados pelas Unidades Universitárias da área de Artes, sendo 30 destinadas à linha de apoio aos Grupos Artísticos (13 para o Grupo de Dança Contemporânea da Escola de Dança, 17 para a Galeria Cañizares da Escola de Belas Artes) e 6 destinadas à linha de apoio aos Museus.
Edital PROEXT-MEC:

Dos 9 projetos apoiados, 1 não foi implementado pela sua coordenadora. Todos os projetos implementados foram cumpridos e foram executados 90% dos seus recursos administrados pela PROEXT, referentes a bolsas. O restante dos recursos é administrado pelas Unidades Universitárias de cada coordenador de projeto, dificultando o necessário acompanhamento pela PROEXT dos planos de desembolso dos projetos e devido controle dos seus cronogramas de execução.

Auxílios

Concessão de recursos pagos diretamente ao estudante e/ou docente e/ou servidor técnico administrativo para realização de atividades de extensão selecionadas em editais e chamadas públicas:

35 auxílios pagos a estudantes contemplados na Chamada Pública de Apoio a Eventos Estudantis (Programa Enredamentos); 37 auxílios pagos a estudantes contemplados na Chamada Pública de Apresentações Artísticas Culturais para integrar a programação comemorativa dos 70 Anos da UFBA (Programa Memórias UFBA 70 ANOS); 21 auxílios pagos a estudantes contemplados na Chamada Pública da Virada Artística da Escola de Teatro, realizada durante o Congresso da UFBA (Programa Memórias UFBA 70 ANOS); 311 auxílios pagos a estudantes contemplados na Chamada Pública de Monitores no Congresso da UFBA (Programa Memórias UFBA 70 ANOS); 114 auxílios pagos a estudantes para atuar como Monitores no SEMENTE: Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Programa Memórias UFBA 70 ANOS); 13 auxílios pagos a estudantes para atuar como Monitores no Ciclo Mutações. 3 auxílios pagos a estudantes por demanda espontânea para a realização de projetos e eventos de extensão.

Auxílios e bolsas de apoio direto sem concorrência

Concessão de bolsas e auxílios pontuais para atividades periódicas e ou tradicionais cujo perfil não se inclui nos Programas de fomento institucionalizados por concorrência.

Apoio direto às Unidades Universitárias da área de Artes (Programa de Apoio às Artes – PAArtes, Linha Grupos Artísticos).

Foram concedidas 94 bolsas/auxílios aos projetos indicados pela Direção das Unidades Universitárias da Área de Artes: 29 para Escola de Dança, 50 para Escola de Teatro, 11 para Escola de Música e 4 para Escola de Belas Artes.

Apoio aos Museus (Programa de Apoio às Artes – PAArtes, Linha Museus)

Foram concedidas 5 bolsas de 12 meses a estudantes selecionados para apoio a atividades administrativas regulares do Museu Afro-Brasileiro.

Olimpíadas de Biologia

Foi concedida 1 bolsa de 12 meses a estudante selecionado para apoio à organização do processo de premiação da Olimpíadas de Biologia, única ainda não federalizada, por isso sem apoio do MEC.

Apoio a Projetos Piloto (Programa Memórias UFBA 70 Anos),

Foram concedidas 5 bolsas a estudantes indicados para apoio à realização do Projeto Piloto UFBA/ Museu de Arte Popular; e 4 bolsas a estudantes indicados para apoio à realização do Espetáculo Mulheres de Æse envolvendo somente estudantes e servidores artistas no elenco.

PROEXT

Foi concedida 1 bolsa de 12 meses a estudante selecionado para apoio às atividades regulares do Núcleo de Difusão da Extensão regulares da PROEXT;

Foram concedidas 4 bolsas a estudantes selecionados para apoio às atividades regulares da TV UFBA.

Atividades Realizadas

Produção de eventos abertos ao público, planejados pela PROEXT como ações de incremento da vida cultural universitária e difusão da produção acadêmica da UFBA, e eventos de caráter mais reservado, voltados para mobilização dos setores discente, docente e técnico-administrativo da UFBA em torno de debates qualificados sobre temas candentes no âmbito da extensão universitária.

Nesse sentido foram realizadas as seguintes atividades/eventos:

Congresso da UFBA Programa Enredamentos

O Congresso da UFBA, foi concebido como evento-marco das comemorações dos 70 anos da UFBA, com papel aglutinador da comunidade universitária em torno de uma ampla reflexão sobre sua história, sua missão institucional e sua posição acadêmico-científica no cenário local, regional, nacional e internacional. A programação incluiu, além de apresentações de trabalhos de estudantes, docentes e servidores previamente inscritos, também, mesas de debates, fóruns e apresentações artísticas, envolvendo 12.500 participantes inscritos, ocupando 97 salas, 27 auditórios, 2 teatros. Realizado por uma equipe organizadora de mais de 50 pessoas, o Congresso da UFBA teve o apoio de todas as Pró-Reitorias integrando seu Comitê Científico e 300 estudantes (selecionados por Chamada Pública) integrando equipe de monitores. A solenidade de abertura, no Teatro Castro Alves, contou com o toque de 70 alabês, um concerto da Orquestra Sinfônica com Madrigal e Coro da UFBA, e a conferência “Contra a universidade operacional e a servidão voluntária” proferida pela filósofa professora da USP Marilena Chauí.

Além do seu relevante papel catalisador da integração da comunidade universitária no processo de reflexão crítica sobre a atual situação da UFBA, tanto no cenário nacional da produção acadêmica de conhecimento quanto no sistema brasileiro de ensino superior brasileiro, o Congresso da UFBA cumpriu importante função mapeadora das expectativas, proposições e idealizações sobre seu futuro institucional, ao dedicar muitas mesas de debate organizadas pelas Pró-Reitorias e Superintendências da UFBA, sobre os temas-chave de suas respectivas áreas de atuação, cuja análise, devidamente registrada, será o ponto de partida no processo participativo de elaboração do PDI da UFBA ao longo de 2017.

Seminário SEMENTE

O Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEMENTE é uma iniciativa que buscou integrar, num mesmo momento do calendário acadêmico, os debates sobre os resultados alcançados pelos diferentes Programas Institucionais de Bolsas implementados pela Universidade Federal da Bahia, de modo a constituir um espaço privilegiado de interlocução entre os seus participantes discentes e docentes, em que as diversas formas de produção de conhecimento ganhem visibilidade e dimensionamento crítico.

O evento visou estimular articulações entre as temáticas abordadas pelos projetos contemplados no âmbito dos programas de assistência estudantil e de fomento ao ensino, pesquisa e extensão, oferecendo novas perspectivas na busca por uma Universidade democrática, de excelência, que produza e dissemine conhecimentos socialmente referenciados. Em 2016, participaram cerca de 2.100 trabalhos dos 15 programas institucionais de apoio a saber: PIBIC, PIBIC-AF, PIBIC JR, PIBIT, Jovens Talentos, PIBIEX, ACCS, Vizinhanças, PROEXT/MEC, Monitoria, PIBID, Programa Permanecer, Projetos Especiais/PROAE, NUPEL e PROFICI.

Em 2016, os formatos de apresentação foram ampliados, incluindo, além das tradicionais apresentações orais e sessões de posters, intervenções artísticas, oficinas e exposições. Esses novos formatos permitiram aos bolsistas uma diversidade de abordagens para o conhecimento produzido na UFBA, contemplando as especificidades das áreas.

A inclusão dos trabalhos dos bolsistas PET, NUPEL e PROFICI atendeu aos encaminhamentos da Jornada de Atuação Discente, ocorrida no SEMENTE 2015. Essa Jornada de Extensão discutiu a atuação de bolsistas em projetos cujo caráter híbrido de articulação entre ensino, pesquisa e extensão ocupavam uma localização particular no escopo das ações institucionais de engajamento estudantil, merecendo apropriada visibilidade e acompanhamento crítico.

A organização do evento foi realizada por uma comissão mista envolvendo representantes da PROEXT, PROGRAD, PROAE, PROPCI, CIEPE/SUPAC, com apoio do Gabinete da Reitoria, da EDUFBA e da SUMAI.

IV- ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

As atividades de assistência estudantil são coordenadas pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Essas atividades foram executadas em 2016 através das coordenações e núcleos conforme a relação abaixo:

Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)

Este núcleo é composto de dois setores estratégicos da PROAE, que são responsáveis pelo acolhimento e atendimento direto aos discentes. São eles:

Serviço Social

O fluxo de trabalho está organizado para otimizar as respostas às demandas apresentadas pelos discentes da UFBA. Os Assistentes Sociais, atualmente, estão organizados como técnicos de referência por benefícios. Essa ação visa ordenar as demandas por benefícios específicos e seus público-alvo, além de vincular os discentes assistidos aos profissionais que acompanharão seu percurso acadêmico e preparação para a pós-permanência. Também estão em atividade os plantões de atendimento do Serviço Social, que ocorrem nos dois turnos durante toda a semana. Esse atendimento de plantão possibilita que o discente com demanda espontânea que chegue à PROAE possa ser atendido de forma célere e assertiva, além de possibilitar um espaço de orientações acerca das suas necessidades dentro da UFBA. Os dados sobre o atendimento refletem o quanto são necessários e demandados os plantões: no ano de 2016, foram realizados 1.969 atendimentos de plantão do Serviço Social.

Os principais temas apresentados nos plantões são:

- a) Orientação para Cadastro Geral;
- b) Encaminhamentos para o Núcleo de Saúde;
- c) Orientação sobre renovação de benefícios;
- d) Orientação e esclarecimento de dúvidas sobre seleção/renovação dos discentes do PROMISSAES;
- e) Informações sobre inscrição nos editais da PROAE;
- f) Orientação sobre auxílios e benefícios disponibilizados pela PROAE;
- g) Necessidade de atendimento psicológico;
- h) Solicitação de acesso na modalidade de cortesia no Restaurante Universitário.

Como mais uma estratégia de aproximação do público-alvo da assistência estudantil na UFBA, desde o ano de 2015 implementamos as posses dos discentes recém beneficiários na PROAE, em atividades coletivas que, para além do preenchimento de documentação necessária à posse, o discente conheça mais sobre as ações e atividades realizadas por essa Pró-Reitoria, além de integrá-los aos demais beneficiários dos diversos auxílios e serviços.

Dentro das ações implementadas pelo Serviço Social da PROAE, avaliamos ser importante descrever as atividades desenvolvidas pelos Técnicos de Referência do SRU (Serviço de Residência

Universitária), que além das demais ações realizadas pelo Serviço Social, implementam uma atuação permanente de diálogo com as Residências e suas representações:

- a) Reunião com a Comissão de Representação de Residentes – CRR¹;
- b) Reunião com a Gestão da CRR²;
- c) Reunião com Comissões Temáticas – CT³;
- d) Reunião com Comissões Especiais das Residências;
- e) Participação em Assembleia Geral de Residência.

Para orientar melhor como são estruturadas essas comissões, esclarecemos abaixo um pouco das ações e responsabilidades de cada uma delas:

- a) Cada Residência tem sua representação constituída por até 3 membros, responsável por conduzir os encaminhamentos da Casa Estudantil decididos em Assembleia, bem como representar os integrantes da Residência nas mais diversas questões junto à PROAE e demais órgãos da Universidade;
- b) A Gestão da CRR consiste na representação unificada de todas as CRR;
- c) A fim de dividir responsabilidades para conservação e manutenção das mais diversas demandas de Residência Universitária são constituídas, em cada Casa, as denominadas Comissões Temáticas;
- d) Finalidade de discutir encaminhamentos relacionados a alguma demanda emergente.

Setor Pedagógico

O Setor Pedagógico faz a inclusão dos novos discentes atendidos pelos benefícios e realiza o acompanhamento do percurso acadêmico desses estudantes, em torno das disciplinas cursadas, perdidas, trancadas, no acompanhamento pelo sistema colegiado e pelas informações prestadas nos formulários de renovação.

O referido setor é responsável, também, pelo processo de renovação dos benefícios, realizado a partir de edital específico semestralmente. O processo de renovação compreende o preenchimento do formulário próprio de renovação (Renovação SRU residências ou Renovação Benefícios- PROAE) e afixação de comprovante de matrícula do semestre ativo. Essa documentação é recebida pelo Setor Pedagógico, onde será triada por questões de cunho psicológico e ou saúde, social e pedagógico, onde os estudantes que informarem tais impactos nos seus percursos acadêmicos serão acolhidos, orientados e encaminhados para instâncias que possibilitem a minimização desses determinantes.

O processo de solicitação de renovação dos benefícios da PROAE vem tendo sua execução via sistema informatizado, que possibilita que o discente acesse-o a partir de computadores, tablets e smartphones, garantindo celeridade ao processo e mais conforto aos discentes beneficiários.

Núcleo de Atenção à Saúde Integral do Estudante (NASIE)

O Núcleo de Atenção à Saúde Integral do Estudante em seu segundo ano de atuação, manteve atividades inerentes à gestão de saúde do estudante acolhido pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Universidade Federal da Bahia, considerando o estabelecido pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil de “desenvolver ações de assistência estudantil” em dez áreas, incluindo a saúde. Assim, acolher, encaminhar e acompanhar o estudante nos casos que envolvam a saúde, com foco na melhoria da qualidade da vida universitária envolvendo os aspectos acadêmicos e psicossociais são atividades contínuas do NASIE, independente dos desafios relacionados à limitação de recursos humanos e de acesso à rede de saúde por compreender o papel preponderante

da saúde e seus desdobramentos na vida universitária. Neste relatório constam os resultados das atividades desenvolvidas no período de janeiro 2016 a dezembro de 2016.

Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade (CAAED)

Esta Coordenação tem suas atribuições definidas no Regimento Interno da Reitoria da UFBA, à Seção IX, Art. 22, inciso I. Neste sentido, busca fortalecer o enfrentamento das várias formas de discriminações e preconceitos, quer sejam de gênero, de raça, de etnia ou de orientação afetivo-sexual, para citar os principais.

Foi dada continuidade às discussões com os representantes da UFBA e da sociedade civil envolvidos com a defesa dos Direitos Humanos, com o objetivo de aprofundar o debate entre Movimentos Sociais e Campo Institucional nas áreas étnico/racial, gênero e diversidade, indígenas, quilombolas, Pessoas com deficiência. Como saldo das discussões, elaboramos uma proposta de minuta de Política de Ações Afirmativas, que foi apresentada em vários momentos (Mesas) do Congresso 70 anos da UFBA.

Houve a continuidade de desenvolver ações de caráter educativo (preventivo), em parceria com entidades representativas da UFBA como DCE, ASSUFBA e APUB, estudiosos (as) da área dos Direitos Humanos da UFBA, representação de estudantes cadastrados na PROAE, através de eventos acadêmicos e de educação continuada a exemplo do Março Lilás, do Abril Indígena e da continuidade de Campanhas relativas ao Esporte.

Dentre as ações de educação continuada, destacamos a parceria com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas/PRODEP na elaboração e execução do Programa de Capacitação para Promoção da Igualdade Racial e de Gênero e de Respeito à Diversidade Sexual na Gestão Universitária, ofertado ao corpo técnico-administrativo e docente da Universidade, com uma carga horária presencial de 100 (cem) horas. Foram disponibilizadas e preenchidas 100 vagas. Diante da demanda da comunidade, o programa será reofertado em 2017.

Programa Permanecer

Para o Edital 2016/2017, cujo processo de inscrição de projeto iniciou-se em fevereiro, foram oferecidas 662 (seiscentas e sessenta e duas) bolsas acrescidas de 05 (cinco) e 02 (duas), respectivamente para indígenas, quilombolas e pessoas com necessidades educativas especiais. Foram ofertadas 669 (seiscentas e sessenta e nove) bolsas no total. Uma outra inovação do edital foi o afastamento da bolsista gestante sem ônus para a mesma e para o projeto onde encontra-se vinculada, como é possível verificar no Tópico 8.4 do referido edital:

“8.4. Do afastamento da bolsista gestante:

8.4.1 - A bolsista gestante poderá se afastar temporariamente das suas atividades no projeto, sem ônus da sua bolsa, pelo período de 04 (quatro) meses a partir da ocorrência do parto. O afastamento temporário deverá ser formalmente comunicado à Coordenação do Programa Permanecer, acompanhado da confirmação e ciência do (a) orientador (a), especificando as datas de início e término, além de documentos comprobatórios da gestação e nascimento.

8.4.2 - Pelo período de afastamento da bolsista gestante, o projeto terá direito a uma bolsa sobressalente temporária de forma que as atividades de pesquisa, extensão e ensino não fiquem prejudicadas. Para isto, o (a) orientador (a), no momento em que confirmar o afastamento da bolsista gestante, deverá enviar a documentação do (a) bolsista que fará jus a bolsa sobressalente pelo período de 04 (quatro) meses.

8.4.3 - Em caso de gestação de alto risco o afastamento das atividades se dará a partir da apresentação da solicitação do (a) médico (a) que a acompanha. A solicitação será encaminhada ao SMURB para que este emita parecer. ”

Foram submetidos 508 (quinhentos e oito) projetos, dos quais 452 (quatrocentos e cinquenta e dois) foram aprovados e 48 (quarenta e oito) foram reprovados (por não alcançarem o ponto de corte estabelecido: 7,0) ou desclassificados (por não atenderem as normas estabelecidas no edital).

No universo de projetos submetidos, foram solicitadas um total de 1.097 (mil e noventa e sete) bolsas. Com a implantação das bolsas disponibilizadas para o programa, atendemos 60,98% da demanda total. Em termos comparativos ao ano anterior, a taxa de demanda reprimida decresceu aproximadamente 3,48%. Tal constatação indica a continuidade da necessidade de aumento do número de bolsas a serem oferecidas para os próximos editais.

Foi realizado o II Seminário Permanecer, durante o SEMENTE – Seminário Integrado de Pesquisa, Extensão e Ensino, onde os (as) bolsistas dos projetos contemplados na edição do Programa Permanecer 2015/2016 apresentaram trabalhos.

Em 2016, tivemos um total de 1.228 (mil duzentos e vinte e oito) discentes beneficiados/as pelas bolsas oferecidas nas edições 2015/2016 e 2016/2017. Salienta-se que o número de discentes beneficiados/as é caracterizado pelo CPF dos que durante o ano de 2016 acessaram em algum momento o benefício em tela. A variação entre o número de bolsas ofertadas anualmente e o número de discentes beneficiados se deve ao fato de que durante a execução dos projetos contemplados pelas bolsas existe a possibilidade de exclusão e inclusão de bolsistas.

Programa Sankofa

O programa é uma nova ação das políticas de ações afirmativas desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, que tem como finalidade: a. Fomentar a produção de reflexões acerca da gestão e execução das políticas de Assistência Estudantil no âmbito da UFBA; b. Fortalecer e estimular a produção de conhecimentos, saberes e práticas em Direitos Humanos na UFBA; c. Fortalecer ações institucionais de respeito aos direitos humanos e de enfrentamento à violência contra a mulher, ao sexismo, ao capacitismo, à lgbtfobia e ao racismo.

O edital da sua primeira edição foi lançado em novembro de 2016, durante o novembro Negro da UFBA. Foi ofertado um total de 80 (oitenta) bolsas, com vigência de 12 meses e a serem implementadas em março de 2017. As bolsas serão distribuídas de forma igualitária entre as linhas temáticas, a saber: Políticas de Assistência Estudantil (Moradia estudantil; Alimentação; Transporte; Atenção à saúde; Inclusão digital; Cultura; Esporte; Creche; Apoio pedagógico; Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação) e Ações Afirmativas, Direitos Humanos e Justiça (Gênero e Direitos Humanos das Mulheres; Gênero e Diversidade Sexual; Pessoas com necessidades educacionais especiais; Comunidades tradicionais: Terreiros, Indígenas e Quilombolas; Questões étnico-raciais; Desenvolvimento sustentável e meio ambiente; enfrentamento à violência contra a mulher, ao racismo, a lgbtfobia, ao capacitismo institucional).

Esportes

Em 2016, foi dada continuidade ao apoio às práticas esportivas do corpo discente, que participaram de vários torneios e campeonatos locais, regionais e nacionais, a exemplo dos Jogos Universitários Brasileiros, que ocorreram na cidade de Cuiabá (Mato Grosso), Copa Alagoas em Maceió (Alagoas), Copas Cactos em Feira de Santana (Bahia) e Jogos Universitários da Bahia, na cidade de Camaçari. As práticas esportivas e treinos das equipes discentes foram feitos no Centro de Esporte da UFBA e em quadras poliesportivas de outras instituições, na medida em que as nossas não ofereceram

condições adequadas. Foi realizada a V Copa UFBA de Futebol de Campo. Evento organizado pelos próprios discentes com o apoio financeiro e acompanhamento técnico da PROAE, do qual participaram 16 times que se organizaram a partir do curso de graduação, agregando diretamente, aproximadamente, 400 (quatrocentos) discentes.

Atividades de promoção aos Direitos Humanos

Deu-se continuidade às ações que vêm sendo desenvolvidas desde 2015, a partir do diálogo com representações da UFBA e da sociedade civil envolvidos com a defesa dos Direitos Humanos, a exemplo do curso oferecido ao corpo de trabalhadores/as da Universidade em parceria com a PRODEP. Além dos eventos como o Novembro Negro, Março Lilás, Abril Indígena, Caruru da Diversidade, dentre outros, continuamos com a campanha educativa que iniciamos a partir dos times desportivos, que contam com o apoio da PROAE desde 2014. Tal ação é constituída pela impressão de frase referente ao respeito dos direitos humanos nos uniformes dos/as atletas.

Programa Bolsa Permanência/PBP

O Programa Bolsa Permanência/PBP do Ministério da Educação é financiado com fundos diretos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Na UFBA, encontra-se em funcionamento desde 2013, o seu crescimento, que foi acentuado nos anos de 2014 e 2015, sofreu um decréscimo em 2016.

Creche UFBA

A Creche UFBA tem sua vinculação à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas da UFBA (PROAE), definida no Regimento Interno da Reitoria da UFBA Seção IX, Art. 22, inciso III, alínea c. Atualmente, procede à atualização de seu Regimento Interno e projeto político pedagógico. Atende aos dependentes de estudantes, professores e funcionários da UFBA, na faixa etária de 04 meses a 03 anos e 11 meses.

Em 2016 tivemos três semestres letivos em função da greve no ano de 2015: 2015.2; 2016.1 e início de 2016.2. No semestre letivo 2016.1 não pudemos iniciar e realizar o atendimento em 21 de novembro, como previsto, em função da greve dos servidores técnicos-administrativos, que aconteceu no período de 24 de outubro a 15 de dezembro de 2016.

De modo geral, as conquistas deste ano foram muito significativas e algumas metas, historicamente almejadas, foram conquistadas, dentre outras, o concurso para professor da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; a realização da compra de brinquedos por pregão; a implantação do Setor Psicossocial; realização do Termo de Referência para auxiliares de desenvolvimento infantil.

Ações Gerais da Creche:

Adequação da gestão da Creche em consonância com a Resolução CNE Nº 1/ 2011;
Ampliação do diálogo interno da equipe através de reuniões multiprofissionais e com outras Unidades, Pró-Reitorias, famílias e comunidade acadêmica em geral, no sentido de comprometimento com o processo de institucionalização;
Realização de reuniões com a Equipe Creche, Comissão de mães, pais e responsáveis para discussão sobre o Regimento Interno;
Discussões para reelaboração das Normas Internas da Creche e do Regimento;
Participação no Congresso 70 Anos da UFBA, exposição de fotografias, poster, vídeo e realização de Mesa Temática com o título: Educação Infantil na Creche UFBA;

Comemoração do aniversário da Creche, com a realização de uma mesa comemorativa que contou com a presença do Reitor João Salles. Na ocasião, o Regimento foi entregue pelas crianças com o pedido do seu apoio nos trâmites administrativos para a aprovação;
Realização da 1ª Semana de Educação para a Saúde, com atividades diversificadas para crianças, famílias e profissionais da Creche.

Núcleo de Gestão de Residências Universitárias

O Núcleo de Gestão de Residências Universitárias, cumprindo sua função, conforme Regimento Interno da Reitoria da UFBA, Seção IX, Art. 22, inciso III, alínea a, atuou com visão sistêmica ao atribuir ao Núcleo as atividades de zelar pelo adequado funcionamento das Residências, supervisionar as atividades relacionadas com a prestação de serviços de limpeza, manutenção predial, mobiliário em geral, segurança e internet. O Núcleo de Residências teve função intermediária auxiliar ao repassar à COSEG/PROAD ou à CPAE/PROAE, conforme o caso, diversas situações envolvendo conflitos interpessoais oriundos das residências universitárias, para conhecimento e providências.

V- INTERNACIONALIZAÇÃO

A Assessoria para Assuntos Internacionais da UFBA caracteriza-se pela transversalidade das questões de que trata, contemplando interesses do ensino, da pesquisa e da extensão. Nos dias atuais, todos os setores da Universidade demandam internacionalização. Vinculada ao Gabinete do Magnífico Reitor, a Assessoria cumpre, em sua rotina, um vasto leque de ações, iniciando com o assessoramento prestado ao dirigente máximo da nossa Universidade no trato de questões internacionais e chegando ao auxílio prestado a pesquisadores em suas relações com parceiros de outros países. Esse vasto leque de atuação inclui, ainda, a coordenação de visitas ao exterior e a recepção de visitantes estrangeiros; a promoção e o gerenciamento dos programas de mobilidade de estudantes, docentes e técnicos; a coordenação dos convênios de cotutela de teses com universidades no exterior; a busca de novas parcerias no plano internacional; o trabalho de conscientização da comunidade acadêmica quanto à necessidade de expandir os processos que configuram internacionalização.

Uma das ações de maior relevância tem sido a representação da UFBA em fóruns e reuniões promovidas pela SESu-MEC para discussões sobre ações de internacionalização coordenadas em nível federal. Conforme expresso por diversos palestrantes, inclusive o Ministro da Educação, esta nova série de ações concertadas são consideradas de vital importância para a internacionalização do ensino superior no Brasil. No sentido de divulgar essas novas iniciativas do MEC no âmbito da UFBA, em maio de 2016 a AAI promoveu a vinda à UFBA da Profa. Denise Abreu e Lima, responsável pela implementação dessas ações dentro da SESu-MEC, para uma palestra geral sobre as políticas linguísticas atualmente, e uma discussão da equipe da Reitoria sobre estratégias de internacionalização.

Desde 2015, a AAI tomou a iniciativa de começar a construção da versão em inglês da *home page* da UFBA. Através de entendimentos com a STI, foi desenvolvido um projeto piloto baseado na própria página da AAI. O resultado desse esforço foi disponibilizado *on-line* em setembro de 2016, ainda que sujeito a pequenos ajustes.

Do ponto de vista acadêmico, a AAI deu prosseguimento à ação conjunta com o Conselho Acadêmico de Ensino (CAE) para discutir e criar normas específicas na UFBA sobre duas novas modalidades de atividades acadêmicas: duplo diploma de graduação e oferecimento de disciplinas em língua estrangeira (inglês). Ao mesmo tempo, foram mantidos entendimentos preliminares para implementar

um programa piloto, possivelmente com a Escola de Administração, para o oferecimento de disciplinas em língua inglesa.

Entre diversas ações voltadas diretamente para a colaboração na pesquisa com instituições estrangeiras, merece destaque a participação da AAI na organização do *workshop* BigData Bahia, que contou com a vinda de delegação francesa da *Sorbonne Universités* (Universidades de Paris 4 e Paris 6), nos dias 25-26 de abril de 2016. Em decorrência desta ação, discussões ocorrerão sobre a implementação de uma ação concertada sobre um tema central, para a qual diversos grupos de pesquisa na UFBA poderão contribuir.

A AAI conduziu a participação da UFBA em diversos projetos aprovados no âmbito do “Programa Erasmus Mundus+”. De janeiro a setembro de 2016, estudantes da UFBA foram beneficiados por bolsas em projetos coordenados pela *Middlesex University* (Londres), Universidade de Luxemburgo, e o Instituto Politécnico de Milão (projeto SustainT). Finalmente, a AAI organizou, nos dias 21-22 de abril de 2016, o *workshop* de encerramento do “Projeto Preciosa”, coordenado pela Universidade de Padova, que teve sua vigência entre os anos de 2013 a 2015.

A AAI trabalhou ativamente no sentido de promover um ciclo de palestras internacionais para comemorar os 70 anos da UFBA. Como resultado desse esforço, foi possível organizar as palestras do Embaixador Roberto Azevedo, Coordenador da Organização Mundial do Comércio, e do Prof. Helder Coelho, da Universidade de Lisboa, com trabalhos pioneiros em nível mundial sobre inteligência artificial.

Tendo em vista o crescimento da presença da China também na área da educação superior, a AAI entendeu necessário iniciar negociações para estabelecer um primeiro contato com instituições chinesas. Ao longo de 2016, foram tratadas a implementação de um Instituto Confúcio na UFBA, com a Universidade de Jilin, China, e a negociação de um acordo de cooperação com a *Huazhong University of Science and Technology*, Wuhan, China. Uma delegação de professores desta última deverá participar de um workshop, na Escola de Administração, em janeiro de 2017.

Dando cumprimento à sua rotina, a Assessoria Internacional recebeu missão alemã organizada por professores da Faculdade de Educação/UFBA; participou de reunião com pesquisadores americanos; recebeu delegação da Universidade de Parma (Itália); promoveu duas reuniões para divulgar e orientar interessados no Projeto Sustain-T, da Erasmus Mundus; organizou palestra realizada na UFBA por representantes do Consulado Americano do Rio de Janeiro; reuniu-se em vídeo-conferência com Silvie Debs, representante do Programa Icorn/França; renovou convênios de cotutela e coordenou o estabelecimento de acordos de cooperação entre a UFBA e várias instituições estrangeiras. Além disso, foram proferidas duas palestras sobre a internacionalização das universidades federais brasileiras, uma delas para alunos dos cursos de Engenharia da UFBA e outra para alunos de pós-graduação no Instituto de Geologia. Com o fim específico de projetar a UFBA internacionalmente, foram iniciadas tratativas com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Essas diligências tiveram um primeiro resultado em 2017. O Professor Paulo Miguez, Vice-Reitor desta instituição, foi indicado como nosso representante junto à CPLP.

No intuito de nortear as atividades internacionais da UFBA a partir da construção de seu perfil como produtora de conhecimento, a AAI visitou o Instituto de Estudos Avançados da USP, através do seu antigo presidente, Professor Alfredo Bosi, acompanhado do Professor Paulo Saldiva, atual presidente do IEA/USP. Com o mesmo fim, a AAI realizou duas visitas ao Centro Integrado de Energia e Ambiente (CIEnAm/UFBA) e também iniciou diálogo com pesquisadores da área de saúde.

No exercício de 2016, a AAI recebeu vários professores interessados em auxiliar a difusão, na comunidade da UFBA da ideia de “internacionalização em casa” e igualmente interessados em começar a transformar esse conceito em uma prática. Podendo conviver com os programas de mobilidade acadêmica, o processo visa a construir, no interior da própria UFBA, uma competência intercultural. Tradicionalmente realizada através de uma transformação nos currículos, essa competência pode ser iniciada com uma série de debates e discussões que alguns professores, voluntariamente e com o nosso apoio, pretendem realizar em 2017.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos em exercício

A Universidade Federal da Bahia elaborou seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período compreendido entre Janeiro de 2012 a Dezembro de 2016.

(Disponível em https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16_0.pdf).

O PDI 2012-2016 da UFBA visa atender aos objetivos, metas e iniciativas do Programa Temático 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal 2012 – 2015, em consonância com a proposta do novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, que tem por eixos norteadores: a expansão da oferta de vagas na educação superior, a garantia de qualidade na educação, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico.

As Diretrizes Estratégicas apresentadas no PDI 2012 – 2016, são:

I- Dimensão dos Resultados Institucionais

- a) Ampliar o papel da UFBA no desenvolvimento sociocultural e econômico local, regional e nacional de forma sustentável;
- b) Atingir níveis de qualidade e excelência na formação dos estudantes de graduação e de pós-graduação;
- c) Fomentar a produção e disseminação da pesquisa, da criação e da inovação de elevada qualidade, ampliando a presença da universidade no cenário científico estadual, nacional e internacional e potencializando os impactos sociais, tecnológicos, econômicos, científicos e ambientais da pesquisa e da inovação para a sociedade;
- d) Fortalecer os mecanismos que favoreçam a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, apoiando programas inovadores, assegurando que a formação dos estudantes esteja continuamente associada à produção e socialização do conhecimento;
- e) Potencializar a extensão universitária como espaço pedagógico de formação profissional e cidadã dos estudantes, assim como vetor de inovação e desenvolvimento social, cultural e tecnológico local e regional;
- f) Desenvolver uma cultura de avaliação institucional no âmbito na Universidade Federal da Bahia, pautada nos princípios de rigor e excelência técnico-científica, respeito à diversidade e compromisso social, como base para o aprimoramento dos processos de gestão e melhoria contínua dos resultados e produtos devolvidos à sociedade.

II- Dimensão das Ações Afirmativas

- a) Investir em ações sociais, acadêmicas, artísticas e culturais que concretizem uma política de apoio ao corpo estudantil, pautada pelos princípios da equidade, da justiça e da responsabilidade recíproca;
- b) Consolidar e ampliar políticas de acesso e permanência de grupos sociais tradicionalmente excluídos;
- c) Orientar o conjunto das ações da Universidade pelo princípio da inclusão plena de todos os seus membros na vida social e acadêmica, combatendo quaisquer preconceitos e práticas discriminatórias e assegurando condições requeridas por pessoas com necessidades especiais.

III- Dimensão da Interiorização e Internacionalização:

- a) Consolidar o novo modelo organizacional da UFBA, de interiorização de ações de ensino, pesquisa e extensão, com o estabelecimento de condições plenas de funcionamento do *campus* Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista e demais *campi* que vierem a ser criados;
- b) Ampliar a internacionalização da UFBA, tanto no que se refere ao desenvolvimento de projetos de cooperação internacional para produção e difusão do conhecimento, quanto na formação de recursos humanos, com base nos princípios da autonomia e reciprocidade.

IV- Dimensão dos Processos Decisórios:

- a) Implementar a nova estrutura organizacional definida nos documentos legais da Universidade;
- b) Fortalecer a autonomia, a capacidade de gestão acadêmica e administrativa e a articulação das ações das Unidades Universitárias;
- c) Estimular a integração da UFBA com as demais universidades públicas que atuam no Estado da Bahia, promovendo ações solidárias e de cooperação interinstitucionais no âmbito da formação de recursos humanos, e da produção e difusão do conhecimento;
- d) Fortalecer o Sistema Universitário de Bibliotecas, assegurando o acesso ampliado ao conhecimento e às informações disponíveis nos bancos de dados existentes e potencialmente disponíveis;
- e) Orientar o conjunto das ações da Universidade pelo princípio da inclusão plena de todos os seus membros na vida social e acadêmica, combatendo quaisquer preconceitos e práticas discriminatórias e assegurando condições requeridas por pessoas com necessidades especiais.

Dessa maneira, o PDI UFBA contempla a expansão universitária com a interiorização, com a participação no desenvolvimento de novas Universidades Federais no Estado da Bahia; a definição de metas e estratégias que possibilitem a ampliação da oferta e democratização do acesso e permanência do estudante; a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos para fortalecer o sistema nacional de educação e contribuir para a melhoria da educação básica; o fortalecimento da extensão universitária e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do País.

3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A UFBA segue desenvolvendo mecanismos e práticas do planejamento estratégico, conforme o PDI em vigência. Em vista do prazo desse planejamento, a Universidade realizou em julho de 2016 o Congresso Geral em que se discutiu as bases para o novo PDI a partir de 2017. O referido Congresso, ocorrido no período de 14 a 17 de julho de 2016, o primeiro do seu tipo realizado na UFBA, serviu

como uma ampla escuta da comunidade universitária sobre todos os temas de maior relevância para o planejamento estratégico, entre outros aspectos.

Quando foi formulado, o PDI-UFBA propunha se constituir “exatamente um documento, carta programática, que registra aquilo que almejamos concretizar nos próximos cinco anos. É um exercício de pensar o nosso futuro imediato, base para nos prepararmos e buscarmos as condições que nos levem do ponto em que estamos para aquele que queremos chegar. Documento hoje indispensável para as instituições de ensino superior no Brasil, o PDI deve ser compreendido como um esforço para mobilizar toda a coletividade responsável pelos fazeres e resultados da UFBA em prol da sua efetiva concretização.” Isto feito, com base em dois elementos principais: excelência acadêmica e comprometimento social e compromisso com o desenvolvimento social.

As diretrizes principais, incluem:

- a) ampliar o papel da UFBA no desenvolvimento sociocultural e econômico local, regional e nacional de forma sustentável;
- b) fortalecer a autonomia, a capacidade de gestão acadêmica e administrativa e a articulação das ações das Unidades Universitárias;
- c) investir na qualificação e valorização do servidor universitário, como condição para se obter desempenhos que assegurem a qualidade dos resultados das atividades finalísticas da instituição;
- d) investir em ações sociais, acadêmicas, artísticas e culturais que concretizem uma política de apoio ao corpo estudantil, pautada pelos princípios da equidade, da justiça e da responsabilidade recíproca;
- e) consolidar e ampliar políticas de acesso e permanência de grupos sociais tradicionalmente excluídos;
- f) racionalizar, em conformidade com o plano diretor vigente, o uso do espaço físico e das instalações da universidade, assegurando condições de segurança, acessibilidade, tornando-os social e ambientalmente mais acolhedores;

Em 2016, foram iniciadas as discussões e reflexões necessárias à elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Universidade. O novo PDI, que terá a vigência de 2017 a 2021 deverá atualizar o planejamento estratégico da UFBA, definindo novas metas, realistas e desafiadoras, considerando o cenário que se coloca para o ensino superior público no Brasil. Trata-se de tarefa da maior complexidade, considerando, sobretudo, o momento de profunda incerteza e grandes mudanças que se verificaram nos cenários político e econômico. Momento de crise institucional e de alterações significativas na orientação geral das políticas econômica (com recrudescimento de medidas recessivas) e social. Parte importante das discussões ocorreram no âmbito do I Congresso da UFBA, comemorativo dos seus 70 anos. Lá tivemos algumas Mesas especificamente voltadas para discutir o planejamento estratégico, compartilhando experiências de outras universidades públicas. Os resultados dos debates em várias Mesas que, em diferentes níveis, contribuíram para definições do PDI, foram sistematizados e estão apoiando os gestores nas definições dos planos de desenvolvimento das unidades da Administração Central da Universidade.

Os documentos e decisões elaborados estão, em um segundo momento, sendo objeto de discussão com segmentos diversos da Universidade no sentido de que o novo PDI possa refletir, da melhor maneira possível, o que todos esperam da UFBA daqui a cinco anos. Este processo está sendo sistematizado pela SUPAD, Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional, que gerará um documento a ser discutido e aperfeiçoado no âmbito da Administração para, em seguida, ser encaminhado para apreciação e aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUNI). Trabalha-se com a expectativa de que ao final do primeiro semestre de 2017 a Universidade já tenha o seu PDI

aprovado pela instância competente e que tal documento seja a base para os planos de trabalho em todos os níveis da administração da UFBA. É importante assinalar, ainda, que a construção do PDI está sendo encarada como uma ação importante no sentido de consolidar um novo modelo de governança da Universidade em que o planejamento seja, de fato, a base para a gestão e para os processos de autoavaliação. Com base no futuro PDI 2017, a UFBA pretende intensificar as atividades de planejamento das suas ações, envolvendo todas as Unidades Universitárias e Administrativas.

3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

A apreciação dos relatórios das Pró-Reitorias acadêmicas indica que, em 2016, foram cumpridos os objetivos da Universidade em suas atividades finalísticas, com avanços significativos no cumprimento das metas de ensino para a graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão universitária. Todavia, a expansão relativamente rápida da Universidade, em que o número de alunos da graduação experimentou aumento, com ampliação do número de cursos de pós-graduação, trouxe novos e grandes desafios à gestão universitária, tanto no âmbito acadêmico quanto administrativo.

Persiste o objetivo de criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia a partir do desmembramento do *Campus* Anísio Teixeira, no Município de Vitória da Conquista e está em processo de estruturação, visando o seu funcionamento, o novo *Campus* da UFBA no Município de Camaçari, localizado na Região Metropolitana de Salvador. Assim, a UFBA tem cumprido o seu papel no âmbito da expansão da universidade pública brasileira.

A adoção exclusiva do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, bem como do Sistema de Seleção Unificada – SISU para o ingresso nos cursos de graduação, preservados os procedimentos relativos às provas de habilidade específica para os cursos que o utilizam, se consolida na UFBA, ampliando as condições de acesso ao ensino superior.

3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultado dos Planos

A UFBA conta com sistemas de informação corporativos onde se registram rotineiramente os dados administrativos e acadêmicos (SIAC, SIPAC, SIP, SIATEX entre outros). Os dados registrados são consolidados e divulgados sob diversos instrumentos (Boletins, relatórios) e na página da UFBA na internet (www.ufba.br). Nesses veículos, encontram-se os resultados da execução das atividades da Universidade.

3.3 Desempenho Orçamentário

3.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 3.3.1- Ação 2080.20GK.26232.0029

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	2080.20GK.26232.0029 Tipo:
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Iniciativa						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil Código: 20GK					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Unidade Orçamentária	PROEXT/PROPCI					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.536.210,00	10.536.210,00	10.295.858,81	8.687.313,15	8.405.181,14	282.132,01	1.608.545,66
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa Apoiada		Unidade	1.840	-	2.009	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.933.715,20	1.311.276,47	22.702,40	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Análise Situacional

No âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI) foram executados, ao longo de 2016, os seguintes quantitativos de projetos, cada projeto expressando uma unidade da meta física estabelecida: 1.041 projetos de Iniciação Científica, totalizando 1.372 bolsistas nos programas PIBIC, PIBITI e PIBIC/AF; 15 projetos no âmbito do Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA – PROUFBA. Programa voltado à pesquisa da realidade da Universidade; 36 projetos no âmbito do Programa de Apoio Emergentes da UFBA – PRODOC; 54 projetos no âmbito do Programa de Proficiência em Língua Estrangeira para Estudantes e Servidores da UFBA- PROFICI. O número de projetos corresponde ao número total de coordenadores (6) e monitores (48), por mês, envolvidos na execução do programa; 26 projetos na forma de registros de propriedade intelectual efetivados pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT); 11 projetos de estudo da UFBA no período da ditadura militar; 51 projetos de apoio à Iniciação Tecnológica; e 135 projetos de manutenção de equipamentos. No âmbito da PROPCI, portanto, temos 1.369 projetos. No âmbito da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PROPG) foram executados, ao longo de 2016 os seguintes quantitativos de projetos, cada projeto correspondendo a uma unidade de meta física: 110 projetos de revisão e tradução de artigos em língua estrangeira; 227 projetos de participação de alunos de graduação em eventos de alta relevância acadêmica, nos marcos das chamadas PARTICIPAR; 272 projetos de apoio a pós-graduandos em eventos de alta relevância acadêmica.

Esse apoio foi obtido através de edital especial com recursos UFBA, para compensar os cortes dos recursos do PROAP da CAPES; e 23 projetos na forma de apoio a taxas de publicação em revistas altamente qualificadas. No âmbito da PROPG, portanto, temos 632 projetos. A decisão da atual gestão de busca da preservação da qualidade da pesquisa e da pós-graduação na UFBA mesmo neste contexto de incertezas foi essencial para a manutenção dessas atividades e a ultrapassagem da meta física. As atividades de gestão da pesquisa e da pós-graduação na UFBA, ao longo de 2016, continuaram fortemente condicionadas pelas incertezas e instabilidades tanto na execução orçamentária com recursos do Tesouro, quanto pelas restrições no fomento à pesquisa por parte das agências federais e estaduais, particularmente CNPQ, CAPES, FINEP e FAPESB.

Em especial a forte redução nos repasses de convênios da FINEP, cancelamento de convênios por iniciativa desta mesma agência federal; virtual extinção de pagamento de projetos pela FAPESB e corte e atrasos nos repasses de projetos pelo CNPQ trouxeram imensas dificuldades à implementação das ações de pesquisa e de pós-graduação, porque forçaram às Pró-Reitorias a abruptas reformulações de planos ao longo do ano organizando editais e chamadas para socorro às atividades de pesquisa e de pós-graduação. Todos os projetos implementados foram cumpridos, com cerca de 90% de execução da parcela de recursos alocada na PROEXT, referente a pagamento de bolsas. Dos 9 projetos apoiados, 1 não foi implementado pela coordenadora. O restante da execução dos recursos dos projetos implementados é da alçada específica das Unidades Universitárias de lotação dos coordenadores dos projetos, dificultando o acesso da PROEXT ao plano de desembolso efetivamente cumprido.

Quadro 3.3.2- Ação 2080.20GK.26232.7038

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (X) Parcial				
Código		2080.20GK.26232.7038 Tipo:				
Título		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Iniciativa						
Objetivo		Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil Código: 20GK				
Programa		Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
Unidade Orçamentária		PROEXT/PROPCI				
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	1.000.000,00	890.000,00	450.000,00	450.000,00	-	440.000,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	

Iniciativa Apoiada		Unidade	1	-	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Análise Situacional

O Projeto Estudo Randomizado da Enxertia Autóloga de Células da Medula Óssea enriquecidas ou não com plasma rico em plaquetas para consolidação da Pseudoartrose e Lesão Ligamentar do Joelho em relação aos tratamentos convencionais, teve recursos provenientes da Emenda Parlamentar (Processo número 23.066.034656/201632). Considerando a divisão do recurso em duas parcelas de R\$450.000,00 e R\$440.000,00 totalizando R\$890.000,00, sendo que a primeira parcela, liberada em 18/12/2016, atendendo os trâmites internos da Universidade Federal da Bahia, será utilizada durante o mês de março de 2017, sendo 25% para aquisição de insumos pertinentes ao projeto. Solicitamos a segunda parcela durante o mês de março atendendo orientação da Universidade.

Quadro 3.3.3- Ação 2080.20GK.26232.7044

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2080.20GK.26232.7044 Tipo:					
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil Código: 20GK					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Unidade Orçamentária	PROEXT/PROPCI					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
200.000,00	200.000,00	199.977,68	4.327,00	-	4.327,00	195.650,68
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa Apoiada		Unidade	1	-	1	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Análise Situacional

O recurso da Emenda Parlamentar (R\$ 200.000,00) foi empenhado ao final do ano de 2016, em função de ter sido liberado naquele momento. Não havendo pregões vigentes para aquisição de diversos itens, não foi possível a execução integral do objeto. Dessa maneira, foram adquiridos materiais para laboratórios de ensino de graduação das escolas da área de saúde da UFBA.

No exercício de 2017, a UFBA colocará à disposição da Faculdade de Medicina/CETAD, os recursos necessários à realização do Projeto "CETADOBSERVA", considerando a importância que esse projeto tem para o combate e prevenção ao uso de drogas.

ACÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS

Quadro 3.3.4- Ação 2032.20GK.26232.7006

Identificação da Ação					
Código	2032.20GK.26232.7006 Tipo: Atividade				
Título					
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
243,10	-	-	Projeto apoiado	Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Quadro 3.3.5 - Ação 2080.20RK.26232.0029

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial
Código	2080.20RK.26232.0029 Tipo:
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil,

	promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 20RK					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Unidade Orçamentária	PROGRAD/PROPG					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
148.394.378,00	151.560.126,00	151.135.052,40	136.661.459,10	134.831.589,71	1.829.869,39	14.473.593,30
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		Unidade	42.057	-	40.544	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
18.214.149,57	13.746.743,05	80.201,53	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Análise Situacional

O número médio de alunos matriculados na Graduação na Universidade Federal da Bahia em 2016 foi de 34.671, e na Pós-Graduação foi de 5.873, sendo 40.544 o total médio de alunos matriculados na UFBA. Consideramos que alguns fatores dificultaram o pleno preenchimento das vagas após as seleções realizados pelo SISU, assim como estimularam a desistência e evasão de muitos alunos, especialmente na Graduação, que são:

A situação de cinco meses de greve no ano de 2015 provocou um atraso no início dos semestres 2016.1, em julho de 2016, e do semestre 2016.2 em novembro de 2016. Esse distanciamento do momento da matrícula do SISU em janeiro de 2016 para 2016.1 e em julho de 2016 para 2016.2 provocou uma redução do número de matrículas na primeira chamada e nas chamadas subsequentes, e alguns cursos não conseguiram preencher todas as vagas. Por outro lado, a demora para o início do semestre provocou uma desistência de vários alunos que fizeram sua matrícula, mas não compareceram para o início das aulas.

O sistema SISU promove regularmente, independentemente de haver greves ou não, uma mobilidade muito grande de alunos entre as universidades participantes, o que é positivo, mas isso ocasiona a desistência de candidatos de fazerem matrícula, e a realização de chamadas subsequentes não conseguem preencher todas as vagas, por conta da dispersão e do não acompanhamento pelos candidatos dos editais de chamadas para matrícula publicados na internet.

O SISU é uma nova dinâmica, positiva, mas que apresenta desafios para superação. A alternativa que a UFBA tem utilizado para cobrir essas vagas não ocupadas foi a realização da seleção para “vagas

residuais”, que em 2015 e 2016 tiveram mais de 1.400 vagas, um número praticamente igual às vagas do SISU de meio de ano na UFBA. Essas vagas têm sido bem procuradas e conseguimos a ocupação de 80% em média, sendo que há cursos com preenchimento completo e outros com preenchimento parcial.

Identificamos um terceiro elemento que vem favorecendo a evasão de alunos que se matriculam em determinado curso, começam a fazer as matérias mas abandonam os estudos no primeiro ou segundo semestre; trata-se daqueles casos de alunos que prefeririam estar em outro curso e entraram em curso que não era sua prioridade. Isso só poderá ser minorado com maior interação com o Ensino Médio, mas é um fenômeno que nunca será totalmente suprimido.

O quarto fator que não permite a ocupação completa de todas as vagas está além da ocorrência de greves, da nova sistemática do SISU e da desistência de alunos que se matricularam em cursos que não eram seus preferidos. O fator mais preponderante se refere à evasão sistêmica e presente em toda a Educação Superior, identificada desde a década de 1980, que indica que pelo menos 30% dos alunos evadem de seus cursos, sendo que uma parte se transfere para outro curso na mesma universidade, outra parcela se transfere para o mesmo curso em outra universidade, um terceiro grupo muda de curso ao mudar de instituição e há um segmento que abandona os estudos superiores, temporariamente ou permanentemente, para se dedicar ao mundo do trabalho. Estudos da ANDIFES da década de 1990 já indicavam essa circulação ou mobilidade, que tem a ver com a própria natureza do ambiente universitário e o processo de amadurecimento, adaptação e novas escolhas dos jovens, fenômeno não particular do Brasil.

Tendo isso em vista, a Universidade Federal da Bahia tem tomado algumas medidas para minorar essa situação:

- a) realização de palestras e debates na maioria das escolas públicas de Salvador e do interior do Estado sobre a UFBA e seus cursos, como o programa UFBA Mostra Sua Cara;
- b) maior divulgação das chamadas de matrícula, subsequentes à primeira, com matérias em jornal, envio de e-mail personalizados para os candidatos e orientação presencial no Serviço de Seleção;
- c) continuidade da realização da seleção de vagas residuais para preenchimento de nossas vagas ociosas;
- d) realização de debates e seminários em parceria com o Observatório da Vida Estudantil (OVE) junto aos colegiados de cursos, para estimular a criação ou fortalecimento da orientação acadêmica, essencial para auxiliar os alunos no processo de adaptação e afiliação acadêmica à Instituição

Quadro 3.3.6- Ação 2080.20RK.26232.7066

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	2080.20RK.26232.7066 Tipo:
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 20RK

Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Unidade Orçamentária	PROGRAD/PROPG					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	500.000,00	499.980,81	189.326,43	189.326,43	-	310.654,38
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudante Matriculado			Unidade	1	-	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Análise Situacional

Para a realização da reforma do Auditório da Faculdade de Direito, foi realizada a licitação para seleção da empresa especializada. A licitação teve resultados homologados em 07/07/2016 e a Ordem de Serviço nº 08/2016 foi expedida em 15/09/2016. Desde então a reforma teve início, tendo sido pago à empresa TEKNIK Construtora Ltda, CNPJ 12.431.140/0001-01 o valor de R\$107.082,28, perfazendo 16,1% do total da obra.

Quadro 3.3.7- Ação 2080.20RK.26232.7100

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	2080.20RK.26232.7100 Tipo:
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 20RK
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Unidade Orçamentária	PROGRAD/PROPG
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
400.000,00	400.000,00	392.308,88	212.934,31	75.749,35	137.184,96	179.374,57
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		Unidade	110	-	108	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Análise Situacional

Para equipamentos, solicitamos e fomos contemplados também este ano com Emenda Parlamentar atribuída pelo Deputado Federal Jean Wyllys, ex-aluno desta Faculdade de Comunicação (FACOM). O valor solicitado foi de R\$400.000,00, tendo sido liberado R\$392.361,00. Este valor foi imprescindível para assegurar as ações de aquisição de equipamentos para a Unidade, porém, não se concretizou a montagem efetiva do espaço da redação convergente, uma vez que parte desses equipamentos foi usada para atualizar os que estavam nas salas-laboratórios, nos laboratórios de TV e Vídeo (Lab-AV), rádio, assim como os do setor administrativo. No que diz respeito à infraestrutura do prédio da referida Unidade Universitária, suas salas de aula, laboratórios, estúdio fotográfico, auditório, cantina, setor administrativo, bem como os espaços de convivência, a preocupação é fazer com que todos funcionem de maneira adequada, com boa iluminação, refrigeração para as salas, para os laboratórios, estúdio, auditório, gabinetes de professores e espaços nos quais estão instaladas instâncias da Unidade (PETCom, Produtora Júnior, Agência de Notícias, Agenda de Arte & Cultura, Agência Experimental), assim como os órgãos complementares Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC) e o Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital (CEADD). A FACOM conta com o apoio da Administração Central, suas Pró-Reitorias, da SUMAI e demais setores da UFBA para este provimento, porém, um problema de acessibilidade crônico ainda persiste: a falta de elevadores na Faculdade. Em 2016, foi preciso montar uma sala de aula no térreo, pois recebemos um aluno com deficiência física.

ACÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS

Quadro 3.3.8- Ação 2032.20RK.26232.7072

Identificação da Ação	
Código	2032.20RK.26232.7072 Tipo: Atividade
Título	
Iniciativa	
Objetivo	Código:
Programa	Código: Tipo:
Unidade Orçamentária	

Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
315.019,93	141.343,33	-	Projeto apoiado	Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Quadro 3.3.9- Ação 2080.4002.26232.0029

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2080.4002.26232.0029 Tipo:					
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 4002					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Unidade Orçamentária	PROAE					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.842.444,00	34.167.173,00	34.105.688,17	28.951.117,99	28.897.194,39	53.923,60	5.154.570,18
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício Concedido		Unidade	65.750	-	63.756	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.726.422,01	1.546.949,49	11.671,27	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Análise Situacional

Devido ao contingenciamento do PNAES em 2016, não foi possível implementar novos editais previstos na meta informada. Por outro lado, no período de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016 o contrato do Restaurante Universitário do *Campus* IMS-CAT estava em processo licitatório. Com o

funcionamento do RU suspenso temporariamente o benefício foi repassado, exclusivamente aos estudantes cadastrados na PROAE, em auxílio financeiro.

Quadro 3.3.10- Ação 2080.8282.26232.0029

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2080.8282.26232.0029 Tipo:					
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 8282					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
34.986.739,00	30.825.428,00	15.281.277,46	6.737.893,18	5.264.101,75	1.473.791,43	8.543.384,28
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto Viabilizado		Unidade	21	-	10	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20.626.549,37	8.279.107,55	429.100,08	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Análise Situacional

A licitação para a realização da obra de finalização do Prédio Administrativo do IMS-CAT em Vitória da Conquista foi lançada em 2016 e os resultados foram homologados em 02/02/2017. Os recursos previstos no contrato com a Empresa JC Alpha Construtora Ltda, CNPJ: 21.315.261/0001-70, da ordem de R\$ 2.793.327,41 foram empenhados. O início da obra está previsto para o mês de fevereiro/2017 com a emissão da Ordem de Serviço.

O contingenciamento de recursos de capital impediu que se realizassem todas as obras e intervenções na estrutura física, como se previa.

ACÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS

Quadro 3.3.11- Ação 2030.20RJ.26232.0029

Identificação da Ação					
Código	2030.20RJ.26232.0029 Tipo: Atividade				
Título	Apoio a Capacitação e Formação inicial e Continuada para a Educação Básica				
Iniciativa					
Objetivo	Fomentar a Oferta de capacitação e formação inicial e continuada, a distancia, semipresencial e presencial, de professores, profissionais, funcionários e gestores para educação básica, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para melhoria da formação. Código: 20RJ				
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA Código: 2030 Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas				
Unidade Orçamentária	Superintendência de Educação à Distância				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
519.365,10	365.558,53	0,02	Projeto apoiado	Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Quadro 3.3.12- Ação 2109.4572.26232.0029

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral () Parcial				
Código	2109.4572.26232.0029 Tipo:				
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Iniciativa					
Objetivo	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional Código: 4572				
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo:				
Unidade Orçamentária	PRODEP				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício					
Execução Orçamentária e Financeira					
Dotação	Despesa		Restos a Pagar do exercício		

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
700.000,00	700.000,00	692.662,26	522.405,71	522.405,71	-	170.256,55
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Servidor Capacitado			Unidade	1.280	-	1.342
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
207.555,88	6.581,00	42.976,58	Servidor Capacitado	Unidade	315	

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 27/01/2017.

Análise Situacional

A política de capacitação de pessoal é institucionalizada por meio do Plano Anual de Capacitação (PAC), como o instrumento de gestão e planejamento visando ao desenvolvimento de pessoal técnico-administrativo. O PAC de 2016 foi elaborado com base no Diagnóstico de Necessidades de Capacitação, realizado entre os meses de dezembro de 2014 e março de 2015, congregando os programas de capacitação, qualificação e desenvolvimento de pessoas. Com o objetivo de dar transparência e democratizar as informações, considerou-se importante fazer a apresentação pública do PAC 2016, junto ao Sindicato dos servidores técnico-administrativos e a comunidade da UFBA, disponibilizando-o no site da PRODEP, em 11/04/2016.

No PAC também estão contemplados os eventos do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho. Boa parte das ações de capacitação contidas no PAC 2016 derivam do que foi planejado e não executado no PAC de 2015, uma vez que a greve ocorrida no referido ano inviabilizou a execução de boa parte do que fora planejado. O PAC de 2016 consistiu-se de nove cursos EAD, frutos de parceria com a ENAP; Curso de Libras avançado; Curso de Acessibilidade Universal; Programa de Saúde, Segurança e Higiene Ocupacional, com 4 módulos-cursos específicos;

Houve a criação do Programa de Capacitação para a Promoção da Igualdade Racial e de Gênero e do Respeito à Diversidade Sexual na Gestão Universitária (PRGD), com 3 cursos realizados.

O PAC previa a meta de capacitação de 1280 servidores, entretanto alcançou-se a meta de 1342 servidores capacitados. O aumento de servidores capacitados se deu devido a oferta de cursos não previstos no PAC decorrentes da identificação de novas necessidades, a exemplo de cursos preparatórios para a seleção do Mestrado Profissional em Administração, realizado em parceria com a Escola de Administração da UFBA, ao qual concorreram 93 servidores e teve 26 selecionados. Para tanto a CDH/NUCAP organizou um programa com seis cursos preparatórios a fim de que os servidores prestassem a seleção do referido mestrado. Os cursos abordaram desde a produção do pré-projeto de pesquisa, bem como conteúdos relativos às cinco áreas específicas da prova ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração) como Inglês, Português, Raciocínio Lógico, Raciocínio Quantitativo e Raciocínio Analítico. O Mestrado Profissional em Administração iniciou em novembro de 2016, sendo a primeira turma do curso dedicado especialmente aos servidores Técnico-Administrativos da UFBA.

Vale registrar que os docentes também foram alvo de uma ação de capacitação conjunta entre a PRODEP e a Pró-Reitoria de Graduação visando à formação pedagógica para docentes. O programa

contou com cinco atividades em 2016, sendo dois Ateliês Didáticos, cursos voltados para docentes que visam ao aprendizado de práticas pedagógicas; e três Ateliês Temáticos, que consistem em encontros pontuais, nos quais foram discutidos temas como educação a distância e o perfil do estudante da UFBA.

Complexo Hospitalar e de Saúde

Quadro 3.3.13- Ação 2032.4086.26359.7000

Identificação da Ação					
Código	2032.4086.26359.7000			Tipo:	
Título	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais				
Iniciativa					
Objetivo	Assegurar condições de funcionamento dos Hospitais de Ensino. Ação padronizada setorial executada pelas unidades, obedecidas as normas legais que regem as mesmas. Código: 2032				
Programa	Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária	26359 – Complexo Hospitalar e de Saúde				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
620,00	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial/ CHS/ Coordenação de Orçamento, em 27/01/2017.

Complexo Hospitalar e de Saúde

Quadro 3.3.14- Ação 2032.4086.26359.7028

Identificação da Ação					
Código	2032.4086.26359.7028			Tipo:	
Título	Funcionamento dos Hospitais de Ensino				
Iniciativa					
Objetivo	Assegurar condições de funcionamento dos Hospitais de Ensino. Ação padronizada setorial executada pelas unidades, obedecidas as normas legais que regem as mesmas. Código: 2032				
Programa	Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária	26359 – Complexo Hospitalar e de Saúde				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
190.000,00	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial/ CHS/ Coordenação de Orçamento, em 27/01/2017.

Complexo Hospitalar e de Saúde

Quadro 3.3.15- Ação 1073.4086.26359.0090

Identificação da Ação					
Código	1073.4086.26359.0090			Tipo:	
Título	Funcionamento dos Hospitais de Ensino				
Iniciativa					
Objetivo	Assegurar condições de funcionamento dos Hospitais de Ensino. Ação padronizada setorial executada pelas unidades, obedecidas as normas legais que regem as mesmas. Código: 1073				
Programa			Código:	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26359 – Complexo Hospitalar e de Saúde				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
100,128,03	-	100,128,03	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial/ CHS/ Coordenação de Orçamento, em 27/01/2017.

3.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Ocorreram restrições no desempenho orçamentário, em função do contingenciamento na liberação de limites orçamentários para empenho, recuperados parcialmente no final do exercício. Apesar disso, a UFBA apresentou elevado percentual de execução orçamentária dos limites liberados relativos aos objetivos centrais do planejamento.

Com efeito, o contingenciamento dos limites orçamentários em recursos de custeio foi da ordem de 20% e de recursos de capital/investimento foi da ordem de 60% no início do exercício de 2016, lembrando que nos primeiros três meses do ano a UFBA recebeu limites orçamentários para empenho que correspondiam a somente 1/12 avos dos recursos disponíveis. Isto retardou o início das atividades e programas diversos da Universidade e limitou grandemente as iniciativas e a continuidade das ações. No segundo semestre do ano, o contingenciamento de recursos de custeio foi reduzido para 10% e este recursos contingenciado somente foi liberado no último trimestre do exercício. Dessa maneira, algumas atividades já não puderam ser retomadas pela exiguidade de tempo. Exemplo disso foi a liberação já ao final do ano de recursos da Assistência Estudantil que estavam inscritos na PLOA 2016 mas que não figuraram na LOA 2016. Esta diferença, expressiva para o orçamento desta área, somente foi recuperada ao final do ano e, dessa maneira, programas da PROAE não puderam ser implementados como previsto ou o foram parcialmente. Em recursos de capital/investimento, o contingenciamento foi reduzido para 50% e permaneceu assim por todo o ano.

Além disso, por força dos termos do Decreto No. 8859 de 26 de setembro de 2016, parte substancial, próximo a 10 milhões de Reais, foi bloqueado no orçamento da UFBA. Esta importante restrição de recursos de investimento impossibilitou que se desse continuidade a projetos de obras e reformas, evitando que se reiniciassem algumas obras que permanecem paralisadas.

3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no Orçamento

Quadro 3.3.3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil		Valores em R\$1,00			
Código SIAFI	Denominação				
213110400	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF/UG)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
150247	00192190000196	0,00	0,00	379,8	379,80
	00740696000192	0,00	222479,24	230.414,34	7.935,10
	01442538000119	0,00	13.250,00	26.500,00	13.250,00
	01513946000114	0,00	27.050,00	28.076,90	1.026,90
	01772798000152	0,00	179.975,60	194.219,60	14.244,00
	01772798000233	0,00	0,00	48.275,60	48.275,60
	02068375000119	0,00	0,00	14.073,00	14.073,00
	02421679000118	0,00	133.946,90	193.759,30	59.812,40
	02712393000191	5.800,00	17029,44	37613,34	26.383,90
	03022982000100	0,00	189.560,00	230.250,00	40.690,00
	03580760000103	0,00	109.230,00	217.980,00	108.750,00
	03590360000189	0,00	470.889,60	602.663,15	131.773,55
	04021332000103	0,00	0,00	16.176,00	16.176,00
	04239658000101	9.890,00	208.277,20	353.562,40	155.175,20
	04614288000145	0,00	35.800,00	36.686,50	886,50
	06191680000154	0,00	105,00	210,00	105,00
	06234797000178	0,00	466.696,94	471.455,90	4.758,96
	07038163000102	0,00	141.370,00	196.420,00	55.050,00
	07046809000101	0,00	0,00	3.626,18	3.626,18
	07090895000141	0,00	40.666,00	59.490,00	18.824,00
	07484373000124	0,00	33.878,00	36.668,00	2.790,00
	08282077000103	0,00	13.500,00	26.605,12	13.105,12
	08395821000186	0,00	9.960,00	21.161,50	11.201,50
	08958658000112	0,00	5.790,40	11.580,40	5.790,00
	09090958000195	0,00	4.103,00	6.703,00	2.600,00
	10463030000198	0,00	0,00	1.643,00	1.643,00
	10493969000103	0,00	16.177,00	49.985,60	33.808,60
	113202	13.541,12	0,00	43.932,72	57.473,84
	115406	25.272,00	0,00	0,00	25.272,00
	11896538000142	0,00	29.730,40	46.034,00	16.303,60
	12047164000153	0,00	25.282,38	33.682,38	8.400,00
	12784295000113	0,00	0,00	43.407,23	43.407,23
	13530225000100	0,00	393.483,58	714.874,08	321.390,50

	14645162000191	15.636.949,90	33.850.303,09	20.293.025,03	2.079.671,84
	16516296000308	0,00	55.175,47	129.705,77	74.530,30
	18861151000108	0,00	72.987,50	96.985,50	23.998,00
	19913591000116	0,00	360,43	720,86	360,43
	21632425000193	0,00	375,00	750,00	375,00
	22283196000101	0,00	1.953,60	19.166,40	17.212,80
	24005316000134	0,00	148,75	297,50	148,75
	31673254000102	266,00	0,00	0,00	266,00
	31673254000285	0,00	22.794,00	45.588,00	22.794,00
	32622037000148	0,00	75.069,00	75.241,86	172,86
	32658023000184	0,00	137.685,00	162.060,44	24.375,44
	39032974000192	0,00	3.420,00	6.840,00	3.420,00
	40175705000164	0,00	300,00	600,00	300,00
	43940618000144	0,00	69.840,00	207.983,52	138.143,52
	46563938000110	40.438,18	40.438,18	0,00	0,00
	47193115000103	0,00	12.841,48	12.860,50	19,02
	49324221000880	0,00	4.303,20	12.909,60	8.606,40
	50247071000161	0,00	74.019,00	139.455,00	65.436,00
	50260751000115	2.373,90	1.236,00	1.236,00	2.373,90
	52828936000109	0,00	126.884,48	127.564,48	680,00
	54516661002732	0,00	40.912,32	41.748,96	836,64
	60665981000975	0,00	1.344,60	1.792,80	448,20
	61418042000131	0,00	12.751,46	12.817,59	66,13
	73008682000152	6.060,00	0,00	0,00	6.060,00
	82641325002161	0,00	25.322,10	36.082,12	10.760,02
Subtotal 1		15.740.591,10	37.418.695,34	25.423.540,97	3.745.436,73
153038	08393141591	0,00	0,00	64,77	64,77
	153038	0,00	0,00	201,6	201,6
Subtotal 2		0,00	0,00	266,37	266,37
153040	331788002162	133,28	0,00	0,00	133,28
	24380578000421	576,11			576,11
Subtotal 3		709,39	0,00	0,00	709,39
Total 1		15.741.300,49	37.418.695,34	25.423.807,34	3.746.412,49
Código SIAFI	Denominação				
213120400	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - INTRA OFSS				
150247	113202	4.795,36	0,00	0,00	4.795,36
	115406	9.828,00	0,00	0,00	9.828,00
Total 2		14.623,36	0,00	0,00	14.623,36
Total geral		15.755.923,85	37.418.695,34	25.423.807,34	3.761.035,85

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Os dados indicados na tabela acima denominada “obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no Orçamento” e apurados pela UO 26359 no encerramento do exercício de 2016 possuem inconsistências somente percebidas depois de revisados os lançamentos no corrente ano de 2017. Imediatamente foram corrigidos os registros no SIAFI, além de outros que ainda se fazem necessários e serão revistos.

A Universidade Federal da Bahia celebrou contrato com a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – FAPEX com o objetivo de dar apoio administrativo-financeiro às atividades de ensino, pesquisa e assistência desenvolvidas nos hospitais universitários e em ambulatório e laboratórios das unidades de ensino da Universidade Federal da Bahia, com renovações permanentes desde 1992, por meio de recursos do Ministério da Saúde/ Fundo Nacional de Saúde, oriundo da prestação de serviço ao Sistema Único de Saúde-SUS. Apesar de a finalização desse apoio ter sido iniciada em janeiro de 2015 em decorrência da Lei 12.550/2011 que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), a qual vem prestando apoio ao processo de gestão dos hospitais das Universidades Federais, as despesas que anteriormente vinham sendo realizadas pela FAPEX ainda não foram quitadas integralmente, constituindo-se no reconhecimento de passivo tendo como credor a referida Fundação.

3.3.4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 3.3.4.1 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados							
Órgão UGE	Ano de inscrição	Restos a Pagar Processados - Montante em 1º de janeiro de 2016	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a pagar processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Saldo a pagar 31/12/2016		
	2010	4.406,43		4.406,43	0,00		
	2011	67.453,64		67.453,64	0,00		
	2012	105.859,86	2.539,00	22.197,46	81.123,40		
	2013	2.271.003,42	1.899.948,76	205.515,09	165.539,57		
	2014	1.509.013,40	890.171,63	77.883,09	540.958,68		
	2015	43.803.856,35	39.357.627,75	3.427.473,28	1.018.755,32		
Total		47.761.593,10	42.150.287,14	3.804.928,99	1.806.376,97		
Restos a Pagar não Processados							
Órgão UGE	Ano de inscrição	Restos a Pagar Não Processados Montante em 1º de janeiro de 2016	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Não Processados Saldo a pagar 31/12/2016	
26232	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	2008	115.043,14		115.043,14	0,00	
		2009	549.178,59			549.178,59	
		2010	6.642.171,34			346.893,25	6.295.278,09
		2011	4.080.950,48	238.087,43	238.087,43	323.203,06	3.519.659,99
		2012	9.165.820,86	757.767,77	757.767,77	712.902,04	7.695.151,05
		2013	7.691.490,03	1.918.186,70	1.892.351,44	604.457,72	5.194.680,87

	2014	6.646.000,85	2.506.658,84	2.467.009,49	137.906,57	4.041.084,79
	2015	56.596.662,63	45.032.254,97	44.662.488,55	4.725.636,25	7.208.537,83
Total		91.487.317,92	50.452.955,71	50.017.704,68	6.966.042,03	34.503.571,21

Fonte: Tesouro Gerencial (dados 30/01/2017)

Análise Crítica

A UJ UFBA é constituída por duas Unidades Orçamentárias (UO's) 26232 e 26359, e quatro Unidades Gestoras Executoras (UGE): 153038, 150223, 150247 e 153040. As UGE's, 150247 (CHS), 150223 (MCO) e 153040 (HUPES) registram contabilmente os créditos da UO 26359 – área de saúde da Instituição. A UGE 153038 funciona como Gestora e Setorial do Órgão na qual é registrado contábil e preponderantemente o orçamento da UO 26232 distribuído para suas 60 UGR's, cujos dirigentes têm competência para gerir esses créditos. A análise e registro desses atos são feitos centralizadamente pela Coordenação de Contabilidade e Finanças da Pró-Reitoria de Administração na UG 153038.

Os Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores representam tanto os créditos originários da UJ como os recebidos de outras UJ, executados por todas as UG citadas. O pagamento dos RP's é realizado na medida em que o objeto é adimplido e que o recurso financeiro é repassado pelo MEC ou por outro órgão (em se tratando de descentralizações externas), efetuando-se a quitação junto ao credor. O impacto na gestão financeira decorrente do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores é sentido em virtude do estabelecimento através de Decreto presidencial de limites trimestrais para liberação dos recursos financeiros quer para honrar compromissos do exercício, quer para os de exercícios anteriores. No exercício de 2016, os limites financeiros estabelecidos pela SPO/MEC favoreceram pagamentos de Restos a Pagar e das despesas processadas do próprio exercício financeiro. A existência de Restos a Pagar Processados encontra-se amparada no Decreto 93872/86, art. 70 –“prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, § 10, VI)”. Os registros na UO 26232 identificam saldos dos Restos a Pagar não Processados, composto majoritariamente por serviços de engenharia e obras e instalações e, ainda, de equipamentos que dependem da conclusão dessas obras para que sejam fornecidos, instalados e postos em funcionamento, amparados no art. 68 (§ 2º e § 3º I e II b) e c)) do Decreto 93872/86. No exercício de 2016 foram pagos aproximadamente 54,67% dos Restos a Pagar não processados e cancelados 7,61%. Dos Restos a Pagar processados foram pagos 88,25% do montante apurado em 01.01.2016.

Na UO 26359 os registros de Restos a Pagar são predominantemente decorrentes da estrutura de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) uma vez que as despesas realizadas são pagas pelo sistema a título de ressarcimento.

3.3.5 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro 3.3.5.1 -Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos exercícios 2014 a 2016

Unidade Concedente ou Contratante	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA					
Nome:						
CNPJ:	15.180.714/0001-04					
UG/GESTÃO:	153038/15223					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
TED's	0	1	1	0,00	749.697,00	26.847,36
Contrato com Fundações de Apoio	40	39	54	28.332.214,58	25.274.001,43	36.251.288,17
Totais	40	39	54	28.332.214,58	26.023.698,43	36.278.135,53

Fonte: PROPLAN/CCCONV/NAC e Coordenação de Orçamento da UFBA

Quadro 3.3.5.2 - Resumo da Prestação de contas sobre Transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Contrato com Fundação

Unidade Concedente			Em R\$ 1,00	
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA				
CNPJ: 15.180.714/0001-04		UG/GESTÃO: 153038/15223		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassado	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contrato com Fundações	
2016	Contas Prestadas	Quantidade	46	
		Montante Repassado	27.975.905,33	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado	0,00	
Anteriores a 2016	Contas Prestadas	Quantidade	4	
		Montante Repassado	3.161.464,32	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado	0,00	

Fonte: PROPLAN/CCCONV/NAC

Nota: No exercício de 2016 foram consideradas contas não prestadas até 30/11/2016, conforme cláusula contratual.

Quadro 3.3.5.3 -Situação da Análise das contas prestadas no exercício de 2016

Unidade Concedente ou Contratante		
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA		
UG/GESTÃO: 153038/15223		
CONTAS APRESENTADAS	QTD./MONTANTE	
Contas analisadas	Qtd. Aprovada	11
	Qtd. em diligência / trâmite para aprovação	31
	Qtd. Reprovada	0
	Qtd. TCE	0
	Montante	R\$ 18.699.483,18
Contas não analisadas	Qtd.	173
	Montante	R\$ 93.020.484,89

Fonte: PROPLAN/CCCONV/NAP

Quadro 3.3.5.4 -Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante						
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA						
UG/GESTÃO: 153038/15223						
Instr. de transf.	Quantidade de dias de atraso na análise das contas					Total
	< 30 d	31 a 60 d	61 a 90 d	91 a 120 d	> 120 d	
Contratos	3	10	7	12	141	173

Fonte: PROPLAN/CCCONV/NAP

Análise Crítica

No exercício de 2016, estiveram vigentes 180 contratos, sendo que destes, 40 foram celebrados no exercício de referência, quantitativo estável em relação ao exercício anterior (39). Salienta-se que grande parte desses projetos são financiados por outras instituições e dentre estes existem processos específicos com seus respectivos instrumentos jurídicos. Além disso, diversas parcerias institucionais tramitaram pela Coordenação de Convênios e Contratos Acadêmicos, perfazendo um total de mais de 350 celebradas este ano.

A coordenação de Convênios e Contratos Acadêmicos (CCCONV) com o apoio dos seus Núcleos (Núcleos de Apoio a Elaboração – NAE, Núcleo de Acompanhamento – NAC e Núcleo de Prestação de Contas – NAP), implantou melhorias significativas nos processos, as quais podemos destacar:

- a) readequação dos procedimentos operacionais e instrumentos jurídicos, com base nas alterações dos normativos legais e recomendações dos órgãos de fiscalização e controle;
- b) melhorias nos controles sobretudo relacionados a bolsas, teto constitucional, dois terços de participantes de projetos;
- c) sugestão à STI para desenvolvimento do módulo projetos e convênios do SIPAC;
- d) avanço da publicidade da relação com as fundações de apoio, desenvolvimento do Portal Público do SIPAC e desenvolvimento do boletim interno;
- e) implantação de prestações de contas eletrônicas, proporcionando redução de custos, maior agilidade na prestação e análise das prestações de contas;
- f) finalização do passivo de prestações de contas das fundações de apoio;
- g) controle e sugestão para melhoria dos portais da transparência do SIPAC;
- h) elaboração de projetos para redução do estoque e análise dinâmica de PC's;
- i) elaboração de minuta sobre a relação da UFBA com as fundações de apoio, que encontra-se em análise na Administração Central para envio ao COSUNI no primeiro semestre de 2017;
- j) início da anexação das prestações nos sistemas de controle da UFBA, melhorando a transparência.

As fundações de apoio junto a UFBA, devidamente credenciadas, apresentaram 50 prestações de contas - PC no exercício de 2016, referem-se a PC's do tipo final, dentre elas as últimas quatro que finalizaram o passivo histórico das fundações de apoio. As outras 46, foram prestadas tempestivamente, outro avanço alcançado após ações de CCCONV, que avançou em seus controles e recomendou melhores práticas às Fundações de Apoio.

Quanto às análises das prestações de contas, a UFBA realizou análise financeira em 42 prestações de contas finais já prestadas pelas fundações de apoio, representando um quantitativo bem superior ao exercício de 2015, quando ocorreu análise de 23 PC's, representando quase o dobro, em que pese alguns fatores supervenientes.

Especificamente sobre área relativa a prestação de contas que vem tendo atenção especial da Administração Central e da CCONV, trataremos de dois aspectos de maneira especial: o cumprimento pelos convenientes/contratados da apresentação da prestação de contas no prazo definido em instrumento jurídico e o processo de análise e decisão sobre as respectivas prestações de contas.

Inicialmente verifica-se um quantitativo de prestações de contas analisadas bem superior em comparação ao exercício de 2015. Um aumento da ordem de 83%. Esta melhoria são os efeitos de medidas adotadas ao longo dos últimos anos na área técnica (CCCONV/NAP) como a adoção plena do Procedimento Operacional – PO no que se refere a suas diretrizes que orientam as análises técnicas, estruturação interna com gestão eficiente da equipe, o incremento da equipe com um terceirizado, além da redução de inconsistências nas prestações de contas apresentadas, sobretudo as parciais, que reduzem o tempo de análise.

Através do Quadro 3.3.5.3, verifica-se que 173 prestações de contas estão pendentes de análise. Como já temos informado aos órgãos de fiscalização e controle, este quantitativo é resultado de um acumulado provocado por vários acontecimentos, onde destacamos a apresentação pelas fundações de apoio de várias prestações de contas atrasadas, meses com atividade reduzida (greves de servidores – 2014/2015; Copa do Mundo; etc), redução do quadro de servidores efetivos na área técnica. No exercício de 2016, fatores supervenientes se repetiram, excepcionalmente, em razão de aspectos políticos nacionais, as atividades dessa área foram interrompidas por quase um mês devido a ocupações dos discentes no prédio em que a CCONV funciona. Considerando estes fatores as análises de PC's finais estavam dentro da capacidade operacional prevista.

O aumento no estoque foi de apenas 8 prestações de contas (contratos). Isso indica que, apesar da UFBA ter recebido 50 PC's em 2016, dentre elas quatro do estoque de PC's das fundações, foram efetuadas 42 análises. Ratifica-se que com a atual estrutura, e não ocorrendo fatos supervenientes, é possível analisar as prestações de contas apresentadas ordinariamente por ano e reduzir o passivo gradativamente em aproximadamente 10% do estoque/ano, considerando uma quantidade média de contratos vencidos anualmente.

Não fosse, porém, a greve de cerca de dois meses dos servidores Técnico-Administrativos em 2016 e um mês de ocupação do prédio da reitoria, possivelmente a quantidade de PC's seria superior ao quantitativo de PC's recebidas.

Atendendo a orientações da CGU, a área técnica passou a solicitar e analisar, sistematicamente, as prestações de contas do tipo parcial. Em 2016, a UFBA recebeu 73 (setenta e três) PC's deste tipo. Nesse conjunto, por exemplo, encontra-se mais de uma parcial de um mesmo contrato.

Também, cabe destacar que em 2016 a UFBA recebeu duas prestações de contas decorrentes de Termos de Cooperação Técnica - TC firmado com a Universidade Federal do Pará (conveniente).

Esses fatos redundaram em trabalho de análise superior ao demonstrado no Quadro 3.3.5.3, pois ocorreram análises das PC's parciais, dos TC e das prestações de contas apresentadas pela Faculdade de Direito referente a prestações de contas apresentadas neste ano.

As análises aqui descritas estão apresentadas na Tabela 01, a seguir juntamente com as informações do Quadro 3.3.5.3.

Tabela 1- Total de Análises de Prestações de Contas da UFBA

Prestação de Contas - Tipo	Quantidade
Final	42
Parcial	45
Outras	05
Total	92

Fonte: CCCONV-NAP

As análises de PC têm considerado as de caráter final, pois possibilita a finalização das responsabilidades da UFBA no que se refere às cláusulas do contrato e da legislação pertinente, além dos normativos internos sobre esse assunto. Cabe frisar que algumas PC's finais possuem parciais analisadas que não foram somadas em destaque, que reputamos tão importante quanto as finais, visto que corrigem possíveis impropriedades durante a execução.

Além dessas atividades específicas, de análise de prestações de contas recebidas de diversas instituições a área técnica (CCCONV/NAP) realiza outras tarefas pertinentes, como a orientação sobre prestações de contas às unidades executoras e às fundações de apoio, abertura e controle de devolução de saldos financeiros remanescente de convênios e instrumentos congêneres, regularização de prestações de contas junto a concedentes/financiadores e controle de instrumentos tripartites em que a UFBA é a parte executora.

De todas as informações apresentadas, reportamos avanços na área técnica, visto que houve aumento significativo na atividade principal da mesma, com melhoria qualitativa nos processos internos, não obstante a existência de algumas demandas desta área que ainda devem ser atendidas, principalmente, para contribuir com a redução do estoque de prestações de contas pendentes de análise técnica. Podemos citar a necessidade de melhorias na estrutura física, capacitação para o trabalho e alocação de servidores ou terceirizados. Visando atendê-las, em fevereiro de 2017, a Administração alocou dois prestadores de serviços no Núcleo, para auxiliar nas análises de prestação de contas, o que já representa uma medida pontual para contribuir com a solução do estoque elevado de PC's, atendendo a parte da solicitação constante no projeto apresentado pela CCCONV à Administração Central. Este cenário, aliado ao Projeto de análise dinâmica de PC's, nos leva a crer que, no exercício vindouro, grande parte do estoque será finalizado.

O quadro apresentado abaixo apresenta os recursos recebidos por descentralizações de Órgãos integrantes do Orçamento Fiscal no exercício de 2016.

Quadro 3.3.5.5 Recursos recebidos por descentralização de Órgãos integrantes do Orçamento Fiscal, exercício 2016

Emitente – UG		PT	Grupo Despesa	Programas ou Projetos	DESTAQUE RECEBIDO	TOTAL EXECUTADO
110629	PROG.FORTAL.PREV.COMB.CORRUP. GEST.PUBL.BRASIL	0412420812D580001	3	Fortalecimento Da CGU	300.000,00	300.000,00
152734	COORD-GERAL DE SUP. A GESTAO ORCAMENT/SPO/MEC	12364208000P10001	3	Residência em Saúde - Residência Multiprofissional	5.319.147,05	5.319.147,05
				Residência em Saúde - Residência Médica	13.958.419,13	13.958.419,13
		12364208020GK0001	4	Programa De Extensão Universitária - PROEXT	122.340,00	122.340,00
			3	Programa De Extensão Universitária - PROEXT	990.635,65	990.635,65
				Abdias Nascimento - Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias	200.000,00	200.000,00
12368208020RJ0001	3	Apoio a Capacitação e Formação - Educação Básica	246.600,00	246.600,00		
153031	UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	12364208020RK0035	3	Reitoria - Exceto Pós-Graduação Stricto Sensu	540,00	540,00
153046	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	12364208020RK0032	3	Graduação - Encargos Curso Concurso	1.479,82	1.479,82
153103	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	12364208020RK0024	3	UFRN - Gestão da Unidade	3.791,77	3.791,77
153114	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	12364208020RK0043	3	Funcionamento IFES – Gratificação por encargos de Cursos e Concursos	5.433,16	5.433,16
153173	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	12368208020RQ0001	3	PNLD - Avaliação do PNLD 2018 - Ensino Médio	935.924,10	935.924,10
		12847208005090001	3	Alimentação Escolar - Apoio ao PNAE e Pesquisa	673.585,76	673.585,76
153978	INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	12368208020RM0001	3	TED - CELPE Bras	45.715,00	45.715,00

Quadro 3.3.5.5- Recursos recebidos por descentralizações de Órgãos integrantes do Orçamento Fiscal, exercício 2016

(continuação)

Emitente - UG		PT	Grupo Despesa	Programas ou Projetos	DESTAQUE RECEBIDO	TOTAL EXECUTADO
154003	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	12364208004870001	3	BF Superior - PROAP	2.369.621,92	2.369.621,92
		12368208020RJ0001	3	UAB - UAB Tradicional	607.600,32	607.600,32
				PARFOR - PARFOR	60.000,00	60.000,00
				UAB - UAB Profletras	50.000,00	50.000,00
154040	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	12364208020RK0053	3	Matriz Interna	500,00	500,00
				Custos Indiretos Unidade Captadora	500,00	500,00
154421	FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SÃO FRANCISCO	12128210945720020	3	Gestão Adm. da Unidade ou da Subação-Capacita	50.000,00	50.000,00
158092	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	12364208020RK0029	3	Gratificação de encargos de Cursos e Concursos	4.255,01	4.255,01
158121	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	12128210945720031	3	Capacitação de Servidores Públicos Federais	184.005,78	184.005,78
158129	INST FED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO	12363208020RL0029	3	Funcionamento das Instituições Federais	28.320,00	28.320,00
158145	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	12128210945720029	3	Capacitação de Servidores Qualificação e Requalificação	253.868,82	253.868,82
158149	INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO	12128210945720026	3	Capacitação de Servidores Públicos Federais	274.676,67	274.676,67
158717	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	12364208014XN0029	3	Gestão da Unidade Implantação UFOB	3.052,05	3.052,05
158720	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	12364208014XQ0029	3	Gestão da Unidade Implantação UFSB	15.624,00	15.624,00
180077	SETORIAL ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - DGI	27812203520JP0001	4	Sem Informação	26.059,04	26.059,04
			3	Sem Informação	237.619,92	237.619,92
200246	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	14422208520IE0001	3	Centros Regionais de Referência sobre Drogas - Presencial	384.419,52	384.419,52

Quadro 3.3.5.5 - Recursos recebidos por descentralizações de Órgãos integrantes do Orçamento Fiscal, exercício 2016

(conclusão)

Emitente - UG		PT	Grupo Despesa	Programas ou Projetos	DESTAQUE RECEBIDO	TOTAL EXECUTADO
200331	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	06128208123200001	3	Educação e Valorização Profissional – ENAESP	269.995,02	269.995,02
240101	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	19121210642100001	3	Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia	450.000,00	450.000,00
		195712021215L0001	3	Pesquisa em Áreas Estratégicas.	300.000,00	300.000,00
254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	10571201583150001	3	Pesquisa	52.320,00	52.320,00
257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	10122201545250029	3	Pesquisa	410.360,00	410.360,00
		10128201520YD0001	3	Pesquisa	93.600,00	93.600,00
		10301201585730001	3	Pesquisa	1.825.348,45	1.825.348,45
		10302201520SP0001	3	Pesquisa	1.462.998,28	1.462.998,28
		10302201585350029	4	Pesquisa	245.200,00	245.200,00
		10305201520YJ0001	3	Pesquisa	553.242,90	553.242,90
		10422201520YM0001	3	Pesquisa	596.000,00	596.000,00
		10571201561460001	3	Pesquisa	88.000,00	88.000,00
323031	ESCRITORIO CENTRAL DA ANP	19753202141560001	3	CT-Petro	308.223,27	308.223,27
		251252053212L0001	3	PRH 08 e 49 Especialização	251.131,66	251.131,66
344002	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	12122210920000026	3	Videoarte	2.288,00	2.288,00
344041	FCP-FUNDACAO CULTURAL PALMARES	13392202720ZF0001	3	Revista Afro-Ásia	200.000,00	200.000,00
420014	SECRET. DE FOMENTO E INCENTIVO A CULTURA/MINC	13392202720ZM0001	3	Criação do Observatório de Fomento a Cultura	121.420,00	121.420,00
420030	SECRETARIA DE ECONOMIA DA CULTURA	13392202720KH0001	3	Redes Formativas - Cultura e Educação	600.000,00	600.000,00
420032	SEC. DE ARTICULACAO E DESENV. INSTITUCIONAL	13392202720ZG0001	3	Formação de Gestores e Conselheiros Culturais	1.490.968,66	1.490.968,66
Total					35.119.758,02	35.119.758,02

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional

Nota: Grupo de despesa: 3 = despesa corrente; 4 = despesa de capital

São considerados recursos descentralizados, na modalidade de destaque, as dotações orçamentárias transferidas por outros Órgãos integrantes do orçamento fiscal do Governo Federal, amparadas por Termos de Execução Descentralizada (TED), por Termos de Cooperação, por Termos de Convênios, Contratos e outros instrumentos congêneres.

Esses recursos são direcionados para a realização de pesquisas, atividades de extensão, atividades de pós-graduação, publicação de artigos, revistas, livros, permanência de alunos estrangeiros da UFBA, dentre outros eventos da área acadêmica e, também, àquelas destinadas para a melhoria da estrutura física do Órgão beneficiado pelas descentralizações.

Ressalte-se o fato desses recursos se revestirem de caráter estritamente discricionário, não existindo obrigatoriedade pelo Concedente da transferência do crédito orçamentário, além do mais, eles não são utilizados para a manutenção da UFBA, e quando existe contrapartida pelo Órgão Conveniente a mesma pode ser suprida de diversas formas, seja em pela oferta de recursos próprios ou pela disponibilização de estruturas patrimoniais. Em geral, esses projetos não reclamam por contrapartidas.

Termos de Execução Descentralizada para repasse de recursos pela UFBA

Nº/Ano de Registro	Título do Projeto	Visão Geral do Objeto	Vigência	Partícipe	Unidade Executora	Coordenador(a)	Status	Valor do Projeto R\$	Valor Executado (R\$)
75/2014	TED - Mapeamento de Competências da CDH	Os objetivos deste projeto estão previstos em termos de produtos que deverão ser submetidos à UFBA nos termos deste Plano e do Termo de Cooperação: 1- Assessoria para Mapeamento de competências da CDH, de acordo com especificações da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas; 2- Transferência de tecnologia de tabulação e tratamento de dados proveniente do Mapeamento de Competências; 3- Material didático multimídia para Curso de Especialização em Gestão de Pessoas com ênfase em gestão por competências, a ser oferecido na modalidade a distância.	22/12/2014 - 21/12/2015	UFPA	PRODEP	Márcia Tereza Rebouças Rangel	Vencido	26.847,36	26.847,36
183/2015	TED - Transferência de sistemas SIG - UFRN	Transferência do Sistema SIG-UFRN para a UFBA	12/11/2015 - 11/11/2018	UFRN	STI	Luiz Cláudio de Araújo Mendonça	Ativo	749.697,00	424.848,50
Total Geral								776.544,36	451.695,86

a. Visão geral do contrato, com informações sobre prazos, contrapartidas, identificação da área interna da UPC responsável pela gestão, unidades gestoras do SIAFI onde foram feitos os registros contábeis, estrutura de controles internos para mitigar riscos relacionados à operações e aos objetivos dos projetos:

Os riscos referentes a descentralização de crédito são avaliados e mitigados permanentemente pelos setores envolvidos neste processo, Orçamento, CCCONV, CCF e Unidades Executoras e a Gestão do Projeto, sobretudo pelos Coordenadores de projetos. Adicionalmente a UFBA, por meio da Portaria 057 de 12/04/2017, iniciou a implantação do comitê de gestão de risco, que atuará mais especificamente sobre esta questão.

b. Para fins de transparência, a UPC deve também demonstrar o caminho de acesso às informações detalhadas no seu sítio na internet, onde os cidadãos-usuários possam conhecer os beneficiários das transferências, os objetos executados, a situação da prestação de contas e a situação das contas prestadas

Os instrumentos em tela são cadastrados no sistemas federais e cadastrados no Módulo Projetos e Convênios do SIPAC/UFBA, que disponibiliza área de acesso público ao cidadãos-usuários pelo Portal Público do SIPAC, no link: https://sipac.ufba.br/public/jsp/projetos/consulta_projeto.jsf, constando todas as informações descritas no item “b” do Relatório de Gestão. Adicionalmente são publicizadas as informações da Relação com as Fundações de Apoio no Boletim Interno das Fundações no link: <https://proplan.ufba.br/convenios/fundacao-apoio>.

c. Estrutura de controle definidas para o gerenciamentos das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados

A estrutura de controle conta com o apoio da CCCONV e são fiscalizadas pelas Unidades executoras, que detém o conhecimento técnico do projeto, são auxiliados em todo o processo pela CCCONV que controla as fases do projeto até a prestação de contas.

d. Análise da Efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UFBA transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados

Todos os projetos são analisados de forma específica pela área técnicas responsáveis pela proposição (Unidades proponente), coordenação de projeto e acompanhados em todas as suas fase pela CCCONV através dos de Apoio a Elaboração – NAE, Núcleo de Acompanhamento – NAC, que tem em seus quadros três servidores e um terceirizado cada um. Ao longo do processo são emitidos pelo coordenador relatórios situacionais e no final o Relatório de Cumprimento do Objeto. Além disso, às prestação de contas (parcial e final) são analisadas pela área técnica da CCCONV – Núcleo de Prestação de Contas, onde são emitidos pareceres durante a execução para ajustes e o parecer final para decisão da autoridade máxima da UFBA.

3.3.6 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A estrutura de pessoal do Núcleo de Análise e Prestação de Contas - NAP da Coordenação de Convênios e Contratos Acadêmicos – CCCONV, área técnica que realiza a análise de prestações de contas apresentadas pelas fundações de apoio, não sofreu alterações em relação à estrutura presente ao final de 2015. Ao final do exercício de 2016, havia 5 (cinco) servidores técnico-administrativos lotados nesse Núcleo, sendo 4 (quatro) exercendo, predominantemente, atividades de análise e 1 (um) exercendo a chefia dessa área técnica.

Soma-se à equipe dois estagiários e um profissional terceirizado que dão o suporte na realização das atividades de competência dessa área. Dado à não estabilidade dessa força de trabalho, o NAP ficou dois meses sem estagiários e 4 meses com apenas um.

Considerando os números apresentados sobre as prestações de contas analisadas e as pendentes de análise, conclui-se que, para o exercício de 2016, o quantitativo de pessoal em atividade no NAP atende às demandas exclusivas de análise de prestações de contas do tipo final, caso não ocorram fatos supervenientes. Atentamos, porém, que outras medidas estão sendo providenciadas para atendimento das demandas extraordinárias àquele Núcleo, em especial para a demanda de análise do passivo de prestações de contas, a exemplo da lotação de mais um servidor.

3.3.7 Informações sobre a Realização das Receitas

Quadro 3.3.7.1 Receita Orçamentária por Natureza – UFBA 2016

Unidade Orçamentária	Fonte SOF	Natureza Receita		Previsão Inicial da Receita	Previsão Atualizada da Receita	Receita Orçamentária (Líquida)
26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	0250	13100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	2.117.366,00	2.117.366,00	2.230.720,70
		13100112	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-MULTAS E JUROS	5.510,00	5.510,00	0,00
		14000011	RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	11.601,00	11.601,00	15.000,00
		16100111	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	16.326.872,00	16.326.872,00	18.446.404,42
		16100211	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	872.570,00	872.570,00	1.095.580,00
		16100212	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-MUL.JUR.	0,00	0,00	210,00
		16300111	SERVICOS DE ATENDIMENTO A SAUDE-PRINCIPAL	1.561.637,00	1.561.637,00	1.081.233,25
		16300112	SERVICOS DE ATENDIMENTO A SAUDE-MUL.JUR.	0,00	0,00	0,00
		19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	0,00	0,00	383.281,33
		19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	0,00	0,00	65.452,08
		19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	11.900,00	11.900,00	1.025,26
		19909911	OUTRAS RECEITAS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00
		76100411	SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	108.387,00	108.387,00	168.320,00
	0280	13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	1.866.791,00	1.866.791,00	1.470.627,23
	0296	17000411	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-PRINC	0,00	0,00	20.000,00
		17400011	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-PRINC	0,00	0,00	223.672,35
	0100	19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	0,00	0,00	101.017,72
	0112	19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	0,00	0,00	688.513,18
	0177	18000000	RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00
	Total				22.882.634,00	22.882.634,00

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 26/01/2017

Quadro 3.3.7.2 Evolução da Receita por Natureza – UFBA 2015-2016

Unidade Orçamentária	Natureza Receita		Fonte SOF	Previsão Atualizada da Receita		Receita Arrecadada	
				2016	2015	2016	2015
26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	0100	0,00	0,00	101.017,72	51.611,11
	19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	0112	0,00	0,00	688.513,18	721.071,50
	13100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	0250	2.117.366,00	2.147.518,00	2.230.720,70	1.886.629,30
	13100112	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-MULTAS E JUROS	0250	5.510,00	4.383,00	0,00	21.448,86
	14000011	RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	0250	11.601,00	72.322,00	15.000,00	0,00
	16100111	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	0250	16.326.872,00	28.471.210,00	18.446.404,42	16.182.703,65
	16100211	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	0250	872.570,00	4.659.607,00	1.095.580,00	815.179,00
	16100212	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-MUL.JUR.	0250	0,00	0,00	210,00	0,00
	16005000	TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0281	0,00	336.000,00	0,00	0,00
	16300111	SERVICOS DE ATENDIMENTO A SAUDE-PRINCIPAL	0250	1.561.637,00	2.786.502,00	1.081.233,25	366.225,62
	19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	250	0,00	0,00	383.281,33	0,00
	19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	0250	0,00	0,00	65.452,08	780,00
	19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	0250	11.900,00	0,00	1.025,26	11.331,33
	76100411	SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	0250	108.387,00	73.744,00	168.320,00	98.320,00
	13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	0280	1.866.791,00	1.819.396,00	1.470.627,23	2.153.034,80
	17000411	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-PRINC	0296	0,00	0,00	20.000,00	0,00
	17400011	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-PRINC		0,00	0,00	223.672,35	0,00
	19199900	OUTRAS MULTAS	0250	0,00	221.592,00	0,00	104.790,30
	19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	250	0,00	0,00	0,00	1.125,38
	73100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	0250	0,00	203.429,00	0,00	0,00
22100000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0250	0,00	17.963,00	0,00	0,00	
TOTAL				22.882.634,00	40.813.666,00	25.991.057,52	22.414.250,85

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 26/01/2017.

Quadro 3.3.7.3 Desempenho da Receita Financeira por Natureza - UFBA 2016

Unidade Orçamentária		Natureza Receita		Fonte SOF	Mês	Valor
26232	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	132100100	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0280	JAN/2015	176.217,75
					FEV/2015	153.076,34
					MAR/2015	128.974,75
					ABR/2015	112.097,41
					MAI/2015	122.896,99
					JUN/2015	135.797,84
					JUL/2015	138.474,78
					AGO/2015	29.708,34
					SET/2015	149.704,00
					OUT/2015	139.562,47
					NOV/2015	149.525,39
					DEZ/2015	34.591,17
TOTAL						1.470.627,23

Fonte: Tesouro Gerencial/ Coordenação de Orçamento – UFBA, em 26/01/2017.

Análise Crítica

A previsão de arrecadação no ano de 2016 demonstrou-se equilibrada se comparada à arrecadação, excedendo o montante previsto em percentuais admitidos na análise técnica de desempenho. Em se tratando de receitas públicas representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário e devem ser previstas com base em informações criteriosas e com um grau de factibilidade razoável.

Com efeito, a queda na realização de receitas próprias em 2015 e uma maior atenção para os fatores que influenciaram tal comportamento contribuíram para uma previsão mais realista e com mais eficácia. De acordo com a Lei 4.320/1964 (BRASIL, 1964) é responsabilidade da gestão fiscal uma correta estimativa e arrecadação das receitas, para que se possam desenvolver os planos de ações do governo.

3.3.8 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 3.3.8.1 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa UFBA 2015-2016

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Nome do Elemento de Despesa								
Vencimento e Vantagens Fixas	598.433.718,48	592.621.098,37	598.433.718,48	592.621.098,37			598.417.433,28	592.606.646,39
Aposent.RPPS Remun Reforma	382.339.070,48	358.089.248,02	382.339.070,48	358.089.248,02			382.339.070,48	358.089.248,02
Demais elementos do grupo	243.688.608,41	229.899.093,42	243.688.608,41	229.897.279,12		1.814,30	243.686.184,64	229.237.021,06
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
39- Outros Serviços Terceiros PJ	190.231.747,44	223.159.117,62	167.970.515,62	194.035.109,88	22.261.231,82	29.124.007,74	164.442.305,89	164.197.106,31
30- Materialde Consumo	56.712.429,13	52.901.919,48	39.334.582,36	40.151.659,63	17.377.846,77	12.750.259,85	37.384.266,80	32.474.104,13
92-Despesas Exercícios Anteriores	54.923.287,36	59.104.371,02	54.904.775,09	59.091.871,02	18.512,27	12.500,00	54.903.999,81	59.091.871,02
37-Locação de mão de Obra	50.622.620,03	44.832.277,85	46.114.048,86	37.337.632,51	4.508.571,17	7.494.645,34	44.962.705,12	33.644.987,47
Demais elementos do grupo	107.384.535,58	93.403.044,09	105.418.429,15	91.713.111,21	1.966.106,43	1.689.932,88	105.337.551,58	91.674.036,61
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
52- Equip. Material Permanente	17.888.337,61	6.299.268,84	6.322.508,39	2.794.547,33	11.565.829,22	3.504.721,51	5.566.843,03	1.301.324,84
51-Obras e Instalações	5.792.473,61	5.427.149,50	1.817.538,54	3.458.368,49	3.974.935,07	1.968.781,01	819.807,51	3.458.368,49
Demais elementos do grupo	490.127,18	447.635,11	232.315,84	397.635,11	257.811,34	50.000,00	232.315,84	8.990,00
5. Inversões Financeiras	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	645.000,00				645.000,00			
Demais elementos do grupo								

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional

Quadro 3.3.8.2 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação UFBA 2015-2016

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	186.513.227,58	10,91%	194.037.941,62	11,65%	131.626.744,54	8,04%	137.348.857,65	8,77%
a) Convite								
b) Tomada de Preços	1.171.001,67		579.847,05		412.516,80			
c) Concorrência	3.591.738,66		5.982.465,69		430.795,51		3.463.624,09	
d) Pregão	180.957.237,78		187.475.628,88		130.658.094,62		133.885.233,56	
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	793.249,47				125.337,61			
2. Contratações Diretas (h+i)	192.038.369,95	11,24%	202.240.470,67	12,14%	177.634.877,50	10,84%	160.577.000,75	10,26%
h) Dispensa	174.642.283,19		187.831.964,00		163.358.954,17		149.408.097,15	
i) Inexigibilidade	17.396.086,76		14.408.506,67		14.275.923,33		11.168.903,60	
3. Regime de Execução Especial	12.497,57	0,00%	6.074,16	0,00%	12.497,57	0,00%	6.074,16	0,00%
j) Suprimento de Fundos	12.497,57		6.074,16		12.497,57		6.074,16	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.226.580.621,57	71,77%	1.183.835.008,88	71,05%	1.226.561.912,60	74,88%	1.183.155.990,54	75,56%
k) Pagamento em Folha	1.224.461.397,37		1.180.609.439,81		1.224.442.688,40		1.179.932.915,47	
l) Diárias	2.119.224,20		3.225.569,07		2.119.224,20		3.223.075,07	
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	1.605.144.716,67	93,91%	1.580.119.495,33	94,83%	1.535.836.032,21	93,76%	1.481.087.923,10	94,59%
6. Total das Despesas da UPC	1.709.151.955,31	100	1.666.184.223,32	100	1.638.092.483,98	100	1.565.783.704,34	100

Fonte: Tesouro Gerencial (dados 07/02/2017)

Análise Crítica

Os quadros apresentados demonstram o comportamento da execução orçamentária em 2016 comparada ao exercício de 2015. A despesa de Pessoal, natureza de gasto obrigatória, mantém o equilíbrio entre despesas empenhadas e liquidadas. No tocante aos grupos Outras Despesas Correntes e Investimentos a execução orçamentária é condicionada diretamente à liberação do limite orçamentário para empenho por parte do MEC, bem como à data que o limite é autorizado. Quanto maior a proximidade do final do exercício para a permissão de emissão das Notas de Empenho menor é o volume de despesas liquidadas em razão do exíguo tempo para a concretização dos serviços, do fornecimento ou da contabilização da despesa. Percebe-se que a modalidade de contratação predominante entre as licitações realizadas é o Pregão Eletrônico representando 97% do volume de recursos licitados. As contratações diretas representam 11, 24% do total da execução em 2016 se referem à convocação de: remanescentes de obras e serviços, de instituições incumbidas da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, de órgãos que integram a Administração Pública, criados para o fim específico, fornecimento de energia, água entre outros.

3.3.9 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal

Quadro 3.3.9.1– Concessão de Suprimento de Fundos UFBA 2015-2016

Concessão de Suprimento de Fundos					
Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			C.P.G.F.		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	
2016	153038	UFBA	14	16.000,00	1.600,00
2015	153038	UFBA	6	8.000,00	1.600,00

Utilização de Suprimento de Fundos						
Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal - C.P.G.F.			
			Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	153038	UFBA	0	0	12.497,57	12.497,57
2015	153038	UFBA	0	0	6.074,16	6.074,16

Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos - 2016

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
153038	UFBA	MATERIAL DE CONSUMO 3390.30.	04	Gás e Outros Materiais Engarrafados	173,10
			07	Generos de Alimentação	3.629,20
			09	Material Farmacológico	252,19
			11	Material Químico	105,00
			16	Material de Expediente	104,00
			17	Material de Proces. de Dados	509,80
			21	Material de Copa e Cozinha	242,53
			22	Material de Limpeza	40,00
			24	Mat.p/Manut.Bens Imóveis/Instalações	1.199,78
			25	Material p/ Manut. De Bens Móveis	896,27
			26	Material Elétrico e Eletrônico	1.263,20
			28	Material de Proteção e Segurança	16,00
			31	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	228,00
			36	Material Hospitalar	138,50
			42	Ferramentas	80,00
59	Material para Divulgação	70,00			

			TOTAL:	8.947,57
			16	Manutenção E Conserv. De Bens Imóveis 800,00
		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P.J. 3390.39.	17	Manut.E Conserv.Máq. e Equipamentos 2.400,00
			95	Manut.Cons.Equip. Proces. de Dados 350,00
			TOTAL	3.550,00

Fonte PROAD-CCF

Análise Crítica

Os quadros apresentados demonstram a utilização dos recursos na modalidade de Suprimento de Fundos apenas por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, em transações na função de crédito, pelo conjunto dos portadores na Unidade Gestora 153038 – Universidade Federal da Bahia, objetivando atender às atividades acadêmicas, com despesas de pequeno vulto com materiais de consumo e prestação de serviços, sendo observados os limites legais de concessão e de gasto.

Em 2016, foram realizadas 14 (catorze) concessões de suprimento de fundos, quantidade superior às concedidas em 2015, sendo o maior valor individual concedido de R\$1.600,00 (um mil e seiscentos reais) para a UGR 153939 – Campus Anísio Teixeira, em Vitoria da Conquista-BA. A quantidade e montante concedidos obedecem estritamente ao caráter da excepcionalidade, conforme explicitado no art. 45 do Decreto 93.872/86. Como o montante de recursos e quantidade de concessões são relativamente pequenos, o controle é feito em planilhas por suprido e por processos de concessão e de prestação de contas.

Em relação às prestações de contas foram todas apresentadas, devidamente analisadas e aprovadas pela autoridade competente.

3.4 Desempenho Operacional

A profissionalização da gestão é uma face importante do processo de modernização pelo qual a administração pública tem passado nas últimas décadas. Um exemplo representativo é o modelo de governança corporativa do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece mecanismos e estratégias para a governança corporativa para todos os órgãos e entidades da administração pública. Os aspectos principais do modelo de governança estão direcionados a melhoria da qualidade do gasto público, a melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão e de um maior desempenho da burocracia estatal. Segundo o referencial de Governança do Tribunal de Contas da União, uma boa governança pública se caracteriza, entre outras coisas, pela capacidade de tomar decisões embasadas em informações de qualidade, o que significa a existência de um conjunto de métricas e indicadores que possam monitorar a realização de metas e o alcance de objetivos por parte dos gestores públicos.

É neste contexto que a Universidade Federal da Bahia desenvolveu um conjunto de indicadores de desempenho que permitem o acompanhamento da efetividade de suas ações e políticas e a realização de seus objetivos sociais. Esses indicadores são apresentados neste documento.

Avançamos em relação ao ano de 2015, ampliando as áreas fins que ainda não tinham construído nenhum indicador de desempenho mais geral. Pretendemos dar continuidade ao processo de criar mais indicadores que possam guiar as decisões estratégicas, táticas e operacionais da Universidade nos seus diversos níveis de gestão. Tal processo é complexo e requer tempo, inclusive para se romper os limites que fragilizam a geração de dados e informações sobre a própria Universidade.

3.5 Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho

Quadro 3.5.1- Indicadores de Desempenho Específicos da UFBA

Denominação	Índice de Referência (*)	Índice Previsto (***)	Índice Observado (**)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
PROPCI					
PRODUTIVIDADE DE PESQUISA = PRODPESQ I	15,6	-	16,4	Anual	$PRODPEQSQ I = Var \% TP ISI_t = ((TP_t + TP_{t-1}) / (TP_{t-2} + TP_{t-3}) - 1) * 100$
ÍNDICE DE CONSOLIDAÇÃO DE ATIVIDADE DE PESQUISA = ICAP I	666,39	-	509,0	Anual	ICAP I = Número de Bolsas no ano t * Escore Médio da qualidade das bolsas
ÍNDICE DE CONSOLIDAÇÃO DE ATIVIDADE DE PESQUISA = ICAP II	12,93		12,12	Anual	ICAP II = (Número de Bolsistas de Produtividade no CNPq * 100) / Número de docentes doutores
TAXA DE INSERÇÃO DA PESQUISA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO - TAXA IPEG	-21,8	-	-14,23	Anual	IPEG → $Var\% BPIG = ((PPI_t - BPI_{t-1}) / BPI_{t-1}) - 1) * 100$
PROPG					
ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO I – EXPPG1	14,64	-	15,25	Anual	EXPPG1 = $(TAPG * 100) / (TAGPG)$
ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO II – EXPPG2	56,6	-	57,7	Anual	EXPPG2 = $(TotCPG * 100) / (TotCG + PG)$
ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO III – EXPPG3	44,70	-	49,51	Anual	EXPPG3 = $(TotAluDout * 100) / (TotAluDout + Mest)$
PROGRAD					

ÍNDICE DE QUALIDADE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO IQGRAD	3,63	-	4,41	Anual	IQGRAD =(Média Nota ENADE Ano1+Média Nota ENADE Ano2+Média Nota ENADE Ano 3)/3
PRODEP					
IQCTA= ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	3,17	-	3,27	Anual	IQCTA = [(MEST+DOUT)*5]+(ESP*4)+(GRAD*3)+(NMED*2)+FUND}/T OTAL SERVIDORES
INVCAPTA= ÍNDICE DE INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	26,43	-	29,67	Anual	INVCAPTA =(%N1)+(%N2*2)+(%N3*3)+(%N4*4))/10
INVCAPDOC= INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO PELO DOCENTE COM AFASTAMENTO PARA PÓS-GRADUAÇÃO	8,46	-	7,62	Anual	INVCAPDOC =(%N1*2)+(%N2*3)+(%N3*5))/10

(*) Todas as medidas foram realizadas em janeiro de 2016, referentes ao ano de 2015.

(**) Todas as medidas foram realizadas em janeiro de 2017, referentes ao ano de 2016.

(***) A gestão da UFBA não trabalha com um nível de previsão anual de metas quantificadas. Trabalha-se com a expectativa de um crescimento contínuo dos indicadores positivos de desempenho, já que os fatores envolvidos são complexos e difíceis de se controlar.

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Denominação do Indicador- Denominação ou descrição sucinta do indicador;

Índice de referência – Resultado da última medição do indicador, com indicação em nota de rodapé do mês/ano em que foi realizada;

Índice previsto – Índice previsto para ser alcançado no exercício de referência do relatório de gestão ou, caso inexistente, no exercício mais próximo desse;

Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão ou na última medição disponível. Nota de rodapé deverá indicar o ano da aferição;

Periodicidade: Indicar a periodicidade em que o indicador é medido;

Fórmula de cálculo: Descrição da fórmula de cálculo do indicador.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO - PROPCI
INDICADOR 1 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA – PRODPESQ I

DEFINIÇÃO:

Ampliação da produção de trabalhos publicados em periódicos indexados na Web of Science (ISI), medida pelo percentual de crescimento da produção, considerando os dois últimos anos completos em relação aos dois anos imediatamente anteriores.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

Trata-se de um importante indicador da internacionalização da produção científica da Universidade, algo congruente com as diretrizes da Área de Ciência e Tecnologia do país que prioriza dar visibilidade internacional à produção científica nacional. A utilização de um intervalo de dois anos justifica-se pelo fato de que a publicação de artigos pode flutuar de um ano para o outro, em função da agilidade dos periódicos em publicarem os seus volumes, não refletindo adequadamente a produção dos pesquisadores. Este intervalo procura minimizar a flutuação do índice em função de fatores extrínsecos ao fenômeno que está sendo avaliado. A utilização do ano anterior como primeiro ponto justifica-se pelo fato de que os dados do ano corrente estão incompletos, já que muitos trabalhos publicados no ano relativo ao relatório deverão aparecer durante o ano seguinte.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{PRODPESQ I} = \text{Var \% TP ISI}_t = ((\text{TP}_{t-1} + \text{TP}_{t-2}) / (\text{TP}_{t-3} + \text{TP}_{t-4}) - 1) * 100$$

t = ano de referência para o cálculo do indicador

TP_{t-1} = Trabalhos publicados em periódicos indexados na Web of Science (ISI) no ano t-1
TP_{t-2} = Trabalhos publicados em periódicos indexados na Web of Science (ISI) no ano t-2
TP_{t-3} = Trabalhos publicados em periódicos indexados na Web of Science (ISI) no ano t-3
TP_{t-4} = Trabalhos publicados em periódicos indexados na Web of Science (ISI) no ano t-

Tabela 2 –Evolução do Número de Trabalhos publicados em Periódicos Indexados na *Web of Science* (ISI) - UFBA 2004 – 2016

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de artigos indexados no ISI	263	367	355	478	536	575	636	691	703	819	793	979	952

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa Criação e Inovação

RESULTADO:

Quadro 3.5.2 - Indicador- Índice de Produtividade em Pesquisa: Corresponde a Variação Percentual Bianual de trabalhos publicados na *Web of Science* (ISI)

Indicador	Ano 2015				PROD PESQ I para t = 2016
	t_{t-1} 2015	t_{t-2} 2014	t_{t-3} 2013	t_{t-4} 2012	
PROD PESQ I	848	793	819	703	16,4%

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação

Quadro 3.5.3 –Evolução do percentual de crescimento bianual da produção de trabalhos publicados em periódicos indexados na *Web of Science* 2004-2016

Indicador	t=2016	t=2015	t=2014	t=2013	t =2012	t =2011	t =2010	t =2009	t =2008	t =2007	t =2006	t =2005	t =2004
PROD PESQ I	16,4	15,6	14,7	15,1	19,4	19,4	33,4	40,4	32,2	51,4	50,0	22,0	19,0

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação

AVALIAÇÃO DO INDICADOR

A produção científica é um fundamental resultado de qualquer universidade, base para a própria definição de uma instituição de ensino superior como universidade. Mais recentemente, as Universidades estão sendo estimuladas a internacionalizarem a sua produção e formação, dando maior alcance ao conhecimento que produz. Neste sentido, a produção indexada no Web of Science é, reconhecidamente, um dos mais importantes indicadores de internacionalização da produção científica. Ao longo do período de 12 anos e tomando o ano 2004 como ponto de partida da série histórica, verificou-se um crescimento expressivo da produção científica da UFBA indexada na principal base de indexação internacional. Este crescimento foi constante embora com intensidade diferenciadas ao longo do período analisado. A taxa de crescimento atingiu níveis próximos a 50% nos anos de 2006 e 2007. Nos dois anos seguintes manteve uma taxa de crescimento ligeiramente superior a 30%. Tal período de elevados níveis de crescimento coincide com aquele em que maior número de periódicos nacionais foram indexados no ISI, aumentando expressivamente a produção científica brasileira internacionalizada. Nos três anos seguintes, o percentual de crescimento situa-se ainda em patamares bem elevados (entre 30 e 40%). A partir de 2011 as taxas de crescimento tornaram-se menos elevadas, mas nem por isto menos expressivas. Em 2013 atingiu 15,1%, em 2014 atinge 14,7% e em 2015, 15,6%. Em 2016 a taxa cresceu um pouco mais atingindo 16,4%.

Tais taxas de crescimento são expressivas quando se considera que o número de docentes da Universidade se mantém praticamente inalterado nos últimos anos, após o período de expansão mais forte do REUNI (saímos de 2.257 docentes em 2011 para 2.413 em 2016). Além disto, é importante assinalar uma importante renovação do quadro docente, com a aposentadoria de muitos pesquisadores seniores e o ingresso de jovens doutores. Vale ainda destacar que o número de artigos publicados em 2016 foi de 952, um número que ainda pode modificar em função de novas publicações.

A partir dos últimos quatro anos, a taxa de crescimento estabilizou-se num patamar próximo a 15% ao ano, o que é um expressivo crescimento, considerando que não há no período um crescimento correspondente do número de docentes, doutores e pesquisadores. Tal crescimento, certamente, está associado ao desempenho dos programas de pós-graduação e resultam dos esforços para a sua internacionalização. Políticas de apoio, como a de auxílio para tradução e publicação de artigos no exterior, explicam parte desse crescimento. Portanto, tal índice de produtividade é um importante indicador de maturidade dos grupos de pesquisa na Universidade e da sua internacionalização, ao mesmo tempo em que é uma medida significativa da consolidação e expansão do nosso sistema de pós-graduação.

INDICADOR 2

ÍNDICE DE CONSOLIDAÇÃO DE ATIVIDADE DE PESQUISA I = ICAP I

DEFINIÇÃO:

A consolidação da atividade de pesquisa na UFBA é mensurada a partir da quantidade de bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPQ e da qualidade das bolsas obtidas, aqui definida com a o nível das bolsas dos pesquisadores. Como indicador da qualidade das bolsas calcula-se uma média aritmética do número de bolsas por nível, sendo atribuídos pesos distintos a cada nível.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

Trata-se de um importante indicador da consolidação da atividade científica da Universidade, quantitativa e qualitativamente, o conjunto de docentes pesquisadores cuja maturidade e produtividade acadêmica assegura a obtenção, em uma concorrência nacional, de bolsa especialmente voltada para apoiar as atividades de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Como os editais para concorrer às bolsas ocorre anualmente, este é o período utilizado para avaliar o crescimento da comunidade no conjunto de potenciais pesquisadores da Universidade, definido pela condição de ser um professor com título de doutor.

Fórmula de cálculo:

$\text{ICAP I} = \text{Número de Bolsas no ano } t * \text{Escore Médio da qualidade das bolsas}$

Obs: peso para calcular o escore médio da qualidade das bolsas:

Bolsa 1 – A (peso 10); Bolsa 1 – B (peso 7) ; Bolsa 1 – C (peso 5) ; Bolsa 1 – D (peso 3) ; Bolsa II (peso 1)

RESULTADO:

Tabela 3a - Evolução de Bolsistas Produtividade CNPq Segundo Nível da Bolsa UFBA- 2008-2016

Ano	Senior	1A	1B	1C	1D	2	2F	DT2	DT-1D	DT-1A	Total
2008	1	2	17	19	24	81	-	-	-	-	164
2009	1	2	17	20	22	110	6	-	-	-	198
2010	1	0	19	19	23	139	7	-	-	-	233
2011	1	2	13	25	25	130	6	-	-	-	226
2012	1	9	14	23	23	121	0	2	-	-	213
2013	2	9	18	26	30	108	0	4	1	-	217
2014	2	8	16	27	34	141	1	4	1	-	254
2015	2	8	20	23	26	122	-	6	1	1	229
2016	1	8	12	20	28	132	-	6	1	1	229

Fonte:www.CNPq.br.

Tabela 3b - Evolução do Índice de Consolidação de Atividade de Pesquisa = ICAP I – UFBA (2006-2016)

Ano	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Nº de bolsas Produtividade e Pesquisa	229	229	254	217	213	222	228	198	164	154	143
Escore médio de qualidade das bolsas produtividade em pesquisa	2,22	2,91	2,79	3,17	2,76	2,96	2,86	3,19	3,64	3,47	3,27
ICAP I	509,0	666,39	708,66	687,89	587,88	657,12	652,08	631,62	596,96	534,38	467,61

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação

AVALIAÇÃO DO INDICADOR

A obtenção de bolsa de produtividade científica na principal agência de fomento à pesquisa de âmbito nacional é um importante indicador do nível de maturidade e consolidação da atividade de pesquisa na Universidade. Os escores ICAP I revelam, na série história que se inicia em 2006, alguma oscilação, dentro de uma trajetória de crescimento que foi mais clara até 2014 e que apresenta uma queda nos dois últimos anos. Já em 2012 verifica-se uma pequena queda de 9,5% no número de bolsistas de PQ na UFBA. Além da quantidade menor, houve uma queda, também, no nível médio das bolsas que, em relação a 2011 caiu para 2,76. Em 2013 verifica-se um leve acréscimo no número de bolsas, mas uma melhoria bem expressiva no nível médio (atingindo 3,17), o que fez o ICAP atingir o escore mais elevado até então.

Em 2014 o número de bolsistas voltou a crescer, agora de forma mais expressiva, atingindo 254 bolsas. Nesse ano, com o aumento do número de bolsistas PQII a qualidade média voltou a cair, situando-se, agora em 2,79. Verifica-se, no entanto, que o aumento do número de bolsistas compensa tal queda, fazendo com que o ICAP atingisse em 2014 708,66 pontos, o escore mais elevado da série. A partir de então, verifica-se uma segunda queda no escore do ICAP em 2015, quando o número de bolsas diminuiu de 254 para 229 (queda de 9,8%), embora o valor médio das bolsas tenha aumentado de 2,79 para 2,91). O número de bolsas em 2016 manteve-se inalterado (229), no entanto com uma queda na qualidade média (que passou a ser 2,22). No ano perdemos 8 bolsistas 1-B e 3 bolsistas um C, embora tenhamos ampliado em 12 os bolsistas II. Com isto, o indicador ICAP I voltou a cair, atingindo o escore de 509 pontos, valor superior apenas ao do primeiro ano da série (2006). As dificuldades financeiras que atravessa o fomento às atividades de C&T no país, fortemente atingindo as ações do CNPq devem ser levadas em consideração ao se analisar o presente resultado. No entanto, não se pode deixar de considerar a perda de bolsistas do nível I, compensado pelo ingresso de mais bolsistas nível II, congruente com o processo de renovação do corpo docente em curso na Universidade. Tal indicador, para uma avaliação mais precisa, deverá ser complementado com outro indicador que tome como referência o número de docentes doutores que são potenciais bolsistas de produtividade do sistema.

INDICADOR 3

ÍNDICE DE CONSOLIDAÇÃO DE ATIVIDADE DE PESQUISA II = ICAP II

DEFINIÇÃO:

Variação percentual de docentes doutores com bolsa de produtividade do CNPq.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

O indicador 2 oferece uma visão importante da consolidação da atividade de pesquisa tomando o número e o nível das bolsas conseguidas por docentes da Universidade na principal agência de âmbito nacional voltada para o fomento da atividade de pesquisa e produção científica. Uma segunda perspectiva para se examinar a mesma consolidação reporta-se à comparação, dentro da UFBA, da proporção de docentes doutores que atingiram a maturidade e apresentam perfil de produtividade científica que lhes assegura a bolsa do CNPq. Ou seja, à medida que se expande o número de doutores (quer pela exigência de tal nível de formação nos concursos públicos, quer pelo apoio para a titulação de docentes), espera-se que cresça o número de bolsistas, coerente com a expectativa de que o doutorado consiste numa formação do docente pesquisador.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{ICAP II} = (\text{Número de Bolsistas de Produtividade no CNPq} * 100) / \text{Número de docentes doutores}$$

RESULTADOS:

Tabela 4 - Evolução do Índice de Consolidação de Atividade de Pesquisa = ICAP II – UFBA (2009-2016)

Ano	Docentes da UFBA por titulação					Doutores Bolsistas de Produtividade	% de Bolsistas entre Docentes Doutores
	Graduação + Especialização	Mestrado	Doutorado	Total de Docentes	% Doutores		
2009	189	506	1266	1961	64,56	198	15,64
2010	163	547	1375	2085	65,95	228	16,58
2011	171	605	1481	2257	65,62	222	14,99
2012	141	570	1568	2279	68,80	213	13,58
2013	122	508	1603	2233	71,79	217	13,54
2014	115	486	1675	2276	73,59	254	15,16
2015	97	469	1771	2337	75,78	229	12,93
2016	150	556	1889	2595	72,79	229	12,12

Fonte: PRODEP/SIP e Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação. Em 31/12/2016

AVALIAÇÃO DO INDICADOR

A série histórica que se inicia no ano de 2009 e que, portanto, já incorpora o processo de expansão impulsionado pelo REUNI, revela um crescimento sistemático do número de doutores na composição do nosso quadro docente até o ano de 2015. Saímos em 2009 de um quadro em que os doutores representavam 64,5% do total de docentes para, em 2015, atingirmos o percentual de 75,8%. Em 2016, há uma pequena queda para 72,8%, o que significa um crescimento maior do número de não doutores ingressantes na Universidade. Tal expansão, em parte, deve incorporar jovens doutores, recém titulados e ainda sem uma atividade de pesquisa e indicadores de produtividade consolidados. Sabe-se, portanto, que parte desse crescimento não apresenta o perfil daqueles que conseguem, em editais de abrangência nacional, a bolsa de produtividade. Os números de bolsas de produtividade apresentam alguma variação ao longo do mesmo período, mantendo-se mais ou menos estável na maioria dos anos, com exceção de 2014 onde se verificou um crescimento bastante elevado de bolsistas (para 254).

Assim, o crescimento do número de doutores acompanhado por uma certa estabilidade no número de bolsistas resulta em uma série em que o ICAP II tende a diminuir com tempo (excetuando-se o ano de 2014 que parece atípico). Assim, saímos de um ICAP II de 15,64%, ultrapassamos 16,5% em 2010 e decaímos lentamente para no ano de 2016 chegarmos a um ICAP II de 12,12, o menor de toda a série. Os dados sugerem a importância de políticas institucionais voltadas para apoiar as atividades de pesquisa de jovens doutores de modo a aumentar a probabilidade de êxito em próximos editais do CNPq. O aumento do número de docentes que não possuem sequer o mestrado certamente irá demandar fortalecimento da política de qualificação desse novo contingente de docentes, com o apoio para a realização de

cursos de mestrado e doutorado. Pode-se afirmar que o nosso corpo de pesquisadores está perdendo competitividade para a obtenção de bolsas com o acirramento da competição, já que o crescimento da oferta de bolsas pelo CNPq está aquém do crescimento da comunidade científica nacional.

INDICADOR 4

TAXA DE INSERÇÃO DA PESQUISA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO - TAXA IPEG

DEFINIÇÃO:

Variação percentual de alunos dos cursos de graduação com bolsas para atividade de pesquisa e inovação do ano t em relação ao ano t-1.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

Trata-se de um importante indicador de quanto o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa está se consolidando na Universidade. Para que a atividade de pesquisa não seja uma atividade restrita da pós-graduação e a formação científica do estudante comece efetivamente no seu curso de graduação, o número de alunos formalmente engajados nos grupos de pesquisa é um indicador da articulação entre ensino e pesquisa, revelando o quanto o treino em pesquisa pode aprimorar o desenvolvimento de competências profissionais e, ao mesmo tempo, preparar melhor o aluno para a sua pós-graduação.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{Taxa IPEG} \rightarrow \text{Var\% BPIG} = ((\text{BPI } t - \text{BPI } t-i) / \text{BPI } t-i - 1) * 100$$

Onde : BPIG = Bolsas de Pesquisa e Inovação

t = ano i = variando conforme o intervalo de tempo a ser considerado

RESULTADOS

Tabela 5a – Evolução do número de Bolsas de Pesquisa e Inovação - UFBA 2002-2016

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de Bolsas de Pesquisa e Inovação	440	390	420	435	510	580	610	630	780	862	985	1374	1.761	1377	1181

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa Criação e Inovação

Tabela 5b – Evolução da Variação Percentual do Número de Bolsas de Pesquisa e Inovação da UFBA

Ano t/t-i	Taxa IPEG Var % BPIG (t/t-i)
2001/2000	2,2
2002/2001	- 6,4
2003/2002	-11,4
2004/2003	7,7
2005/2004	3,6
2006/2005	17,2
2007/2006	13,7
2008/2007	5,2
2009/2008	3,3
2010/2009	23,8
2011/2010	10,5
2012/2011	14,3
2013/2012	39,5
2014/2013	28,2
2014/2015	-21,8
2015/2016	-14,23
2000/2016	168,4

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa Criação e Inovação

AVALIAÇÃO DO INDICADOR:

A série histórica, de Bolsas de Pesquisa e Inovação, mostra três períodos bem distintos. No início da década houve uma diminuição do número de bolsas, queda que atingiu o ponto mais baixo no ano de 2003. A partir deste ano o número de bolsas passou a crescer de forma sistemática, tendência que se manteve até 2014, especialmente mais elevadas em 2013 e 2014. A intensidade do crescimento variou de ano para ano, mas nos três últimos anos o percentual manteve-se sempre acima de 10%, tendo atingido quase 40% em 2012. Os dois últimos anos caracterizam-se por uma reversão do quadro de crescimento, com quedas no número de bolsas oferecidas aos estudantes. O ano de 2015 apresentou uma diminuição de 21,8% em relação a 2014; em cima de tal queda, em 2016 verifica-se uma diminuição de mais 14,23%. Comparando o ano inicial da série e o ano de 2016 houve um expressivo crescimento de 168,4% mas que é bem inferior ao patamar 300,2% no número de bolsas atingido em 2014, ano de maior oferta. Pode-se afirmar, assim, que as atividades de iniciação científica, ainda longe de contemplar um expressivo contingente dos alunos de graduação, vinha se expandido de forma contínua ao longo dos últimos anos, tendência revertida nos dois últimos anos. Tal índice, é importante destacar, não incorpora alunos que participam de atividades de pesquisa sem o suporte das bolsas de iniciação científica. Neste sentido, há bolsas de IC concedidas diretamente por Agências de Fomento a pesquisadores ou grupos de pesquisa que não estão contabilizadas.

INDICADOR 5

ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO I – EXPPG1

DEFINIÇÃO:

Variação percentual de alunos dos cursos de pós-graduação no conjunto dos alunos da Universidade.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

A expansão da pós-graduação é um importante indicador da consolidação da atividade de pesquisa na Universidade, condição para que se estruturam a formação pós-graduada stricto sensu. Historicamente a Universidade brasileira voltou-se prioritariamente para a formação de profissionais para o mercado de trabalho, consolidando uma ampla rede de cursos de graduação que foi sendo ampliada gradativamente ao longo do tempo. A pós-graduação é, certamente, mais recente e toma impulso a partir dos anos 1970/80. A oferta de um curso de pós-graduação tem como pré-requisito a existência de grupos de pesquisa consolidados, o que se traduz em produção científica de qualidade. Assim, a forte associação entre pesquisa e pós-graduação, justifica avaliar qual a participação do alunado de pós-graduação no total de alunos da Universidade.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$EXPPG1 = (TAPG * 100) / (TAGPG)$$

TAPG - Total alunos matriculados cursos PG ano

TAGPG - Total alunos matriculados na Universidade (Graduação e Pós-Graduação) ano t

RESULTADOS:

Tabela 6 - Evolução da Matrícula e Índices de Expansão da Pós-Graduação EXPPG1– UFBA 2004-2016

Ano	Média do Aluno Ativo Graduação	Média do Aluno Ativo PG(***)	Total de alunos	EXPPG1 %PG total alunos
2004	20.826	2.641	23.467	11,25
2005	22.650	2.794	25.444	10,98
2006*	22.665	2.990	25.655	11,65
2007	22.670	3.236	25.906	12,49
2008	24.367	3.275	27.642	11,85
2009	25.796	3.672	29.468	12,46
2010	28.562	3.995	32.557	12,27
2011	31.840	4.355	36.195	12,03
2012	32.241	4.926	37.167	13,25
2013	34.276	5.087	39.363	12,92
2014 **	33.762	5.454	39.216	13,91
2015	33.237	5.700	38.937	14,64
2016	34.631	6.184	40.564	15,25

Fonte: Secretaria Geral de Cursos (SGC) - Sistema Acadêmico (SIAC)

*Com os dados do Campus Rural de Cruz das Almas. *Sem os dados dos campi de Barreira e Vitória da Conquista, pois, o vestibular só aconteceu no 2º semestre.

** Sem os alunos do campus de Barreiras que se transformou na UFOBA

*** Diferentemente dos cálculos para o TCU, aqui são incluídos os alunos dos cursos de Mestrado Profissional.

Obs: Dados sem as Licenciaturas Especiais (Convênios) e Educação à Distância.

AVALIAÇÃO DO INDICADOR

A expansão da pós-graduação é uma vocação histórica da UFBA e relaciona-se ao seu papel de liderança científica no Estado da Bahia, sendo o principal polo de formação de mestres e doutores do Estado e um dos maiores do Nordeste. É desejável, portanto, que tal missão se transforme em ampliação do número de alunos matriculados nos seus diversos cursos. Por outro lado, o crescimento do número de cursos de pós-graduação é constante ano a ano. A participação crescente do alunado de pós-graduação no total de alunos da UFBA fica evidente na série histórica que se inicia em 2004. Tal crescimento é mais expressivo, ao se considerar que são cursos voltados para um número mais reduzido de alunos, com vagas bem mais limitadas que os cursos de graduação, o que explica que mesmo tendo maior número de cursos de PG, haja uma grande diferença no volume bruto de alunos nos dois níveis de formação. Na UFBA, em 2016 a tendência de crescimento da PG se mantém elevando o percentual de pós-graduandos no total de alunos para 15,25%, são aproximadamente sete vezes mais alunos de graduação do que de pós-graduação. Em 2004, no entanto, tal diferença se aproximava de 10 vezes. Ou seja, ao longo dos anos analisados, o crescimento da pós-graduação foi bem mais acelerado do que o crescimento da graduação (apesar do crescimento que tais cursos experimentaram com o REUNI). No período analisado, a UFBA ampliou o número de alunos em 72,9%. Enquanto o crescimento de matriculados na graduação foi de 65,6% no período, na pós-graduação foi de 134,1%. Tal crescimento fez com que a participação de alunos da PG aumentasse 11,25 para 15,25% do total de alunos da UFBA. O crescimento da pós-graduação tem impactos sobre o porte e o desempenho da comunidade científica e ajuda a compreender o crescimento dos indicadores de produção científica. O crescimento da PG na UFBA, por outro lado, é um indicador do seu papel de liderança no Estado da Bahia em termos de pesquisa e pós-graduação.

INDICADOR 6:

ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO II – EXPPG2

DEFINIÇÃO:

Proporção de cursos de pós-graduação em relação ao total de cursos oferecidos pela Universidade.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

Trata-se de um segundo indicador da expansão da PG no interior da Universidade, agora tomando-se como unidade o número de cursos nos dois níveis de formação. Tal indicador torna-se importante pelo impacto na estrutura organizacional da universidade, já que cada curso novo implica em um órgão colegiado e, portanto, em uma unidade de administração acadêmica. O crescimento da pós-graduação traduz-se, portanto no desenvolvimento de uma rede de colegiados mais complexa, um indicador adicional da sua expansão e inserção na estrutura e cotidiano da vida universitária.

Fórmula de cálculo:

$$EXPPG2 = (\text{TotCPG} * 100) / (\text{TotCG} + \text{PG})$$

TotCPG - Total de cursos PG ano t

TotCG+PG - Total de cursos da Universidade (Graduação e Pós-Graduação) ano n

Resultados

Tabela 7 - Evolução do Número de Cursos de Graduação e Pós-Graduação – UFBA 2005-2016

Ano	Graduação		Pós-graduação	Total cursos	EXPPG2
	Cursos	Ofertas	M+D		
2005	59	61	59	118	50
2006	68	70	70	138	50,7
2007	65	67	78	143	54,5
2008	65	67	83	148	56,1
2009	99	101	92	191	48,2
2010	111	113	107	218	49,1
2011	111	113	111	222	50,0
2012	111	113	116	227	51,1
2013	99*	113 *	122	221	55,2 *
2014	99	101	128	227	56,4
2015	99	101	129	228	56,6
2016	100	102	135	234	57,7

Fonte: SSOA / PROPG/UFBA em Números – PROPLAN

Nota Graduação 1: Não foi considerado como curso, as habilitações de: Comunicação (Jornalismo e Produção Cultural), Artes Cênicas (Direção e Interpretação Teatral) e Dança (Dançarino Profissional)

Nota Graduação 2: Dados de 2006 com UFRB, Vitória da Conquista e Barreiras

Nota Graduação 3: Dados de 2007 sem UFRB

(*) Nota Graduação 4: Dados de 2013 1º semestre com Barreiras e 2º semestre sem Barreiras. Para cálculo EXPPG2 tomou-se o número no final do ano (99)

Nota Graduação 5: O curso à distância de Licenciatura em Matemática não está contabilizado nestas relações por não ser ofertado anualmente.

AVALIAÇÃO DO INDICADOR

O crescimento dos cursos de graduação e de pós-graduação apresentam comportamento bastante distintos na série histórica que se inicia em 2005. A graduação teve uma expansão expressiva entre 2008 e 2009 em função do REUNI. A partir de então se estabilizou pois o número de cursos foi reduzido com o desmembramento do campus de Barreiras que se tornou a UFOB. Assim, desde 2009 temos, efetivamente entre 99 e 100 cursos de graduação. O crescimento da PG, porém, é contínuo e a cada ano alguns poucos cursos novos aparecem. Isto se deve ao fato de que anualmente a UFBA submete propostas de criação de novos cursos à CAPES e aqueles recomendados por ela são implantados na Universidade. Refletindo tal dinâmica de crescimento, verifica-se que o indicador de expansão da pós-graduação eleva-se continuamente de forma discreta ao longo dos anos. De início os cursos de PG representavam 50,9% e em 2016 eles representam 57,7%.

INDICADOR 7:

ÍNDICE DE EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO III – EXPPG3

DEFINIÇÃO:

Proporção de alunos matriculados em cursos de doutorado em relação ao total de alunos matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu na Universidade.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

A lógica que estrutura o surgimento de cursos de pós-graduação é que os doutorados surgem após a consolidação dos mestrados. Apenas quando os mestrados atingem a nota 4 na avaliação da Capes lhe é facultado o direito de pleitear a abertura do doutorado. Em síntese, o avanço dos cursos de doutorado e, portanto, dos alunos neles matriculados é um indicador adicional importante de consolidação da pesquisa e da pós-graduação na instituição. O presente indicador analisa a proporção de alunos de doutorado no conjunto dos discentes matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu na Universidade.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{EXPPG3} = (\text{TotAluDout} * 100) / (\text{TotAluDout} + \text{Mest})$$

TotAluDout - Total de cursos PG ano n

TotAluDout+Mest - Total de cursos da Universidade (Graduação e Pós-Graduação) ano n

RESULTADOS

Tabela 8 - Número de Alunos Matriculados em Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – UFBA- 2004-2016

Aluno Matriculado Ensino de Pós- Graduação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mestrado (1º semestre)**	1.863	1.968	2.070	2.224	2.158	2.293	2.420	2.553	2.863	2.943	3.106	3.152	3.122
Doutorado (1º semestre)***	778	826	920	1.012	1.117	1.379	1.575	1.802	2.063	2.144	2.348	2.548	3.062
Total	2.641	2.794	2.990	3.236	3.275	3.672	3.995	4.355	4.926	5.087	5.454	5.700	6.184
EXPPG3	29,46	29,56	30,77	31,27	34,11	37,55	39,42	41,38	41,88	42,15	43,05	44,70	49,51

Fonte: SGC-SIAC/Comissão de Residência Médica (COREME)/Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU)/PROPPG

* Em funcionamento. ** Incluindo Mestrados Profissionalizantes e Minter. *** Incluindo Doutorado Institucional.

Tabela 8.1 Número de alunos matriculados em Programas de Pós-Graduação *stritu sensu*, UFBA 2013 a 2016

Programas	2013	2014	2015	2016
Doutorado	2.432	2.606	2.855	3.062
Mestrado	3.285	3.287	3.276	3.122
Mestrado profissional	394	495	550	547
Total	6.111	6.388	6.681	6.731

Fonte: Pro-Reitoria de Pós-Graduação/UFBA

Dados obtidos da Plataforma Sucupira, março de 2017.

AVALIAÇÃO DO INDICADOR

A relação entre o número de alunos matriculados em cursos de doutorado sobre o total de alunos da pós-graduação é um outro indicador importante de consolidação da pós-graduação. Como se sabe, os doutorados nascem após a consolidação de mestrado e constituem formação mais longa e complexa para a atividade de pesquisa. A presença de mais cursos de doutorado e, portanto, de mais alunos, sinaliza maior consolidação da pós-graduação e da pesquisa na Universidade. Na série histórica de 13 anos, constata-se que o número de alunos de cursos de doutorado saltou de 29,46% para 49,51% no total de alunos da pós-graduação. Ou seja, atualmente, os doutorandos já representam praticamente a metade do total de pós-graduandos. Tal crescimento é expressivo quando se considera que o número de alunos matriculados nos cursos de mestrado também teve um crescimento elevado no período, saltando de 1.863 para 3.122 alunos. A tendência é que a demanda pela formação de doutores se intensifique, o que se explica pela liderança que historicamente a UFBA possui no Estado da Bahia, considerando o potencial de Programas que atualmente possuem apenas o nível de mestrado virem a oferecer o doutorado nos próximos anos. Como a formação do doutor é mais longa, mesmo com uma oferta de vagas menor que os mestrados, o total de alunos de doutorado tende a superar o de mestrado nos próximos anos.

Tomando por base os registros da Plataforma Sucupira, apresentam-se algumas diferenças no número de alunos matriculados em programas de pós-graduação *senso estrito* na UFBA, em anos recentes, como demonstram os dados da tabela complementar apresentada acima. As diferenças decorrem da aplicação de diferentes metodologias e fontes de dados. A demonstração dessas informações complementares neste relatório, cumpre o objetivo de demonstrar, com diferentes abordagens metodológicas, o crescimento continuado da pós-graduação na UFBA.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

INDICADOR 8

ÍNDICE DE QUALIDADE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (IQGRAD)

DEFINIÇÃO:

Média das Notas ENADE obtidas pelos cursos de graduação em cada ciclo avaliativo do ENADE (3 anos).

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

O desempenho dos estudantes nos cursos de graduação é aferido a cada três anos, através de um exame nacional sob responsabilidade do INEP, com questões relacionadas à formação geral e questões relacionadas aos componentes específicos da área de formação. Trata-se do ENADE, cuja nota (ou conceito), é determinada pela média ponderada da nota padronizada dos concluintes no componente de Formação Geral e no componente de conhecimentos específicos da área de formação.

O ENADE é um importante indicador de desempenho do estudante, por conseguinte, de qualidade do curso, sendo o principal insumo para o Conceito do Curso, utilizado pelas autoridades educacionais para fins regulatórios.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{IQGRAD anual} = \frac{(\text{No. Cursos nota } 1*1) + (\text{No. Cursos nota } 2*2) + (\text{No. Cursos nota } 3*3) + (\text{No. Cursos nota } 4*4) + (\text{No. Cursos nota } 5*5)}{\text{N}^\circ \text{ de cursos avaliados no ano}}$$
$$\text{IQGRAD} = (\text{Média Nota ENADE Ano1} + \text{Média Nota ENADE Ano2} + \text{Média Nota ENADE Ano 3})/3$$

Tabela 9 – Conceitos ENADE dos cursos da UFBA avaliados nos três ciclos avaliativos 2006-2015

RESULTADOS	ENADE	IQGRAD	0/SC	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Total Cursos Avaliados
	ENADE 2006	3,67		0	1	4	5	2	12
	ENADE 2007	2,50		1	3	3	1	0	8
	ENADE 2008	3,44		1	2	5	8	2	18
PRIMEIRO CICLO COMPLETO		3,20							
	ENADE 2009	3,38		2	1	3	4	3	13
	ENADE 2010	3,29	3	1	0	2	4	0	10
	ENADE 2011	3,30		2	3	7	15	0	27
SEGUNDO CICLO COMPLETO		3,32							
	ENADE 2012	3,63		0	0	4	3	1	8
	ENADE 2013	3,33	1	1	0	4	3	1	10
	ENADE 2014	3,92	5	1	1	10	16	6	32
TERCEIRO CICLO COMPLETO		3,63							
	ENADE 2015	4,41	0	0	0	1	5	6	12

Fonte: INEP

AValiação do Indicador

O ENADE, componente central no conceito dos cursos de graduação é um exame nacional em que grupos de cursos são submetidos a cada ano, de modo que o mesmo grupo é avaliado três anos depois. Ou seja, ao término de um triênio, completa-se um ciclo avaliativo, em que todos os cursos que passam pelo exame são avaliados. Considerando o ano 2006 como ponto de partida de uma série histórica dos cursos avaliados até o ano de 2015 (último ano com resultados do ENADE divulgado) a UFBA obteve uma nota média no ENADE de 3,20 no primeiro triênio; 3,32 no segundo e 3,63 no terceiro; em 2015 inicia-se mais um ciclo de avaliação com o primeiro grupo de cursos (12) avaliados. A média de 4,41 obtida na mais recente avaliação é a mais elevada de todas as participações de cursos da UFBA no ENADE. Tal escore deve ser comparado com os de 2012(3,63), 2009 (3,38) e 2006 (3,67), quando os mesmos cursos foram avaliados. Assim, para além do crescimento contínuo, embora bastante moderado, das notas obtidas nos ciclos de avaliação, há que se destacar os resultados do último ano no qual 50% dos cursos avaliados tiveram o conceito máximo (5) e 91,2% dos cursos obtiveram conceito 4 e 5 no Enade. Em

2012, ano em que esses mesmos cursos foram avaliados anteriormente, este percentual foi de 55,5%; em 2008, primeira avaliação do mesmo conjunto de cursos também foi de 55,5%. Certamente tal resultado positivo revela que os esforços em prol de maior engajamento do aluno ao participar do ENADE, algo que vem sendo feito sistematicamente nos últimos anos, agora em uma ação conjunta da PROGRAD e da SUPAD, começam a surtir efeito.

O resultado ligeiramente mais positivo a cada ciclo e, em especial, os resultados de 2015, o último ano com resultados divulgados, refletem um esforço e uma preocupação da Instituição com a qualidade dos cursos de graduação, que pode ser percebida tanto no nível da administração central, com a recuperação da estrutura física, investimento em laboratórios e biblioteca, e capacitação do corpo docente, como também no nível das Unidades e dos Colegiados, com a reestruturação dos currículos e as iniciativas de avaliação dos cursos. Há, também, que se considerar as ações desenvolvidas junto aos cursos avaliados para que docentes e alunos se engajem em uma postura que valorize o ENADE como um importante indicador da qualidade da formação que a UFBA vem oferecendo. Neste sentido, vídeos, cartazes e reuniões foram feitos com o objetivo de sensibilizar o aluno para responder a prova com dedicação, o que pode estar diminuindo o grau de boicote ou de participação sem compromisso em efetivamente demonstrar o que de fato aprendeu ao longo do processo de formação. Há que se destacar, também, a maior atenção dada pela CPA aos cursos que recebem visitas por terem obtido notas inferiores a 3 no ENADE, apoiando-os na preparação para tal visita e fazendo com que os conceitos preliminares do curso (fortemente afetado pelo desempenho do aluno no ENADE) se transforme em conceitos definitivos mais elevados.

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - PRODEP

INDICADOR 9:

IQCTA= ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

DEFINIÇÃO:

Média ponderada da participação dos diferentes níveis de formação dos servidores Técnicos-Administrativos no total do segmento.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

A missão e as atividades fins de uma universidade requerem profissionais técnico administrativos com formação profissional especializada, como requisito para grande parte dos cargos que estruturam a força de trabalho da Instituição. Há cargos de nível fundamental, médio e superior que são preenchidos por concursos. No entanto, a necessidade de formação mais elevada é uma busca individual que leva muitos servidores a buscarem níveis mais elevados de

formação profissional, mesmo inseridos nos níveis do plano de cargo e salários. Por outro lado, há incentivos claros no atual plano de carreiras para as iniciativas de melhoria da qualificação dos servidores o que os estimula a buscarem formação superior e diferentes pós-graduações (lato e stricto sensu). Assim, uma medida do nível de qualificação do servidor é um indicador importante para avaliar os investimentos pessoais e instituições no sentido de possuir uma força de trabalho cada vez mais qualificada. A expectativa, claramente, é que a melhoria de tal indicador se traduz em melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos servidores.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$IQCTA = \{ [(MEST+DOUT)*5] + (ESP*4) + (GRAD*3) + (NMED*2) + FUND \} / \text{TOTAL SERVIDORES}$$

RESULTADOS

Tabela 10 - Distribuição de Servidores Técnicos-Administrativos da UFBA por Nível de Escolaridade - UFBA 2008-2016

Nível de Escolaridade	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Fundamental ou menor	410	12,41	363	11,28	337	10,30	308	9,39	275	8,44	243	7,35	229	7,10	210	6,57	193	6,17
Ensino Médio	1295	39,19	1226	38,09	1179	36,02	1127	34,37	1039	31,87	964	29,18	894	27,71	767	24,00	651	20,82
Ensino Superior	934	28,27	890	44,80	859	26,25	851	25,95	830	25,46	965	29,21	887	27,50	875	27,39	830	26,55
Especialização	480	14,53	541	16,81	663	20,26	737	22,47	832	25,52	830	25,12	878	27,22	962	30,11	1037	33,17
Mestrado	126	3,81	131	4,07	163	4,98	181	5,52	206	6,32	211	6,39	240	7,44	275	8,61	303	9,69
Doutorado	59	1,79	68	2,11	72	2,20	75	2,29	78	2,39	91	2,75	98	3,04	106	3,32	112	3,58
Total	3.304	100	3.219	100	3.273	100	3.279	100	3.260	100	3.304	100	3.226	100	3.195	100	3.126	100

Fonte: PRODEP/SIP em 31/12/2016

Tabela 10.1 – Evolução do Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo da UFBA (IQCTA) UFBA 2008-2016

IQCTA (ANO)	ESCORE
IQCTA 2008	2,62
IQCTA 2009	2,69
IQCTA 2010	2,78
IQCTA 2011	2,85
ICCTA 2012	2,94
IQCTA 2013	3,02
IQCTA 2014	3,06
IQCTA 2015	3,17
IQCTA 2016	3,27

Fonte: SUPAD -UFBA

AValiação do Indicador

A série história de nove anos, com início em 2008 revela um crescimento sistemático do nível de qualificação formal do corpo de servidores técnico-administrativos da Universidade. Para tornar mais claro o significado dos escores encontrados, no índice calculado, se todos os servidores tivessem mestrado ou doutorado o escore máximo seria 5. Assim, 3.27 (IQCTA de 2016) significa que no seu conjunto, a média da qualificação formal dos servidores equivale a um curso de graduação (nível superior, cujo peso é 3 na fórmula). O crescimento da qualificação formal verifica-se pela participação decrescente dos servidores com escolaridade até o nível fundamental (representavam 12,4% em 2008 e em 2015 são 6,17%), ao lado da participação crescente de servidores com especialização, mestrado e doutorado. Os especialistas saltaram de 14,53% em 2008 para 33,17% em 2015. Também foram expressivos o crescimento do percentual de mestres (saltou de 3,81 para 9,69%) e de doutores (saltaram de 1,79 para 3,58%). Com tais mudanças, o IQCTA que no início da série era de 2,62 ultrapassou ligeiramente o patamar de 3 no ano de 2016. Também aqui, é importante que tal indicador seja acompanhado de novas pesquisas que avaliem a congruência entre a qualificação formal do servidor e as demandas de competências do cargo que ocupa. Tal acompanhamento é importante para ampliar o ajuste do servidor ao cargo, evitando desmotivação decorrentes de uma superqualificação para o cargo que exerce. Ou seja, a ampliação do nível de qualificação deve ser acompanhado por novos desafios profissionais para que o investimento em qualificação se transforme efetivamente em melhoria dos serviços prestados pelo servidor. Finalmente vale chamar a atenção que no ano de 2016 verificou-se mais uma reduzida queda no número total de servidores do quadro da Universidade em relação a 2015. Esta queda, todavia, é mais acentuada se tomarmos o ano de 2008 como início da série

(tínhamos 3304 servidores e ao final de 2015 se reduziu a 3.126). Tal fato explica a pressão e o crescimento do número de servidores terceirizados, considerando a expansão expressiva da Universidade nos últimos anos, especialmente na oferta de cursos noturnos que demanda ampliação do número de servidores.

INDICADOR 10:

INVCAPTA= ÍNDICE DE INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

DEFINIÇÃO:

Investimento dos servidores técnico-administrativos em capacitação no trabalho reconhecido com progressões no plano de carreira.

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

Para além da qualificação formal (nível de escolaridade), o desempenho no trabalho requer uma capacitação específica, nem sempre assegurada pela qualificação escolar. Assim, toda a gestão de pessoas incorpora um conjunto amplo de ações de capacitação e educação no e para o trabalho, essenciais à melhoria contínua do desempenho institucional. Tais ações, muitas vezes treinamento no próprio trabalho, se voltam para melhorar o desempenho nos cargos e, com isto, melhorar o desempenho global da instituição. Voltam-se também para a permanente atualização das competências necessárias ao desempenho de qualidade, considerando as rápidas transformações no nível de conhecimento e de tecnologias aplicadas aos trabalhos em geral. Devido a isto, o plano de carreira implantado recentemente nas Universidades Federais estimula as ações de capacitação dos servidores técnico administrativos, reconhecendo a carga horária cumprida em treinamentos para efeito de progressão na carreira. Assim, os diferentes níveis alcançados pelos servidores decorrem do número de progressões obtidos em função da quantidade de carga horária em capacitação para o trabalho. Monitorar a evolução deste indicador se torna importante como um importante preditor de melhoria do desempenho individual, dos grupos e da própria instituição.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{INVCAPTA}=(\%N1)+(\%N2*2)+(\%N3*3)+(\%N4*4))/10$$

RESULTADOS:

Tabela 11 - Distribuição dos Servidores Técnicos-Administrativos da UFBA por Níveis referentes ao Plano de Carreira PCCTAE UFBA - 2010-2016.

Ano	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Total serv	%N1	%N2	%N3	%N4	Indicador INVCAPTA
2010	1721	1312	224	16	3273	52,6	40,1	6,8	0,5	15,52
2011	1399	1415	387	78	3279	42,7	43,2	11,8	2,4	17,39
2012	1113	1382	552	213	3260	34,1	42,4	16,9	6,5	19,59
2013	929	1231	652	389	3201	29,0	38,5	20,4	12,2	21,57
2014	883	1105	647	591	3226	27,4	34,3	20,1	18,3	22,93
2015	830	631	584	1150	3195	26,0	19,7	18,3	36,0	26,43
2016	660	620	561	1285	3126	21,1	19,8	17,9	41,1	29,67

Fonte: PRODEP/CDH em 31/12/2016

Nível 1 - Nenhuma progressão em função de capacitação

Nível 2 - Uma progressão em função de capacitação

Nível 3 - Duas progressões em função de capacitação

Nível 4 - Três progressões em função de capacitação

AValiação do Indicador

O escore pode variar de 10 a 40

10 - 100% DOS SERVIDORES ESTARIAM NO NIVEL I

40 - 100% DOS SERVIDORES ESTARIAM NO NIVEL IV

O índice desenvolvido para mensurar o investimento do pessoal técnico-administrativo em capacitação para o trabalho pode variar de um mínimo de 10 (se todos os servidores estivessem no nível I, ou seja, sem qualquer progressão em função de realização de treinamentos no trabalho) até um máximo de 40 (se todos os servidores técnico-administrativos tivessem obtido as três progressões decorrentes dos treinamentos realizados. A série histórica, no momento integrada por 7 anos nos revela um crescimento significativo do investimento em capacitação. O INVCAPTA saltou de 15,52 para 29,67 ao término da série, no ano de 2016. Tal crescimento se deve ao aumento do

percentual de servidores que obtiveram, ao longo do tempo, duas ou três progressões decorrentes dos treinamentos realizados. No caso das três progressões, o percentual saltou de 0,5 para 41,1% do corpo técnico administrativo. No caso das duas progressões, o percentual saltou de 6,8 para 17,9%. Por outro lado, o percentual de servidores sem nenhuma progressão caiu de 52,6 para 21,1%. Ou seja, os estímulos oferecidos no plano de carreira têm levado a um pesado investimento dos servidores (e da Instituição) na realização de várias capacitações para o trabalho. O importante é que tal indicador, seja acompanhado por avaliações mais específicas dos impactos de tais capacitações no desempenho do servidor no trabalho, ou, em que medida, tais capacitações têm desenvolvido competências que são efetivamente aplicadas nos contextos específicos de trabalho. Tal acompanhamento envolverá pesquisas específicas sobre transferência de treinamento que deverão ser desenvolvidas pela Universidade doravante.

INDICADOR 11

INVCAPDOC= INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO PELO DOCENTE COM AFASTAMENTO PARA PÓS-GRADUAÇÃO

DEFINIÇÃO:

Apoio institucional, por meio de afastamento das atividades, para a capacitação do corpo docente em nível de pós-graduação

JUSTIFICATIVA DO INDICADOR:

Predominantemente os concursos para preenchimento dos cargos docentes são abertos para portadores de diploma de doutorado. Há, no entanto, exceções, em função de carência de doutores para subáreas específicas. Assim, há um contingente de docentes mestres e de docentes que possuem apenas o título de graduação ou especialização, sobretudo no campus do interior do Estado. Portanto, há uma demanda de qualificação para o corpo docente, o que implica apoio para a realização de mestrados e doutorados, muitas vezes com afastamento do docente das suas atividades cotidianas, quando o curso é realizado fora do seu local de trabalho. No entanto, mesmo para os docentes doutores, é importante a sua permanente atualização face a dinâmica de transformação rápida do conhecimento e da tecnologia nos diversos campos da ciência e das artes. Tal demanda é atendida pelas experiências de pós-doutorado que, para além da permanente atualização, se voltam para a criação de novas redes de pesquisa, novas parcerias e, sobretudo, para ampliação do nível de inserção internacional do docente/pesquisador. Face ao exposto, o presente indicador avalia o nível de apoio concedido pela Universidade para o docente continuar a sua formação em níveis mais elevados.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{INVCAPDOC}=(\%N1*2)+(\%N2*3)+(\%N3*5))/10$$

RESULTADOS

Tabela 12 - Distribuição do número de Docentes por Titulação e Afastamento para Realização de Atividades de Capacitação

Ano	Total de Docentes			Afastamento para Capacitação			%N1	%N2	%N3	Indicador
	Graduação + Especialização	Mestrado	Doutorado	Afast Mestrado	Afast. Doutorado	Afast. Pós-Doc				INVCAPDOC
2009	189	506	1266	3	45	44	1,59	8,89	3,48	4,72
2010	163	547	1375	3	50	21	1,84	9,14	1,53	3,87
2011	171	605	1481	7	45	28	4,09	7,44	1,89	4,00
2012	141	570	1568	2	41	54	1,42	7,19	3,44	4,16
2013	122	508	1603	3	75	66	2,46	14,76	4,12	6,98
2014	115	486	1675	7	96	108	6,09	19,75	6,45	10,37
2015	97	469	1771	12	56	85	12,37	11,94	4,80	8,46
2016	95	476	1795	7	75	51	7,37	15,75	2,84	7,62

Fonte: PRODEP/SIP em 31/12/2016

N1 - % GRADUADO OU ESPECIALISTA AFASTADOS PARA MESTRADO

N2 - % MESTRES AFASTADOS PARA DOUTORADO

N3 - % DE DOUTORES AFASTADOS PARA PÓS-DOUTORADO

INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os investimentos na qualificação do corpo docente são centrais na ampliação da qualidade da formação, pesquisa, e prestação de serviços desenvolvidos pela Universidade. Maior titulação significa o desenvolvimento de competência para um desempenho nas diferentes áreas fins da universidade mais qualificado. O monitoramento do apoio da Universidade para que seus docentes realizem mestrados, doutorados ou pós doutorado, revela um crescimento sistemático entre 2009 e 2014 (quando atingiu o maior escore) seguido, nos dois últimos anos por um leve declínio. Na realidade, em 2009, o índice de 4,72 se deve ao maior número de docentes (proporcionalmente à demanda) para realização de doutorados (8,89%) e de pós-doutorado (3,49%). Este índice cai em 2010, sobretudo pela menor demanda de afastamentos para pós-doc, atingindo 3,87. A partir de então começa a crescer progressivamente (atingindo 4,0 em 2011, 4,16 em 2012 e 6,98 em 2013). Em 2014 o índice atinge o seu maior escore na série histórica, de 10,37, que se deve tanto ao crescimento de afastamentos para doutorados (19,75% do docentes que necessitariam avançar para tal nível de qualificação) e de pós-docs (6,45%).

Em 2015 o índice volta a ter uma pequena queda, sobretudo pela redução dos afastamentos para doutorado e para pós-doutorado. A queda de afastamentos para doutorados advém da política de concursos que privilegia o título de doutor para ingresso e que explica o crescente número de doutores no quadro docente da UFBA (atingindo 1795 em 2016). Novo reduzido declínio se observa em 2016, determinado principalmente pela queda na busca de mestrado (mais ingresso de doutores em concurso) e de pós-doutorados (possivelmente pela redução da oferta de bolsas para tal finalidades pelas agências de fomento, Capes e CNPq.). Com os desafios que são postos para a internacionalização da produção científica e a crescente inserção dos grupos de pesquisa da UFBA em redes nacionais e internacionais, há que se ter políticas de estímulo à saída de um maior número de docentes para pós-doutorados, sobretudo no exterior. Para tanto, é preciso que as agências nacionais retomem os patamares anteriores de fomento a tão importante atividade de qualificação do corpo docente.

3.5.1 Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho Conforme deliberação do Tribunal de Contas da União

1 – CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE

Tabela 13. Custo Corrente/ Aluno Equivalente = Custo Corrente / (A_GE + A_{PG}TI+ A_RTI)

DESPESAS - Ano 2016		Valor (R\$)
DESPESAS CORRENTES DA UNIVERSIDADE (conta SIAFI 3.30.00.00)	(+)	1.684.336.016,91
65% DESPESAS DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS	(-)	228.897.573,29
100% das despesas dos Hospitais Universitários	(-)	352.150.112,75
APOSENTADORIAS E REFORMAS (Conta SIAFI nº3319001)	(-)	382.339.070,48
SENTENÇAS JUDICIAIS (Conta SIAFI nº3319091)	(-)	10.978.494,13
PENSÕES (Conta SIAFI nº3319003)	(-)	90.090.205,74
PESSOAL DOCENTE CEDIDO (com ônus)	(-)	5.624.186,66
PESSOAL TÉCNICO CEDIDO (com ônus)	(-)	7.943.558,76
AFASTAMENTO DE DOCENTES DO PAÍS/EXTERIOR	(-)	14.563.838,82
AFASTAMENTO DE TÉCNICOS DO PAÍS/EXTERIOR	(-)	2.269.507,90
CUSTO CORRENTE (+) (-) incluindo despesas dos Hospitais Universitários (35%)		941.629.581,13
CUSTO CORRENTE (+) (-) excluindo despesas dos Hospitais Universitários		818.377.041,67
TOTAL DE ALUNO EQUIVALENTE = (A_GE + A_{PG}TI+ A_RTI)		50.674
A _G E = 39.434 ; A _{PG} TI = 10.664 ; A _R TI = 576		
Custo Corrente / Aluno Equivalente com Hospitais Universitários		18.582,10
Custo Corrente / Aluno Equivalente sem Hospitais Universitários		16.149,84

Fontes: UFBA - SPE/SIP e SIAPnet , CARE/SIAC , COREME, PROPLAN/ Setor de Orçamento

Custo Corrente = (Despesas Corr. da UFBA – (65% ou 100%) Hospitais Universitários) – (Aposentadoria + Sentenças Judicial + Pensões + Afastamento de Docentes e Técnicos para Capacitação + Docentes e Técnicos Cedidos)

A_GE = Aluno Equivalente na Graduação

$A_{GE} = \sum \text{ todos os cursos } \{ (N_{DI} \times D_{PC}) (1 + \text{Fator de Retenção}) + (N_I - N_{DI})/4 \times D_{PC} \} \times (\text{Peso do grupo em que se insere o curso})$

NDI = Número de Diplomados no ano letivo relativo ao exercício

NI = Número de Ingressantes no ano letivo relativo ao exercício

DPC = Duração padrão do curso (Tabela SESu)

Fator de Retenção = Tabela SESu

A_{PG}TI = Aluno em Tempo Integral na Pós-Graduação (2 X Alunos matriculados no Mestrado + 2 X Alunos matriculados no Doutorado)

A_RTI = Aluno em Tempo Integral na Residência Médica (2 X Alunos matriculados na Residência Médica)

2 – ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE 40h

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente 40h = (A_GTI + A_{PG}TI + A_RTI) / Professor Equivalente

A_GTI = Aluno Tempo Integral na Graduação

A_GTI = Σ todos os cursos { (N_{Di} X D_{PC}) (1+Fator de Retenção) + (N_I - N_{Di})/4) X D_{PC} }

A_{PG}TI = Aluno em Tempo Integral na Pós-Graduação (2 X Matriculados no Mestrado + 2 X Matriculados no Doutorado)

A_RTI = Aluno em Tempo Integral na Residência Médica (2 X Matriculados na Residência Médica)

Prof.Eqv.40h = DE +40h + ½ 20 h

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente 40h \Rightarrow 33.518/2.181,5 = 15,36

Tabela 14 - Aluno Tempo Integral – Graduação, Pós-Graduação e Residência Médica

Alunos Matriculados – Ano 2016	Peso	Quantitativo
Mestrado (*) (1º semestre = 2.630 2º semestre = 2.485) Média = 2.557,5	2	5.115
Doutorado (1º semestre = 2.811 2º semestre = 2.738) Média = 2.774,5	2	5.549
Total de Alunos de PG. (A _{PG})		5.332
Total de Alunos Tempo Integral de PG (A_{PG} TI) = (2 x M)+(2 x D) (médias)		10.664
Total de Alunos Matriculados na Residência Médica - A _R	2	288
Aluno Tempo Integral - Residência Médica (A_R TI) = 2x R	-	576
Alunos da Graduação Tempo Integral - A_GTI	-	22.278
Aluno em Tempo Integral (Graduação+Pós-Graduação + Residência Médica) (A_GTI) + (A_{PG} TI) + (A_R TI)	-	33.518

Fontes: UFBA- CARE/SIAC, COREME, em 09.01.2017

(*) Não incluídos alunos dos Mestrados Profissionalizantes conforme documento de orientação de cálculos do TCU

Tabela 15 - Docente do Quadro Permanente e Prestadores de Serviços por Regime de Trabalho – UFBA 2016

Professor	Quantitativo			
	20h (p = 0,5)	40h (p = 1,0)	DE (p =1,0)	Total
Quadro Permanente	292	257	1.817	2.366
Equivalente 40h. do Quadro Permanente (+)	146	257	1.817	2.220
Prestadores de Serviços (Substitutos + Visitantes+ Temporários)	110	160	1	271
Equivalente 40h. Prestadores de Serviços (+)	55	160	1	216
Quadro Permanente Afastados	15	16	187	218
Equivalente 40h. do Quadro Afastados (-)	7,5	16	187	210,5
Quadro Permanente Cedidos para outros Órgãos (com e sem ônus)	10	8	31	49
Equivalente 40h. do Quadro Permanente Cedidos (-)	5	8	31	44
Total de Professor Eqv. 40h (+) (-) (Quadro Permanente + Prestadores – Afastados e Cedidos)	188,5	393	1.600	2.181,5

Fonte: UFBA/PRODEP e STI - SIP e SIAPnet em 31.12.2016

3 – ALUNO TEMPO INTEGRAL /FUNCIONÁRIO Eqv. 40h

Aluno Tempo Integral /Funcionário Eqv. 40h = (AGTI +APGTI+ ARTI)/Funcionário Equivalente 40h

Funcionário Eqv.40h = (44h X 1,1) + (40h X1,0) + (36h X 0,9) (30h X 0,75) + (24h e 25h X 0,6) + (20h X 0,5)

Aluno Tempo Integral = (Graduação + Pós-graduação + Residência Médica) = 33.518

Funcionário Eqv.40h com Hospitais = 4.111,0

Funcionário Eqv.40h sem Hospitais = 3.231,1

Aluno Tempo Integral /Funcionário Eqv. 40h com Hospitais ⇒ 33.518/4.111,0 = 8,15

Aluno Tempo Integral /Funcionário Eqv. 40h sem Hospitais ⇒ 33.518/3.231,1 = 10,37

Tabela 16- Funcionários do Quadro Permanente e Prestadores de Serviços por Regime de Trabalho - UFBA 2016

FUNCIONÁRIOS (*)	Quantitativo						Total
	20h (p = 0,5)	24 e 25 h (p = 0,6)	30 h (p = 0,75)	36h (p = 0,9)	40h (p = 1,0)	44h (p = 1,1)	
Quadro Permanente com Hospitais	71	77	45	0	2.863	0	3.056
Quadro Permanente sem Hospitais	14	61	24	0	2.037	0	2.136
Eqv. 40h. do Quadro com Hospitais	35,5	46,2	33,75	0	2.863,0	0	2.978,4
Eqv. 40h. do Quadro sem Hospitais (+)	7,0	36,6	18,0	0	2.037,0	0	2.098,6
Quadro Permanente Afastados para Capacitação	1	0	0	0	30	0	31
Equivalente 40h. do Quadro Afastados/ Capacitação (-)	0,5	0	0	0	30,0	0	30,5
Quadro Permanente Cedidos para outros Órgãos (com e sem ônus)	5	0	0	0	65	0	70
Equivalente 40h. do Quadro Permanente Cedidos (-)	3	0	0	0	65	0	68
Prestadores de Serviços Vigilância, Portaria, Recepção e Limpeza (Sem postos dos Hospitais)	0	0	0	335	0	845	1.180
Equivalente 40h. Prestadores de Serviços (+)	0	0	0	301,5	0	929,5	1.231
Total Funcionário Eqv. 40h (+) (-) com Hospitais	32	46,2	33,75	301,5	2.768,0	929,5	4.111,0
Total Funcionário Eqv. 40h (+) (-) sem Hospitais	3,5	36,6	18,0	301,5	1.942,0	929,5	3.231,1

Fonte: PRODEP/SIP e Siapnet em 31.12.2016

(*) Incluindo professores de 1º e 2º Graus (conforme documento orientações para cálculo do TCU)

$$4 - \text{FUNCIONÁRIO Eqv. 40h} / \text{PROFESSOR Eqv.40h} \Rightarrow = 4.111,0 / 2.181,5 = 1,88$$

Incluindo funcionários dos Hospitais

$$4.1 \text{ FUNCIONÁRIO Eqv. 40h} / \text{PROFESSOR Eqv.40h} \Rightarrow = 3.231,1 / 2.181,5 = 1,48$$

Excluindo funcionários dos Hospitais

5 – GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL (GPE) - GRADUAÇÃO

GPE = Alunos da Graduação Tempo Integral (A_{GTI}) / Aluno Matriculados na Graduação (A_G)

$$GPE \Rightarrow 22.278 / 34.671 = 0,64$$

Tabela17- Alunos Matriculados na Graduação – UFBA 2016

Alunos - Graduação (A_G e A_{GTI})	Quantitativo
Matriculados (A_G) (1º Sem = 34.312 ; 2º sem = 35.030) ; Média = 34.671	34.671
Alunos da Graduação Tempo Integral - A_{GTI}	22.278

Fonte: UFBA - CARE/ SIAC

6 – GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO - GEPG

$$GEPG = A_{PG} / (A_G + A_{PG})$$

$$GEPG = 5.332 / 40.003 \Rightarrow = 0,13$$

A_{PG} = Alunos Matriculados na Pós-Graduação (Mestrado + Doutorado: médias dos semestres)

A_G = Alunos Matriculados na Graduação (média dos semestres)

Tabela 18 -Alunos Matriculados na Graduação e Pós-Graduação 2016

Alunos – Graduação e Pós-Graduação	Quantitativo
Matriculados na Graduação (A_G) (média de matriculados = 34.671)	34.671
Matriculados na Pós-Graduação (Mestrado * + Doutorado) (A_{PG})	5.332
Mestrado (*) média = 2.557,5 ; Doutorado média = 2.774,5 Total = 5.332	
Total de Alunos (Graduação + PG.)	40.003

Fonte: UFBA - CARE / SIAC

(*) Não incluídos os alunos dos Mestrados Profissionalizantes conforme documento de orientação para cálculos do TCU

Tabela 19 – Conceitos CAPES/MEC dos Programas de Pós-Graduação UFBA - 2016

Programas Acadêmicos de Pós-Graduação (*)		Nível	Conceito CAPES
Administração	28001010020P3	Mestrado e Doutorado	5
Alimentos, Nutrição e Saúde	28001010047P9	Mestrado e Doutorado	4
Antropologia	28001010058P0	Mestrado e Doutorado	4
Arquitetura e Urbanismo	28001010019P5	Mestrado e Doutorado	5
Artes Cênicas	28001010035P0	Mestrado e Doutorado	6
Artes Visuais	28001010030P9	Mestrado e Doutorado	4
Astrofísica, Cosmologia e Gravitação	30001013105P1	Doutorado	5
Assistência Farmacêutica	42001013102P6	Mestrado Acadêmico	3
Biociências	28001010089P3	Mestrado Acadêmico	3
Biotecnologia	28001010080P6	Mestrado Acadêmico	4
Biotecnologia (Rede Renorbio)	22003010017P5	Doutorado	5
Ciência Animal nos Trópicos	28001010036P7	Mestrado e Doutorado	4
Ciência da Computação (UFBA-UEFS)	28001010090P1	Mestrado	3
Ciência da Computação (UFBA-UNIFACS-UEFS)	28001010061P1	Doutorado	4
Ciência da Computação	28001010095P3	Mestrado e Doutorado	4
Ciência da Informação	28001010041P0	Mestrado e Doutorado	4
Ciência de Alimentos	28001010057P4	Mestrado Acadêmico	3
Ciências da Saúde	28001010072P3	Mestrado e Doutorado	5
Ciências Sociais	28001010023P2	Mestrado e Doutorado	5
Comunicação e Cultura Contemporâneas	28001010024P9	Mestrado e Doutorado	5
Contabilidade	28001010063P4	Mestrado Acadêmico	3
Cultura e Sociedade	28001010049P1	Mestrado e Doutorado	4
Dança	28001010054P5	Mestrado Acadêmico	3
Difusão do Conhecimento	28001010064P0	Doutorado	4
Direito	28001010015P0	Mestrado e Doutorado	4
Diversidade Animal	28001010065P7	Mestrado e Doutorado	4
Ecologia e Biomonitoramento	28001010039P6	Mestrado e Doutorado	6
Economia	28001010010P8	Mestrado e Doutorado	4
Educação	28001010001P9	Mestrado e Doutorado	4
Energia e Ambiente	28001010053P9	Doutorado	4
Enfermagem	28001010014P3	Mestrado e Doutorado	4
Engenharia Civil	28001010172P8	Mestrado e Doutorado	4
Engenharia Civil	28001010038P0	Mestrado	4
Engenharia de Estruturas	28001010087P0	Mestrado Acadêmico	3
Engenharia Elétrica	28001010037P3	Mestrado e Doutorado	3
Engenharia Industrial	28001010062P8	Mestrado e Doutorado	5
Engenharia Química	28001010021P0	Mestrado Acadêmico	3
Engenharia Química (UFBA-UNIFACS)	28001010059P7	Mestrado e Doutorado	3
Ensino, Filosofia e História das Ciências	28001010040P4	Mestrado e Doutorado	5
Estudos Étnicos e Africanos	28001010048P5	Mestrado e Doutorado	4
Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade	28001010083P5	Mestrado Acadêmico	3
Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo	28001010056P8	Mestrado e Doutorado	4

Farmácia	28001010067P0	Mestrado Acadêmico	3
Filosofia	28001010042P7	Mestrado e Doutorado	5
Física	28001010002P5	Mestrado e Doutorado	3
Genética e Biodiversidade	28001010084P1	Mestrado Acadêmico	3
Geofísica	28001010007P7	Mestrado e Doutorado	4
Geografia	28001010032P1	Mestrado e Doutorado	4
Geologia	28001010005P4	Mestrado e Doutorado	3
Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente	28001010073P0	Mestrado Acadêmico	4
História	28001010022P6	Mestrado e Doutorado	4
Imunologia	28001010025P5	Mestrado e Doutorado	5
Língua e Cultura	28001010078P1	Mestrado e Doutorado	4
Literatura e Cultura	28001010079P8	Mestrado e Doutorado	5
Matemática	28001010003P1	Mestrado Acadêmico	4
Matemática (UFBA-UFAL)	28001010081P2	Doutorado	4
Mecatrônica	28001010045P6	Mestrado e Doutorado	4
Medicina e Saúde	28001010012P0	Mestrado e Doutorado	5
Meio Ambiente, Águas e Saneamento	28001010076P9	Mestrado Acadêmico	3
Microbiologia	28001010171P1	Mestrado	3
Multicêntrico em Ciências Fisiológicas	33147019001P2	Mestrado e Doutorado	4
Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular	33287015001P7	Mestrado e Doutorado	4
Museologia	28001010093P0	Mestrado Acadêmico	3
Música	28001010026P1	Mestrado e Doutorado	3
Odontologia	24001015039P1	Doutorado	4
Odontologia e Saúde	28001010029P0	Mestrado e Doutorado	4
Patologia Humana	28001010011P4	Mestrado e Doutorado	6
Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas	28001010075P2	Mestrado e Doutorado	4
Psicologia	28001010044P0	Mestrado e Doutorado	5
Química	28001010004P8	Mestrado e Doutorado	5
Relações Internacionais	28001010094P7	Mestrado Acadêmico	3
Saúde Coletiva	28001010013P7	Mestrado e Doutorado	7
Saúde Coletiva	28001010170P5	Mestrado Acadêmico	3
Saúde, Ambiente e Trabalho	28001010060P5	Mestrado Acadêmico	3
Zootecnia	28001010088P7	Mestrado e Doutorado	4
Média Aritméticas dos Programas = 4,03			

Fonte: UFBA – PROPG. Plataforma Sucupira em 05.01.2017

(*) Não incluídos os Mestrados Profissionalizantes conforme documento de orientação para cálculos do TCU

8 – ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE – IQCD 2016

$$\text{IQCD} = (5D + 3M + 2E + G) / (D + M + E + G)$$

Tabela 20 - Número de Professores da UFBA por Titulação

Professor	Quadro Permanente (+)	Substitutos Temporários Visitantes (+)	Quadro Afastados *	Quadro Cedidos*	Total (+) (-)
Doutores (D) (peso 5)	1.795	22	123	43	1.651
Mestres (M) (peso 3)	476	121	90	5	502
Especialistas (E) (peso 2)	42	12	2	1	51
Graduados (G) (peso 1)	53	116	3	0	166
Total de Docentes	2.366	271	218	49	2.370
IQCD = 4,23					

Fonte : UFBA - PRODEP /SIP e SIAPnet (31/12/2016)

* Afastados para Capacitação e Cedidos para outros Órgãos (com e sem ônus)

9 - TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO – TSG 2016

$$\text{TSG} = \frac{\sum \text{Diplomados } t}{\sum \text{Ingressantes } (t-i)} = \frac{3.631}{7.527} = 0,4824 \text{ ou } 48,24\%$$

Tabela 21 - Diplomados e Ingressantes (t-i)

Diplomados (2016) e Ingressantes (t-i)	Quantitativo
\sum Diplomados t (2016)	3.631
\sum Ingressantes (t-i)	7.527
TSG	TSG = 0,4824 ou TSG % = 48,24%

Fonte: UFBA - CARE /SIAC

Quadro 3.5.1.1 - Resumo dos Indicadores de Gestão da UFBA 2016 (Decisão TCU nº 408/2002)

item	INDICADORES DE GESTÃO DA UFBA - Ano 2016	Resultado Cálculos
1	CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE com Hospitais Universitários	18.582,10
	CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE sem Hospitais Universitários	16.149,84
2	ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR Eqv.40h	15,36
3	ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO Eqv.40h com func. Hospitais	8,15
	ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO Eqv.40h sem func. Hospitais	10,37
4	FUNCIONÁRIO Eqv.40h com Hospitais / PROFESSOR Eqv.40h	1,88
	FUNCIONÁRIO Eqv.40h sem Hospitais / PROFESSOR Eqv.40h	1,48
5	GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL – GPE	0,64
6	GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO - GEPG	0,13
7	MÉDIA ARITMÉTICA DOS CONCEITOS CAPES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	4,03
8	ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE - IQCD	4,23
9	TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO – TSG (%)	48,24

Obs: Cálculos conforme Documento de Orientações para cálculo dos Indicadores de Gestão decisão TCU 408/2002

Quadro 3.5.1.2 – Resultados dos Indicadores Primários UFBA Decisão TCU nº 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HUs (Hospitais Universitários)	941.629.581,13	900.688.135,34	844.842.471,98	813.319.773,66	689.871.666,43
Custo Corrente sem HUs (Hospitais Universitários)	818.377.041,67	774.260.804,80	722.015.645,06	690.636.443,38	585.670.356,25
Número de Professores Equivalentes	2.181,5	2.043,50	2.176,00	2.347,00	2.284,00
Número de Funcionários Equivalentes com HUs (Hospitais Universitários)	4.111,0	4.368,50	4.702,25	4.583,70	4.473,00
Número de Funcionários Equivalentes sem HUs (Hospitais Universitários)	3.231,1	3.384,10	3.678,55	3.513,50	3.352,00
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	34.671	33.809	35.482	35.045	32.257
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	5.332	4.917	4.861	4.618	4.441
Alunos de Residência Médica (AR)	288	286	272	253	231
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	39.434	38.219	33.206	35.723	35.102
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	22.278	21.873	18.372	20.168	19.570
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	10.664	9.834	9.722	9.236	8.882
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	576	572	544	506	462

Quadro 3.5.1.3 – Resultados dos Indicadores UFBA Decisão TCU nº 408/2002

INDICADORES	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HUs / Aluno Equivalente	18.582,10	18.523,15	19.434,18	17.888,92	15.521,57
Custo Corrente sem HUs / Aluno Equivalente	16.149,84	15.923,10	16.608,75	15.190,51	13.177,12
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	15,36	15,80	13,16	12,74	12,66
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	8,15	7,39	6,10	6,53	6,46
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	10,37	9,54	7,80	8,51	8,63
Funcionário Equivalente com HUs / Professor Equivalente	1,88	2,14	2,16	1,95	1,96
Funcionário Equivalente sem HUs / Professor Equivalente	1,48	1,66	1,69	1,50	1,47
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,64	0,65	0,52	0,58	0,61
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	4,03	4,04	4,04	4,00	4,00
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,23	4,22	3,90	3,77	3,80
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG%)	48,24	45,22	42,72	49,41	51,30

Os resultados dos cálculos e análises dos Indicadores de Desempenho da UFBA conforme os termos da decisão TCU nº408/2002 e Acórdão TCU 1.043/2006 estão apresentados neste item. No quadro B661, apresentamos a série histórica dos indicadores primários referentes aos exercícios de 2012 a 2016. Já no quadro B662, encontra-se a série histórica dos indicadores referentes aos exercícios de 2012 a 2016. Os resultados desses indicadores também, estão disponíveis no SIMEC no módulo de Rede Federal.

O Indicador Custo Corrente com HUs/Aluno Equivalente não apresentou variação significativa entre os exercícios de 2015 e 2016 (0,32%), já entre 2012 e 2016 a variação correspondeu a 19,72%. O mesmo podemos observar no Indicador Custo Corrente sem HUs/Aluno Equivalente para os períodos 1,4% e 18,4%, respectivamente. De acordo com a série apresentada correspondente ao período de 2012 a 2016, o Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente vem apresentando crescimento. Em 2016, houve uma redução do valor do indicador, devido a um aumento, relativamente maior, do número de Professor Equivalente.

Em 2016, os indicadores que expressam o número de alunos tempo integral por funcionários (com e sem HUs) atingiram os índices de 8,15 e 10,37, respectivamente. Índices maiores que em 2015, devido ao aumento do número de alunos tempo integral e redução de funcionário equivalente. Quando levamos em consideração o número de funcionários equivalente/professor equivalente, os índices são menores em 2016 em relação a 2015. Em 2016 o Grau de Participação Estudantil está em torno de 0,64. O indicador Grau de Envolvimento Discente com Pós-graduação, no período de 2012 e 2016 não apresentou aumento significativo variando de 0,12

para 0,13. A média dos conceitos CAPES/MEC para os programas de pós-graduação *stricto sensu* foi de 4,03 em 2016. O crescimento recente do número de programas de mestrado e doutorado, que no geral iniciam com conceitos medianos (3 ou 4) impactam no valor médio do indicador.

A qualidade do corpo docente é medida pelo índice de Qualificação do Corpo Docente cujo valor máximo a ser atingido é igual a 5, situação na qual todos os docentes apresentariam título de doutor. Em 2016 o valor do índice foi de 4,23 considerado como um bom nível deste índice. A variação percentual desse indicador no período de 2012 a 2016 corresponde a 11,3%.

A Taxa de Sucesso na Graduação, que em 2012 era de 51,3%, caiu para 42,7% em 2014 e em 2016, recuperou-se, atingindo 48,2%. Vale destacar o impacto no cálculo dos indicadores decorrente do desmembramento dos cursos de Graduação do campus de Barreiras para a formação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) que ocorreu a partir do segundo semestre de 2013.

No geral, os valores dos indicadores no ano de 2016 revelam a manutenção e até ampliação dos níveis de eficiência e efetividade das ações da UFBA, em que pese as restrições orçamentárias a que foi submetida a Universidade nos últimos dois anos.

3.6 Informações sobre Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

Nº/Ano de registro	Título do Projeto	Visão geral do objeto	Vigência	Contrapartida Financeira	Status	Unidade Executora	Coordenador	Valor (R\$)
338/2016	Acordo de Financiamento com a FUNDAÇÃO BILL & MELINDA GATES	Desenvolvimento de modelos e ferramentas para integração de banco de dados referentes ao ecossistema de malária: transmissão, monitoramento, combate e tratamento de pacientes.	26/10/2016 à 30/04/2018	Não	ATIVO	INST. DE MATEMÁTICA / FUNDAÇÃO "EM TRAMITAÇÃO"	Marcos Ennes Barreto	272.700,00
141/2016	Compreendendo os Fenótipos da Asma: Indo além do paradigma atópico / não-atópico - EUROPEAN COMMUNITY	Compreendendo os Fenótipos da Asma: Indo além do paradigma atópico / não-atópico	04/05/2015 à 31/12/2018	Não	ATIVO	ISC / FAPEX	Maurício Lima Barreto	1.092.616,14
103/2016	Efeitos Nutritivos de uma Bebida à Base de Leite de Vaca em Crianças de Baixa Idade - MEAD JOHNSON & COMPANY	Avaliar os efeitos nutritivos que os produtos à base de leite de vaca do estudo têm sobre a capacidade de memória de trabalho de crianças admitidas a um de dois grupos de estudo.	11/05/2016 à 10/04/2018	Não	ATIVO	FACULDADE DE MEDICINA / CCF	Hugo da Costa Ribeiro	1.308.300,00

8/2016	Convênio de Colaboração entre a Consellería de Cultura, Educación e Ordenación Universitaria da XUNTA DE GALÍCIA e a Universidade Federal da Bahia, para Docência, Investigação e a Promoção da Língua, da Literatura e da Cultura.	O presente convênio tem por objetivo manter vivo um projeto (O 1º do Brasil) que prima pela difusão da língua, da literatura e da cultura galegas na comunidade acadêmica universitária baiana	26/01/2016 à 31/12/2018	Não	ATIVO	INST. DE LETRAS / INTERESSE DE CONTRATAR A FUNDAÇÃO	Mailson dos Santos Lopes	38.880,00
1545/2011	Curso de Mestrado em Educação - ênfase em Gestão e Avaliação Educacional - UFBA e a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e - Untl	Apoio ao mestrado próprio em educação da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e	14/09/2011 à 28/02/2017	Não	VENCIDO	FACED/FAPEX	Maria Helena Silveira Bonilla	415.000,00
Total								3.127.496,14

a. Visão geral do contrato, com informações sobre prazos, contrapartidas, identificação da área interna da UPC responsável pela gestão, unidades gestoras do SIAFI onde foram feitos os registros contábeis, estrutura de controles internos para mitigar riscos relacionados à operações e aos objetivos dos projetos:

A visão sucinta das informações solicitadas neste item encontram-se no quadro e estão detalhadas no Módulo Projetos e Convênios do SIPAC, que podem ser acessadas pelo público por meio do link: https://sipac.ufba.br/public/jps/projetos/consulta_projetos.jsf. Os projetos internacionais surgem nas Unidades Universitárias, passam pela Assessoria para Assuntos Internacionais – AAI e pela Coordenação de Convênios e Contratos Acadêmicas para apoio a celebração, acompanhamento e prestação de contas, quando for o caso. Relacionados as questões financeiros, são também acompanhados pela Coordenação de Contabilidade e Finanças – CCF, quando do conversão cambial, recebimento dos recursos e execução dos recursos financeiros quando executados na UFBA. São também acompanhados do ponto de vista orçamentário pela Coordenação de Orçamento que identifica o crédito e encaminha para Unidade proponente para execução em conjunto com a CCF. Além disso são geridos e acompanhados pelos coordenadores dos projetos. Quando executados pelas Fundações de apoio credenciadas são acompanhados pelas Unidades proponentes, coordenadores de projetos e controlados pela CCCONV, conforme normativos legais, regulamentações internas e procedimentos operacionais.

b. Informações sobre eventuais contrapartidas

Os projetos não contemplaram contrapartidas financeiras ofertadas pela UFBA

c. Demonstração dos fluxos financeiros dos projetos ou projetos:

1 - Inicialmente, o Organismo ou Entidade internacionais realizam a operação de pagamento da GRU em uma agência correspondente do Banco do Brasil no exterior;

02 - Por sua vez, o Órgão do Orçamento Fiscal favorecido com o crédito, neste caso a UFBA, emite um Ofício ao Banco do Brasil, solicitando a conversão do recurso da moeda de origem para a moeda de destino;

03 - Feita a conversão, a UFBA, por meio do SIAFI OPERACIONAL, identifica e atesta o ingresso do recurso na CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL, ou CONTA ÚNICA DA UNIÃO e quando da conversão da GRU em RA (DPCUMENTO DE ARRECADAÇÃO) informa, também, a Unidade Acadêmica que está sendo contemplada com esse crédito;

04 - Após a identificação da Unidade Acadêmica, a mesma encaminha uma Solicitação de Crédito à COORDENADORIA CONTABILIDADE E FINANÇAS (CCF) da UFBA para inclusão da informação sobre a entrada do recurso, e esta, (CCF), por sua vez, envia a solicitação para a Pró-Reitoria de Planejamento de Orçamento (PROPLAN), para a liberação do crédito

05 - Em seguida, a Coordenaria de Orçamento libera o crédito para a Unidade Acadêmica indicada, após a autorização do Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento;

06 - De posse do crédito, a Unidade Acadêmica realiza Minutas de Empenhos necessárias para o pagamento das despesas constantes no Termo de Referência do projeto ou programa de pesquisa, seja em despesa CORRENTE ou em despesa de CAPITAL.

07 - Essas Minutas são encaminhadas à CONTABILIDADE da UFBA, para registro definitivo do EMPENHO oficial no SIAFI OPERACIONAL, na Unidade Gestora Responsável (UGR) beneficiada com o recurso. Quando procedidos todos os trâmites, ocorrem os processos de liquidação e pagamento;

08 - Fica registrada no SIAFI OPERACIONAL e no TESOURO GERENCIAL a execução orçamentária do crédito, na Unidade Acadêmica responsável pela realização da pesquisa objeto do Projeto, acompanhada da liquidação e do pagamento da despesa.

Os projetos que contam com o apoio das Fundações credenciadas seguindo os ditamos da Lei 8.958/94, resoluções Internas e procedimentos operacionais são, após fluxo financeiro, precedidos de celebração de contrato, e acompanhados pelos Coordenadores de projetos, Unidades Acadêmicas e pela CCCONV, em todas as suas fases: elaboração, acompanhamento e prestação de contas.

d. Os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais, etc:os dos projetos ou projetos:

Ressalta-se que os instrumentos internacionais em tela são de interesse recíprocos, eventuais ajustes podem ser acordados entre as partes. Não se observa pela informações da CCF e pelos relatos dos coordenadores a incidência de perdas relativas a conversão cambial, pelo contrário, a variação cambial do único projeto finalizado foi favorável à UFBA, a exemplo do projeto com a Universidade Nacional do Timor Lorosa'e – UNTL, finalizado em 2016, onde se observou uma entrada de recursos maior eu o previsto, passando de R\$ 415.000,00 para 530.094,18, após conversão cambial.

e. Visão gerencial e sucinta sobre os bens e serviços desenvolvidos com os recursos dos projetos ou programas financiados

Estão descritos no quadro acima em “Visão geral do projeto” e detalhado no Módulo Projetos e Convênios do SIPAC, todas as informações deste item tem acesso público e podem ser visualizadas no link: https://sipac.ufba.br/public/jsp/projetos/consulta_projeto.jsf

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de Governança da Universidade Federal da Bahia estabelecida em seu Estatuto (Capítulo III, Seções I e II), no Regimento Geral (Capítulos IV e V e Título III, artigos 25 e 26) e na legislação vigente inclui: o Conselho de Curadores, ao qual se vincula a Coordenadoria de Controle Interno (CCI); e a Unidade Seccional de Correição vinculada ao Gabinete da Reitoria. No apoio à Governança, a UFBA dispõe da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PRODEP) e da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI).

4.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Coordenadoria de Controle Interno - CCI da Universidade Federal da Bahia – UFBA é um órgão técnico, vinculado diretamente ao Conselho de Curadores, instituída através da Resolução nº 01 do Conselho Universitário, de 18 de março de 2002 nos termos do Decreto nº 3591 de 06 de setembro de 2000 da Presidência da República, com autonomia e independência para o cumprimento das suas atribuições explicitadas no Art. 28 do Estatuto da UFBA e em seu Regimento Interno.

As informações referentes aos normativos que regulam a atuação da auditoria interna, com os elementos que caracterizam sua independência e objetividade junto à UFBA, estão inseridas no Estatuto e Regimento Geral da UFBA e no Regimento da Coordenadoria de Controle Interno, disponibilizados nos sites:

https://www.ufba.br/sites/www.ufba.br/files/estatuto_regimento/index.html

<http://www.cci.ufba.br/regimento-da-cci>, respectivamente.

A CCI está organizada, estruturalmente, por uma Coordenação Geral, Núcleo de Execução de Auditoria, Núcleo de Avaliação de Controles Internos, Núcleo de Acompanhamento e Monitoramento e um Corpo Técnico constituído por 05 (cinco) auditores lotados no Gabinete do Reitor, uma secretária e um assistente administrativo.

A escolha do titular do cargo de Coordenador Geral da CCI observa o disposto na Portaria nº 915, de 29 de abril de 2014, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, e recai, preferencialmente, dentre servidores com curso superior em Ciências Contábeis, Administração, Economia ou Direito, do quadro permanente da Universidade.

Os trabalhos de auditoria, executados com base nos dispositivos constantes no Regimento Interno, nos procedimentos do Manual de Auditoria da CCI e em consonância com as instruções dos órgãos de controle interno e externo, foram realizados por 05 (cinco) auditores no exercício 2016.

Os Relatórios, resultantes dos trabalhos de auditoria, foram encaminhados para conhecimento e providências do dirigente responsável pelo órgão auditado e para conhecimento ao Magnífico Reitor, ao Conselho de Curadores e à Controladoria Geral da União (CGU), em conformidade com a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015.

Ao tomar ciência dos resultados dos trabalhos de auditoria, o Magnífico Reitor, quando entende necessário, convoca o Coordenador Geral da CCI e os responsáveis pelos órgãos auditados para que juntos busquem soluções que venham a sanar as impropriedades e/ou irregularidades apontadas. É, ainda, alertado sobre a importância do atendimento às recomendações da auditoria.

A estratégia de atuação, consolidada no Plano Anual de Atividades de Auditoria – PAINTE 2016, foi definida com base nos temas mais relevantes relacionados às ações orçamentárias constantes no Orçamento da UFBA do exercício 2015, nas demandas oriundas da Administração Central, do Conselho de Curadores e dos órgãos de controle interno e externo e no resultado da ponderação dos valores atribuídos aos critérios de materialidade, relevância e criticidade.

Na fase de planejamento, atentamos para o alinhamento dos temas passíveis de serem trabalhados às metas traçadas pela Instituição, fazendo constar 09 (nove) ações de auditoria relacionadas às áreas meio e fim.

Em função do número reduzido de auditores, para a fixação do quantitativo de ações de auditorias a serem desenvolvidas no exercício 2016, consideramos a dimensão da Instituição e a capacidade de execução do corpo técnico de auditores, planejando assim 09 (nove) ações de auditorias.

Do total de 09 (nove) ações de auditorias planejadas, apenas 03 (três) não foram realizadas, em virtude da greve dos servidores técnico-administrativos da UFBA e da ocupação do prédio da Reitoria pelos alunos.

Ressalta-se, ainda, que em virtude da obrigatoriedade da inclusão de Matriz de Riscos no processo de elaboração do PAINTE, em atendimento a IN nº 24/2015 da CGU, todos os auditores foram escalados para o Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos, realizado pelo Centro Regional de Treinamento da Escola de Administração Fazendária – ESAF. Ao final do curso, 02 (dois) auditores foram destacados para elaboração da Matriz de Risco a ser consignada no PAINTE-2017.

As ações de auditorias realizadas, estão relacionadas às Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT, Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas - PRODEP, Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN e Pró-Reitoria de Administração – PROAD e resultaram em 30 (trinta) recomendações.

Todos os trabalhos desenvolvidos no exercício foram relevantes para a Instituição, destacando, em atendimento as orientações do Tribunal de Contas da União – TCU, as seguintes constatações e recomendações:

Quadro 4.2.1 – Ações de Auditoria UFBA-2016

Ação de Auditoria nº 3.05/2016	
Área	Pessoal
Escopo	Analisar 20% dos processos de requisição e renovação da cessão de servidores e da existência de débitos relativos a reembolsos.
Produto	Relatório de Auditoria nº 03/2016
Constatação	Recomendação
Continuidade da cessão apesar do elevado número de parcelas de reembolso em atraso por parte dos cessionários.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que a UFBA se abstenha de efetuar e renovar cessões de servidores para os cessionários que estejam em situação de inadimplência; 2. Que a UFBA notifique os órgãos cessionários e os servidores em situação de inadimplência acerca da necessidade de retorno imediato, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 4.050/2001 e a Orientação Normativa nº 04/2015 do MPOG; 3. Que a UFBA adote as providências necessárias, junto aos órgãos cessionários, no sentido do reembolso dos salários e encargos sociais, seja por meio de negociação amigável, ou através da inscrição do débito na dívida ativa, para execução pela Procuradoria da Fazenda Nacional, e no cadastro de créditos não quitados de órgão e entidades federais (CADIN), em conformidade com a Lei 10.522/02 e o que dispõe a Orientação Normativa 04/2015 do MPOG.
Servidores que já retornaram à UFBA com pendências de ressarcimento por parte do cessionário.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que a UFBA adote providências eficazes visando recuperar os valores devidos, seja por meio de negociação amigável, ou através da inscrição do débito na dívida ativa, para execução pela Procuradoria da Fazenda Nacional, e no cadastro de créditos não quitados de órgão e entidades federais (CADIN), em conformidade com a Lei 10.522/02 e com o que dispõe a Orientação Normativa 04/2015 do MPOG.
Inexistência de rotinas e procedimentos formalizados para o acompanhamento e monitoramento dos servidores cedidos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que a UFBA/PRODEP implemente procedimentos e rotinas formalizados de acompanhamento e monitoramento da cessão de servidores, em atendimento à legislação, para que se possa detectar, tempestivamente possíveis irregularidades, evitando, assim, dentre outros fatores, a inadimplência de pagamentos por parte dos cessionários e consequente prejuízo ao erário.
Falta de sistema informatizado que facilite o monitoramento e acompanhamento dos servidores cedidos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que a Administração Central da UFBA envide esforços junto à Superintendência de Tecnologia da Informação – STI no sentido de criar ou aprimorar sistemas informatizados visando um melhor controle das cessões de servidores por esta Universidade.
Falta de divulgação dos servidores cedidos no sítio da PRODEP e no sítio de transparência da UFBA.	<ol style="list-style-type: none"> Que a PRODEP providencie imediatamente a divulgação em seu sítio, em aba específica “servidores cedidos”, e no sítio do Portal de Transparência da UFBA, da lista de servidores cedidos, inclusive com número(s) do(s) processo(s) de cessão e prorrogação, do período correspondente à cessão e da entidade cessionária.

Fonte: Relatórios de Auditoria/arquivo/CCI/UFBA em 31/12/2016

Os trabalhos de auditoria são realizados, utilizando-se procedimentos e técnicas aplicáveis a cada uma delas, tais como: amostragens, levantamentos, verificação *in loco*, análise processual, entrevistas e aplicação de questionários à luz da legislação aplicável.

Com a finalidade de acompanhar os resultados decorrentes das recomendações constantes do Relatório de Auditoria, é elaborado o Plano de Providências Permanente, o qual é encaminhado para a área auditada para que se manifeste acerca das medidas que serão adotadas. Esse acompanhamento é permanente e na medida em que as respostas são encaminhadas para esta Coordenadoria, elas são analisadas e se consideradas como atendidas, a documentação comprobatória é exigida e anexada aos papéis de trabalho.

O acompanhamento e monitoramento das recomendações constantes no Plano de Providências Permanentes realizadas pelo Núcleo de Acompanhamento e Monitoramento da CCI e comunicadas à Administração Central e ao Conselho de Curadores periodicamente, de acordo com a sistemática constante no manual de auditoria interna da CCI.

Além das auditorias, outras ações foram executadas no exercício, a exemplo da Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT 2015, da elaboração do Parecer de Contas referente ao Relatório de Gestão, da elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2017, do acompanhamento e atendimento das demandas do Tribunal de Contas da União - TCU, da Controladoria-Geral da União – CGU e das recomendações emanadas por essa CCI, bem como demais ações inerentes ao bom andamento dos trabalhos.

4.3 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Unidade Seccional de Correição da UFBA tem atuado nos processos disciplinares através de orientações, as quais são feitas mediante reuniões com membros das comissões e com as autoridades instauradoras, ou por meio de posicionamento escrito, juntado ao processo disciplinar.

Com intuito de aumentar a eficiência no gerenciamento dos processos disciplinares e atender recomendações da Controladoria Geral da União, a Unidade Seccional de Correição -USC e a Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional- SUPAD elaboraram dois procedimentos operacionais nos quais foram detalhadas as atividades e os órgãos envolvidos no processo apuratórios, desde o recebimento da denúncia/ representação até a decisão da autoridade julgadora e o arquivamento do processo.

Durante o processo de elaboração dos procedimentos, além de reuniões entre a SUPAD e a USC, foram realizadas reuniões com representantes da Auditoria Interna, da Ouvidoria, da Procuradoria Jurídica e do Gabinete do Reitor para verificar a viabilidade dos procedimentos operacionais.

Os procedimentos já estão disponíveis no sítio da SUPAD no endereço: <https://supad.ufba.br/manual-procedimentos>

Espera-se que os procedimentos promovam uma melhoria na formalização dos processos disciplinares, e um aumento da tempestividade no levantamento e inserção das informações no Sistema CGU-PAD.

Durante o exercício de 2016, foram instauradas 24 sindicâncias e 9 PAD's, totalizando 33 procedimentos disciplinares, dos quais resultaram na aplicação de 3 penalidades de advertência, 1 suspensão e 2 demissões.

Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Desde 04 de maio de 2015, existe a obrigatoriedade dos órgãos administrativos e acadêmicos da Universidade Federal da Bahia em repassar as informações de sindicâncias e PAD's ao órgão cadastrador (Unidade Seccional de Correição) no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelecido no Art. 2º da Portaria 074/2015.

As informações relativas ao cadastramento inicial dos processos disciplinares e sindicâncias nas Unidades Universitárias/ administrativas da UFBA deverão ser encaminhadas ao órgão cadastrador da UFBA no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do ato.

Entretanto, as Unidades instauradoras, em sua maioria, continuam sem atender o prazo que foi estabelecido na Portaria 074/2015 para enviar as informações à Unidade Seccional de Correição (Órgão Cadastrador). Dessa forma, a Unidade de Correição continua realizando levantamento dos processos instaurados mediante boletim de pessoal da UFBA e fazendo contacto (por telefone, e-mail e ofício) com as Unidades Universitárias/Administrativas para obter as informações necessárias ao cadastramento e acompanhamento dos processos.

Tal procedimento provoca intempestividade na inserção dos dados que são inseridos no sistema CGU-PAD, e conseqüentemente o descumprimento dos prazos previstos na Portaria nº. 1043/2007 da CGU. No ano de 2016, foram adotadas duas medidas para resolver a questão: a elaboração dos procedimentos operacionais (PO/USC/01e PO/USC/02) e a elaboração de uma nova portaria, na qual seria feita uma revisão da Portaria 074/2015.

Em relação à primeira providência, os procedimentos já foram aprovados e disponibilizados no sítio da SUPAD. No tocante à nova portaria, o texto já foi revisado, restando pendente, apenas, a assinatura e publicação do normativo.

4.4 Gestão de riscos e controles internos

Quadro 4.4.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da Unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da Unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da Unidade Jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da Unidade.			X		

12. É prática da Unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da Unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da Unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da Unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da Unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam, consistentemente, de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para a UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada, tempestivamente, às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoría.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioría.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Análise crítica e comentários relevantes

O Quadro 4.4.1 sobre Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ consta de questionário avaliativo, o qual foi distribuído para oito Pró-Reitores, Coordenador de Controle Interno e Superintendentes, ou seja, cargos considerados da alta Administração.

Apresenta-se a média geral apurada em cada item avaliativo no quadro acima e, a seguir, as médias gerais dos fatores avaliados, por tema, referentes ao ano de 2016, como se informa:

Ambiente de controle	3,99
Avaliação de risco	3,33
Procedimentos de controle	3,45
Informação e comunicação	3,36
Monitoramento	3,30

AMBIENTE DE CONTROLE – A pontuação apurada nos itens e na média geral indica que a alta administração da UFBA destaca como importante a existência e atuação dos mecanismos de controle interno. Mantem-se este item, próximo a 4 na média geral, semelhante ao observado em 2015.

AVALIAÇÃO DE RISCO – Nota-se neste item que a avaliação de risco necessita de melhor desenvolvimento na UFBA. Isto pode-se atribuir à aplicação pouco sistemática dos métodos e procedimentos de avaliação de riscos às ações administrativas e acadêmicas.

PROCEDIMENTOS DE CONTROLE – Assim como no item anterior, a consolidação dos procedimentos de controle encontra-se em desenvolvimento na UFBA. Destaca-se o reconhecimento da existência de políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – Ao longo do ano de 2016 várias foram as iniciativas para aprimoramento da comunicação interna, a exemplo da criação do site de comunicação Edgardigital (<http://www.edgardigital.ufba.br/>), a publicação do documento informativo UFBA em Números Retrospectiva Especial 70 Anos (https://aai.ufba.br/sites/aai.ufba.br/files/ufba_em_numeros_retrospectiva_especial_70anos.pdf), além de todas as peças publicitárias relativas ao Congresso UFBA 70 Anos, amplamente divulgado e com grande adesão da comunidade acadêmica e comunidade externa.

MONITORAMENTO – A atividade de Ouvidoria interna foi a que apresentou maiores avanços, tornando-se o principal canal para a identificação das demandas internas e gerando insumos para a construção de diagnósticos consistentes relativos aos principais problemas enfrentados pela gestão.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

As Universidades Federais, nos últimos dez anos, foram objeto de ações do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) criado em 2007. Importantes políticas de inclusão social e ampliação de oferta de vagas e de novos cursos ocorreram durante a implementação do REUNI. Neste ambiente de reestruturação e expansão das universidades federais, a gestão de pessoas adquire, ainda mais, um caráter estratégico para viabilizar o alcance dos objetivos e das metas institucionais no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão, na busca da qualidade e excelência acadêmica.

Paralela às políticas de expansão, a gestão de pessoas das IFES tem sido atingida, desde a década de 1990, por ações de reforma do Estado, de cunho gerencialista em busca da eficiência na Administração Pública. A constante pressão colocada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (1996), no controle do crescimento da máquina pública, contrasta com as necessidades de ampliação do acesso à educação e demais políticas sociais. Conceitos como eficiência, competência, flexibilidade, originários da gestão privada, são resignificados para a gestão pública, não sem causar tencionamentos à gestão de pessoas nesses serviços. As reformas tiveram implicações, tanto nos marcos legais que orientam e normatizam a gestão de pessoas na Administração Pública direta, como também, trouxeram novos modelos de gestão para os serviços públicos, a exemplo de OS, OSIPS e empresas públicas de direito privado, e também a ampliação do leque de atividades passíveis de terceirizações, em substituição à prestação direta dos serviços, a exemplo de serviços de Portaria, Vigilância, Segurança, Transporte, entre outros.

Hoje, observa-se um considerável contingente de trabalhadores terceirizados dessas áreas atuando na UFBA, ao tempo em que praticamente se manteve o mesmo quadro de servidores técnico-administrativos efetivos, observando-se um crescimento no quadro docente. As reformas administrativas vêm causando repercussões direta na vida funcional e direitos dos servidores públicos, a exemplo de distintas regras da aposentadoria para aqueles que ingressaram a partir de 1998. Estas são razões que trazem desafios à gestão de pessoas, pelo acirramento das contradições e insatisfações frente às expectativas dos servidores.

Pode-se afirmar que as sucessivas reformas que atingiram os serviços públicos trazem maior complexidade e desafios para a administração e desenvolvimento de pessoal nas IFES. A gestão de pessoas da UFBA envolve as atividades de administração e desenvolvimento de pessoas com vínculo empregatício efetivo, provisório ou temporário com a Universidade, compondo o total de seu quadro funcional. Os desafios da gestão de pessoas na UFBA têm sido enfrentados no sentido de ajustar os interesses institucionais e o dos seus servidores, mantendo-os motivados e comprometidos com a missão Institucional.

Em 2016, a gestão de pessoas na UFBA foi conduzida em dois grandes eixos estruturantes para as ações dessa área: 1- política de desenvolvimento de pessoas, saúde e qualidade de vida no trabalho, que orienta as ações de capacitação e qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos para os objetivos institucionais, desenvolvimento nas respectivas carreiras, e ações de promoção da saúde e bem-estar no trabalho; iniciativas para implantar a gestão por competência como uma política transversal aos diversos espaços organizacionais, visando à melhoria do desempenho institucional; 2 - gestão administrativa, financeira e acompanhamento da vida funcional do servidor, de forma eficiente e transparente.

Estrutura para a Gestão de Pessoas

A macrogestão de pessoas no âmbito da UFBA dá-se por meio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP), que assume um conjunto das ações que incluem a gestão administrativa, financeira e de desenvolvimento da força de trabalho nesta Universidade. Apresentamos, a seguir, como a PRODEP encontra-se organizada para atender aos objetivos da gestão de pessoas, definidas no Regimento Interno da Reitoria, considerando seu organograma e equipes. Ressaltamos a retomada, em 2016, da discussão sobre revisão da estrutura de gestão de pessoas, com apoio da Superintendência de Desenvolvimento Institucional-SUPAD. Algumas das modificações sugeridas estão sendo implementadas e experimentadas, ainda sem alteração formal do organograma, para que possamos garantir respostas mais ágeis e adequadas às demandas da Universidade nessa área.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP) possui, como funções gerais previstas no Art. 21 do Regimento Geral da UFBA, as funções de gestão do quadro de pessoal ativo, inativo e pensionistas, competindo-lhe, especificamente, e por meio das duas Coordenações e Núcleos que a compõe:

I- Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP):

a) Núcleo de Admissão, Afastamento e Benefícios (NAAB)

Executa e controla atividades relativas a provimento, vacância, designação e dispensa de servidores e manutenção de registros atualizados de cargos, empregos e funções, ocupados e vagos, bem como atividades de contratos de trabalho, a afastamentos, licenças, vantagens, direitos, aposentadorias e pensões;

b) Núcleo de Orçamento e Finanças (NOF)

Executa e controla atividades relacionadas a informações orçamentárias e financeiras necessárias à execução e ao acompanhamento das ações relacionadas aos processos de trabalho da área de gestão de pessoas;

c) Núcleo de Documentação e Informação (NDI)

Executa e controla atividades relativas ao gerenciamento, organização, acondicionamento e preservação da documentação concernente à vida funcional dos servidores docentes e técnico-administrativos, bem como pesquisa e expedição de documentos;

d) Comissão Permanente de Acumulação de Cargos (CAC)

Executa atividades relacionadas à apuração de acumulação de cargos públicos;

II- Coordenação de Desenvolvimento Humano (CDH):

a) Núcleo de Seleção (NUSEL)

Executa e controla atividades relacionadas à gestão de concursos públicos, a fim de contratação de servidores docentes e técnico-administrativos para o quadro efetivo, bem como de encaminhamento e acompanhamento de processos de exercício provisório;

b) Núcleo de Capacitação (NUCAP)

Executa atividades relacionadas ao levantamento da necessidade de capacitação de integrantes do quadro de servidores, de proposta do Plano de Capacitação Anual para o corpo funcional; bem como à coordenação de treinamentos e capacitações para os servidores da UFBA;

c) Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho (NQVT)

Executa atividades relacionadas à elaboração de programas para a promoção da saúde e qualidade de vida do trabalhador, atividades relacionadas ao acompanhamento de servidores próximos à aposentadoria, integração dos aposentados;

d) Núcleo de Avaliação e Acompanhamento da Vida Funcional (NUAV/NAVIF)

Executa atividades relacionadas ao gerenciamento dos processos de avaliação de desempenho dos servidores docentes e técnico-administrativos durante e após o estágio probatório, à coordenação da remoção dos servidores entre as Unidades Universitárias/Órgãos da UFBA;

III- Central de Atendimento (CAT)

Executa atividades relacionadas ao atendimento presencial, por telefone e e-mail, dos servidores técnico-administrativos e docentes, aposentados, pensionistas, ex-servidores e demais usuários com com interesses vinculados à área de gestão de pessoas;

IV- Núcleo Técnico Especializado

Executa atividades relacionadas ao assessoramento técnico sobre assuntos relacionados à gestão de pessoas;

V- Setor de Gestão Administrativa e Financeira (SGAF)

Executa atividades relacionadas à gestão administrativa, financeira e logística, previstas no inciso V e § 1º do Art. 5º do Regimento Interno da Reitoria.

Para o cumprimento das atribuições regimentais, a PRODEP, em 2016, contou com 109 trabalhadores, distribuídos nas Coordenações, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 5.1.1 - Servidores da PRODEP, por Setor, Nível de Escolaridade e Titulação

Setor	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Segundo Grau	Primeiro Grau	Total
Gabinete	3	3	5	3	4	1	19
CGP	0	2	29	18	8	3	60
CDH	0	5	17	8	0	0	30
Total	3	10	51	29	12	4	109
(%)	2,8	9,2	46,8	26,6	11,0	3,7	100

Fonte: PRODEP/SIP em 31/12/2016

Composição da força de trabalho da UFBA

O quadro abaixo apresenta a composição do quadro de servidores efetivos, por tempo de serviço e por sexo. Observa-se que quase metade da força de trabalho da UFBA (43,27%) tem até 10 anos de serviço, somando-se os que têm até 15 anos, chega-se a 54,33% da força de trabalho. Enquanto que a faixa daqueles com 25 a 35 anos de serviço somam 19,28%. Estes dados revelam uma importante renovação no quadro de servidores, especialmente na última década. Quanto à variável sexo, observa-se predominância do sexo feminino, com 55,76% da força de trabalho. Do total de 5554 servidores efetivos da UFBA, 3097 são do sexo feminino, e 2457 são do sexo masculino.

Quadro 5.1.2- Servidores do Quadro Permanente, Docentes e Técnico-Administrativo da UFBA

Tempo de Serviço	Sexo					
	Feminino		Masculino		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Até 1 ano	197	6,36	176	7,16	373	6,72
Mais de 1 até 5 anos	529	17,08	495	20,15	1024	18,44
Mais de 5 até 10 anos	543	17,53	463	18,84	1006	18,11
Mais de 10 até 15 anos	405	13,08	209	8,51	614	11,06
Mais de 15 até 20 anos	167	5,39	93	3,79	260	4,68
Mais de 20 até 25 anos	447	14,43	262	10,66	709	12,77
Mais de 25 até 30 anos	202	6,52	159	6,47	361	6,50
Mais de 30 até 35 anos	368	11,88	342	13,92	710	12,78
Mais de 35 anos	239	7,72	258	10,50	497	8,95
Total Geral	3097	100	2457	100	5554	100

Fonte:PRODEP/SIP - 31/12/2016

Quadro Técnico-Administrativo

Vale chamar a atenção que, no ano de 2016, verificou-se uma queda no número total de servidores do quadro da Universidade. Essa queda, todavia, é mais acentuada se tomarmos o ano de 2007 como início da série, onde tínhamos 3.291 servidores ativos e, ao final de 2016, o número reduziu a 3.126. Tal fato explica a pressão e o crescimento do número de servidores terceirizados, considerando a expansão expressiva da Universidade nos últimos cinco anos, especialmente na oferta de cursos noturnos, que demanda ampliação do número de servidores.

Qualificação Do Corpo Técnico-Administrativo

A qualificação do corpo técnico-administrativo é uma necessidade da Universidade na busca pela qualidade e eficiência para o cumprimento de suas finalidades de ensino, pesquisa e extensão. Pode-se afirmar que a busca da qualificação deve conjugar os interesses institucionais e individuais. A gestão de pessoas na UFBA, baseada nas diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, tem possibilitado ao servidor a busca pela qualificação. A qualificação é compreendida como um processo de formação que certifica o servidor em nível de graduação, especialista, mestrado ou doutorado. A implantação do Plano de Cargos e Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo (PCCTAE) em 2005, e suas implementações posteriores, tem sido um importante incentivo à qualificação dos servidores, visto que possibilita que estes recebam um percentual sobre o salário referente ao incentivo à qualificação, quando obtém uma formação superior ao exigido para o cargo ao qual prestou concurso.

Há um indicador criado pela SUPAD para acompanhar o nível de escolaridade do servidor. Observa-se, através do indicador, a evolução dos níveis de qualificação dos TAEs, apresentado pela série com início em 2007. Houve um crescimento sistemático do nível de qualificação formal do corpo de servidores técnico-administrativos da Universidade. Verifica-se pela participação decrescente dos servidores com escolaridade até o nível fundamental (representavam 13,10% em 2007 e, em 2016, são 6,17%), ao lado da participação crescente de servidores com especialização, mestrado e doutorado. O percentual de especialistas saltou de 11,46%, em 2007, para 33,17% em 2016. Também foram expressivos o crescimento do percentual de mestres (de 3,4% para 9,69%) e de doutores (de 1,49 para 3,58%). Também aqui é importante que tal indicador seja acompanhado de novas pesquisas que avaliem a congruência entre a qualificação formal do servidor e as demandas de competências do cargo que ocupa. Tal acompanhamento é importante para ampliar o ajuste do servidor ao cargo,

evitando desmotivação decorrente de uma qualificação inadequada para as funções que exerce. Ou seja, a ampliação do nível de qualificação deve ser acompanhada por novos desafios profissionais, para que o investimento em qualificação se transforme, efetivamente, em melhoria dos serviços prestados pelo servidor.

A política de capacitação de pessoal é institucionalizada por meio do Plano Anual de Capacitação (PAC), como o instrumento principal de planejamento das ações de capacitação visando ao desenvolvimento de pessoal técnico-administrativo. O PAC de 2016 foi elaborado com base no Diagnóstico de Necessidades de Capacitação, realizado entre os meses de dezembro de 2014 e março de 2015, congregando os programas de capacitação, qualificação e desenvolvimento de pessoas. Visando à transparência e à democratização das informações, considerou-se importante fazer a apresentação pública do PAC 2016, quando esteve presente o Sindicato dos servidores técnico-administrativos, e sua divulgação no site da PRODEP, em 11/04/2016.

No PAC, também estão contemplados os eventos do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho. Boa parte das ações de capacitação contidas no PAC 2016 derivam do que foi planejado e não executado no PAC de 2015, uma vez que a greve ocorrida no referido ano inviabilizou a execução de boa parte do que fora planejado. O PAC de 2016 consistiu em 9 cursos EAD, frutos de parceria com a ENAP; Curso de Libras avançado; Curso de Acessibilidade Universal; Programa de Saúde, Segurança e Higiene Ocupacional, com 4 módulos-cursos específicos.

Houve a criação do Programa de Capacitação para a Promoção da Igualdade Racial e de Gênero e do Respeito à Diversidade Sexual na Gestão Universitária (PRGD), com 3 cursos realizados.

O PAC previa a meta de capacitação de 1.280 servidores, entretanto, alcançou-se a meta de 1.342 servidores capacitados. O aumento de servidores capacitados deveu-se a cursos que foram ofertados, decorrentes da identificação de novas necessidades, a exemplo de cursos preparatórios para a seleção do Curso de Mestrado Profissional em Administração, realizado em parceria com a Escola de Administração da UFBA, ao qual concorreram 93 servidores e tiveram 26 selecionados. O referido Curso se iniciou em novembro de 2016. Para tanto, o NUCAP organizou um programa com 6 cursos preparatórios, a fim de que os servidores prestassem a seleção do referido Mestrado. Os cursos abordaram desde a produção do pré-projeto de pesquisa até as 5 áreas da prova ANPAD (Inglês, Português, Raciocínio Lógico, Raciocínio Quantitativo e Raciocínio Analítico). Este é o primeiro curso de Mestrado realizado para os servidores da UFBA.

5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 5.1.3 – Representação da força de Trabalho da UPC

Força de Trabalho da UPC				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	6.047	5.569	224	53
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	6.047	5.569	224	53
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	6.047	5.554	221	50
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	5	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	5	1	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	5	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	535	271	330	230
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	3	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	6.582	5.843	554	283

Fonte: PRODEP/SIP - 31/12/2016

Nesse quadro, observa-se que 91,84% da lotação autorizada de servidores efetivos do quadro desta Universidade encontra-se ocupada, demonstrando que ainda resta um percentual de 8,16% que ainda pode ser preenchido, ou seja, com 493 servidores. Quanto aos servidores em exercício descentralizado, estes são Procuradores Federais da carreira da Advocacia-Geral da União – AGU, representando a Procuradoria Federal junto à UFBA. Ainda, contamos com um total de 10 servidores de outros Órgãos, incluindo aqueles em exercício provisório, somando uma importante força de trabalho nesta Instituição Federal de Ensino. Outrossim, vale acrescentar que, dentre o quantitativo de servidores de carreira, foram contabilizados 7 aposentados da Administração Pública Federal, com exercício de Cargo de Direção – CD, conforme previsto na Lei nº 8.168/91, na redação da Lei nº 12.677/2012. Quanto aos servidores de Contrato Temporário, estes também agregam mais uma potente força de trabalho para atingimento dos objetivos finalísticos institucionais, contando com uma ocupação de 269 Professores Substitutos e 2 Visitantes, no total de 271 vagas preenchidas, o que simboliza 50,65% das vagas autorizadas para o referido quadro. Ainda, no que concerne ao quantitativo de 3 servidores sem Vínculo com a Administração Pública, trata-se daqueles que ingressaram antes da redação dada pela Lei nº 12.677/2012, que alterou a da Lei nº 8.168/91, e que ocupam Cargos de Direção nesta Universidade.

Quadro 5.1.4 – Distribuição da Lotação Efetiva por Tipologias dos Cargos

Distribuição de Lotação efetiva		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2.117	3.452
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.117	3.452
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.103	3.451
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	4	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	0
2. Servidores com contratos temporários	3	268
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	3	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.123	3.720

Fonte:PRODEP/SIP - 31/12/2016

Observa-se, no referido Quadro, maior concentração (62%) da lotação efetiva de trabalhadores na área fim da Universidade, incluindo os contratos temporários que em sua maioria equivalem aos professores substitutos. Isso demonstra a força e relevância das atividades finalísticas das universidades e reflete a importância que devem ter as discussões e adequações das carreiras para atendimento à diversidade de funções e atividades atualmente presentes nas IFEs.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 5.1.2.1 – Demonstrativo das Despesas do Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<u>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade*</u>											
Exercícios	2016	295.884.149,69	10.330.687,02	46.676.987,46	230.272.551,10	34.123.162,07	21.296.359,13	174.898,17	6.480.533,54	4.737.596,46	649.976.924,64
	2015	283.892.744,11	9.860.879,45	43.787.832,53	218.805.233,16	26.154.618,66	19.559.462,22	69.032,63	290.498,32	5.374.876,20	607.795.177,28
<u>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</u>											
Exercícios	2016	0,00	235.087,50	24.390,49	26.120,96	5.581,00	0,00	0,00	0,00	0,00	291.179,95
	2015	0,00	148.079,67	18.387,52	33.822,35	6.299,05	0,00	0,00	0,00	0,00	206.588,59

Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	726.137,10	60.080,68	15.406,01	55.914,72	6.072,96	0,00	0,00	0,00	863.611,47
	2015	0,00	866.238,03	62.356,77	21.410,57	52.870,63	5.937,26	4.576,36	0,00	0,00	1.013.389,62
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	6.559.871,66	0,00	1.020.167,39	4.876.336,91	380.901,08	556.813,03	0,00	106.096,27	67.559,08	13.567.745,42
	2015	4.369.891,87	0,00	787.575,77	3.153.175,75	255.142,71	399.609,97	0,00	3.067,99	67.772,59	9.036.236,65
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	10.199.802,07	0,00	863.622,51	265.732,89	1.399.359,78	0,00	632.782,25	20.073,77	0,00	13.381.373,27
	2015	10.600.013,41	0,00	803.147,04	451.517,12	1.135.924,98	0,00	1.172.428,87	335,46	0,00	14.163.366,88

Fonte: PRODEP/Siapenet

Nota: *Incluídos os servidores cedidos.

Os dados do quadro de despesas do pessoal foram coletados entre 12.01.2017 e 20.01.2017, por meio do instrumento de extração de dados Data Warehouse – DW do Siapenet.

Fazendo uma análise deste quadro, observa-se, no geral, certo aumento, em decorrência do reajuste das remunerações, concedido pela Lei nº 13.325/2016 e pela 13.328/2016, esta última no tocante às funções de confiança e cargos em comissão, a saber: Cargos de Direção-CD, Funções Gratificadas – FG e Função Comissionada de Coordenação de – FCC.

Destaca-se, ainda, elevação na despesa de servidores cedidos, ocasionada, também, pelo aumento do quantitativo desses servidores afastados, em comparação a 2015. Isto é, houve ampliação de 25,65% e de 16,67% do quantitativo de servidores técnico-administrativos e docentes, respectivamente. O aumento dessas cessões deve-se, em parte, à continuidade da colaboração da UFBA em ceder seus servidores, a fim de exercer cargos comissionados na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, objetivando compor seu quadro de governança, iniciado em 2015.

Outro dado que chama a atenção em 2016, em comparação a 2015, é o aumento da despesa paga a título de valores oriundos de exercícios anteriores, cujo pagamento se encontra ainda disciplinado pela Portaria Conjunta nº 2/2012/SOF-SRH/MP. Tal fato deve-se à liberação, na folha de pagamento de dezembro/2016, de valores acima de R\$ 5.000,00, que, segundo informações do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao Núcleo de Orçamento e Finanças – NOF da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas, se referem a processos de servidores ativos, aposentados e de instituidores de pensão cadastrados e desbloqueados no módulo de pagamento de exercícios anteriores do Sistema SIAPE até junho/2015.

Em contrapartida, verifica-se, em 2016, uma queda de 85,28% nas demais despesas variáveis, com servidores de contrato temporário, devida a menor pagamento de indenização de férias no mencionado ano.

5.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Considerando que ainda não existem estudos consistentes que identifiquem e categorizem detalhadamente, os riscos relacionados à gestão de pessoas na UFBA, que possam responder à magnitude e ao potencial no curto, médio e longo prazo, para os objetivos estratégicos da Instituição, alguns fatores e situações serão aqui sinalizadas, pelos riscos intrínsecos que trazem à gestão de pessoas. A participação regular da PRODEP no fórum de pró-reitores das universidades federais (FORGEPE) vinculado à ANDIFES, tem permitido um espaço ampliado de troca de experiências e discussão de temas relevantes para o conjunto das universidades federais brasileiras, além da possibilidade de experimentar modelos e processos já consolidados por algumas dessas.

Dimensionamento de pessoal: a ausência de critérios e parâmetros objetivos para o dimensionamento do quadro funcional, de modo a permitir a alocação de pessoas, de forma racional e adequada aos propósitos da Instituição, atrelada às dificuldades de implantação de um modelo de gestão baseado em competências, nos permitiu, durante o ano de 2016, experimentar iniciativas, buscando modelo que possibilite avançar nas políticas de dimensionamento, seleção, alocação, avaliação de desempenho e nas políticas de desenvolvimento da força de trabalho. A partir do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas com ênfase em gestão por competências, teremos um conjunto de trabalhadores da UFBA qualificados para contribuir com essa reflexão, já identificada nos respectivos projetos de intervenção apresentados ao final do curso. Reflexo importante tem sido o ingresso de trabalhadores por meio dos concursos públicos, com qualificação relevante e para além do necessário para o cargo pretendido, o que tem gerado grandes insatisfações nos ambientes de trabalho, com consequente prejuízo nos desempenhos.

Outra situação que acrescenta riscos à gestão de pessoas é a ausência de alguns sistemas de gerenciamento, pagamento e controle, pensados da seguinte forma:

Sistema integrado para gestão de pessoas: sistema de informação que integre todas as dimensões da gestão de pessoal, entre outras, as que envolvem os processos de desenvolvimento das carreiras, tais como promoções e progressões, decorrentes das ações de capacitação e qualificação, a movimentação de pessoal e o acompanhamento da vida funcional. Torna-se necessário e urgente, portanto, a implantação de um sistema de informação integrado, como uma ferramenta potente para a gestão de pessoas no âmbito de toda a UFBA. Em 2016, o processo de implantação do SIG-RH, em parceria entre a UFBA e UFRN, foi efetivamente iniciado.

- a) **Sistema para controle dos prazos e pagamentos de valores de reposição ao Erário:** Entendemos a necessidade de se implantar um sistema que controle os pagamentos de valores a serem repostos ao Erário, por parte de servidores ativos, ex-servidores, aposentados e pensionistas, bem como respectivos prazos. Tal sistema já se encontra em desenvolvimento, junto à Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP/PRODEP, com prazo previsto de finalização no primeiro semestre de 2017.

b) **Sistema para cálculo automático de valores-base de remuneração para fins de contribuição previdenciária:** Ainda, verifica-se, também, a necessidade de criação de um sistema, a fim de facilitar o cálculo dos valores-base de remuneração para fins de contribuição previdenciária para o Plano de Seguridade Social – PSS, por parte de servidores afastados sem remuneração, diminuindo, assim, os riscos de pagamentos errôneos. Os estudos para o desenvolvimento desse sistema estão previstos para 2017.

Processo progressivo de terceirização da força de trabalho: Outro aspecto que traz riscos à gestão de pessoal é o decrescente número de servidores ao longo dos últimos anos, como já observado na série histórica, de 2008 a 2016, em contraposição à expansão da oferta de cursos e de vagas pela Universidade, gerando uma imensa demanda por ampliação do quadro de trabalhadores, técnicos-administrativos e docentes. Vale ressaltar que, no ano de 2016, se mantém a queda no número total de servidores TAEs do quadro da Universidade. Essa queda, todavia, é mais acentuada, se tomarmos o ano de 2008 como início da série. Isto pode ser explicado pelas aposentadorias em cargos já extintos, o que inviabiliza substituição ou mesmo troca por outros cargos do plano de carreira e direciona o crescimento do número de servidores terceirizados. Considerando a expansão expressiva da Universidade nos últimos cinco anos, especialmente na oferta de cursos noturnos que demanda ampliação do número de servidores, impõe-se, urgentemente, vigoroso redimensionamento do corpo técnico-administrativo permanente, aumentando seu número e promovendo melhores oportunidades para o aperfeiçoamento de sua qualificação, condição necessária ao desempenho de sua alta função de Instituição Universitária.

A crescente terceirização de trabalhadores para distintas área de atividades nas Universidades se constitui num risco atual e potencial, que pode fragilizar áreas de atuação relevantes, onde a formação, o desenvolvimento e constituição de vínculos dos trabalhadores com suas atividades são fundamentais para a excelência das ações da Universidade.

Questões relativas às diferentes situações funcionais relacionadas aos regimes de previdência: ameaças de retirada de benefícios, extinção do Abono Permanência, modificações de critérios para concessão de benefícios, têm gerado dificuldades, dúvidas e incertezas aos trabalhadores quanto ao seu futuro nas carreiras, o que, de certa maneira, traz instabilidade para a Instituição.

Pagamento de Gratificações por Encargo de Cursos e Concursos - GECC: A PRODEP vem trabalhando na elaboração de normas e rotinas, para regularizar e cumprir efetivamente a Resolução CONSUNI/UFBA nº 08/2013.

Questões relacionadas às consignações nos contracheques. Há uma preocupação permanente e demanda frequente dos trabalhadores, em especial aposentados, as referências de descontos indevidos não autorizados nos contracheques.

O ano de 2015, em matéria de consignações nos contracheques, foi marcado por muitas reclamações de servidores, em especial dos aposentados, sendo que algumas procedentes e outras, não. Apesar dos encaminhamentos dos processos decorrentes do Termo de Ocorrência à Coordenação-Geral de Inteligência e Auditoria Preventiva da Folha de Pagamento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, identificando, em algumas situações, indícios de fraudes, as consignações indevidas continuaram a ocorrer. Em alguns casos, o MPOG determinou o bloqueio temporário da rubrica de desconto, orientando o registro de ocorrência junto aos Órgãos competentes, para a devida apuração e providências. Os órgãos de gestão de pessoas da Administração Pública Federal, entretanto, até então, não tinham a competência de decidir sobre a suspensão ou não das consignações, após análise das respostas ou ausência delas por parte das entidades consignatárias aos reclamantes, cabendo esta tarefa à Coordenação-Geral de Inteligência e Auditoria Preventiva da Folha de Pagamento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Somente a partir da análise do MPOG, é que o órgão de gestão de pessoas estaria autorizado, se fosse o caso, a proceder à exclusão da rubrica de desconto.

Em 13 de abril de 2016, todavia, o antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atual Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, editou a Portaria nº 110/2016, alterando, dentre outras providências, algumas regras para a consignação nos contracheques, inclusive quanto à rotina dos procedimentos para as reclamações por parte dos consignatários, estabelecida no seu Art. 18. Todo o processo de reclamação, respostas e análises passa a ser realizada no sistema de gestão de pessoas – SIGEPE. A novidade, também, foi a possibilidade de o órgão de gestão de pessoas, após análise, decidir por manter ou não a rubrica da consignação no contracheque do reclamante, ressaltando, que continua da responsabilidade do atual Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a análise final e decisão por manter a suspensão ou não dos valores consignados. Tais mudanças introduzidas pela citada Portaria trouxeram mais agilidade na resolução das queixas apresentadas, diminuindo conflitos e a insatisfação dos servidores ativos, aposentados e pensionistas junto a esta área de gestão de pessoas.

Atualizações no SIAPE: O segundo semestre de 2016 foi permeado de desafios para a área de gestão de pessoas, no que diz respeito aos trabalhos de atualização no Sistema SIAPE, determinada pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público – SEGRT, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP. O primeiro deles foi concernente à atualização dos registros do exercício de funções no SIAPEcad e respectiva alteração de código de aposentadoria, cujos proventos apresentam parcela referente à “opção de função”, a fim de atender Mensagem/Comunica SIAPE nº 557600/2016, da SEGRT/MP, tendo por escopo a automatização desses pagamentos, totalizando 22 servidores aposentados nessa situação.

A grande demanda, no entanto, ficou para a atualização do cadastro de aposentados mais antigos e dos respectivos códigos de aposentadorias no Sistema SIAPEcad, também determinada pela SEGRT/MP, mediante Mensagem/Comunica SIAPE nº 557684/2016, emitida em 30.09.2016, cujo prazo de finalização dado pela SEGRT/MP foi dezembro/2016; todavia, sem mencionar se haveria a suspensão dos proventos de aposentadoria com registros desatualizados. Nessa situação, foram encontrados cerca de 2.800 vínculos de aposentados, sendo que, para tanto, será necessário atualizar

toda a vida do aposentado no SIAPEcad, o que vem demandando uma quantidade significativa de tempo. O Grupo de Aposentadoria e Pensão – GAP já iniciou os trabalhos, interrompidos pela greve dos servidores técnico-administrativos da UFBA, no período entre outubro e dezembro/2016, solicitando o desarquivamento dos processos de aposentadoria junto ao Núcleo de Documentação e Informação – NDI. Foram realizadas reuniões com as chefias da Coordenação de Gestão de Pessoas, a fim de se definir a melhor estratégia para a realização desse trabalho. A partir de janeiro/2017, todavia, ainda não houve a exclusão das aposentadorias com códigos desatualizados, mas a SEGRT/MP já implantou rotina sistêmica no SIAPE, a fim de exigir a atualização cadastral, impedindo a alteração/registro de informação de aposentado em caso de não atendimento, conforme anunciado na aludida Mensagem/Comunica SIAPE.

Em função da grande demanda e de tempo reduzido para conclusão das tarefas, foi decidido compor grupo de trabalho por meio de Portaria, estabelecendo prazo de finalização e relatório de produtividade, a partir de janeiro/2017, com finalização prevista para março, apesar, como dito, de a SEGRT/MP não ter definido ainda prazo para a suspensão dos benefícios.

Tais determinações da SEGRT/MP relativas à automatização dos pagamentos no Sistema SIAPE, visa à redução e/ou eliminação dos pagamentos equivocados, os quais podem acarretar valores a serem devolvidos ao Erário. Assim, quanto mais a área de gestão de pessoas se mostra eficaz e eficiente na execução dos trabalhos e cumprimento dos prazos, mais resultados positivos são colhidos. Acontece, todavia, que são necessárias ações estratégicas, a fim de vencer o desafio frente à carência de pessoal para dedicação exclusiva a esses trabalhos, sem prejudicar a rotina das demais tarefas diárias.

Controle dos ressarcimentos referentes a pagamento de plano de saúde: a partir de julho/2016, entrou em operação o Sistema de Controle de Ressarcimento - SCR, que visa ao controle do recebimento do Auxílio, referente ao Per Capta Saúde Suplementar, dando-se início à convocação para apresentar os comprovantes do pagamento do plano de saúde do ano de 2015. Foram convocadas 2.869 pessoas beneficiadas com o citado Auxílio, sendo que 401 pessoas tiveram suspensos os referidos pagamentos a partir da folha de pagamento de novembro/2016, com indicação para abertura de processo de reposição ao Erário, nos termos da Orientação Normativa nº 5/2013-SEGEP/MP. Com efeito, existe na folha de pagamento de novembro/2016, uma redução de R\$ 796.142,32 na despesa relativa a este benefício.

A PRODEP, em 2016, também, adotou medidas visando a impedir que irregularidades, ainda que eventuais, ocorram na área de pessoal. Para tanto, foram executadas mensalmente auditorias, objetivando identificar:

- a) Servidores com 30 faltas no mês;
- b) Servidores com 60 faltas nos últimos 12 meses;
- c) Servidores vinculados à GEAP, com rubrica de ressarcimento referente ao per capita saúde suplementar, sem repasse à GEAP;
- d) Servidores com data final de Cessão nos próximos 100 dias;
- e) Aposentados e pensionistas que deverão ser submetidos à avaliação médica;
- f) Envio de *e-mail* para o servidor, comunicando-o sobre qualquer inclusão, alteração ou exclusão de ocorrências no seu histórico funcional;
- g) Envio de *e-mail* para o servidor, bem como para a sua unidade de lotação, informando sobre a proximidade do término do afastamento nos casos previstos no RJU;
- h) Servidores com rubricas incompatíveis com o afastamento;
- i) Servidores com rubrica de Auxílio-Transporte com valor superior a R\$ 200,00;

- j) Servidores com rubrica de Auxílio Pré-escolar e filhos matriculados na creche da UFBA;
- k) Controle de extinção dos contratos temporários;
- l) Controle da manutenção da condição de cônjuge/companheiro para servidores em licença por motivo de afastamento do cônjuge/companheiro;
- m) Controle de afastamento de servidores sem reassunção;
- n) Servidores que tiveram faltas sem o respectivo desconto;
- o) Servidores cuja escolaridade é incompatível com o Incentivo à Qualificação;
- p) Controle do quantitativo de servidores docentes em regime de trabalho de Dedicção Exclusiva – DE cedidos para Órgãos dos Estados e Municípios;
- q) Servidores com percepção das gratificações de CD/FG/FCC, mas não existe no Sistema Integrado de Pessoal – SIP nenhuma ocorrência que justifique o pagamento da função.

Outrossim, a PRODEP publica em seu sítio www.prodep.ufba.br, dentre outras, a relação dos servidores docentes em regime de trabalho de DE e daqueles que percebem os Adicionais Ocupacionais (adicionais de insalubridade, de periculosidade, gratificação por atividades com Raio X e Irradiação Ionizante), bem como os laudos de avaliação ambiental que embasam a concessão dos adicionais referidos.

Outro risco identificado que merece destaque são as rotinas para concessão/prorrogação de cessão com ônus para o órgão cessionário, como no caso de Estados, Municípios e Distrito Federal. Em setembro/2015, foi realizado um seminário sobre a estrutura e competências da PRODEP, no qual foi sugerida a concentração dos assuntos relacionados à movimentação de pessoal em um único Núcleo da referida Pró-Reitoria: Núcleo de Movimentação. Em 2016, esse entendimento se fez mais forte, ante à constatação da necessidade do maior controle e acompanhamento dessa modalidade de afastamento, também apontada em auditoria realizada pela Coordenadoria de Controle Interno – CCI desta Universidade.

A área de gestão de pessoas, representada pela PRODEP, vem acatando as recomendações, não só da CCI e de outros órgãos de controle, como também da Controladoria-Geral da União, decorrentes de auditorias, destacando-se, em 2016, a reintrodução do Termo de Compromisso para os docentes que são empobados no regime de Dedicção Exclusiva, conforme constatação no Relatório de Auditoria CGU referente a 2015.

Ações de controle quanto aos indícios de irregularidades na acumulação de cargos

A PRODEP mantém uma Comissão Permanente de Acumulação de Cargos – CAC que, desde o fim de 2015, passou a ser integrado por 04 membros, contando com uma Presidente, representada pela Coordenadora da Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP, e 03 servidores do seu quadro.

A alteração da quantidade de componentes, recomendada pela Controladoria-Geral da União - CGU, trouxe, em comparação ao ano de 2015, mais agilidade nos trabalhos de verificação da regularidade nos acúmulos de cargos, bem como providências quanto às irregularidades detectadas e do lançamento, no Sistema SIAPE, dos valores das remunerações de outras fontes dos Poderes da União, dos Estados e Municípios, para controle do limite remuneratório, de que trata o inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, o chamado “abate-teto”, conforme determina a Portaria Normativa nº 2/2011-SRH/MP.

Rotina dos trabalhos de apuração por parte da CAC

Algumas situações de acumulação de cargos são encaminhadas à Comissão no momento em que o servidor é admitido ou contratado, bem como no momento da sua aposentadoria. Os processos são formalizados pelos grupos: Grupo de Admissão e Desligamento - GAD e Grupo de Aposentadoria e Pensão - GAP, respectivamente, da CGP/PRODEP/UFBA e enviados à CAC para a devida avaliação. No caso dos docentes, a CAC ainda acessa o sítio do CNPQ, utilizando o Currículo Lattes como instrumento de pesquisa na investigação da existência de vínculos externos à UFBA.

A Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP convoca, mediante a lista eletrônica de *e-mail* institucional, todos os servidores da UFBA para comparecerem à Central de Atendimento – CAT/PRODEP, nos meses de abril e outubro, a fim de entregarem os documentos relativos ao acúmulo de cargos extra-SIAPE. A CAC faz a implantação do “abate-teto” no Sistema SIAPE, por meio de registro das remunerações oriundas de outras fontes públicas, extra-SIAPE, em atendimento à citada Portaria Normativa nº 2/2011, de 08 de novembro de 2011, do antigo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

A identificação dos casos também é feita a partir das solicitações de auditoria de Órgãos como TCU, CGU, MPOG, MEC, MPF, tendo uma representação importante no volume das situações apresentadas pela aludida Comissão. A partir da formalização do processo individual, a Comissão faz a verificação das acumulações de cargos, tanto lícitas quanto ilícitas, analisando se os cargos são acumuláveis e se a carga horária é compatível.

Os casos de acumulação de cargos que chegam à CAC, mediante os controles internos e externos, acima mencionados, recebem tratamento personalizado, ou seja, é formalizado um processo individual para cada caso. Cada processo seguirá à Unidade/Órgão de lotação do servidor investigado, para que ele possa se manifestar e apresentar a documentação comprobatória.

À medida que os processos vão retornando, com as devidas respostas e documentação anexadas, passam por nova análise, podendo ser conclusiva, dando ao processo o *status* de “finalizado”, ou ser parcial, permitindo categorizá-lo, temporariamente, como “em análise” ou “em tramitação”, até que esteja completo para ser digitalizado e arquivado.

Por se tratar de processo individual, a tramitação poderá variar de diversas formas, como, por exemplo, com apresentação de recurso administrativo ou proposição de demandas judiciais, podendo levar à suspensão da tramitação processual na esfera administrativa. A tramitação do processo terá um tempo diferenciado para cada caso, até que seja finalizado.

Ações da CAC em 2016

Preliminarmente, vale destacar a ocorrência do movimento nacional de greve dos servidores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino, incluindo os da UFBA, no período de 24/10/2016 a 15/12/2016, o qual, apesar de representar uma luta da categoria por melhores condições de trabalho e de salário, impossibilitou o cumprimento de algumas metas e prazos.

A CAC atendeu a diversas consultas presenciais e por telefone, que não foram contabilizadas, acerca da (i) licitude das várias modalidades que envolvem a acumulação de cargos públicos, bem como sobre participação esporádica e vínculo privado relacionados ao regime docente de Dedicção Exclusiva na UFBA em 2016.

Por e-mail, respondeu a 176 mensagens que trataram sobre permissões e proibições de acumulação de cargos públicos. Acerca das solicitações internas, ou seja, pedidos de análise sobre ocorrências de

acumulação de cargos, formalizadas, mediante processos, oriundos dos setores da CGP/PRODEP, a CAC emitiu 116 pareceres, respondendo a requisições, na sua maioria, dos Núcleos de Admissão e Desligamento e de Aposentadoria e Pensão. Cabe enfatizar que, entre 2015 e 2016, houve um aumento nas demandas de apuração quanto à acumulação de aposentadoria de servidor docente no regime de DE com outro cargo, em virtude da edição das Notas Técnicas nºs 83/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP e 145/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acarretando restrições, no Sistema SIAPE, das matrículas respectivas, bem como demandas judiciais por parte dos servidores. A partir, no entanto, da edição da Nota Técnica nº 12968/2016-MP, de 15.09.2016, tal entendimento foi revogado.

Respostas às Demandas de Órgãos Externos

Em se tratando da demanda externa, isto é, aquela provocada pelos Órgãos de Controle, a CAC analisou pedidos pontuais e solicitações com inúmeros casos. As requisições significativas representam um total de 6.422 situações, das quais foram atendidas 2.203, restando 4.219 análises/procedimentos a serem realizados, posteriormente. Segue, abaixo, o detalhamento das Solicitações de Auditoria:

I-Controladoria Geral da União

- a) Solicitação de Auditoria, mediante Ordem de Serviço nº 201601513/02, datada de 14/04/2016, determinou que a Universidade Federal da Bahia informasse: a) relação dos servidores que exercem cargos com Dedicção Exclusiva ou tempo integral e os normativos que os instituíram; b) relação dos servidores, com indicação daqueles que acumulam legalmente cargos, empregos ou funções públicas e c) descrição dos controles internos da unidade para identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos. Todos os itens foram atendidos. A CAC respondeu, elencando 1.779 professores em regime DE e 321 servidores que acumulam cargos. Esta auditoria foi integralmente analisada, tendo respondidos os 2.100 casos.
- b) Solicitação de Auditoria, mediante Ordem de Serviço nº 201601513/07, datada de 17/05/2016, apontou 2.899 situações, envolvendo cargos de docentes e de técnico-administrativos, que supostamente mantêm vínculo empregatício com outras instituições. Deste quantitativo, apenas 75 análises já foram finalizadas.
- c) Solicitação de Auditoria, mediante Ofício nº 15.857/2016/CGU-Regional/BA/CGU- para responder acerca do Relatório de Demandas Externas nº 00205.000401/2013-96, onde consta a determinação para que a UFBA informe as providências adotadas a respeito das recomendações contidas no RDE. No que tange à CAC, esta auditoria foi concluída integralmente, visto que a última pendência relativa ao vínculo societário da servidora docente, de matrícula SIAPE nº 1797052, foi resolvido em julho de 2016.
- d) Solicitação da Corregedoria Setorial da Área de Educação do Ministério da Transparência Fiscalização e Controle - MTFC, mediante Ofício nº 11684/2016/CSAE/CORAS/CRG, datado de 18/05/2016, que determinou a "...apuração de eventual responsabilidade funcional", relacionada ao servidor desta UFBA, matrícula SIAPE nº 3420363, que se tratava de vínculo societário. Essa situação foi analisada e resolvida.

II-Ministério da Educação

Pedido de análise, com base no Relatório de Docentes com Dedicção Exclusiva e com vínculo em mais de uma IES (Censo 2015), elencando **15 docentes**, em regime de D.E. Foram **finalizados 02** processos e os **13 restantes** encontram-se em análise.

III_Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Solicitação de providências, a partir do Ofício nº 21609/2015, para investigar e regularizar a situação de Servidor deste Órgão, matrícula SIAPE nº 0287534. A situação foi avaliada e resolvida, de acordo com a Portaria Normativa/SRH nº 2/2011, e encontra-se finalizada.

IV-Ministério Público Federal

- a) Requisição para instrução do Inquérito Civil nº 1.14.000.000813/2013-13, a partir do Ofício nº 30/2016/PR-BA/14°OTC, de 03/02/2016, para solicitar informações sobre servidores que acumulam cargos públicos. Foram 08 situações informadas e já finalizadas, visto que a acumulação de cargos de um Servidor desta Universidade, matrícula SIAPE nº 1885067, teve recomendação de abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, sendo acompanhado pela Unidade Seccional de Correição – USC.
- b) Determinação para apurar a situação dos docentes, em regime de Dedicção Exclusiva, lotados no Departamento de Anestesiologia e Cirurgia da Faculdade de Medicina da Bahia, mediante Ofício nº 675/2016/MPF/PR-BA/12°CC/OAAM, da Procuradoria da República na Bahia, do MPF, datado de 06/12/2016. Foi analisada a situação de 26 professores.

V-Tribunal de Contas da União

- a) Solicitação de Auditoria, a partir do Ofício nº 278-132/2016, de 13/10/2016, para investigar 1.038 situações referentes a vínculo empregatício e 344 situações relativas a vínculo societário, totalizando de servidores da UFBA. Nessa fase inicial, prejudicada pela referida greve dos servidores, houve os trabalhos de identificação, por parte da CAC, dos nomes das pessoas constantes da planilha, excel, do TCU, vez que esta foi remetida à UFBA, apenas com o número do CPF e matrícula SIAPE, além de outros dados referentes à acumulação. Após exposição de motivos por parte da CGP/PRODEP, o TCU atendeu pedido de prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos.
- b) Em relação ao subitem 1.7 do Acórdão nº 1290/2014 – TCU - Plenário e sobre o estágio atual do subitem 9.1 do Acórdão nº 2402/2012 –TCU – Plenário, em 2016, a CAC formalizou o processo 23066.012919/2016-52 e encaminhou à Unidade Seccional de Correição – USC, para que acompanhasse a situação de 15 servidores com indicação para abertura de Processo Administrativo Disciplinar. Dos casos acima mencionados, 04 são sobre a ocupação de cargos inacumuláveis, e 11 deles foram motivados pela falta de comprovação da carga horária nos dois vínculos.

Por fim, os desafios para a gestão de riscos na área de gestão de pessoas demanda enfrentamento consistente e dedicado por meio de uma política de gestão de pessoas embasada no planejamento estratégico, que permita mapeamento, avaliação, monitoramento e controle, para que possam responder às especificidades das universidades públicas brasileiras.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 5.1.4.1- Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível	123	157	188	180	966,186,54
1.1 Área Fim	31	51	52	50	268.980,43
1.2 Área Meio	92	106	136	130	697.206,11
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	123	157	188	180	966,186,54

Fonte: PRODEP/SIP - 31/12/2016

A contratação de mão de obra estagiária na Administração Pública Federal, regida pela Lei nº 11.788/2008, encontra-se disciplinada, atualmente, pela Orientação Normativa nº 2/2016-SEGRT/MP, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Agrega, além de grande oportunidade de experiência e desenvolvimento profissional dos estudantes de nível superior da UFBA, contribuições importantes na execução e planejamento de tarefas desta Instituição Federal de Ensino, compondo temporariamente sua força de trabalho.

Ainda, em comparação a 2015, por motivos orçamentários, as contratações de estagiários de nível superior, da própria UFBA, vêm-se reduzindo, ocasionando, conseqüentemente, queda na despesa de 2016.

Vale ressaltar que, até então, o papel da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP) na contratação de estagiários, encontra-se restrito, concentrando-se apenas, nas atividades de recebimento da documentação relativa ao convênio, no controle de ingresso e saída dos estagiários, registrando-os no Sistema Integrado de Recursos Humanos – SIAPE, com conseqüente realização do pagamento da bolsa-estágio e dos auxílios devidos, bem como frequência, sob a responsabilidade da Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP). Tal restrição vai de encontro às atribuições contidas no Art. 20 da mencionada ON nº 2/2016-SEGRT/MP, que prevê, dentre outras, a participação da área de gestão de pessoas nos processos de divulgação, articulação, recrutamento e seleção desses estagiários, para atender às demandas institucionais. Faz mister acrescentar que a PRODEP tem encontrado algumas dificuldades, a fim de que o aludido dispositivo seja cumprido, como, dentre outras, de formação de equipe, junto à Coordenação de Desenvolvimento Humano (CDH), para atuar em tais processos, que, até o momento, se encontra sob a gestão da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). Estima-se que, em 2017, a PRODEP passe a ser mais atuante no processo de contratação de estagiários, cumprindo, integralmente, o disposto no Art. 20 da ON nº 2/2016-SEGRT/MP.

5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não se aplica.

5.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura

5.2.1 Gestão da frota de veículos

Quadro 5.2.1.1- Custo Associado a Manutenção da Frota de Veículos

Custo associado a manutenção da frota - manutenção				VEICULAR 2016	
NOME DA EMPRESA	CNPJ	Nº CONTRATO	VIGENCIA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	VALOR PAGO
TICKET SERVIÇOS S/A	47.866.934/0001-74	38/2012	25/11/2016 a 25/11/2017	R\$ 970.686,88	R\$ 436.075,31
TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA	06.624.122/0001-97	191/2013	30/11/2016 a 28/02/2017	R\$ 958.385,82	R\$ 692.770,77

IMPORTANCIA/IMPACTO DA FROTA DE VEÍCULOS SOBRE AS ATIVIDADES DA UFBA

Atender as atividades curriculares, cultural, técnico, desportivo ou social que concorram para o aprimoramento dos conhecimentos dos discentes, bem como atividades funcionais e protocolares, no estrito interesse da Instituição.

PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA

De acordo com a depreciação / estado da frota de veículos / estudo de custo benefício.

ESTRUTURA DE CONTROLES DE QUE A UJ DISPÕE PARA ASSESSEGURAR UMA PRESTAÇÃO EFICIENTE E ECONÔMICA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

Acompanhamento e fiscalização com uso de formulários para avaliar a qualidade dos serviços.

QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR TIPO E GRUPO ADMINISTRATIVO E ACADÊMICO

GRUPOS	ONIBUS	MICRO- ONIBUS	VAN / KOMBI	AMBULÂNCIA	CARRO DE PASSEIO	CAMINHO NETE	CAMINHÃO/T RATOR	TOTAL
--------	--------	------------------	----------------	------------	------------------------	-----------------	---------------------	-------

Administrativo				04	47		9	60
Acadêmico	14	13	17			22		66
GRUPOS				IDADE MEDIA				
Administrativo				9,0				
Academico				7,0				

Fonte:PROAD

Análise Crítica

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008. Em 2016 a UFBA continuou com a regularização dos veículos adquiridos através de projetos de pesquisas gerenciados por Fundação de Apoio. Atualmente existem 126 veículos tombados. Esses veículos são utilizados para atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão e ainda atividades funcionais e protocolares inerentes à função pública. As práticas de

campo ocorrem tanto no município de Salvador e região metropolitana como também no interior do estado, a exemplo dos cursos de biologia, da área de saúde, curso de geografia, direito, engenharia, veterinária entre outros. As atividades de apoio à gestão, ações de fiscalização de obras e outros contratos administrativos também demandam por transportes. Os veículos terceirizados são utilizados preferencialmente para atividades acadêmicas que requeiram viagens de campo, atividades em comunidades e outras. A Universidade conta atualmente com três contratos de locação de veículos com as empresas: ASABELLA TRANSPORTE e TURISMO LTDA, MATHEUS TRANSPORTE e SERVIÇOS LTDA e ATLANTICO TRANSPORTE e TURISMO LTDA-ME, sendo UFBA – que este último é utilizado exclusivamente para atender o deslocamento de discentes intercampi também conhecido como BUZUFBA.

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A Universidade tem como política avaliar a cada exercício financeiro o estado dos veículos , utilizando como parâmetros o ano de fabricação, o desgaste físico e o custo de manutenção, visando minimizar as despesas e garantir a segurança das pessoas transportadas. Através de comissão constituída por servidores do quadro funcional são identificados o estado de cada veículo a partir das ocorrências diariamente registradas durante a supervisão realizada pelo do Núcleo de Transportes. Por não servirem mais à finalidade para a qual foram adquiridos, não há motivo para que tais veículos permaneçam integrados ao patrimônio da Instituição, devendo, portanto, ser realizado o desfazimento desses bens, mediante leilão.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada

Dentro da estrutura organizacional da Universidade Federal da Bahia, alguns órgãos têm atribuições relacionadas com a gestão do patrimônio, não existindo, portanto, uma centralização dessa atividade. Nesse sentido, compõem a gestão do patrimônio da UFBA, os seguintes setores:

I-Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura - SUMAI

Compete à SUMAI planejar, coordenar e controlar o desenvolvimento da infraestrutura e patrimônio físico e elaborar, acompanhar e coordenar a implantação das políticas de implantação ambiental.

Dentre suas atribuições destacam-se:

- a) Manter o controle e registro de documentos referentes ao espaço físico da Universidade.
- b) Manter os imóveis em bom estado de conservação executando obras de manutenção preventiva e corretiva;
- c) Manter atualizado no Sistema de Patrimônio dos Imóveis da União o cadastro dos bens imóveis da Universidade;
- d) Acompanhar e manter atualizadas as instruções normativas e outros atos regulamentadores publicados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ou por outros órgãos do Governo Federal;
- e) Criar e manter sistema de arquivamento do acervo histórico das plantas físicas da Universidade

II-Pró-Reitoria de Administração - PROAD

À Pró-Reitoria de Administração (PROAD) cabe, além das funções gerais previstas no Art. 21 do Regimento Geral, as funções de gestão administrativa, gestão dos serviços de segurança, arquivos e documentação, contabilidade e finanças.

Dentre suas atribuições destacam-se:

- a) Efetuar o registro contábil dos bens patrimoniais móveis, imóveis e semoventes, após seu registro e tombamento;
- b) Elaborar e analisar os contratos administrativos da Universidade em relação a cessão de espaços, tais como cantinas e reprografia;

III-Gabinete da Reitoria

Cabe ao gabinete da Reitoria, gerenciar os espaços do palácio da Reitoria, destinados a solenidades e eventos

Distribuição geográfica dos imóveis da União

A Universidade Federal da Bahia possui atividades em 06 (seis) municípios do estado da Bahia, sendo que 95% dos seus imóveis estão localizados em Salvador, e os 5% restantes distribuídos entre os municípios de Entre Rios (fazenda experimental), em Santo Amaro da Purificação (Centro de Desenvolvimento da Pecuária), em São Gonçalo dos Campos (02 fazendas experimentais) e em Vitória da Conquista (Campus Anísio Teixeira), conforme ilustra o Quadro 5.2.3.1. No ano de 2016 os imóveis localizados no município de Barreiras passaram para o domínio da Universidade Federal do Oeste Baiano.

Quadro 5.2.3.1 – Distribuição Espacial dos Bens imóveis de Uso Especial de propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2016	Exercício 2015
Brasil	Estado da Bahia		
	Município de Salvador	92	91
	Município de Entre Rios	1	1
	Município de Santo Amaro	1	1
	Município de São Gonçalo dos Campos	1	1
	Município de Vitória da Conquista	1	1
	Município de Barreiras	—	2
Total		96	97

Fonte: CPPO-SUMAI/dez 2016

Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

Todos os bens imóveis da UFBA, que integram o seu patrimônio estão identificados e cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet. A única exceção é a Fazenda Experimental de São Gonçalo dos Campos, que na verdade está sob a guarda da UFBA e inscrito em nome da União. Os imóveis estão classificados e cadastrados no SPIUnet como de uso especial.

Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;

A manutenção do patrimônio imobiliário da UFBA tem o suporte de contratação de empresas especializadas, realizado através de processo licitatório. Divide-se em manutenção das áreas verdes e manutenção predial. Dessa forma, as despesas estão concentradas nos valores relacionados ao pagamento desses contratos no ano de 2016, detalhados a seguir:

Manutenção de áreas verdes

No ano de 2016 os serviços continuados de limpeza e manutenção das áreas verdes foram realizados através de contrato firmado com a Empresa Palmácea Jardinagem LTDA, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra especializada e de materiais, insumos, ferramentas e equipamentos necessários a execução dos serviços nas áreas externas dos *campi* da UFBA e das unidades dispersas no município de Salvador e do campus Anísio Teixeira no município de Vitória da Conquista. Além disso, esse contrato é responsável pelo programa de enriquecimento florístico da UFBA e no ano de 2016 foram plantadas 91 mudas de árvores nativas. Esse programa tem como principais objetivos: ampliação florística com espécies do Bioma Mata Atlântica em áreas de matas existentes no campus Ondina; recomposição dos sítios ecológicos degradados pelas atividades antrópicas e plantio de espécies nativas brasileiras, de plantas ornamentais para composição dos espaços urbanizados dos *campi* da UFBA, assim como estabilização de encostas.

Em termos quantitativos o contrato de Limpeza e Manutenção das Áreas Verdes abrange uma área total de 294.434,10 m², distribuídas por campus e tipos de serviços.

No Quadro abaixo são apresentados os indicadores financeiros e quantitativos do contrato de limpeza e conservação das áreas verdes dos campi Salvador da UFBA, com base nos resultados obtidos no ano de 2016:

Quadro 5.2.3.1.2 – Custo de Conservação de Áreas Verdes

Indicadores de custo de conservação de áreas verdes			
Area verde e urbana total (m2):		294.434,10	
Campus Federação/Ondina		224.395,46	
Campus Canela		63.734,86	
Unidades Dispersas		6.303,78	
População	Técnicos	3.056	48.145
	Docentes	2.637	
	Estudantes	40.291	
	Terceirizados	2.161	
Custo de manutenção em 2016		R\$	4.100.102,60
Custo manutenção/m2		R\$	13,93
Custo manutenção/estudante		R\$	101,76
Custo manutenção/população		R\$	85,16
Fonte: CMA/SUMAI			

Obs: No cálculo dos indicadores de custos não foi incluída a área do campus Vitória da Conquista, uma vez que há apenas 2 colaboradores trabalhando, pelo contrato, no local.

Com relação aos registros contábeis das despesas, estas estão a cargo da Coordenação de Meio Ambiente da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura. Esses registros são realizados através de relatórios de medição mensal dos serviços executados, acompanhados e testados pelos fiscais. Em 2016, as despesas com limpeza externa e manutenção das áreas verdes dos campi da UFBA somaram R\$ 4.100.102,60. Desse valor, 73,71% (R\$ 3.022.185,62) compreende os custos com mão-de-obra especializada e 26,29% (R\$ 1.077.916,97) com os demais itens do contrato, como locações de máquinas e equipamentos e aquisições de materiais e insumos. Também está relacionado aos registros contábeis das despesas a Coordenação de Contabilidade e Finanças da Pro-Reitoria de Administração, no que tange a liquidação das despesas decorrentes ao contrato

Manutenção Predial

No tocante a manutenção predial as despesas estão relacionadas a serviços que envolvem atividades internas e externas aos prédios, contemplando as modalidades de civil, elétrica, hidráulica, climatização, telecomunicações e elevadores.

Os Serviços de reformas e manutenção predial foram realizados através de contratos firmados com as Empresas Hayek (reformas), Engeltec, Atlas, Thyssenkrupp (elevadores) e Tectenge (manutenção predial), estes serviços de manutenção compreendem o fornecimento de mão de obra especializada, de materiais (parte fornecidos pela UFBA através de pregões eletrônicos) insumos, ferramentas e equipamentos necessários a execução dos serviços nas edificações dos campi da Federação, Ondina, Canela e das Unidades Dispersas no município de Salvador e do campus Anísio Teixeira no município de Vitória da Conquista. Os contratos de reforma e manutenção atendem a uma área total de 350.969,36 m2 e áreas externas (ruas e estacionamentos) de 166.000 m².

No ano de 2016, as despesas envolvendo as manutenções e reformas, somaram o montante de R\$ 9.879.771,87, sendo R\$ 3.332.292,45 com as reformas e pequenos reparos, R\$ 5.964.881,18 com a manutenção predial, R\$ 582.598,24 com elevadores, conforme demonstram o Quadro a seguir.

Quadro 5.2.3.1.3 – Despesas com Manutenção Predial

Manutenção Predial - Despesas em R\$ 1,00				
Manutenção Predial	Mão de obra	R\$	4.135.260,56	R\$ 5.964.881,18
	Fornecimento de materiais	R\$	700.908,39	
	Serviços Eventuais	R\$	1.128.712,23	
Manutenção Elevadores	Engeltech	R\$	301.125,00	R\$ 582.598,24
	Thyssenkrupp	R\$	252.745,24	
	Atlas	R\$	28.728,00	
Pequenos Reparos e Reformas	6º pav - IFIS	R\$	487.378,27	R\$ 9.879.771,87
	LASAB EMEVZ	R\$	165.251,52	
	Lab. Anatomia EMEVZ	R\$	228.265,93	
	PROAE	R\$	253.391,94	
	PROAE-inst elet/rede	R\$	150.865,73	
	HOSPMEV-Centro Cirurg.	R\$	47.220,36	
	HOSPMEV-Telhado	R\$	85.411,46	
	HOSPMEV-comp/rede/elet	R\$	56.280,86	
	FFCH-Vestiário PDSL	R\$	259.849,83	
	FFCH-Subestação	R\$	60.565,09	
	ENG- Segurança	R\$	210.858,60	
	IHAC - adaptação laborat	R\$	238.013,56	
	IHAC - PAF V-Inst elet	R\$	111.884,16	
	IHAC - Sub/acess/reserv	R\$	226.603,57	
	Pós-Grad Letras	R\$	255.544,45	
	Peq. Reparos Diversos	R\$	176.338,62	
	outros	R\$	318.568,50	
			R\$ 3.332.292,45	

Fonte: CM/SUMAI

Os registros contábeis dessas despesas são apropriados a partir das medições mensais, conforme os relatórios de medição apresentados e em conformidade com os serviços executados e acompanhados pela fiscalização.

No a seguir são apresentados indicadores por especialidade de manutenção predial, elaborados com base no levantamento de dados no ano de 2016. Esses dados foram coletados a partir do módulo de infraestrutura do SIPAC, que apontaram o registro de 14.201 solicitações de serviços para atender a um total de 164 prédios e uma população de 48.145 pessoas (estudantes, técnicos administrativos, professores e terceirizados).

Quadro 5.2.3.1.4 – Indicadores de Custo de Manutenção

Indicadores de Custo de Manutenção			
area construida (164 predios)(m2)			350.969,36
População	Técnicos	3.056	48.145
	Docentes	2.637	
	Estudantes	40.291	
	Terceirizados	2.161	
Custo de manutenção			R\$ 9.879.771,87
Custo manutenção/m2			R\$ 28,15
Custo manutenção/estudante			R\$ 245,21
Custo manutenção/população			R\$ 205,21
Fonte: SPE/SIAC/SUMAI			

Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

Riscos relacionados as edificações

Os riscos relacionados a gestão de imóveis, aqui considerados, dizem respeito a sua manutenção. No ano de 2016 a UFBA recebeu demandados de seus 164 prédios, 14.201 solicitações de serviços de manutenção predial, distribuídas conforme o Quadro 05, das quais foram finalizadas 6.975, ou seja, 49%.

Quadro 5.2.3.1.5 – Demandas de Manutenção Predial –UFBA

Demandas manutenção predial			
Nucleo	Demanda	Atendimento	Desempenho
Civil	3.135	778	25%
Hidraulica	1.972	725	37%
Climatização	3.330	1.360	41%
TI	1.560	1.273	82%
Elevadores	726	718	99%
Eletrica	3.478	2.121	61%
Total	14.201	6.975	49%
Fonte: SUMAI			

O Quadro acima demonstra um desempenho desfavorável no geral (49%), o que se reflete nos riscos relacionados aos seus imóveis. Esse desempenho, no ano de 2016, é justificado pelos seguintes fatores:

- Contingenciamento orçamentário da Universidade com redução de 20% do valor orçamentário de custeio, e redução de 60% do valor orçamentário de capital; que só foi restabelecido em dezembro, no final do ano de Exercício.
- Contingenciamento em 30% do repasse de custeio dos duodécimos (1/12) dos meses de janeiro, fevereiro, março no qual a Universidade recebeu (1/18) dos valores de custeio antes da aprovação da LOA (Lei Orçamentária Anual)
- Descompasso entre os valores de financeiro repassado à UFBA pelo MEC com os valores empenhados e liquidados das faturas do contrato; entre janeiro e julho de 2016 (primeiro semestre), a média do fluxo de financeiro foi da ordem de 40%, só se estabilizando em julho, quando o fluxo financeiro se equiparou aos valores liquidados;
- Aumento do custo do contrato com reajuste de insumos e repactuação de mão-de-obra. Esses fatores implicaram em grandes impactos no fluxo da manutenção em 2015 que continuaram em 2016.
- Redução do contrato em 57%, eram 138 profissionais terceirizados de manutenção, que foram reduzidos para 65 profissionais, o contrato tinha valor anual de R\$ 8.600.000,00 (divididos em 70% de mão-de-obra, 20% de serviços eventuais – material + mão-de-obra, 10% de fornecimento de materiais), para um custo anual de R\$ 4.200.000,00, em 2016 o contrato com as repactuações, reajustes e aditivos de mão de obra chegou a R\$ 5.964.881,18.
- Baixo rendimento dos pregões de materiais de elétrica, climatização, civil etc. por parte dos fornecedores com problemas junto ao SICAF, que não conseguiram fornecer materiais e insumos tempestivamente.

- g) Atraso dos pagamentos à empresa terceirizada de manutenção no primeiro semestre de 2016 (Janeiro a Junho) o que implicou na desaceleração e eficiência na prestação dos serviços de manutenção corretiva, em virtude da dificuldade de aquisição de insumos, que gerou um remanejamento da manutenção das atividades corretivas para as preventivas e emergenciais.
- h) Mudança de metodologia de trabalho a partir do corte e redução do contrato em julho/2015, e, principalmente, na renovação contratual em julho/2016, saindo de atendimentos genéricos e pulverizados, fragmentados por disciplinas/especialidades (elétrica, hidráulica, civil, TI, climatização, elevadores) através das solicitações das unidades para ações de mutirões, de ações integradas das especialidade, em períodos de 30 a 45 dias, dentro das unidades acadêmicas e administrativas, previamente escolhidas através dos seguintes critérios:
 - a. Visitas de avaliação do MEC dos cursos de graduação;
 - b. Visita de avaliação e validação das unidades de saúde, ensino, pesquisa, extensão e assistência pelo SUS, ANVISA, e Secretaria de Saúde do Estado;
 - c. Visita de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES e CNPQ;
 - d. Salvaguarda do patrimônio público;
 - e. Segurança dos usuários;
 - f. Emergenciais.

A manutenção civil e hidráulica, que atenderam respectivamente a 25% e 37% das ordens de serviço em 2016, foram as que mais sentiram com os fatores elencados acima, em virtude da diversidade de serviços que englobam: marcenaria, carpintaria, serralheria, vidraçaria, pintura, serviços de gesso, forros, telhados, bombas, tubulações antigas de ferro fundido (“bárbaras”), em um universo de grande diversidade de materiais oriundos de edificações do século XVIII ao século XX, de épocas e períodos arquitetônicos diversos.

Outro elemento de risco que foi abordado no ano de 2016 está relacionado com incêndios. Nesse sentido a Coordenação de Planejamento Projetos e Obras/SUMAI deu início a providências no sentido de prevenir os riscos relacionados com incêndios elaborando um Termo de Referência para contratação de empresa especializada na execução de projetos de prevenção e combate a incêndios, de forma que em um segundo momento possa ser implementado as ações de adaptações as edificações.

Riscos Ambientais relacionados ao patrimônio imobiliário

Em 2016 a Coordenação de Meio Ambiente/SUMAI deu continuidade as ações relacionadas ao controle de riscos ambientais que envolvem o patrimônio imobiliário abrangendo o gerenciamento de resíduos perigosos, manutenção e conservação de áreas verdes (podas preventivas de árvores, roçagens, capinagens) e controle de cupins.

Gerenciamento de Resíduos Perigosos

Através de seus contratos específicos, com empresas especializadas e licenciadas ambientalmente, a Coordenação de Meio Ambiente fez a coleta e tratamento de resíduos perigosos infectantes, perfurocortantes, químicos e lâmpadas fluorescentes. Alguns resíduos foram ainda encaminhados, via logística reversa, para as empresas distribuidoras ou fabricantes (pilhas, baterias, cartuchos e toners usados).

Podas preventivas, roçagens e capinagens

No início de cada ano, a Coordenação de Meio Ambiente elabora um relatório, com o levantamento das árvores com riscos de queda de galhos e tombamento, visando a proteção e segurança das pessoas e do patrimônio físico da Universidade. A partir desse relatório foi possível antecipar a execução de intervenções (podas e supressões) em árvores passivas de queda e livrar fachadas de prédios para evitar entupimento de calhas, prevenindo transbordamentos e acidentes.

Em 2016 foram realizadas manutenções de arbóreas, inclusive podas, numa área de aproximadamente 1.816 m² nos *campi* da UFBA.

Além das podas, são realizados periodicamente, através da empresa contratada, serviços de roçagem/capinagem. Esses serviços são de extrema importância, pois a vegetação sem o devido controle promove a obstrução das câmeras de segurança, o esconderijo de marginais, abrigo de animais peçonhentos próximos às pessoas e outras situações que representam riscos de segurança para os transeuntes e para as edificações. Nesse sentido, realizam-se ciclos bimestrais de roçagens baixas, mecanizadas e manual, com destoca e retirada dos expurgos em todas as unidades que necessitam desse tipo de intervenção. Os serviços de roçagem/capinagem, manuais e mecanizadas, abrangem uma área de aproximadamente 137.370 m².

Controle de Cupins

O controle de cupins é fundamental para prevenir danos ao patrimônio físico de móveis e imóveis. Esse controle é executado por empresa contratada especializada no tratamento domissanitário, ou seja, controle de pragas urbanas (roedores e insetos). Em 2016, a despesa com esse serviço foi de R\$ 97.954,85. Os serviços realizados pela empresa abrangem não apenas a Descupinização, mas também a Desinsetização e a Desratização. A medição é realizada por metro quadrado (m²) executado e ocorrem com periodicidade trimestral para Desinsetização e Desratização e semestral para Descupinização. No ano de 2016, das 72 unidades dos *campi* da UFBA em Salvador e Vitória da Conquista, 56 unidades demandaram o serviço, tendo sido 100% atendidas, correspondendo a um valor de 412.454,85 m² de área tratada.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a Órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 5.2.4.1–Quadro Demonstrativo da Cessão de Espaço Físico e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.							
UG/Gestão: 153038		CNPJ 15.180.714/0001-04					
Item	Identificação do Cessionário			Forma de Seleção de Cessionário	Prazo de Vigência	Valor Mensal	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios
	Endereço	CNPJ/CPF	Cessionário				
1	Rua da paz s/n graça	12.703.367/0001-50	Ariedalvo Oliveira	Conc.18/2013 Reprografia	16/02/2018	2.604,45	Cod. Rec 28803-9
2	Rua da Paz s/n graça	14.956.072/0001-11	Jorge Machado	Conc.06/2013 – livraria	26/11/2017	924,10	Cod. Rec 28803-9
3	Rua Miguel Calmon s/n Vale do canela	23.946.743/0001-54	Livraria Eireli	Conc. 05/2015 – Livraria	27/07/2017	2.100,00	Cod. Rec 28803-9
4	Rua Prof. Aristides Novis nº 2 Federação	02.730.288/0001-85	Décio Luiz Gonzaga Filho	Conc.03/2015 – Reporografia	21/01/2017	886,84	Cod. Rec 28803-9
5	Rua Barão de Jeremoabo s/nº Ondina.	02.730.288/0001-85	Décio Luiz Gonzaga	Conc.02/2015 – Reprografia	07/08/2017	1.200,00	Cod. Rec 28803-9
6	Rua Barão de Jeremoabo s/nº Ondina	319.094.345-15	Décio Luiz Gonzaga	Conc.03/2013 Reprografia	06/01/2018	1.932,06	Cod. Rec 28803-9
7	Rua Barão de Jeremoabo s/nº Ondina	319.094.345-15	Décio Luiz Gonzaga	Autorização Administrativa – PAF III	08/04/2017	3.304,50	Cod. Rec 28803-9
8	Rua Prof. Aristides Novis nº 2 Federação	094.754.515-87	José carlos Bispos dos santos.	Autorização Administrativa – Livraria Filosófica	09/01/2018	198,21	Cod. Rec 28803-9
9	Rua Prof. Aristides Novis nº 2 F	379.511.145-53	Odeovaldo Pereira Nasci	Aut.Administrativa – Rep.	30/11/2017	388,03	Cod. Rec 28803-9
10	Rua Nova Zelândia nº 02	06.135.679/0001-02	Ikaro Teixeira	Conc.23/2013 – Reprografia	01/08/2017	347,30	Cod. Rec 28803-9
11	Instituto de Ciências da Saúde	01.724.345/0001-50	ALBA SANTOS DE SOUZA	LICITAÇÃO/ CONCORRÊNCIA /CANTINA	25/06/2017	8.569,10	Cod. Rec 28803-9
12	FACULDADE DE MEDICINA/CAMPUS CANELA	19.719.222/0001-97	PAULINA LANCHES	LICITAÇÃO/ CONCORRÊNCIA/CAN TINA	04/04/2017	3.667,34	Cod. Rec 28803-9

13	FACULDADE DE DIREITO	124.464.165-00	COSME BARBOSA DA SILVA	LICITAÇÃO/ CONCORRÊNCIA/CAN TINA	25/10/2017	2.339,97	Cod. Rec 28803-9
14	INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE	022.359.695-77	LUCAS RALPH SANTOS CUSTÓDIO	LICITAÇÃO/ CONCORRÊNCIA/CAN TINA	24/03/2017	726,43	Cod. Rec 28803-9
15	FACULDADE DE ARQUITETURA	08.899.242/0001-70	COSI BUONO ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS LTDA – ME	LICITAÇÃO/ CONCORRÊNCIA/CAN TINA	06/04/2017	2.876,93	Cod. Rec 28803-9
16	FACULDADE DE COMUNICAÇÃO	296.912.495-53	EDSON RIBEIRO DE SANTANA	LICITAÇÃO/ CONCORRÊNCIA/CAN TINA	13/03/2017	3.722,80	Cod. Rec 28803-9
17	ESCOLA POLITÉCNICA	08.899.242/0001-70	COSI BUONO ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS LTDA – ME	LICITAÇÃO/ CONCORRÊNCIA/CAN TINA	21/10/2017	11.067,77	Cod. Rec 28803-9
18	ESCOLA DE MÚSICA	02.283.725/0001-60	PEREIRA CONFEITARIA LTDA – ME	LICITAÇÃO/ CONCORRÊNCIA/CAN TINA	31/03/2017	3.325,37	Cod. Rec 28803-9
19	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO	237.202.805-78	LUCIA AURORA GONÇALVES	LICITAÇÃO/CONCORR ÊNCIA/CANTINA	09/03/2017	8.802,13	Cod. Rec 28803-9
TOTAL						R\$ 58.983,33	

Fonte:PROAD

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 5.2.5.1– Demonstrativo de imóveis locados de terceiros pela UFBA 2016

LOCADORES	FINALIDADE	CUSTO MENSAL R\$	CUSTO ANUAL R\$	MANUTENÇÃO
Recanto Santa Rita	Prestação de serviços continuados de moradia para os discentes carentes da UFBA	101.365,30	1.216.383,60	Semestral
Clinica Cardio Intensiva	Abrigar a casa da Gestante	8.693,03	104.316,36	Quando necessita
Vanete Rocha Vieira	Abrigar o serviço de Psicologia do Instituto Multidisciplinar de Saúde-IMS.	4.081,91	48.982,92	Quando necessita
Fundação de Apoio a pesquisa e extensão	Abrigar o Arquivo e Laboratório do Instituto de Ciência da Informação-ICI	5.194,07	62.328,84	Quando necessita
TOTAL		119.334,31	1.432.011,72	

Fonte: PROAD

Análise Crítica

A Pró-Reitoria de Administração responde pela gestão dos contratos de locação de imóveis de terceiros, cabendo a cada unidade beneficiária a contextualização de sua problemática que abrange as especificações e justificativas individuais da necessidade de contratação. A motivação para a decisão de locação se deve aos espaços físicos limitados para as enormes atividades de competência da Universidade. No tocante às despesas com reformas, transformações, manutenções nos imóveis cabe à Universidade avaliar a necessidade de intervenção e mediante informação ao Locador realizar tais serviços, assegurando-se o direito ao abatimento proporcional do aluguel, nos termos do art.26 da Lei 8.245 de 1990. Caso ocorram danos no imóvel provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes cabe à Instituição arcar com as despesas, e se for o caso, apurar

as responsabilidades, conforme normas vigentes. Considerando a peculiaridade do imóvel destinado a moradia para os discentes carentes da UFBA o Locador semestralmente vistoria a necessidade de manutenção preventiva em todas as instalações, sem prejuízo de outras intervenções eventuais e pontuais. Todos os contratos são firmados de acordo com os requisitos operacionais formalizados no manual de procedimento administrativo, além de submetidos e analisados pela Procuradoria federal na UFBA.

5.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

A infraestrutura física da UFBA é composta de um parque de edifícios e instalações que remontam ao século XIX, anos 70 e construções recentes. Essa realidade traz alguns problemas ao nível de manutenção, os quais acabam por pressionar os recursos de custeio. Essa situação vem sendo, na medida do possível, administrada a fim de se ter esse patrimônio adequado a missão da Unidade. Nesse sentido, cabe destacar a acessibilidade universal, como uma das lacunas que vem sendo ajustada a adequabilidade dos edifícios, sempre que existe intervenção física nos mesmos.

Com relação a suficiência da infraestrutura, ainda não se pode dizer que exista, principalmente por ser a Unidade uma estrutura dinâmica, que demanda, frequentemente, espaços para pesquisa. Com relação a infraestrutura existente, edifícios e instalações, cabe afirmar que praticamente 100% está sendo utilizada.

5.3 - Gestão de Tecnologia da Informação

Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional (PEI).

Considerando que a UFBA, no cumprimento de sua missão, passa por constantes transformações, torna-se indispensável que os seus instrumentos de planejamento sejam periodicamente atualizados para refletir os objetivos, ações e prioridades da instituição, além de, onde apropriado, refletir também as mudanças de tecnologias e a evolução dos modelos de gestão da TI.

O PDTI da UFBA tem por objetivo dar sustentação ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) promovendo o alinhamento estratégico das ações da área de TI com os processos organizacionais de ensino, pesquisa, extensão e gestão, proporcionando apoiar a UFBA na tomada de decisão e habilitá-la a agir de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades.

Em 2016, foi promovida uma ampla atualização do Plano Diretor de TI (PDTI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com período de vigência para 2014-2017. A versão atualizada foi aprovada pelo CGTI e encontra-se publicada e em fase de apreciação pelo Conselho Universitário (CONSUNI).

A definição dos objetivos estratégicos, metas e ações foi feita a partir de amplo diagnóstico sobre a TI, a partir de consulta à comunidade em diversos escopos e níveis, além de levantamento das necessidades, identificadas pelos órgãos e unidades, pelos documentos que tratam do planejamento de TI na UFBA, e das boas práticas de governança, planejamento e prestação de serviços de TI, recomendadas pelos órgãos do Governo Federal (SISP/MPOG, TCU, CGU).

A definição dos objetivos estratégicos, metas e ações foi feita a partir do levantamento das necessidades identificadas pelos órgãos e unidades, pelos documentos que tratam do planejamento de TI na UFBA, e das boas práticas de governança, planejamento e prestação de serviços de TI, recomendadas pelos órgãos do Governo Federal (SISP/MPOG, TCU, CGU).

As metas e ações relacionadas no documento não refletem apenas as demandas de TI para as atividades fim e meio da instituição, mas, também, o atendimento à legislação e as normas emanadas do Governo Federal para a área de TI, as recomendações dos órgãos de controle, além da inclusão de melhores práticas de mercado na gestão da TI.

As metas e ações propostas para este PDTI foram agrupadas em seis áreas estratégicas.

ÁREA ESTRATÉGICA 1: Sistemas de Informação

- a) Adaptar e Implantar Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA);
- b) Adaptar e Implantar o Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos (SIGRH);
- c) Consolidar a implantação e utilização do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIPAC);
- d) Consolidar a implantação e utilização do Sistema Integrado de Gestão da Administração e Comunicação (SIGADMIN);
- e) Definir ambiente para extração de dados gerenciais dos sistemas integrados para apoio à tomada de decisão;
- f) Desenvolver, atualizar e modernizar os Portais Institucionais;
- g) Implantar processo eletrônico de tramitação de documentos.

ÁREA ESTRATÉGICA 2: Novas Tecnologias

- a) Adotar cartão de identificação para acesso a serviços disponibilizados para a comunidade UFBA;
- b) Oferecer serviço de acesso sem fio seguro e federado para a comunidade internacional de educação e pesquisa;
- c) Prover armazenamento em nuvem das informações institucionais;
- d) Disponibilizar serviços através de Dispositivos Móveis;
- e) Estruturar a área de Computação de Alto Desempenho;
- f) Promover a expansão e consolidação do serviço VoIP;
- g) Implantar infraestrutura para emissão de Certificado Digital para a comunidade acadêmica;
- h) Estruturar processos e tecnologias para Gestão de Identidade na UFBA.

ÁREA ESTRATÉGICA 3: TIC na Educação

- a) Capacitar pessoal para utilização de TIC na Educação;
- b) Equipar espaços comuns de convivência com recursos multimídia e de acesso à Internet;
- c) Estruturar a oferta de recursos e serviços de videoconferência na instituição;
- d) Manter e desenvolver Ambientes Virtuais de Aprendizagem;
- e) Instalar Salas de Aula Computadorizadas;
- f) Implantar infraestrutura para o desenvolvimento de tecnologias educacionais;
- g) Implantar infraestrutura para armazenamento, distribuição e exibição dos objetos de aprendizagem.

ÁREA ESTRATÉGICA 4: Infraestrutura de Hardware e Software

- a) Atualizar, ampliar e manter a infraestrutura do Datacenter;
- b) Atualizar e ampliar o parque de estações de trabalho e dispositivos móveis, com seus equipamentos, software e serviços;
- c) Atualizar, ampliar e manter a infraestrutura da Rede Cabeada;
- d) Atualizar, ampliar a cobertura e manter a Rede Sem Fio;
- e) Aquisições de Software;
- f) Adequar a infraestrutura de suporte a equipamentos de rede das unidades universitárias e órgãos administrativos;
- g) Adotar padrões e-PING;
- h) Definir modelo de manutenção de computadores;
- i) Ampliar a oferta de serviços de email para a comunidade UFBA.

ÁREA ESTRATÉGICA 5: Governança de TI

- a) Ampliar a Maturidade da Governança de TI na UFBA;
- b) Aprimorar o processo de Planejamento, Aquisição e Gestão de Bens e Serviços de TI em conformidade com a IN04;
- c) Implantar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC);
- d) Elaborar e implantar Normas e Procedimentos de Uso dos Ativos e Serviços de TI;
- e) Implantar processo estruturado de desenvolvimento de software;
- f) Estabelecer política e normas para adoção de Software Livre (SL) na UFBA;
- g) Melhorar a qualidade do atendimento ao usuário.

ÁREA ESTRATÉGICA 6: Recursos Humanos de TI

- a) Capacitar os servidores de TI em competências específicas para o desenvolvimento de suas atividades técnicas e de gestão;
- b) Promover a contratação, distribuição e gestão de pessoal de TI;
- c) Prover condições para a manutenção do quadro permanente de servidores técnicos de TI;

ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO

O PDTI se propõe a ser o documento norteador das ações de TI na UFBA para o período 2014-2017. Com vistas a que os objetivos e metas expressados no documento, uma vez realizados, alcancem efetividade nos seus resultados, foi buscado o alinhamento estratégico entre as ações de TI e o planejamento da instituição.

Busca-se, com a implementação e monitoramento das ações estabelecidas no PDTI, o melhor alinhamento entre os recursos alocados na TI e a missão da instituição, contribuindo de forma expressiva para a excelência na qualidade do ensino, pesquisa, extensão e administração, na UFBA.

Foram considerados os itens abaixo para estabelecer o alinhamento do PDTI à Estratégia Organizacional da UFBA:

I- Necessidades identificadas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA 2012-2016:

Considerando o documento como um referencial para a gestão da UFBA, validado institucionalmente, as suas diretrizes e metas foram analisadas com o intuito de identificar aquelas que demandam ações diretamente relacionadas à Tecnologia da Informação. O resultado desta consideração está refletido no capítulo 7 – Plano de Metas e Ações.

II- A política descrita pelo PDI exige que sejam implementadas ações de Tecnologia de Informação que:

- a) Proporcionem ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação condições para traçar a política da instituição para esta área, tendo como base o suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.
- b) Possibilitem à Superintendência de Tecnologia da Informação condições para integrar os serviços de desenvolvimento de sistemas, gerência de redes e infraestrutura, governança de TIC, suporte de TIC na educação.
- c) Implantem medidas que facilitem a integração dos professores, servidores técnico-administrativos em educação e alunos da UFBA, através de ambientes virtuais de aprendizagem.
- d) Proporcionem à alta administração da universidade o acesso a informações gerenciais.

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI (CGTI), especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Gestor de TI da UFBA, que possui natureza consultiva e propositiva, e caráter permanente, foi criado seguindo as orientações do Guia de Comitê de TI do SISP, tendo sido renovado, a partir da mudança de gestão, através da portaria nº 044/2015 assinada pelo Magnífico Reitor em 30/03/2015, com o objetivo de implementar parâmetros e diretrizes nas ações de informática para assegurar o cumprimento das políticas institucionais da Universidade.

Compete ao CGTI:

- a) Propor políticas e diretrizes estratégicas de Tecnologia da Informação no âmbito da UFBA;
- b) Estabelecer o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) alinhado aos objetivos estratégicos da UFBA, revisando-o anualmente;
- c) Propor diretrizes e orientações para fins de elaboração das propostas orçamentárias relacionadas com a aplicação de recursos, investimentos e custeio na área de Tecnologia da Informação;
- d) Elaborar o plano de investimento e propor datação orçamentária para área de Tecnologia da Informação alinhados aos objetivos estratégicos da UFBA;
- e) Manifestar-se sobre questões emergentes relativas à Tecnologia da Informação da UFBA, a qualquer tempo, diante das demandas apresentadas pela comunidade universitária;
- f) Propor prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à Tecnologia da Informação para a UFBA;
- g) Dar publicidade à comunidade universitária das decisões e diretrizes estratégicas de Tecnologia da Informação estabelecidas para a UFBA;

- h) Propor as políticas e normas que disciplinam o uso dos recursos e serviços de Tecnologia da Informação de forma adequada, segura e responsável, consistente com os objetivos educacionais e administrativos da UFBA, dentro dos preceitos do respeito e da ética, e em observância às determinações legais e normativas pertinentes;
- i) Definir padrões técnicos de Tecnologia da Informação e plataformas tecnológicas de hardware e software e assegurar a observância dos mesmos para prestação dos serviços, através da definição e implantação dos mecanismos de controle adequados.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação é presidido pela Assessora de Tecnologia da Informação da Reitoria e tem a seguinte composição:

- a) Um Representante da Reitoria, na figura da sua “Assessora de Tecnologia da Informação”;
- b) Um Representante de uma das seguintes Pró-Reitorias: “Planejamento e Orçamento” ou “Administração”;
- c) Um Representante de uma das seguintes Pró-Reitorias ou Superintendências: “Pró-Reitoria de Ensino de Graduação” ou “Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil” ou “Superintendência Acadêmica”;
- d) Um Representante de uma das seguintes Pró-Reitorias: “Pesquisa, Criação e Inovação” ou “Ensino de Pós-Graduação”;
- e) Um Representante de uma das seguintes Pró-Reitorias ou Superintendências: “Pró-Reitoria de Extensão” ou “Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas” ou “Superintendência de Ensino à Distância” ou “Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional”;
- f) Um Representante da “Superintendência de Tecnologia da Informação”;
- g) Um Representante do Departamento de Ciência da Computação.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação pode criar "Câmaras Técnicas Consultivas", compostas por docentes e/ou técnicos especialistas em áreas da TIC, para apoio às suas atividades e decisões.

Em 2015, o CGTI decidiu promover uma ampla atualização do PDTI em curso, com incorporação de metas e ações estratégicas, em conformidade com anseios da comunidade e diretrizes da gestão, além de prorrogação da vigência para 2017. Para tanto, foi indicado um Comitê de Revisão para o PDTI 2014-2017.

Ao longo de 2016, o CGTI promoveu quatro reuniões, visando, principalmente, apreciar o trabalho de revisão do PDTI realizado pelo Comitê Revisor. Dentre as principais decisões promovidas, apontamos:

- Aprovação do PDTI 2014-2017 revisado e ampliado, publicação e encaminhamento ao CONSUNI;
- Encaminhamentos para atualização da composição do Comitê de Segurança da Informação (CSI) e das políticas de segurança da informação e comunicações (PoSIC) da UFBA;
- Encaminhamentos para políticas de gestão documental na UFBA, considerando a iminência da implantação do PEN (Processo Eletrônico Nacional), visando à tramitação eletrônica de processos administrativos na UFBA.

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Plano de Capacitação de TI da UFBA (PC-TI/UFBA)

O PC-TI/UFBA-2016 teve como objetivo principal capacitar a Equipe de TI da UFBA em competências específicas para o desenvolvimento de suas atividades técnicas e de gestão. Buscou atender, inicialmente, as prioridades institucionais da atual gestão da UFBA, sendo assim, as ações de capacitação definidas levaram em consideração a seguinte ordem de prioridade:

- a) Governança de TI;
- b) Sistema de Informação;
- c) Redes e Infraestrutura de TI;
- d) Banco de Dados;
- e) Atendimento ao Usuário;
- f) Educação a Distância (EAD);
- g) Gestão Administrativa e Financeira;
- h) Língua Estrangeira.

Devido às restrições de disponibilidade de recursos financeiros, a elaboração do PC-TI/UFBA-2016 teve como base os cursos locais oferecidos pela Unidade Salvador da Escola Superior de Redes da RNP (ESR/SSA) e pela Coordenação de Desenvolvimento Humano (CDH/UFBA), assim como os cursos a distância oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e pelo Programa de Aperfeiçoamento dos Servidores de TI (PROATI) do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP).

Capacitações efetivamente realizadas em 2016:

- a) 6% da equipe de TI da UFBA recebeu capacitação na área de Sistemas de Informação por meio dos cursos “Java-Fundamentos” e “Sistema Eletrônico de Informações”.
- b) 15% da equipe de Redes e Infraestrutura foi capacitada nas ferramentas e plataformas que compõem a infraestrutura de TI da UFBA por meio dos cursos “Segurança de Redes e Sistemas”, “Teste de Invasão de Aplicações Web” e “Virtualização de Servidores”.
- c) 2% da equipe de Banco de Dados da UFBA recebeu capacitação por meio do curso “Elaboração de Plano de Dados Abertos”.
- d) 62% da equipe de TI da UFBA recebeu capacitação nas áreas de Gestão e Governança de TI por meio dos cursos “Gestão Estratégica com Uso do BSC”, “Fundamentos de Governança de TI”, “Gerência de Projetos de TI”, “Gestão da Informação e Documentação”, “Gestão da Segurança da Informação”, “Gestão de Risco”, “Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos”, “Gestão Estratégica de Pessoas e Plano de Carreira”, “Gestão Estratégica de TI-ITIL”, “Governança de TI com COBIT”, “Planejamento e Gestão Estratégica de TI” e “Políticas de Segurança da Informação”.
- e) 15% da equipe administrativa e financeira da STI/UFBA capacitaram-se em “A Previdência Social dos Servidores Públicos”, “Legislação Aplicada a Logística de Suprimentos”, “Atendimento ao Cidadão”, “Raciocínio Quantitativo”, “Divulgação de Compras”, “Controle Social” e “Ética e Serviço Público”.

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Total da força de trabalho de TI da UFBA em 2016 igual a 195 pessoas.

- a) Servidores/Empregados efetivos da carreira de TI da unidade = 63
 - a. Analista de TI = 38 e Técnico de TI = 25 (Atuando em TI = 23 / Não atuando em TI = 02)
- b) Servidores/Empregados efetivos de outras carreiras da unidade = 18
 - a. (Atuando em TI = 11 / Não Atuando em TI = 07)
- c) Servidores/Empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades = 2
- d) Servidores/Empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades = 0
- e) Livre Provimento = 01
- f) Terceirizados TI = 84
 - a. (Atuando em TI = 72 / Não Atuando em TI = 12)
- g) Estagiários/Bolsistas = 27

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado

A UFBA adota o conjunto de práticas definido pela ITIL v3 para a gestão dos processos de TI. Isto por considerar que este é um conjunto de boas práticas maduro, bem aceito no mercado, internacionalmente reconhecido, que contribui para a qualidade dos serviços, além de se preocupar em alinhar os serviços de TI prestados com as regras de negócio e o planejamento institucional.

A gestão é realizada pela Central de Serviços, que é o ponto único de contato do usuário, que visa tratar e repassar chamados, resolver incidentes e problemas, atender requisições de serviços, realizar mudanças e outras questões relacionadas com os serviços de TI da instituição. Para prestação destes serviços, a Central de Serviços estará organizada em várias Áreas Operacionais.

Abaixo, segue relação das gestões adotadas, bem como uma breve descrição e sua arquitetura de funcionamento.

Gerenciamento de Mudança e Liberação

O processo de gerenciamento de mudança e liberação visa assegurar que as alterações dos Itens de Configuração (IC) sejam feitas de forma controlada. Sendo avaliadas, priorizadas, planejadas, testadas, comunicadas, implantadas e documentadas, estando relacionado com os processos de gerenciamento de problemas e capacidade, que originam requisições de mudanças, e com a gerência de configurações, que participa do planejamento das mudanças, indicando os IC envolvidos em uma dada mudança e o impacto da mesma, registrando as mudanças efetuadas que afetem os itens de configuração.

Para controle e acompanhamento do processo de mudança é utilizado o Footprints Service Core versão 11.6.01, desenvolvido e distribuído pela BMC Software, respeitando o fluxo abaixo.

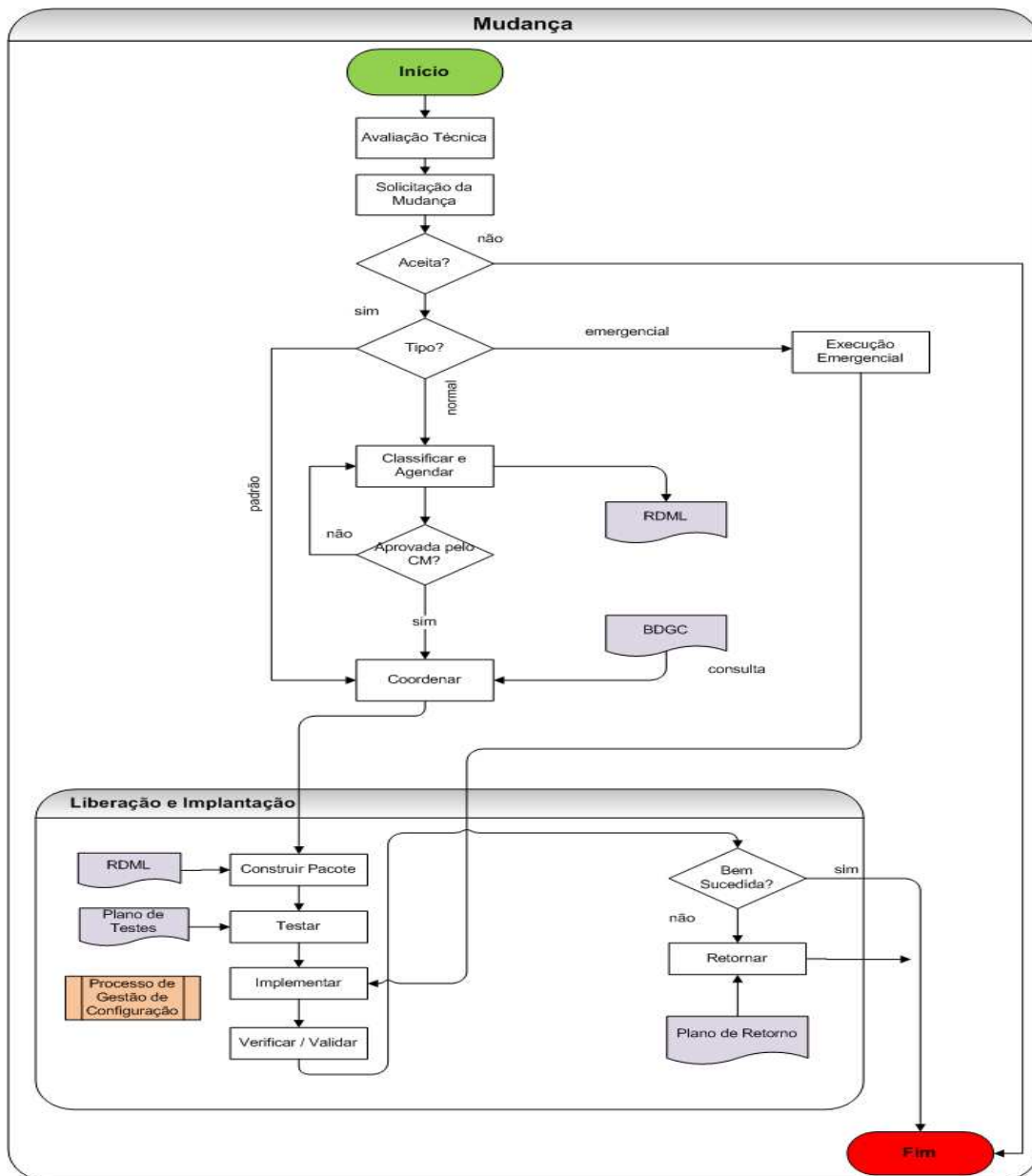


Figura 2- Arquitetura de funcionamento e gerenciamento dos processos e serviços de TI

Gerenciamento de Incidentes e Requisições de Serviços

O processo de gerenciamento de incidentes tem o objetivo de tratar qualquer tipo de interrupção não planejada de um serviço de TI, ou redução da qualidade acordada. Falhas em itens de configuração também são consideradas incidentes, mesmo que não interfiram de imediato na qualidade dos serviços de TI. Este processo deve restaurar o funcionamento normal de um serviço o mais rápido possível e minimizar os possíveis impactos causados pelo incidente.

O gerenciamento das requisições de serviços dos usuários de TI da UFBA tem por objetivo a solução imediata dos problemas ou o redirecionamento para as empresas que prestam serviços para a Universidade ou para as áreas operacionais da UFBA. Estas requisições referem-se a incidentes, problemas, solicitações de mudanças e questões relacionadas com os serviços de TI que causem impacto no usuário.

Para controle e acompanhamento do processo de incidentes e requisição de serviços é utilizado também o Footprints Service Core versão 11.6.01, desenvolvido e distribuído pela BMC Software, respeitando o fluxo abaixo.

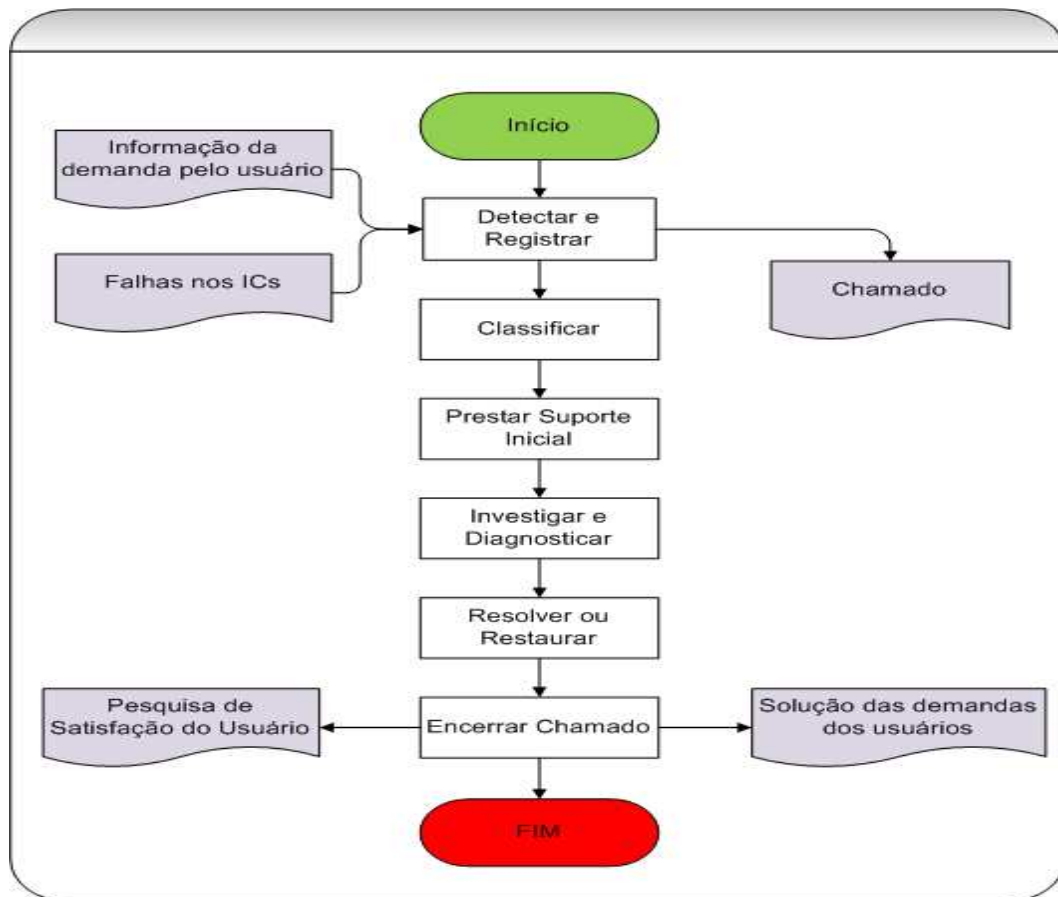


Figura 3- Gerenciamento de incidentes e requisições de serviços de TI

As seguintes atividades são executadas no gerenciamento do incidente:

- a) Identificação, registro e classificação dos incidentes no Sistema de Gestão da Central de Serviços;
- b) Priorizar os incidentes, levando-se em consideração o impacto e urgência, e respeitando as condições previstas nos Níveis Mínimos de Serviço;
- c) Efetuar de imediato o diagnóstico dos incidentes a fim descobrir as possíveis causas e resolver o problema;
- d) Escalar em tempo os incidentes para outro nível cuja capacidade técnica ou hierárquica seja mais apropriada para resolução, caso seja necessário;
- e) Realizar e registrar todas as investigações durante o processo de tratamento do incidente, servindo para construir o histórico de atendimento e alimentar a base de conhecimento;
- f) Finalizar o chamado categorizando e registrando o motivo do incidente, além de aplicar a pesquisa de satisfação para o usuário solicitante.

Gerenciamento de Problemas

O processo de gestão de problemas visa identificar as causas reais dos incidentes de forma a evitar a recorrência. O processo de gestão de problemas deve promover as alterações necessárias na infraestrutura para erradicar os erros evitando assim a recorrência dos incidentes correlacionados, minimizando os impactos negativos dentro da infraestrutura de TI.

Para controle e acompanhamento do processo de problemas é utilizado também o Footprints Service Core versão 11.6.01, desenvolvido e distribuído pela BMC Software, respeitando o fluxo abaixo.

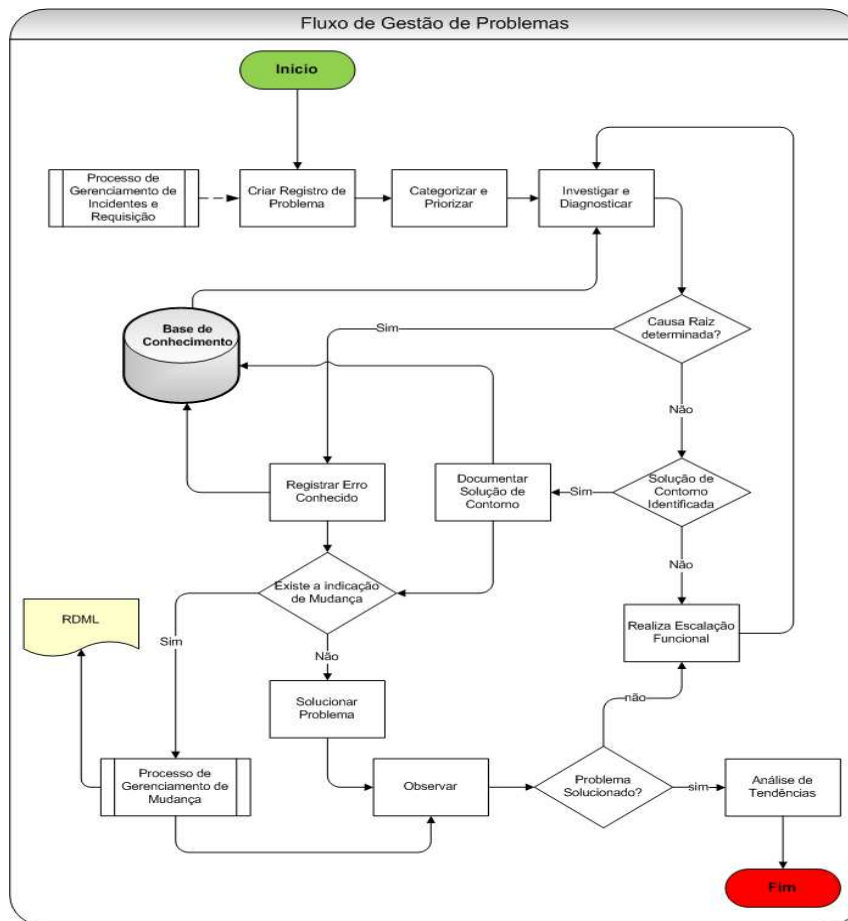


Figura 4- Fluxo de Gestão de Problemas

Gerenciamento de Disponibilidade

O processo de gerenciamento de disponibilidade deve gerenciar a disponibilidade dos recursos de TI para garantir o cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviços (NMS) estabelecidos. Para isso, engloba as atividades ligadas à elaboração de plano de disponibilidade e ao monitoramento e reporte da disponibilidade real dos recursos de TI.

Atualmente a gestão de disponibilidade é realizada pela ferramenta de monitoramento de disponibilidade e desempenho Zabbix versão 2.4.5, software *open source*.

O monitoramento dos ativos é realizado em regime contínuo 24x7 por uma central de monitoramento.

As regras gerais para o cálculo da disponibilidade dos hosts e serviços são as seguintes:

- A indisponibilidade deve ser medida por serviço e não por servidor;
- Caso o serviço de mesma natureza seja fornecido por dois ou mais servidores o índice deve ser calculado individualmente, exceto quando em ambiente de redundância;
- Os serviços devem estar disponíveis em regime contínuo (24 horas x 7 dias). O serviço somente será considerado como disponível se estiver funcionando normal, com qualidade e com o desempenho adequado;
- A disponibilidade de um serviço será calculada pela soma das horas que o serviço está ativo e funcionando normalmente durante o mês;
- Não serão considerados como serviços indisponíveis aqueles que pararam devido a um efeito cascata (ex.: o defeito em um switch que provoca a indisponibilidade de vários servidores)

Além da disponibilidade também é verificado o desempenho das aplicações, cujo índice visa verificar se os serviços estão sendo prestados com qualidade satisfatória para os usuários e deve obedecer a Gestão de Desempenho.

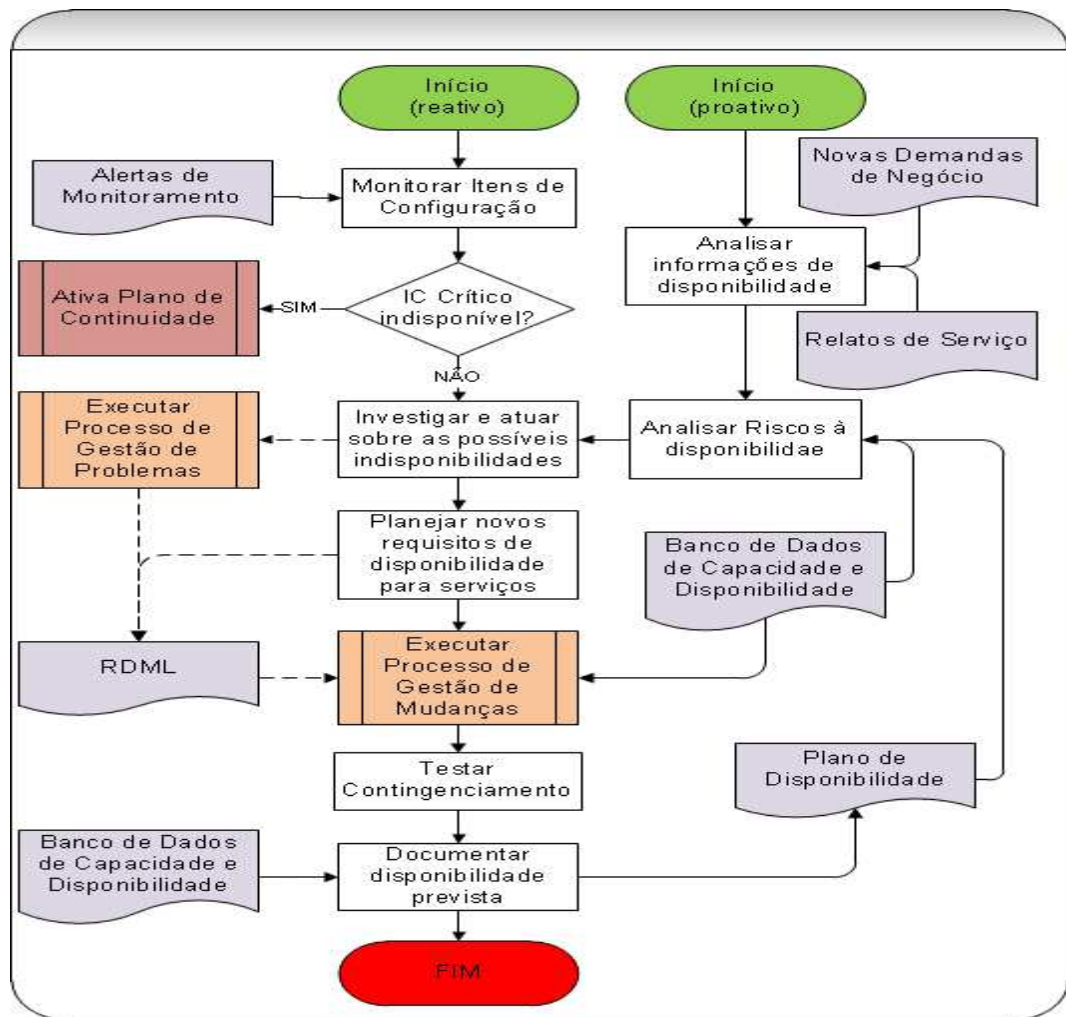


Figura 5- Arquitetura de Gerenciamento de Base de Conhecimento e Catálogos de Serviços de TI

Gerenciamento da Base de Conhecimento e Catálogo de Serviços

O gerenciamento da base de conhecimentos visa manter atualizada a base de documentos necessários para utilização pelos diversos grupos da Central de Serviços de forma a diminuir o tempo de resolução dos atendimentos prestados e uniformizando o tratamento.

Para controle e atualização da base de conhecimento é utilizado também o Footprints Service Core versão 11.6.01, desenvolvido e distribuído pela BMC Software e a base de documentos publicadas na Wiki (Foswiki versão 1.1.9) da Superintendência de Tecnologia da Informação.

O gerenciamento do catálogo de serviços tem como propósito a organização e manutenção de informações consistentes sobre todos os serviços em produção e disponível para os usuários, assegurando ampla divulgação a todos aqueles que tenham direito de acesso.

As revisões são realizadas periodicamente e o catálogo é mantido atualizado com todas as suas dependências entre componentes de suporte e itens de configuração e disponível no site da Superintendência de Tecnologia da Informação.

Gerenciamento de Capacidade e de Configuração

O processo de gerenciamento de capacidade tem como uma de suas principais finalidades assegurar que a capacidade de infraestrutura de uma organização dê o suporte adequado para manutenção das necessidades de seus negócios. Esta capacidade deve ser o bastante para manter a qualidade nos Níveis Mínimos de Serviço acordados, sem ultrapassar as restrições orçamentárias. São exemplos de itens que normalmente compõem os Planos de Capacidade: processamento desejado, espaço em disco, memória, conectividade, protocolos, arquitetura de software, dentre outros componentes.

O processo de gerenciamento de configuração visa ao armazenamento e gerenciamento de dados relacionados à infraestrutura de TI para permitir o controle, mantendo atualizados todos os ativos de TI, sendo responsável pela criação e manutenção da Base de Dados do Gerenciamento de Configuração (BDGC). Neste processo são identificados todos os itens de configuração (IC) necessários para a entrega dos serviços de TI e fornecido um modelo lógico dos serviços, dos ativos e da infraestrutura, no qual são registrados os relacionamentos entre os itens de configuração utilizados para cada serviço oferecido.

O inventário é realizado de forma centralizada através de agentes que se comunicam com o servidor, ou através do protocolo SNMP com varredura (*scan*) das faixas de rede configuradas.

O monitoramento é feito através de cadastramento manual dos itens de configuração, que ocorre após aprovação da mudança pelo Comitê de mudança.

Atualmente, a gestão de configuração é realizada por duas ferramentas combinadas. A ferramenta de Inventário, que utilizamos o Footprints Asset Core versão 11.7 desenvolvida e distribuída pela BMC Software; e a ferramenta de Monitoramento de Disponibilidade e Desempenho que utilizamos o Zabbix versão 2.4.5, software *open source*.

Os processos foram finalizados e estão em fase inicial de coleta e análise dos dados para ajustes finais.

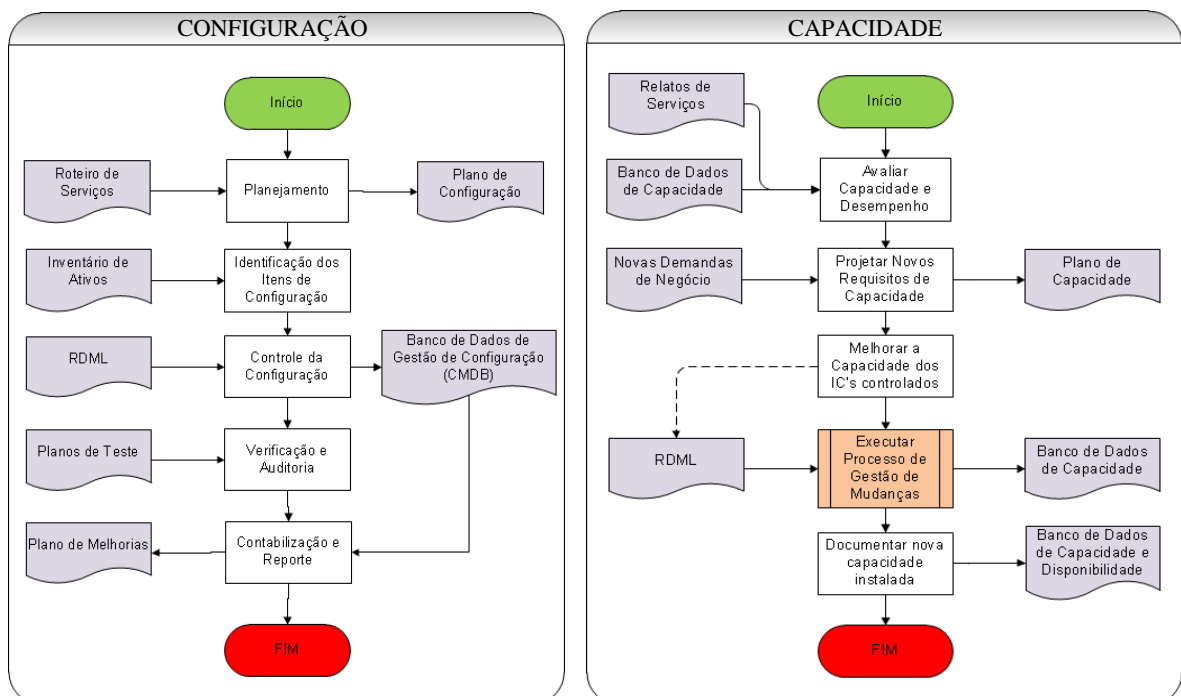


Figura 6- Gerenciamento de capacidade e de configuração de processos de TI

Gerenciamento de Segurança da Informação

O gerenciamento de segurança da informação é responsável por garantir a segurança dos ativos de informação e comunicações. Por meio deste processo procura-se garantir que as informações sejam fornecidas de maneira correta, respeitando a confidencialidade; garantir que a informação seja entregue de forma precisa, completa e protegida; garantir a confiabilidade das transações e tornar as informações disponíveis quando assim forem solicitadas, resistindo a possíveis ameaças externas e internas à Rede UFBA.

A gestão da segurança da informação é realizada através do Gestor de Segurança e do Comitê de Segurança da Universidade. A equipe de tratamento de incidentes de segurança da informação é responsável, dentre outras atividades, pela execução do que for definido na Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC) da UFBA, pela análise de risco dos ativos de informação, pela execução, tratamento e resposta aos incidentes de segurança da informação.

Os controles dos incidentes de segurança são registrados na mesma ferramenta da gestão de incidentes.

O tratamento dos incidentes de segurança na rede local é automatizado pela ferramenta TRAIRA (Tratamento de Incidentes de Rede Automatizado) que automatiza o procedimento de detecção, identificação e isolamento dos dispositivos geradores de incidentes de segurança em redes locais. A ferramenta TRAIRA é fruto do desenvolvimento por equipe da UFBA em parceria com o PoP-BA/RNP e o CERT.Bahia.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Programa UFBA SIM

O Programa UFBA SIM (Sistemas Integrados e Modernos), se refere à implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIGs) da UFRN (SIPAC, SIGRH e SIGAA) na UFBA. A UFBA já possuía vários módulos do SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos) implantados, tendo sido ampliado em 2016 com a implantação do módulo de transportes que tem como objetivo melhorar a gestão do uso e manutenção da frota de veículos da Universidade. Foi feita a aquisição do SIGRH (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos) tendo início a sua implantação através dos módulos de Integração SIAPE (módulo responsável pela troca de informações entre SIAPE e SIGRH) e Capacitação (módulo responsável pela gestão das capacitações oferecidas pela Universidade). Foi desenvolvido um grande trabalho de planejamento para diagnóstico e aquisição do SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), que tem previsão de início de implantação no primeiro semestre de 2017. O custo total do programa é de R\$749.697,00 em três anos, sendo gasto no ano de 2016 o valor de R\$324.848,50. Este programa atende às metas 1.1, 1.2 e 1.3 do PDTI.

No ano de 2016 foi firmado o contrato com a empresa SIG Software para auxiliar na implantação dos sistemas integrados da UFRN. Esse contrato teve o objetivo de ampliar o número de pessoas dedicadas à implantação dos SIGs (Sistemas Integrados de Gestão) na UFBA, permitindo planejar um cronograma com menor tempo de execução. O contrato, em 2016, consumiu um total de R\$95.830,00.

No que se refere à infraestrutura computacional e de armazenamento, foram investidos R\$420.409,59 na aquisição de um sistema de armazenamento (*storage*) e R\$172.504,29 na aquisição de três lâminas de processamento, aumentando a capacidade de armazenamento em 44TB brutos e ampliando o poder de processamento em mais seis processadores com oito núcleos e 1.152GB de memória RAM.

Ampliação do uso de ferramentas de webconferência e videoconferência

Desenvolvimento de ações técnicas e logísticas para ampliação da disponibilidade e promoção do uso dos serviços de web e videoconferência, com o objetivo de aumentar a agilidade e flexibilidade nos recursos de comunicação, para realização de reuniões e colaboração com participantes em locais geograficamente distantes e, em particular, redução de custos de viagens. Esta redução se verifica de forma significativa na formação de bancas de defesa de teses e dissertações de mestrado e doutorado. Este projeto adquiriu uma relevância ainda maior devido ao corte na verba do PROAP da CAPES.

A UFBA ampliou em 100 (cem) salas sua capacidade de webconferência, ao participar como cliente do novo serviço Mconf disponibilizado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que é baseado em software livre e permite a comunicação em várias plataformas, como celular, tablet, laptop e desktop, visando substituir a plataforma Adobe Connect anteriormente utilizada.

A adoção do serviço foi realizada com a equipe existente sem outros custos adicionais, visto que o serviço Mconf é fornecido pela RNP, que é responsável por toda a infraestrutura do serviço e sua manutenção. A UFBA é cliente do serviço, sendo responsável pela distribuição e suporte aos usuários na sua utilização.

Projeto previsto na meta 3.3 do pdti.

Projeto ICPEdu

Desenvolvimento de ações técnicas para uso da infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa (ICPEdu) em parceria com a RNP. O objetivo é distribuir certificados digitais e chaves de segurança, aplicados em autenticação, assinatura digital e sigilo, dentro do ambiente da UFBA, conferindo credibilidade aos serviços e processos administrativos da instituição, bem como garantindo a identidade de seu portador. Além disso, permite que processos sejam executados com maior eficiência e agilidade, resultando em economia de tempo e dinheiro.

O serviço da ICPEdu é constituído por cinco modalidades: certificado corporativo, certificado institucional, certificado ICPEdu infra, certificado pessoa ICPEdu e servidor PGP, alguns ainda em fase piloto e de estruturação para entrar em produção, como é o caso do certificado pessoa ICPEdu.

A Universidade utiliza seis certificados da modalidade Certificado Corporativo e sua adoção foi realizada com a equipe existente sem outros custos adicionais, visto que o serviço de certificado é fornecido pela RNP, que é responsável por toda a infraestrutura do serviço e sua manutenção. A UFBA é cliente do serviço, sendo responsável pela distribuição e suporte aos usuários na sua utilização.

Projeto previsto na meta 2.7 do PDTI.

Atualização do Sistema Elétrico do *datacenter*

O *datacenter* é um ambiente especial voltado para a instalação dos servidores de serviços corporativos e de gestão da rede, que requer garantia de disponibilidade dos serviços em regime de 24x7x365, energia elétrica, controle de temperatura e umidade, segurança e restauração, conforme normas técnicas existentes. As instalações atuais, implantadas em 2001, requerem atualização tecnológica, com expansão de capacidade, que proporcione uso eficiente de energia com redução de custos operacionais e aumento da confiabilidade.

Compreende a elaboração dos projetos técnicos para construção de espaço físico, anexo à STI, adequado para abrigar o novo sistema de fornecimento de energia elétrica para o *datacenter* com nova subestação, geradores, *no-breaks* e quadros elétricos, objetivando o aumento da capacidade, segurança e disponibilidade.

Esse projeto segue o seguinte cronograma, que pode sofrer alterações em função das condições orçamentárias da Universidade para conclusão do novo espaço físico em 2017. Estudo técnico para atualização do sistema elétrico do datacenter e aquisição de No-Break de 120kVA e Gerador de 260kVA realizados em 2015. Elaboração do projeto arquitetônico da sala do sistema elétrico e elaboração do projeto de distribuição elétrica para o datacenter realizados em 2016. Realização de licitação para contratação da empresa para execução do serviço e Entrega do novo espaço físico para o sistema elétrico previstos para a realização em 2017.

O projeto está orçado em R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), sendo que até o momento foram gastos R\$249.098,00 com as aquisições de um *no-break* e um gerador.

Projeto previsto na meta 4.1 do PDTI.

Projeto Nuvem UFBA

Projeto que visa ampliar a disponibilidade de espaço para armazenamento de dados através da implantação de um serviço de infraestrutura para armazenamento confiável, baseado no software livre ownCloud, que permita aos usuários utilizarem uma plataforma em nuvem segura, eficiente e altamente disponível, integrada com outros ambientes de armazenamento já disponíveis, como o porta-arquivos do e-mail e o servidor de arquivos. Esta iniciativa está em conformidade com o decreto 8.135, de 04/11/2013, que estabelece que o armazenamento e a recuperação de dados devem ser realizados em centro de processamento de dados fornecido por órgãos e entidades da administração pública federal. Devido à reduzida disponibilidade de recursos financeiros e das limitações da infraestrutura de armazenamento (*storage*), o serviço está em produção disponível somente para docentes e pesquisadores da instituição.

A implantação e operacionalização do serviço foram realizadas com a equipe e equipamentos existentes, sem outros custos adicionais.

Projeto previsto na meta 2.3 do PDTI.

Projeto de ampliação do acesso à rede sem fio

Este projeto visa à ampliação do alcance e da qualidade das conexões sem fio com a Internet, de modo a assegurar o efetivo acesso à rede mundial em todos os prédios dos campi da UFBA. Busca-se, também, inibir a proliferação de equipamentos de acesso (*access points*) à rede sem fio sem concordância e acompanhamento da Superintendência de TI, que trazem dificuldades às atividades relacionadas ao funcionamento e gerência da rede. Outro benefício alcançado é a ampliação das possibilidades de acesso independentes dos recursos dos laboratórios acadêmicos de TI, uma vez que há um grande número de estudantes que podem se conectar à rede através de seus próprios equipamentos móveis. Foram instalados mais 27 pontos de acesso ampliando a cobertura da rede sem fio na Universidade.

O projeto apresentado em 2015, prevê um plano de ação para adoção plena de rede sem fio em 3 (três) anos na Universidade, iniciando no ano de 2016, atendendo prioritariamente os locais de maior concentração do corpo discente, como bibliotecas e pavilhões de aulas.

Importante destacar que o projeto vai além da simples ampliação da rede sem fio. É proposta uma melhoria na infraestrutura de rede da Universidade de forma ampla, buscando eliminar os problemas que atualmente se apresentam tanto na infraestrutura de rede cabeada, quanto na de rede sem fio.

O custo total orçado para esse projeto está na ordem de R\$3.220.000,00 (três milhões, duzentos e vinte mil reais).

Foram gastos em 2016 R\$237.811,10 (duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e onze reais e dez centavos) com aquisição de switches e pontos de acesso à rede sem fio.

Projeto previsto na meta 4.4 do PDTI.

Projeto UFBA Card

Elaboração de estudo e projeto para implantação do Cartão de Identificação UFBA com tecnologias digitais visando oferecer à comunidade universitária (docentes, discentes e técnicos) e de visitantes maior segurança e facilidade no acesso a serviços institucionais tais como o Buzufba, bibliotecas, restaurantes universitários, estacionamentos, laboratórios, etc. Com a implantação do Cartão de Identificação UFBA pretende-se também gerar informações estatísticas decorrentes do uso destes serviços, em busca de melhoria da qualidade e otimização dos custos.

Este projeto segue o seguinte cronograma sintético, que pode sofrer alterações em função das condições orçamentárias da Universidade. Estudo técnico para a implantação do Cartão de Identificação realizado em 2016. Realização de piloto da tecnologia, licitação para aquisição do sistema, cartão e equipamentos e distribuição dos cartões de identificação previstos para 2017.

O custo total orçado para esse projeto está na ordem de R\$3.061.000,00 (três milhões e sessenta e um mil reais). Sendo 78% desse total para aquisição e implantação do sistema, cartões e equipamentos e o restante para operação e manutenção por um período de três anos.

Projeto previsto na meta 2.1 do PDTI.

Ampliação da conectividade à Internet

A Universidade desenvolve e disponibiliza vários serviços que utilizam o acesso à Internet, desde o uso de computadores ligados à rede para o desenvolvimento de pesquisas, passando pelas salas de videoconferências, até os ambientes virtuais de aprendizagem. Para atender à demanda sempre crescente, realizou-se o aumento do link de acesso à Internet, através do PoP-BA/RNP, de 1Gbps para 10Gbps.

Projeto previsto na meta 4.1 do PDTI.

Projeto de implantação do IPV6

IPv6 é a nova versão do protocolo de acesso a Internet (IP) elaborado pela IETF (Internet Engineering Task Force) que visa, entre outras coisas, ampliar a capacidade de endereços disponíveis para acesso, em substituição ao IPv4. Por isso, em 2014, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG elaborou o documento “Plano de Disseminação do uso IPv6”, que estabelece a necessidade de elaboração de um Plano Interno de Transição IPv4 - IPv6. O Plano propõe como meta a transição completa do protocolo IPv4 para IPv6 até setembro de 2018, estabelecendo várias etapas, cada uma com o prazo de seis meses, como metas intermediárias.

A UFBA segue seu plano de implantação do IPv6 em conformidade ao Plano de disseminação sugerido pela SLTI do MPOG e já concluiu a 4ª etapa prevista para 09/16, como adoção do IPV6 no *backbone* da rede e ativação do DHCPv6 (25%).

Projeto previsto na meta 4.1 do PDTI.

Atualização do sistema de antivírus

A atualização do software de antivírus visa dotar as estações de trabalho e dispositivos móveis utilizados pelos usuários de segurança para o acesso aos sistemas corporativos ou para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

O valor despendido em 2016 foi de R\$39.000,00 (trinta e nove mil reais) para aquisição de 1.000 (mil) licenças do antivírus para estações de trabalho das unidades acadêmicas e administrativas.

Projeto previsto na meta 4.2 do PDTI.

Projeto Atualização da Versão do CMS Drupal

Atualmente as versões do sistema de gerenciamento de conteúdo DRUPAL utilizadas na UFBA ainda são a 7.10, lançada no ano de 2011, e a versão 6.26, lançada em 2010. Inclui-se nesse ambiente o Portal da Universidade Federal da Bahia que, de tempos em tempos, apresenta demandas de melhorias e atualizações de novas funcionalidades, que muitas vezes esbarram na dependência de uma versão mais atual. Esta situação tem se constituído em empecilho para inserção de novos recursos e oferta de novas funcionalidades à comunidade universitária, além de apresentar vulnerabilidades de segurança aos *sites*.

Diante disso, este projeto tem por objetivo planejar e executar a atualização da ferramenta DRUPAL para a mais atual, a versão 7.44, além de transferir todos os *sites web* existentes nas antigas versões para o ambiente atualizado.

Não houve previsão de custos extras para a Universidade, pois foi desenvolvido com mão de obra própria da instituição.

Este projeto está previsto na meta 1.6 do PDTI.

5.3.1 - Principais Sistemas de Informação

I-Sistema Integrado de Pessoal (SIP)

O Sistema Integrado de Pessoal é o sistema de gerenciamento das informações da área de Recursos Humanos da UFBA. O SIP mantém os dados pessoais, funcionais e financeiros dos servidores. Fornece de maneira flexível, rápida e segura, informações atualizadas da área de pessoal para os dirigentes, em vários níveis.

Através do sistema é possível cadastrar as ocorrências funcionais dos servidores, emitir relatórios demonstrativos e quantitativos e gerar arquivos para o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE. O sistema também gerencia a concessão das progressões por mérito para técnicos administrativos, identifica docentes candidatos a progressão, gera portarias de progressão, calcula retroativo para técnicos administrativos e docentes. Através do módulo de Frequência o sistema também oferece recursos, às unidades da UFBA, para registrar e gerenciar ocorrências funcionais, como adicional noturno, horas extras, faltas e atrasos de servidores.

A manutenção corretiva/evolutiva do sistema SIP é realizada com recursos humanos da própria instituição.

Gestor: PRODEP

II-Sistema de Administração Acadêmica (SIAC)

O Sistema de Administração Acadêmica tem como objetivo apoiar às atividades de administração acadêmica da UFBA. O SIAC gerencia os principais processos acadêmicos da UFBA, como planejamento de oferta das turmas, cadastro de currículos e avaliação curricular, emissão de diplomas, lançamento de notas e matrícula de alunos.

A manutenção corretiva/evolutiva do sistema SIAC é realizada com recursos humanos da própria instituição.

Gestor: PROGRAD, SUPAC

III-Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC)

O Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos permite a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da UFBA, sendo, portanto, atuante nas atividades meio desta Instituição.

O sistema SIPAC integra totalmente a área administrativa, desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente. No SIPAC, cada unidade administrativa possui seu orçamento e a autorização de qualquer despesa, por unidade, deverá ocorrer, previamente, neste sistema, antes mesmo de ser executada no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Além das requisições e do controle orçamentário, o SIPAC controla e gerencia: compras, licitações, liquidação de despesas, manutenção das atas de registros de preços, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção dos campi, faturas, abastecimento e gastos com veículos, memorandos eletrônicos, tramitação de processos, dentre outras funcionalidades.

Em 2016 foram abertos 63.382 processos através do SIPAC e 14.969 chamados para a Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI).

A manutenção corretiva/evolutiva do sistema SIPAC é realizada com recursos humanos da própria instituição.

Gestor: PROAD

IV-Sistema de Avaliação de Docentes (SIAV)

O Sistema de Avaliação de Docentes é um sistema que possibilita a avaliação dos docentes pelo corpo discente da instituição. O sistema é uma ferramenta importante utilizada pela Coordenação de Avaliação Institucional da UFBA.

Em 2016.1 o quantitativo de alunos que utilizaram o SIAV para responder às avaliações dos docentes foi de 24.427.

A manutenção corretiva/evolutiva do sistema SIAV é realizada com recursos humanos da própria instituição.

Gestor: SUPAD

V-Sistema de Gerenciamento de Bolsas (SISB)

O Sistema de Gerenciamento de Bolsas utilizado pela UFBA, tem como principal objetivo trazer agilidade, confiabilidade e transparência ao processo de seleção de bolsistas. O sistema permite o gerenciamento, na web, de todo o processo, desde a solicitação de bolsas até o acompanhamento dos mesmos. Ele contempla, dentre as suas funcionalidades, a submissão de projetos candidatos às bolsas, a avaliação de projetos, a submissão de relatórios de acompanhamento das atividades realizadas, a avaliação desses relatórios pelos orientadores dos bolsistas e pelo comitê avaliador do programa, a avaliação da relação entre o orientador e o bolsista, e a emissão de um conjunto de relatórios, incluindo informações gerenciais.

O Sistema de Gerenciamento de Bolsas atualmente é utilizado para gerenciar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC-Jr), o Programa Permanecer e o Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBIEX).

Em 2016 tivemos 1.014 projetos submetidos e 1.374 bolsistas dos programas PIBIC e PIBIT, 508 projetos submetidos com 645 bolsistas contemplados no Programa Permanecer, além de 157 projetos submetidos com 146 bolsistas do programa PIBIEX.

A manutenção corretiva/evolutiva do sistema SISB é realizada com recursos humanos da própria instituição.

Gestor: PROEXT, PROAE, PROPCI.

VI-Sistema de Gerenciamento de Guias de Recolhimento da União (SGGRU)

O Sistema de Gerenciamento de Guias de Recolhimento da União é responsável pela emissão, acompanhamento e controle de pagamento de Guias de Recolhimento da União (GRU) na web. É possível gerenciar os créditos decorrentes da execução dos projetos das Unidades/Órgãos da UFBA e identificar quanto de verba cada unidade/órgão recebe por projeto realizado.

Existem 394 projetos cadastrados no sistema GRU, totalizando 1.351 serviços disponíveis com 44.848 contribuintes.

A manutenção corretiva/evolutiva do sistema SGGRU é realizada com recursos humanos da própria instituição.

Gestor: PROAD

VII-Sistema de Concursos (SISCON)

O Sistema de Concursos permite o gerenciamento completo de concursos públicos e processos seletivos realizados pela Universidade Federal da Bahia. Possui suporte abrangente às fases gerais que compreendem um processo seletivo, tais como inscrição, distribuição (alocação) de candidatos em provas e estabelecimentos, assim como geração e importação de folhas de respostas para cálculo de score e classificação de etapas.

Através do sistema, diversas configurações são realizadas e eventos controlados, tais como solicitação de isenção de taxa de inscrição, geração e impressão de boleto de pagamento, controle de cargos com número de vagas imediatas, cadastro reserva, locais de aplicação de provas presenciais (estabelecimentos e numeração de salas). O sistema também gerencia correção de provas objetivas através do cadastramento de gabaritos (múltipla escolha, verdadeiro/falso) e provas subjetivas como redação, oral e prática com a inserção direta de notas por examinadores.

Atualmente, o SISCON comporta processos seletivos internos da UFBA como Vagas Residuais, Egressos BI, além de concursos para servidores Técnico-Administrativos e Docentes.

Em 2016 foram realizados 17 processos seletivos/concursos com um total de 18.010 vagas e 48.370 inscritos.

A manutenção corretiva/evolutiva do sistema SISCON é realizada com recursos humanos da própria instituição.

Gestor: PRODEP, CSOA

VIII-Sistema de Gerência de Eventos (GERE)

O Sistema de Gerência de Eventos possibilita a administração on-line de eventos acadêmicos. Esta administração é feita pelo gestor do evento, devidamente cadastrado e treinado.

O sistema GERE proporciona ao participante inscrição on-line com geração de GRU (Guia de Recolhimento da União), submissão de trabalhos que serão avaliados para compor a programação, consulta on-line aos anais do evento e ainda emissão de certificados on-line. O GERE disponibiliza para a equipe gestora do evento várias funcionalidades, tais como consultas de diversos tipos de relatórios, envio de mensagens aos participantes ou grupos específicos, controle de pagamentos das inscrições, atividades submetidas e listas de presença.

No ano de 2016, foram gerenciados 44 eventos, sendo que 39 ocorreram em 2016 e 05 acontecerão em 2017. Deste total, 37 eventos foram realizados pela comunidade UFBA e 07 eventos foram realizados pela comunidade acadêmica de outras instituições federais, estaduais e particulares.

A manutenção corretiva/evolutiva do sistema GERE é realizada com recursos humanos da própria instituição.

Gestor: PROEXT

IX-Sistema de Patrimônio (SIPAT)

O Sistema de Patrimônio tem como objetivo auxiliar as unidades da UFBA e a Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) no gerenciamento dos seus bens patrimoniais e, por conseguinte, da própria universidade como um todo.

Através do sistema é possível, entre outras funcionalidades, cadastrar bens e ocorrências, agregar um bem a outro e registrar contratos de manutenção.

A manutenção corretiva/evolutiva do sistema SIPAT é realizada com recursos humanos da própria instituição.

O sistema SIPAT tem um total de 389.244 bens cadastrados, entre ativos e inativos, atendendo a um total de 31 unidades da UFBA.

Gestor: PROAD.

5.4 - Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

A Universidade Federal da Bahia vem implementando sua política de sustentabilidade ambiental através de ações desenvolvidas pela Coordenação de Meio Ambiente (CMA) da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI), a qual tem como objetivo responder pelas demandas de caráter ambiental. É composta pelos Núcleos de Conservação de Áreas Verdes, Núcleo de Ações Ambientais e Núcleo de Recursos Naturais.

São diretrizes da CMA:

- a. Promover, implantar, coordenar e fiscalizar a execução da política ambiental da UFBA;
- b. Estabelecer mecanismos direcionados ao menor impacto aos compartimentos ambientais;
- c. Promover a eficiência no consumo de recursos naturais;
- d. Promover a melhoria do desempenho ambiental;
- e. Incentivar a produção e disseminação de conhecimento voltado para a temática ambiental buscando interlocução com a comunidade;
- f. Desenvolvimento de tecnologia social visando coerência entre teoria e prática.

A CMA é responsável pela limpeza e conservação das áreas externas e áreas verdes dos campi, bem como pelas seguintes ações ambientais: controle de situações de riscos relacionados às áreas verdes, Combate à Dengue, Chikungunya e Zika; Tratamento Domissanitário; Coleta Seletiva Solidária; Coleta e Reciclagem de Lâmpadas Fluorescentes, de Pilhas, Baterias, Cartuchos, Toners, Óleo Vegetal Residual, Resíduos Infectantes e Perfurocortantes, Resíduos Químicos; Proteção dos Animais Comunitários; Educação Ambiental relacionada a consumo consciente e uso racional dos recursos naturais e defesa da fauna silvestre.

Além de suas atribuições internas, a CMA, também, apoia ações de outras Unidades da UFBA, a exemplo do Programa de Uso Racional de Água e Energia – Aguapura, da Escola Politécnica, Projeto

Compostagem Francisco, do Instituto de Química, Ecoestação de Abelhas Sem Ferrão no Campus da UFBA, da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia, feiras agroecológicas e eventos da área ambiental. Ademais, mantém relações institucionais com órgãos e entidades externas relacionadas às políticas ambientais, sanitárias, judiciais, tecnológicas e não governamentais, como Ministérios Públicos e Secretarias Municipais.

Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

Apesar da universidade ainda não estar inscrita formalmente na Agenda Ambiental da Administração pública (A3P), muitas das ações previstas nessa agenda e também no Plano de Logística Sustentável já estão em andamento, tais como Programa de Eficiência Energética, Programa de Uso Racional de Água (Águapura), Programa de Gestão de Resíduos Sólidos, Conservação da Fauna e Flora, Ações para promoção da qualidade de vida no trabalho, além de algumas exigências de critérios de sustentabilidade nas Compras e Contratações.

Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;

O programa de coleta seletiva “Recicle UFBA”, desenvolvido e mantido pela Coordenação de Meio Ambiente/SUMAI, foi iniciado em fevereiro do ano de 2013, em cumprimento às determinações do Decreto Presidencial nº 5.940/2006, com o objetivo de promover a segregação dos resíduos recicláveis (papéis/papelões, metais, plástico e vidros) gerados na universidade e doá-los para cooperativas de catadores da cidade de Salvador/BA. Desde então, muitos foram os avanços conquistados e, atualmente, a Universidade conta com cerca de 85% de Unidades participantes.

No ano de 2016 foram desenvolvidos os seguintes programas:

- a) **Implantação do programa nas Unidades:** Essa fase trata da chegada do programa nas unidades universitárias, quando é realizado contato com a comunidade acadêmica para sua apresentação presencialmente, com a Direção das Unidades, professores e funcionários e através dos Diretórios ou Centros Acadêmicos, para divulgação entre os estudantes. Nessa etapa também é realizada a distribuição dos coletores para a segregação dos resíduos e o treinamento dos agentes de limpeza interna para coleta e armazenamento separado dos materiais. A implantação da coleta seletiva nas Unidades da UFBA vem sendo realizada em 4 (quatro) etapas, estando o programa atualmente em sua quarta e última fase de expansão. Mais de 85% da Universidade já foi contemplada, o que equivale a 55 unidades entre administrativas e acadêmicas. Para a conclusão restam ainda as seguintes Unidades: Creche da UFBA, Sede Mater da Faculdade de Medicina (Terreiro de Jesus), Centro de Estudos Afro-Orientais e Residências Estudantis R1 e R5.
- b) **Recolhimento diário dos resíduos segregados nos coletores pela equipe de limpeza interna para armazenamento centralizado na Unidade:** O recolhimento dos recicláveis nos coletores disponibilizados para a comunidade acadêmica é realizado com frequência diária, ou sempre que os recipientes estiverem cheios, pelas equipes de limpeza interna das Unidades. Os materiais recolhidos são armazenados em contêineres específicos até o recolhimento pela equipe da Coordenação de Meio Ambiente.
- c) **Coleta do material nas Unidades e transporte interno até o galpão de armazenamento:** O programa “Recicle UFBA”, desde o ano de 2014, conta com o trabalho de 6 (seis) colaboradores da empresa terceirizada Palmácea Jardins Ltda.: 4 (quatro) responsáveis pelo

recolhimento semanal dos recicláveis nas Unidades, pesagem e organização do galpão de armazenamento, e 2 (dois) motoristas que realizam o transporte dos recicláveis recolhidos em toda a UFBA utilizando dois caminhões baú de pequeno porte. Essa mesma equipe e estrutura presta apoio também a outros programas e ações desenvolvidas pela Coordenação de Meio Ambiente, a exemplo do programa de coleta de lâmpadas fluorescentes, de pilhas e baterias, cartuchos e toners, transporte de equipamentos e materiais para serviços de manutenção de áreas verdes e outras demandas que por ventura surjam na UFBA.

- d) Armazenamento dos recicláveis no galpão: Os recicláveis coletados em toda a universidade são transportados e armazenados de forma centralizada no galpão da Coordenação de Meio Ambiente, situado no campus Ondina, em Salvador. Nesse local, os materiais são organizados e pesados de acordo com a Unidade que os descartou.
- e) Entrega dos recicláveis para cooperativas de catadores de Salvador: As cooperativas de catadores recolhem o material doado pela UFBA no galpão da Coordenação de Meio Ambiente, com frequência semanal, utilizando caminhão próprio. Dentre as cooperativas que já receberam doação da Universidade pode-se citar: Cooperativa Caçadores da Nova República (CANORE), Cooperativa de Reciclagem e Serviços do Estado da Bahia (Coopers), Projeto Ação Reciclar – Paciência Viva, Cooperativa de Recicladores de Lixo – Cooperlix.
- f) Resultados Obtidos: Os totais de materiais recicláveis doados durante todo o ano de 2016 por cada uma das Unidades da UFBA já incorporadas ao programa, para cooperativas de catadores da cidade de Salvador/ BA são apresentados no quadro a seguir :

Quadro 5.4.1- Recicláveis doados para Cooperativas		
Unidade	Papel/Papelão (Kg)	Metal/Plástico/Vidro (Kg)
Biblioteca Central	6.019,00	102,00
Escola Politécnica	2.158,00	332,00
Escola de Administração	1.885,00	588,00
Instituto de Geociências	1.871,00	82,00
Complexo HUPES	1.638,00	0,00
Faculdade de Ciências Econômicas	1.401,00	13,00
Escola de Medicina Veterinária	1.352,00	229,00
Instituto de Física	1.253,50	162,00
Biblioteca de Exatas	1.229,00	57,00
Instituto de Matemática	1.214,00	8,00
Faculdade de Arquitetura	1.179,00	0,00
Faculdade de Odontologia	999,00	39,00
Faculdade de Direito	961,00	6,00
Faculdade de Educação	881,00	37,00
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	854,00	10,00
Instituto de Ciências da Saúde	842,00	26,00
Instituto de Química	765,50	24,00
Arquivo Geral	721,00	91,00
Instituto de Biologia	700,00	32,00
Escola de Nutrição	664,00	9,00
PROGRAD/SUPAC/SGC	602,00	0,00
EDUFBA	597,00	0,00
PAF IV	581,00	9,00
FACOM	513,00	71,00
Instituto de Letras	429,00	11,00
Escola de Belas Artes	375,00	69,00
HOSPMEV	334,00	58,00
Instituto de Saúde Coletiva	366,00	0,00
Reitoria	352,00	22,00
Escola de Enfermagem	339,00	6,00
PAF III	321,00	1,00
SUMAI	316,00	5.554,00
Maternidade Climério de Oliveira	283,00	0,00
PAF I	258,00	0,00
Instituto de Ciências da Informação	256,00	36,00
Faculdade de Farmácia	244,00	59,00
PRPPG	240,00	0,00
PROAE	166,00	6,00
Biblioteca de Saúde	163,00	40,00
PAF V	144,00	0,00
Pavilhão de Aulas do Canela	134,00	104,00
SSOA	132,00	6,00
SAD/DCA/PROAD	116,00	0,00
SMURB	109,00	1,00
Museu de Artes Sacras	105,00	32,00
Faculdade de Medicina	99,00	13,00
CIENAM	98,00	0,00
SPE	96,00	1,00
Escola de Música	94,00	5,00
CDH	87,50	0,00
Superintendência de Tecnologia da Informação	87,00	3,00
PROEXT	73,50	53,00
Faculdade de Ciências Contábeis	67,00	0,00
Escola de Dança	63,50	10,00
Residência Universitária 2	59,00	24,00
ISP	31,50	0,00
Restaurante Universitário	5,00	0,00
Escola de Teatro	0,00	0,00
TOTAL	36.923,00	8.041,00
Fonte CMA/SUMAI		

Dessa forma, observa-se que, ao longo de 2016 foram doados para reciclagem aproximadamente 45 toneladas de resíduos, sendo a maior parte composta por papéis usados (37 toneladas).

A estrutura e pessoal necessários para viabilizar a realização da coleta seletiva integram a estrutura disponibilizada para a UFBA através do contrato com a empresa terceirizada Palmácea Jardins Ltda. Conforme explicitado anteriormente, a equipe e os veículos que realizam a coleta dos recicláveis nas Unidades não atendem exclusivamente a esse programa, sendo compartilhados com diversos outros programas e ações desenvolvidas no escopo do contrato. Dessa forma, não há custos exclusivos para a realização da coleta seletiva na UFBA, sendo estes embutidos nos custos do contrato com a citada empresa, os quais já foram apresentados nesse relatório.

Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;

Buscando estar mais inserido no âmbito das licitações sustentáveis a Coordenação de Material e Patrimônio da Pró-Reitoria de Administração utiliza o cadastro de materiais sustentáveis no Sistema SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos). Os materiais cadastrados estão contidos no Catálogo de Material (CATMAT) e disponíveis no Sistema SIASG.

Além disso, a UFBA vem adotando, especificamente no Núcleo de Compras – Coordenação de Material e Patrimônio, a observância de alguns critérios de sustentabilidade quando da elaboração dos seus editais:

Papéis – apresentação de comprovação da origem florestal;

Eletrodomésticos, com destaque para geladeiras e aparelhos de ar condicionado – exigência do selo de economia de energia – PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica);

Madeira e produtos derivados – exigência de que empresa fornecedora apresente o DOF (Documento de Origem Florestal) e que esteja credenciada junto ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente);

Computadores – aquisição dos equipamentos com critérios ambientais (TI verde);

Veículos – aquisição dos que operam com biocombustível;

Serviços de restaurante ou cantinas – exigência de um plano de monitoramento dos resíduos;

Serviço de limpeza e conservação – exigência quanto à promoção da coleta seletiva;

Observa-se ainda nos editais a redução do uso de embalagens, em muitos casos, excedentes e desnecessárias; e a apresentação das certificações ou quaisquer outros documentos (ambos em papéis reciclados, quando possível) que comprovem os critérios exigidos no edital.

Nas licitações envolvendo obras, são exigidos os seguintes pontos:

Utilização de somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

Comprovação da procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Observação às diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº. 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do

Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;

O Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFBA foi elaborado no final do ano de 2013, segundo as orientações da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012.

Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;

Na época do início da elaboração do PLS, a Reitoria da Universidade Federal da Bahia publicou a Portaria 272/2013, em 16/12/2013, constituindo a Comissão para elaboração do documento. No final de 2016, foi publicada a Portaria nº 170/2016 instituindo uma nova comissão, para atualização do documento e implantação das ações definidas.

Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;

O PLS/UFBA busca atender não só as questões legais pertinentes, mas também tem o objetivo de iniciar a discussão sobre as práticas sustentáveis no âmbito da UFBA, bem como consolidar as experiências já desenvolvidas ao interior da Instituição.

Segundo a Instrução Normativa SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012, os Planos de Logística Sustentável, no que diz respeito às práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviço, deverão conter, no mínimo, os seguintes temas:

- a) material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- b) energia elétrica;
- c) água e esgoto;
- d) coleta seletiva;
- e) qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O tema IV, coleta seletiva, é de responsabilidade da Coordenação de Meio Ambiente/SUMAI, a qual também apoia ações relativas ao Consumo Consciente de Água e monitoramento e medidas corretivas relacionadas à rede de esgoto no intuito de evitar ocorrências de poluição dos canais de drenagem e nascentes existentes nos campi universitários.

Além do Programa de Coleta Seletiva de papéis, plásticos, metais e vidros, cujos resultados foram previamente descritos no Quadro 06, a UFBA desenvolve, sob a responsabilidade de sua Coordenação de Meio Ambiente, as seguintes ações ambientais contempladas pelo PLS:

Coleta e Reciclagem de Lâmpadas Fluorescentes

As lâmpadas fluorescentes queimadas, por conterem vapor do metal mercúrio em sua composição, são classificadas como resíduos perigosos ao meio ambiente e à saúde pública e, por isso, devem ser encaminhados para tratamento e destinação final adequada. O ciclo desses materiais na UFBA envolve a separação das lâmpadas queimadas nas Unidades e a solicitação de coleta sempre que necessário através do sistema SIPAC ou por telefone.

Nos casos em que as lâmpadas são trocadas durante os serviços de manutenção predial realizados pela SUMAI, através de empresa terceirizada, os colaboradores receberam orientações para embalar

as lâmpadas queimadas e levá-las para serem acondicionadas nos contêineres apropriados da Coordenação de Meio Ambiente.

O contrato para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e reciclagem das lâmpadas fluorescentes foi firmado no ano de 2014, através do pregão nº 87/2013, com a empresa Cicloteo Reciclagem Ltda., situada no município de Camaçari/ BA. Em maio/2016 o contrato foi renovado pelo segundo ano consecutivo.

O processo utilizado pela empresa envolve a coleta das lâmpadas in loco e transporte até planta industrial, onde o material é descaracterizado, descontaminado do vapor tóxico de mercúrio e tem seus componentes de metais e vidros separados para encaminhamento à reciclagem.

No ano de 2016, foram realizadas 2 (duas) coletas de lâmpadas fluorescentes usadas na UFBA, nos meses de abril e outubro, nos quais foram encaminhadas para tratamento e reciclagem 7000 e 7600 unidades de lâmpadas, respectivamente, totalizando 14600 unidades.

Vale ressaltar que a segregação e destinação final ambientalmente adequada das lâmpadas usadas, por se tratarem de resíduos perigosos, trata-se de uma exigência da legislação ambiental brasileira, sobretudo nos termos das Leis nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Coleta e Reciclagem de Pilhas e Baterias

Pilhas e baterias também são classificados como resíduos perigosos, por sua composição química que inclui metais pesados e outras substâncias tóxicas. Para descarte desses materiais pós uso na UFBA, a Coordenação de Meio Ambiente distribuiu coletores laranja devidamente identificados em algumas Unidades e em pontos estratégicos dos campi (áreas de grande circulação, portarias principais, etc.). Os materiais recolhidos são encaminhados para o programa ABINEE Recebe Pilhas. Esse programa foi criado a partir da associação de fabricantes das marcas mais vendidas no Brasil, os quais financiam um sistema de coleta, triagem e encaminhamento das pilhas/ baterias por eles produzidas para reciclagem em indústria especializada em São Paulo. Essa ação visa o cumprimento das determinações da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), que obriga os fabricantes a praticarem a logística reversa de seus produtos pós-uso, encaminhando-os para destinação final ambientalmente adequada.

No ano de 2016 foram recolhidos e enviados para reciclagem o total de 212 Kg de pilhas e 109 Kg de baterias

Coleta e Reciclagem de Cartuchos e Toners

Cartuchos e toners de impressoras são materiais utilizados em grande quantidade na Universidade, seja nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa ou extensão. As tintas líquidas ou em pó presentes nesses itens possuem substâncias químicas perigosas capazes de causar grande contaminação ambiental e causar danos à saúde das pessoas. Pensando nisso, a Coordenação de Meio Ambiente tem recebido cartuchos e toners usados das Unidades da UFBA, impedindo que esse material seja destinado junto ao lixo comum.

Esses materiais são descartados de duas formas: 1 – via logística reversa, os cartuchos e toners usados são levados no momento da troca do cartucho pela própria empresa que fornece e dá manutenção às impressoras e equipamentos multifuncionais utilizados nas Unidades UFBA, a empresa Escrita Comércio e Serviços Ltda.; 2 – os cartuchos e toners provenientes de máquinas não integrantes do

contrato com a empresa Escrita são encaminhados para remanufaturamento junto à empresa Eco Jett. Em ambos os casos, o serviço é realizado sem custos para a Universidade.

No ano de 2016, a Coordenação de Meio Ambiente encaminhou para destinação final ambientalmente adequada, 534 unidades de cartuchos/toners. Com relação aos cartuchos/toners recolhidos pela empresa Escrita, a Coordenação de Meio Ambiente não possui controle da quantidade encaminhada para reciclagem, pois os mesmos são levados pela empresa diretamente das Unidades.

Coleta e Reciclagem de Óleo Vegetal Residual

Descartar o óleo de cozinha de maneira inadequada, isto é, em redes de esgoto ou no lixo comum, provoca um enorme prejuízo ambiental, pois este resíduo na natureza provoca diversos impactos, tais como: atração de pragas urbanas (ratos, baratas), poluição dos rios, impermeabilização do solo, incrustações/ entupimentos nas tubulações, dentre outros. Para combater esse problema, a UFBA, através de sua Coordenação de Meio Ambiente, implantou o Programa de Reciclagem de Óleo Vegetal Residual (PROVER), com o objetivo de promover o manejo ambientalmente responsável desse resíduo, oferecendo aos restaurantes/ cantinas situadas em suas dependências alternativas para destinação adequada desse material.

A Cooperativa de Coleta Seletiva, Trabalho, Produção e Proteção Ambiental – CAMAPET – foi a primeira selecionada para recolher esse tipo de resíduo nos estabelecimentos situados na Universidade. Através dela, parte do óleo vegetal usado é encaminhado para produção de biodiesel junto à Petrobrás, enquanto uma parcela menor é destinada para produção de sabão pelos próprios cooperados.

Participam do programa as cantinas das seguintes Unidades: Escola de Medicina Veterinária, Escola de Administração, Instituto de Biologia, Faculdade de Direito, Escola de Música, Restaurante Universitário.

Foram encaminhados para reciclagem, ao longo do ano de 2016, cerca de 830l de óleo vegetal residual provenientes das cantinas/restaurantes participantes, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 5.4.2 - Quadro demonstrativo de coleta de óleo vegetal residual

Coleta de Óleo vegetal residual	
Unidade	Volume (l)
Restaurante Universitário	325
Cantina Escola de Administração	212
Cantina Instituto de Biologia	82
Cantina Escola de Música	80
Cantina Faculdade de Direito	79
Cantina Escola de Medicina Veterinária	52
Total	830
Fonte: CMAVSUMAI	

No ano de 2016, a Coordenação de Meio Ambiente também lançou pontos para doação de resíduos de óleo vegetal pela comunidade acadêmica da UFBA e comunidade do entorno. Os pontos estão situados no Restaurante Universitário, Escola Politécnica, Escola de Administração, Escola de Enfermagem e Instituto de Psicologia. Desde o lançamento desses pontos já foram doados aproximadamente 50 L de óleo vegetal usado pela comunidade.

Coleta de Resíduos Infectantes e Perfurocortantes

A coleta de resíduos infectantes e perfurocortantes na Universidade federal da Bahia é feita por meio de contrato com empresa especializada. No ano de 2016 a despesa do contrato foi da ordem de R\$ 121.789,68, tendo sido coletado 30.600,00 Kg , ao custo de R\$ 3,98 /Kg.

A fim de ajustar alguns problemas detectados no início do contrato, foi necessário, tanto em quantitativo quanto em características do contrato, fazer aditivo de prazo e de valor em 25% e posteriormente, um novo processo licitatório.

Em 2016 as seguintes Unidades foram atendidas: Instituto de Geociências - IGEO, Faculdade de Farmácia, Instituto de Biologia - IBIO, Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia - EMEVZ, Hospital de Medicina Veterinária - HOSPMEV, Instituto de Ciências da Saúde - ICS, Faculdade de Odontologia, Serviço Médico Universitário - SMURB, Instituto Multidisciplinar da Saúde – IMS.

Ao longo de 2016, o maior gerador de resíduo foi o Instituto de Ciências da Saúde, o qual produziu 11.163,71 kg de resíduos infectantes e perfurocortantes, superando o até então maior gerador, Hospital de Medicina Veterinária.

Os quantitativos de resíduos coletados ao longo dos meses variaram muito em 2016. As flutuações ocorrem principalmente pela própria variação das atividades de pesquisa e atividades acadêmicas ao longo do ano. O mês com menor produção em 2016 foi o mês de fevereiro com produção de 1.538,77 kg de resíduos. Em contraponto, o mês de maior geração foi o mês de julho, com 2864,93 kg de resíduos

Coleta de Resíduos Químicos

No ano de 2016, devido a dificuldades nos processos licitatórios o contrato de resíduos químicos só teve início em dezembro. Foi realizada uma grande coleta entre os dias 12 e 13 de dezembro, atendendo diversas unidades. Foi coletado um total de 11.474 kg de resíduos químicos a custo de R\$

4,63/kg o que totalizou R\$ 53.124,62. Como de costume o maior gerador de resíduos foi o Instituto de Química, responsável pelo envio de 5,24 toneladas de resíduos.

O Quadro a seguir apresenta a distribuição dos resíduos químicos coletados por Unidades universitárias:

Quadro 5.4.3 – Demonstrativo de coleta de resíduos químicos por Unidades da UFBA

Coleta Resíduos Químicos		
Unidade	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
Instituto de Química	5.247,00	24.293,61
Faculdade de Farmácia	1.920,00	8.998,60
Escola Politécnica	1.847,00	8.551,61
Instituto Multidisciplinar	978,00	4.528,14
Hospital de Medicina Veterinária	620,00	2.870,60
Instituto de Biologia	413,00	1.912,19
Escola de Belas Artes	167,00	773,21
SUMAI	164,00	759,32
Instituto de Ciências da Saúde	83,00	384,29
SMURB	35,00	162,05
TOTAL	11.474,00	53.233,62

Fonte: CMA/SUMAI

Uso Racional de Água

O Programa Aguapura tem como principal objetivo o monitoramento do consumo de água na UFBA. A metodologia do programa Aguapura segue plano de ação desenvolvido com os seguintes objetivos: Minimização das perdas e desperdícios, através do monitoramento do consumo e manutenção preventiva e corretiva das instalações; Manutenção e aprimoramento da redução obtida, com sensibilização de dirigentes, docentes, discentes e técnicos administrativos para a expansão do programa nas unidades universitárias; Implantação de novas soluções, a exemplo da substituição de equipamentos hidro sanitários antigos e ineficientes por aparelhos de baixo consumo, implantação de meios adequados de captação de águas de chuva e águas subterrâneas, definição dos indicadores e metas de consumo para cada unidade, elaboração de projetos para captação de financiamentos de pesquisas.

O Programa é acompanhado diariamente por técnicos da UFBA e bolsistas dos programas Permanecer/UFBA, PIBIEX e Programas Especiais, o que possibilita controlar o consumo de água nas unidades por meio da sensibilização dos usuários sobre o uso racional da água e da identificação imediata de problemas de vazamento ou desperdício através dos dados inseridos no sistema Vianet pelo responsável da unidade.

Apesar de enfrentar algumas dificuldades no seu processo operacional e na adesão das unidades da UFBA, o Programa Aguapura consolida-se dia após dia, apresentado resultados satisfatórios.

Eficiência Energética

A Universidade Federal da Bahia vem executando um conjunto de intervenções articuladas e obras de infraestrutura com o objetivo de melhorar o aproveitamento de energia nos campi de Ondina e Federação, Salvador- BA: implantação de um sistema de anéis de média tensão, reformas de subestações, redimensionamento de instalações elétricas de várias unidades e instalação de estruturas para ampliar a iluminação. As intervenções fazem parte do planejamento estratégico, delineado para acompanhar o crescimento da Universidade nos últimos anos e devem aumentar a capacidade e otimizar o fornecimento de energia às várias unidades da UFBA.

O início de operação do novo sistema que estava previsto para o primeiro semestre de 2014, porém não foi possível iniciar as operações na data prevista em decorrência de problemas com a Concessionária de Energia, restando concluir a ligação de dois anéis com a segunda alimentação e interligação das unidades nos respectivos novos alimentadores em anel, depois de concluído o serviço, espera-se haver a redução dos frequentes episódios de falta ou queda de energia, é o que prevê o Núcleo de Manutenção Elétrica e Eficiência Energética da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI). O projeto visa suprir o fornecimento pleno de energia das unidades situadas nos campi de Ondina e Federação, que contam apenas com uma rede de distribuição implantada na década de 70, já bastante deficiente, tanto do ponto de vista físico e estrutural, como da capacidade de suprimento de carga, operando no limite máximo.

1.Sistema de anéis - O sistema de anéis compreende uma rede composta por quatro pontos distintos com dupla alimentação o que permite, em caso de falta de energia em uma delas que a carga seja transferida para a outra, minimizando os danos provocados por paradas no fornecimento. Além disso, a nova rede será totalmente subterrânea, o que representará maior proteção para a mesma, maior segurança para a comunidade universitária e uma diminuição da poluição visual diante da redução do número de postes de concreto, cabos aéreos e transformadores.

Serão utilizados materiais e equipamentos ecologicamente corretos e em concordância com a legislação ambiental, tais como chaves blindadas a vácuo e transformador a seco. Após a conclusão dos serviços de rede subterrânea, o custo da manutenção (materiais, equipamentos e mão-de-obra) ficará sob a responsabilidade da concessionária local, a Coelba.

2.Reforma de subestações em várias unidades - Devido à capacidade reduzida de fornecimento de energia e à inadequação das instalações aos atuais padrões de segurança e eficiência energética, por estarem em funcionamento por cerca de três décadas, estão em andamento reformas em 35 subestações de unidades universitárias dos campi do Canela e Ondina, e em três fazendas experimentais da Escola de Medicina Veterinária (Entre Rios, São Gonçalo e Santo Amaro). Espera-se concluir esta etapa de reformas em fevereiro de 2016 e dar início ao funcionamento do sistema de telemedicação nas subestações para monitorar consumo, potência e outras informações técnicas. Também há projeto para instalar um sistema de operação por telemetria à distância com controle via Internet.

3.Redimensionamento elétrico das unidades - Outro projeto em desenvolvimento é o levantamento da situação das várias instalações no interior das unidades com redimensionamento da carga de energia para os vários prédios. A ação consiste em verificar os quadros e as instalações internas, sugerindo e realizando as modificações necessárias para um melhor aproveitamento de energia elétrica nas várias atividades realizadas em salas de aula, laboratórios e demais dependências das unidades.

Como diretrizes importantes de intervenção neste plano, podemos considerar:

- a) Gestão eficiente dos contratos de consumo de energia elétrica das unidades junto a COELBA, através de planilhas e gráficos de acompanhamento de consumo, demanda, energia reativa, multas e ultrapassagens, implementando ações para redução e/ou uso mais eficiente da energia elétrica em cada unidade;
- b) Elaboração de estudos técnicos propondo soluções e/ou inovações tecnológicas que permitam melhorar o desempenho das instalações e equipamentos elétricos, visando maximizar o potencial de utilização, reduzindo o consumo com o mínimo de perdas;
- c) Elaboração de especificações técnicas e caderno de encargos visando à substituição gradativa de materiais e equipamentos, balizando as futuras aquisições, e estabelecendo padrões para a execução de obras e serviços de instalações elétricas mais eficientes e com menores custos.

Atualmente, encontram-se também em fase de implantação as seguintes ações:

- a) Sistema de Telemedicação via “intranet” para acompanhamento individualizado por transformador, de cada Unidade da UFBA. Percentual implantado: 15%; A implantar - 85%;
- b) Substituição das lâmpadas fluorescentes convencionais/ reatores eletrônicos por lâmpadas de tecnologia LED (mais duráveis e menor consumo de energia) com aproveitamento das luminárias existentes;
- c) Implantação da Iluminação pública do Campus de São Lázaro com luminárias de Tecnologia LED.

Simultaneamente, a Coordenação de Meio Ambiente da SUMAI realizou ao longo do ano de 2016, a campanha “Consumo Consciente na UFBA”, com a publicação e distribuição de cartilhas e adesivos com informações sobre medidas para evitar o desperdício de água, energia e materiais na universidade.

Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);

O plano de Logística Sustentável da UFBA encontra-se disponibilizado na página da UFBA no seguinte endereço eletrônico : <https://proplan.ufba.br/plano-de-logistica-sustentavel>.

Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

Os quadros seguintes mostram os indicadores quantitativos e financeiros dos programas desenvolvidos pela Coordenação de Meio Ambiente, relativos ao ano de 2016:

Quadro 5.4.4 – Indicadores de Coleta Seletiva

Indicadores da Coleta Seletiva					
Recicláveis Doados (Kg)	Recicláveis/Estudante (Kg/Estudante)	Recicláveis/per capita (Kg/pessoa)	Media Mensal recicláveis Doados (Kg/mês)	Media Mensal recicláveis Doados/Estudante (Kg/mês)	Media Mensal recicláveis Doados/Per capita (Kg/mês)
44.964	1,1	0,93	3.747	0,09	0,077

Fonte: CMA/SUMAI

Quadro 5.4.5- Reciclagem de Lâmpadas

Quadro 10 - Indicadores da Reciclagem de Lâmpadas			
Total anual de lâmpadas para descartes no contrato(un)	Total lâmpadas descartadas em 2016 (un)	Total lâmpadas descartadas 2016/Estudante	Total lâmpadas descartadas 2016/m2
20.000	14.600	0,36	0,055

Fonte: CMA/SUMAI

Indicadores Financeiros

Quadro 5.4.6- Indicadores de tratamento domissanitário

Indicadores financeiros Tratamento Domissanitário				
Valor anual previsto	Valor utilizado no contrato 2016	Valor (m2)	Custo anual/Estudante	Custo anual/Per capita
R\$ 131.119,62	R\$ 94.624,69	0.07	R\$ 2,34	R\$ 1,97

Quadro 5.4.7- Indicadores de coleta de lâmpadas

Indicadores financeiros Reciclagem Lâmpadas				
Valor anual previsto	Valor utilizado no contrato 2016	Valor unitário	Custo anual/Estudante	Custo anual/area construída
R\$ 33.800,00	R\$ 24.674,00	R\$ 1,69	R\$ 0,61	R\$ 0,09

Quadro 5.4.8- Indicadores de Resíduos Perfurocortantes

Indicadores financeiros Resíduos Perfurocortantes			
Valor utilizado no contrato 2016	Valor unitário/Kg	Custo anual/Estudante	Custo anual/per capita
R\$ 121.789,68	R\$ 3,98	R\$ 3,02	R\$ 2,52

Fonte: CMA/SUMAI

Quadro 5.4.9 - Indicadores financeiros Resíduos químicos

Indicadores financeiros Resíduos Químicos			
Valor utilizado no contrato 2016	Valor unitário/Kg	Custo anual/Estudante	Custo anual/per capita
R\$ 53.124,62	R\$ 4,63	R\$ 1,31	R\$ 1,10

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

A Universidade Federal da Bahia vem avançando bastante no trato com suas questões ambientais, mas ainda são muitos os desafios para a consolidação de uma gestão ambientalmente sustentável. As restrições orçamentárias enfrentadas pela UFBA ao longo do ano de 2016 dificultaram a ampliação de programas e ações na área ambiental, a exemplo da expansão do programa de coleta seletiva para toda a universidade. O mesmo problema inviabilizou a execução de novos projetos, tais como, captação de águas pluviais e subterrânea para utilização em irrigação e outros fins não nobres.

Nos programas de gestão de resíduos sólidos as principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas à etapa de segregação na fonte, sobretudo em virtude do descarte inadequado dos resíduos nos coletores pela comunidade acadêmica.

O pleno funcionamento e sucesso do programa de coleta seletiva solidária depende muito do estabelecimento de ampla parceria entre a CMA/SUMAI e as Unidades da UFBA. É de extrema importância que as direções das unidades atuem de forma direta na fiscalização e gestão interna do programa, para que o mesmo possa funcionar com qualidade e continue promovendo benefícios socioambientais. É importante, inclusive, designar funcionários para acompanhar periodicamente a rotina interna de gerenciamento de recicláveis (coleta e armazenamento separados) e realizar campanhas educativas internas visando sensibilizar a comunidade acadêmica para o descarte adequado dos recicláveis.

Visando ampliar a participação da comunidade acadêmica nos programas ambientais em desenvolvimento na universidade, a Coordenação de Meio Ambiente pretende ampliar as campanhas educativas ao longo do ano de 2016, sensibilizando estudantes, docentes e funcionários e, com o apoio de outros setores da UFBA, formar mobilizadores ambientais para atuarem conjuntamente com a CMA/SUMAI na consolidação das ações nas unidades universitárias.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

6.1.1 Serviço de Informação ao Cidadão / SIC-UFBA

Com a função de assegurar o cumprimento às normas instituída pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011), o Serviço de Informação ao Cidadão da UFBA, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento da UFBA, realiza além de atendimento online, através do Sistema e-SIC (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>), atendimento presencial, na sede situada à Rua Augusto Viana s/nº - Canela - Prédio da Reitoria, pelo telefone nº (71) 3283-7063 ou ainda através do email sic@ufba.br, das 9h às 17h.

Após alteração dos procedimentos internos e treinamento para os novos atores (dois estagiários), o SIC-UFBA, com a participação da CGU-BAHIA, organizou um encontro com todos os dirigentes das Unidades/Órgãos para a palestra de conscientização, no que tange obrigatoriedade de atendimento às reivindicações dos cidadãos, com exceção daquelas, que respaldadas na mesma lei, são categorizadas como sigilosas.

O SIC-UFBA utiliza o sistema interno (RT) para registro e encaminhamento das reivindicações dos cidadãos. Importante registrar que são realizados contatos sistemáticos com as Unidades/Órgãos da UFBA, através de telefone, e-mail e ofícios, buscando atender plenamente o cidadão em sua demanda. Apesar dos esforços empreendidos algumas Unidades/Órgãos tem encontrado dificuldades ao atendimento no prazo, pela falta de servidores que possam ser disponibilizados para tal tarefa, já que conta-se com quadro reduzido de pessoal.

Vale ressaltar que o SIC-UFBA, atualmente trabalha com quadro de pessoal composto por um (01) servidor e dois (02) estagiários.

A UFBA disponibiliza o link <https://www.ufba.br/acessoInformacao> <https://transparencia.ufba.br/> para procedimentos de acesso à informação.

Estatísticas de Atendimento no Serviço de Informação ao Cidadão- SIC-UFBA -2012-2016

Quadro 6.1.1.1- Pedidos do SIC UFBA - 2016

Pedidos	Quantidade
Atendidos	181
Não Atendidos	24
Total Pedidos	205
Não concedido	2
Reclamações	13
Recurso 1ª;instância	27
Recurso 2ª. Instância	9
Recurso CGU	7
Recurso CMRI	0
Redirecionados	40

Fonte: UFBA/PROPLAN/NIC – Dados extraídos do Sistema e-SIC, em 04/03/2017

Quadro 6.1.1.2 – Evolução do número de pedidos e omissões no SIC UFBA – 2012-2016

Ano	Pedidos	Omissões	Omissões %
2012	86	0	0
2013	124	7	5,64
2014	157	12	7,64
2015	112	17	15,17
2016	205	24	11,7

Fonte: UFBA/PROPLAN/NIC – Dados extraídos do Sistema e-SIC

6.1.2 OUVIDORIA - UFBA

O ano de 2016 significou para a Ouvidoria a sua implementação de forma plena como Órgão de assessoramento da Reitoria, uma vez que, foi possível operar com um diagnóstico consistente dos principais problemas enfrentados pela gestão, seu adequado encaminhamento e com uma equipe de trabalho completa.

Com base no conjunto de informações sistematizadas, foi possível aprovar junto à Reitoria um projeto de atuação que contemplou não só o aperfeiçoamento da atividade de acolhimento e encaminhamento das manifestações mas, principalmente, uma ação de natureza proativa, preventiva e compartilhada, no sentido de colaborar com o aperfeiçoamento das estratégias de gestão.

O Projeto de Atuação da Ouvidoria da UFBA

O Projeto de Atuação da Ouvidoria da UFBA caracteriza-se, principalmente, por incluir a perspectiva preventiva, ou seja, a Ouvidoria não se limita a receber e encaminhar manifestações, mas atuar mediando conflitos, desenvolvendo uma rede interna de facilitadores nas unidades de ensino e estabelecendo parceria com os demais Órgãos da gestão para a implementação de novos dispositivos institucionais. O Projeto é composto por três eixos estruturantes:

I-Acolhimento e encaminhamento das manifestações: solicitações de informação, de procedimentos acadêmicos/administrativos; reclamações; denúncias; elogios e sugestões.

Em 2016 foi possível qualificar a atividade de acolhimento aos integrantes da comunidade universitária, a qual se mostrou de fundamental importância no incremento da motivação para a busca de ajuda na Ouvidoria em relação às diversas dificuldades vivenciadas. Foi importante, também, ampliar de forma significativa o conhecimento das funções dos diversos Órgãos da gestão o que

possibilitou uma maior velocidade no encaminhamento e no acompanhamento das manifestações. O sistema de registro foi aperfeiçoado de tal forma a permitir a utilização das informações de todas as manifestações a qualquer momento, a depender da necessidade.

II-Instituição da rede de facilitadores internos

A Ouvidoria, através de reuniões nas congregações das unidades e de palestras, estimulou e ajudou a implementação de pequenas estruturas internas para funcionar como um primeiro acolhimento às manifestações da área, em interação com a equipe central da Ouvidoria. O conceito de compartilhamento e descentralização também foi operacionalizado com a criação de grupos de estudantes, docentes e servidores com o objetivo de atuar em temas específicos de relevância para a comunidade universitária, tendo em perspectiva o desenvolvimento de uma cultura de convivência pautada pela compreensão, respeito às individualidades, solidariedade e emancipação.

III-Parceria e assessoramento na implementação de dispositivos institucionais

O perfil da UFBA mudou de forma significativa nas duas últimas décadas com o advento das cotas e do aumento expressivo no ingresso de estudantes e, também, de docentes embora em menor escala. Isso redundou em novas demandas para a gestão da universidade, que vem construindo coletivamente novas estratégias institucionais no intuito de responder a essa nova realidade. A Ouvidoria tem feito uma leitura do contexto universitário embasada nos seus diagnósticos e atuado junto aos Órgãos da gestão no delineamento de estratégias que venham a apresentar um nível de resolutividade adequado a importância do problema.

Quadro 6.1.2.1– Manifestações por tipo e período encaminhadas à Ouvidoria da UFBA, 2015-2016

Categorias	Nº de manifestações e % Janeiro a Junho		Nº de manifestações e % Julho a Dezembro		Total		Variação % 2016/ 2015
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	
Solicitação de informações	608 (74,97%)	200 (35,15%)	118 (40,27%)	272 (40,36%)	726 (65,76%)	472 (37,97%)	- 35
Solicitação de procedimentos acadêmicos/ administrativos	34 (4,19%)	116 (20,38%)	61 (20,82%)	129 (19,13%)	95 (8,60%)	245 (19,71%)	157
Reclamações	124 (15,29%)	155 (27,24%)	72 (24,57%)	181 (26,85%)	196 (17,75%)	336 (27,03%)	71
Denúncias	36 (4,44%)	91 (16,00%)	31 (10,58%)	49 (7,27%)	67 (6,07%)	140 (11,26%)	109
Elogios/ Agradecimentos	6 (0,74%)	05 (0,88%)	8 (2,73%)	39 (5,78%)	14 (1,27%)	44 (3,54%)	214
Sugestões	3 (0,37%)	2 (0,35%)	3 (1,02%)	4 (0,59%)	6 (0,54%)	6 (0,48%)	0
Total	811	569	293	679	1.104	1.243	11

Fonte: Ouvidoria UFBA

Análise das manifestações

Houve um aumento de 11% na variação percentual do total de manifestações de 2015 para 2016. As mudanças mais expressivas referem-se ao aumento ocorrido dentro das categorias: solicitações de procedimentos acadêmicos e administrativos (157%), reclamações (71%), denúncias (109%) e elogios agradecimentos (214%), enquanto houve uma redução da solicitação de informação (35%).

Área Administrativa

As solicitações de informação reduziram em 35% em relação a 2015, provavelmente em função dos setores terem aperfeiçoado instrumentos de informação, a exemplo da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) e a Superintendência Acadêmica (SUPAC). Há necessidade de novos materiais e meios de divulgação para ampliar o conhecimento da comunidade universitária sobre serviços.

Outra manifestação recorrente no ano de 2015 e que houve uma redução das reclamações no presente ano foi o sistema interno de transporte através do ônibus denominado BusUfba. Essa mudança está relacionada às melhorias operadas no sistema, no sentido de atender às reivindicações dos usuários em termos de roteiros, horários, pontos e relacionamento com o motorista, inclusive a partir do plano de segurança institucional em processo de implementação na UFBA.

No que diz respeito ao aumento na solicitação de procedimentos acadêmicos e administrativos, é possível que isto esteja relacionado a uma maior divulgação do trabalho da Ouvidoria. Entretanto, é necessário que os Colegiados de Cursos ampliem o conhecimento e a divulgação sobre procedimentos acadêmicos.

Área Acadêmica

O número de reclamações (71%) e denúncias (109%) aumentou em 2016 devido, provavelmente, a ampliação da divulgação do trabalho da Ouvidoria na Universidade. As principais fontes de informação identificadas envolvem, por um lado, mecanismos informais denominados “comunicação boca a boca” mas, por outro, estratégias formais como a apresentação do projeto da Ouvidoria nas congregações das Unidades e nas Pró-Reitorias e a criação de uma página na rede social facebook. Outra atividade que também contribuiu com essa divulgação foi o acompanhamento das redes sociais, de grupos de estudantes onde são publicadas mensagens descritivas das dificuldades diversas da convivência na Universidade, em especial no que diz respeito às questões psicossociais e de saúde mental. O conteúdo mais relevante das denúncias diz respeito ao tema da docência, em especial a relação professor-aluno, secundária às questões da organização do trabalho e das suas repercussões sobre a disponibilidade dos docentes.

Saúde mental

Em parceria com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP), foi possível conceber e iniciar a construção de uma Rede de Apoio à Saúde Mental na UFBA, com o objetivo de promover uma articulação de serviços de saúde que atuem na promoção, assistência, formação de profissionais que operem na área de saúde mental da comunidade UFBA. Fazem parte dessa rede além da Ouvidoria a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), o serviço médico (SMURB), a PRODEP, centros de atendimento psicossocial ligados a UFBA (CAPS Garcia e Gregório de Matos) e o Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas (CETAD).

Convivência Universitária

Outra dimensão da vida universitária importante que emerge das demandas internas e que é atravessada pelo contexto social, político e econômico é a convivência, os relacionamentos interpessoais dentro do âmbito universitário. Em 2016 ocorreram conflitos envolvendo a questão das diferenças de classe social, gênero, orientação sexual e raça/etnia que desencadearam alguns episódios de desentendimentos e violências entre estudantes, com técnicos administrativos e docentes. Em parceria com a Faculdade de Comunicação (FACOM) e Núcleo de Estudos

Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), a Ouvidoria participou de reuniões que tiveram como objetivo propor uma política geral e um protocolo de proteção à diversidade sexual e de gênero na UFBA, com diretrizes gerais e ações de curto, médio e longo prazos, a serem desenvolvidas por diversos Órgãos da universidade.

A Ouvidoria como mediadora de conflitos

A Ouvidoria desenvolveu um modelo de atuação pautado pela assessoria e/ou mediação de conflitos como estratégias de apoio às unidades de ensino na condução das reclamações e denúncias, com objetivo de restaurar relacionamentos interpessoais. Estudantes e docentes passaram a identificar e utilizar a Ouvidoria como canal de expressão, mediação e ajuda em relação às suas dificuldades, legitimando o papel de intermediação na resolução dos conflitos. Observa-se que ainda é pequena a utilização da Ouvidoria pelos servidores técnico-administrativos, o que precisa ser objeto de estudo e identificação de formas de incentivo a participação dessa categoria.

O Programa “Agentes Sociais de Mudança (ASM)”

O programa ASM ,desenvolvido em 2016, foi dirigido aos estudantes e visou promover uma formação teórica-vivencial com o objetivo de analisar e facilitar processos grupais e interpessoais à luz dos conceitos da Psicologia Social de base pichoniana. Desenvolveu, em encontros quinzenais aos sábados, habilidades para mediar conflitos e atuar como agente social de mudança na construção de objetivos coletivos, referenciados em valores éticos, solidários e de respeito às diferenças na UFBA. Essa atividade tem apresentado resultados importantes em termos de disseminação do papel de protagonista e ação coletiva, para a criação de estratégias alternativas que auxiliem a Universidade no desenvolvimento de uma cultura universitária de referência de solidariedade e respeito às individualidades. Incentiva e prepara para uma práxis transformadora a partir do reconhecimento das diferenças, da natureza dos vínculos, dos princípios de articulação coletiva, desenvolvendo pessoas enquanto sujeitos do seu destino.

O desenvolvimento da equipe

A equipe da Ouvidoria que atuou em 2016 era composta por nove integrantes: A ouvidora, uma advogada, duas assessoras e cinco bolsistas. O desenvolvimento em equipe com foco no trabalho integrado e articulado em prol da tarefa da escuta qualificada e desenvolvimento de projetos preventivos configurou-se como uma importante estratégia para a obtenção dos resultados desejados. Foram realizados quatro seminários de natureza teórico-vivencial, além de reuniões sistemáticas de equipe para análise do processo de trabalho, relações internas e planejamento das ações futuras. Durante esses encontros de trabalho foram construídos documentos como o Planejamento Estratégico, o Regimento Interno da Ouvidoria e projetos de atuação.

Recomendações:

a) Em relação à docência universitária

Instituir grupo de estudo e ação no sentido de empreender o resgate da motivação dos docentes em relação ao ensino na graduação na universidade, revisando os mecanismos de reconhecimento da atividade; incrementando as estratégias de assessoria e ajuda em relação ao modelo pedagógico; buscando a promoção de condições físicas e materiais adequadas à expressão do desempenho esperado;

b) Convivência institucional

Organizar projetos de ocupação de espaços da UFBA, por iniciativa da PROEXT, já previstos pelo plano de segurança institucional envolvendo docentes, estudantes e servidores e estimular o desenvolvimento de novos projetos de extensão que promovam a integração das três categorias;

c) Garantia de direitos

Encaminhamento ao Conselho Acadêmico de Ensino (CAE) de proposição de inserção no regimento interno da UFBA do direito das estudantes grávidas realizarem tarefas acadêmicas em casa a partir do oitavo mês de gravidez, de acordo com a base legal, e reforçar a implementação do projeto de acessibilidade nos campi da UFBA.

6.2 Cartas de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão da UFBA, sob a responsabilidade do Núcleo de Informação ao Cidadão (NIC) da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), encontra-se hospedada no link <https://cartadeservicos.ufba.br/>, dando cumprimento ao Decreto 6.932 de 11 de agosto de 2009.

No link são disponibilizados os serviços oferecidos, os requisitos, as informações e os documentos necessários, as etapas, os prazos e as formas de acesso, responsáveis, bem como os locais e meios para esse acesso, e a atualização desses dados é feita quando novos serviços são implantados ou quando há alteração de dados. Observa-se que a Carta de Serviços ao Cidadão da UFBA tem contribuído para divulgação dos serviços prestados à comunidade, pois o número de ligações telefônicas recebidas diariamente, apesar da divulgação do link, solicitando esclarecimentos diversos, são constantes.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O site da Carta de Serviços ao Cidadão da UFBA disponibiliza a “Pesquisa de Satisfação do Usuário” online, hospedada no link <http://www.cartadeservicos.ufba.br/pesquisa-de-satisfacao-ao-usuario> espaço de participação permanente do cidadão, provocando constantes alterações para melhoria dos serviços prestados, buscando adequá-las a necessidade da comunidade, ou seja, também utilizada como importante ferramenta de gestão.

A seguir quadro comparativo da pesquisa de satisfação do usuário em 2015 e 2016:

Quadro 6.3.1- Pesquisa de Satisfação do Usuário por Unidade/Órgão UFBA 2015-2016

Unidade/Órgão	2015	Categoria do usuário	2016	Categoria do usuário
Sistema de Biblioteca UFBA	01	Não identificado	01	Aluno
Complexo Hospitalar Hospital Universitário Prof ^o Edgard Santos - HUPES	-	Não identificado	01	Usuário Externo
Maternidade Climério de Oliveira	01	Não identificado	-	-
Faculdade de Farmácia = Laboratório de Microbiologia dos Alimentos	-	Não identificado	01	Aluno
Centro Docente Assistencial de Fonoaudiologia	01	Não identificado	-	-
Museu de Arte Sacra	01	Téc-Adm.	-	-
Serviço de Psicologia Prof ^a Jose Ignácio de Mendonça (Saúde Humana)	-	Não identificado	01	Docente
T o t a l	04		04	

Fonte: PROPLAN/NIC

A UFBA não elaborou pesquisa específica para os seus serviços no ano de 2016, em realidade, foram computados apenas quatro acessos à pesquisa em 2015 e quatro em 2016 para serviços distintos, o que inviabiliza uma avaliação estatística a respeito da qualidade do serviço prestado.

Informamos que a Pesquisa de Satisfação do Usuário encontra-se aberta durante todo o ano. Faz parte do público alvo todos aqueles que usufruíram dos serviços oferecidos pela instituição (docentes, discentes, técnicos-administrativos e comunidade externa).

O acesso online à “Pesquisa de Satisfação do Usuário da UFBA é feito através de questionário disponível no site, disponível no link <https://cartadeservicos.ufba.br/pesquisa-de-satisfacao-ao-usuario>) onde a participação do usuário é facultativa.

Os procedimentos adotados com relação às avaliações individuais dos serviços são encaminhadas à direção da unidade/órgão prestadora, para providências com relação a melhoria dos serviços ali oferecidos.

A diminuição de repasse orçamentário às IFES, tem causado um grande impacto nas atividades da instituição, dificultando a realização de algumas atividades administrativas programadas para o exercício, a exemplo de maior investimento na divulgação da Pesquisa de Satisfação do Usuário, assim como na elaboração de pesquisas específicas. Aliado a isso a redução de servidores tem dificultado o desempenho das atividades desta instituição.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Comunicação

A Assessoria de Comunicação (ASCOM), coordenadora da atividade de comunicação na Universidade Federal da Bahia, atua no sentido de informar e estimular a participação em eventos que a Universidade promove ou abriga, sobretudo aqueles de grande relevância para a sociedade, envolvendo as comunidades interna e externa na direção de uma atuação mais consciente, fruto da reflexão sobre os temas.

A Comunicação da Universidade Federal da Bahia teve, em 2016, um ano de grandes desafios e transformações, começando pela demanda de atuação na celebração dos 70 Anos da UFBA, marcada por uma série de eventos e que teve como ponto mais alto, em julho, o Congresso da UFBA. Além disso, respondendo à volatilidade na realidade nacional, a Universidade promoveu uma série de eventos com grande repercussão interna e externa. Entre eles se destacam ciclo de debates "Crise e Democracia", ocorrido entre 04 e 08 de abril, e o "Ciclo Mutações - Entre Dois Mundos: 30 Anos de Experiência do Pensamento", que sediou palestras de importantes intelectuais no Salão Nobre da Reitoria, nos meses de outubro e novembro, todos com forte atuação da Comunicação tanto na divulgação interna e externa, quanto na cobertura e no atendimento à imprensa a cada dia dos eventos. A Comunicação atuou intensamente na divulgação prévia e na cobertura do Congresso da UFBA, o maior evento realizado pela Universidade em comemoração a seu aniversário de 70 anos. Ao longo do mês que antecedeu a realização do evento, a equipe produziu e enviou à imprensa local e nacional, diariamente, um total aproximado de 30 *press releases*, apresentando detalhadamente as principais mesas temáticas e apresentações de trabalho na programação do evento.

Jornalistas servidores da Comunicação apresentaram, também no Congresso, reflexões sobre a estrutura e as ações de comunicação da Universidade na mesa temática "A Comunicação Institucional na UFBA". A mesa debateu os principais desafios do dia-a-dia da Comunicação da UFBA, a presença da Universidade nas mídias sociais e o lugar da área no organograma da instituição, tendo gerado importantes contribuições para o processo, ora em curso, de expansão do setor e dinamização de suas atividades.

Mídias Sociais

Ao longo do ano de 2016, a presença oficial da UFBA nos sites de mídias sociais Facebook, Twitter e Instagram – considerando a *fanpage* e perfis nomeados como "UFBA em Pauta" que é o espaço de notícias gerenciado pela Assessoria de Comunicação – foi marcada por uma tendência ascendente, levando em conta o crescimento do número de fãs e seguidores, curtidas, compartilhamentos, interações dialógicas, retuítes e marcações dos conteúdos publicados.

Facebook

A *fanpage* "UFBA em Pauta" iniciou o ano de 2016 com uma quantidade de aproximadamente 12 mil fãs, ao final do ano, de acordo com dados enviados pelas estatísticas da própria rede social, o total de curtidas na *fanpage* ultrapassou os 20 mil. Tal crescimento pode ser compreendido devido à postagem regular de uma média diária de três novos *posts* relacionados a diversos temas do interesse da comunidade universitária. Além disso, a atuação do público que segue este canal específico é feita de forma ativa mediante curtidas, compartilhamentos e comentários que sempre são monitorados e respondidos pela equipe da Comunicação.

Twitter

O perfil do “UFBA em Pauta” iniciou o ano com pouco mais de 800 seguidores e fechou em dezembro com mais de 1.500. Levando-se em conta que o Twitter é uma rede que prima pela informação rápida com adição de *links* e *hashtags*, os *posts* diários no microblog seguiram esse modelo e os seguidores mantiveram a interação por meio de retuítes e menções sobre o canal.

Instagram

A participação dos seguidores também foi considerável. Devido ao ingresso recente da UFBA nesta rede, no começo do ano de 2016, a quantidade de seguidores era pouco mais de 200, mas ao final do ano, foi possível constatar um incremento de 400%, já que esta rede está em ascensão entre as mídias sociais. As publicações do perfil “UFBA em Pauta” retratam imagens do cotidiano universitário e cartazes de divulgação de atividades na Universidade.

UFBA 70 Anos

Na divulgação e cobertura das comemorações relacionadas aos 70 anos da universidade, a Assessoria também acompanhou eventos como a visita do cantor e compositor Gilberto Gil à Reitoria, para gravar um depoimento sobre os 70 anos da UFBA, no dia 29/01/2016; a visita de Juarez Paraíso, que na ocasião apresentou o produto final de suas criações para os cartazes comemorativos dos “70 Anos da UFBA” e “Congresso da UFBA”, no dia 17/05/2017; e a inauguração, no dia 20/01, da obra de reforma da Escola de Enfermagem, que também comemorou 70 anos de sua fundação em 2016.

EDGARDIGITAL, um veículo para refletir o espírito vibrante da UFBA

Em setembro de 2016, no âmbito das comemorações de seu 70º aniversário, a UFBA lançou o Edgardigital, um boletim semanal de notícias enviado a mais de 50 mil destinatários, entre professores, técnicos administrativos, alunos e ex-alunos da Universidade. Este novo veículo, dinâmico, colorido, empenhado em capturar o espírito mais vibrante da UFBA e seu compromisso fundamental tanto com o caráter público, democrático e inclusivo da instituição quanto com a excelência de seu ensino, pesquisa e extensão, está articulado a um site (www.edgardigital.ufba.br) e a uma página no facebook.

As notícias mais relevantes sobre a formação de pessoal e produção do conhecimento na UFBA; as ações de extensão que articulam diretamente a universidade com a sociedade; os muitos passos da política de ações afirmativas e de assistência ao estudante; os atos que visam ao aperfeiçoamento do planejamento e da administração da Universidade, tudo isso é matéria prima para a elaboração do Edgardigital. Todos os temas relevantes da universidade se prestam às suas narrativas jornalísticas escritas e audiovisuais, sempre recheada de personagens e contadas de jeito descontraído e leve.

O primeiro número do boletim foi postado em 09 de setembro de 2016 e até o final do ano 10 edições tinham sido publicadas, com 93 produtos, entre reportagens, notícias e vídeos.

O nome do periódico é uma homenagem a Edgard Santos, fundador e reitor da UFBA de 1946 a 1961, e sua pretensão é aprofundar a comunicação entre os múltiplos atores que fazem a Universidade, além de contribuir para revelar à sociedade um pouco mais da vida e das realizações da Universidade Federal da Bahia.

Produção Editorial

Visando promover e difundir as produções acadêmicas da Universidade Federal da Bahia, o Sistema Editorial Universitário, representado pela Editora da UFBA – EDUFBA, realiza tanto a publicação de trabalhos originais, quanto a reedição de obras clássicas, sob aprovação do seu Conselho Editorial. Algumas dessas produções são resultado de coedições e parcerias com outras instituições por meio

de convênios e acordos. Além disso, o desenvolvimento de coleções novas, assim como a ampliação de coleções tradicionais tem o intuito de atender às demandas da diversa comunidade acadêmica e científica da Universidade.

A missão da EDUFBA, em 2016, manteve-se a de gerar visibilidade para a produção dos pesquisadores, docentes, discentes e técnicos da Universidade. Esta tarefa se fez possível em razão das ações de divulgação de sua produção científica, sobretudo através do Repositório Institucional (RI) e participação em eventos científicos e acadêmicos, feiras de livros nacionais e internacionais, festivais, bienais do livro, dentre outros.

Em 2016, mais livros digitais foram cadastrados no site do Repositório Institucional. Atualmente um total de 548 publicações se encontram disponíveis para *download* gratuito no RI, sendo que sua média diária de acessos aumentou mais de 16% naquele ano.

Pela primeira vez na história da Editora foi aberto um Edital de publicação que contemplou textos dramaturgicos, memoriais, E-books e originais de diferentes áreas do conhecimento para publicação em suporte papel, assim designados: Coleção Dramaturgia; Coleção Memorial; Programa de Edição de Livros; Programa de Edição Eletrônica de livros da Editora da UFBA (e-livro). No total 137 trabalhos foram enviados para avaliação, sendo 99 deles inscritos no Edital para o Programa de Edição de Livros, 15 para a Coleção Dramaturgia, 7 para o Programa de Livros Eletrônicos e 6 Memoriais. Os resultados ainda não foram divulgados. Além das publicações oriundas dos Editais, a EDUFBA ainda conta com um remanescente de 53 livros provenientes da demanda espontânea para publicação, ou seja, foram recebidos um total de 190 originais para avaliação no ano de 2016.

É sabido que a participação da Editora em eventos constitui uma de suas principais fontes de receita, ao mesmo tempo em que serve a um importante propósito de divulgação das suas publicações. Em 2016, a EDUFBA promoveu sete Festivais de Livros e Autores da UFBA, tendo realizado a sua 11ª edição em dezembro daquele ano. Durante os Festivais novos títulos foram lançados coletivamente, com a presença de seus autores, ao tempo em que as demais publicações do ano eram expostas nos estandes para venda. Além disso, a Editora promoveu ações, eventos de lançamentos de livros individuais e coletivos, assim como participou de feiras locais, nacionais e estrangeiras nas várias áreas do conhecimento, sempre com o objetivo de tornar as produções acadêmicas mais acessíveis para a sociedade. Assim, no decorrer de 2016, a EDUFBA participou de um total de 150 eventos – 20 a mais que em 2015.

Dentre os eventos literários externos à UFBA, estão a 24ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, a Feria Internacional del Libro de Guadalajara, no México, e a Feira Pan-Amazônica do Livro, que aconteceu na cidade de Belém, no Pará. Na maioria destes eventos, a Editora representou a Universidade com stand próprio expondo títulos variados, publicadas pela EDUFBA ou por outras editoras universitárias parceiras.

O título “*Pele negra, máscaras brancas*” foi o livro mais vendido em oito dos doze meses de 2016. Nos outros quatro meses nos quais não liderou as vendas, a obra esteve, invariavelmente, dentre as cinco mais vendidas. Já o título “*Adoção do partido na arquitetura*”, por sua vez, esteve presente entre os cinco livros mais vendidos durante oito meses, sendo cinco deles consecutivos, de janeiro a maio.

A assessoria de comunicação da Editora desenvolveu ao longo do ano estratégias de comunicação voltadas, principalmente, para redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, além de publicações no site oficial da Edufba. Com o intuito de conhecer melhor os seus leitores, o setor de Comunicação elaborou e divulgou um questionário que, através de 14 perguntas objetivas, reunia questionamentos relacionados à idade, sexo, escolaridade, familiaridade com a Editora, entre outras.

O setor de *design* da EDUFBA atua tanto na edição de livros e na criação de todo material de apoio para divulgação da produção da Editora, quanto na produção dos materiais para eventos promocionais ou *cards* informativos. Além disso, em 2016 desenvolveu trabalhos, conectados à Universidade Federal da Bahia e publicações diversas. Com um total de 63 projetos realizados ao longo do ano, o setor de *design* mais do que dobrou a sua produção anual em relação à de 2015. Estes projetos foram divididos entre as competências de criação de Identidade Visual; Projeto Gráfico; Editoração e Arte-final.

A Universidade Federal da Bahia disponibiliza em sua página <https://www.ufba.br/> links que visam promover a transparência da gestão, conforme discriminado abaixo:

Processos de Contas Anuais (Relatório de Gestão)

<http://www.proplan.ufba.br/documentacao-legislacao/relatorios-gestao>

Ouvidoria: <https://www.ufba.br/ouvidoria>

Carta de Serviços ao Cidadão

<http://www.cartadeservicos.ufba.br/>

Acesso à Informação

<https://www.ufba.br/acessoInformacao>

Portal Transparência UFBA

<https://www.ufba.br/transparencia-ufba>

Plano de Desenvolvimento Institucional

https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16.pdf

Licitações

<https://www.ufba.br/licitacoes>

Processos Seletivos

<https://www.ufba.br/processos-seletivos>

Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

<https://sti.ufba.br/pdti>

Contratos de receitas e despesas

<https://proad.ufba.br/contratos>

Manual de Procedimentos Administrativos

<https://supad.ufba.br/manual-procedimentos>

UFBA em Números

<https://proplan.ufba.br/estatisticas/ufba-em-numeros>

Convênios e Contratos Acadêmicos

<https://proplan.ufba.br/convenios-contratos-academicos>

Cooperação internacional

<https://aai.ufba.br/>

UFBA em Pauta

<https://www.ufba.br/ufbaempauta>

Edgard Digital

<http://www.edgardigital.ufba.br/>

Contratos de receitas e despesas

<https://proad.ufba.br/contratos>

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em relação às medidas de acessibilidade nas instalações, a fim de sanar inadequações e incompletudes no passivo de espaço físico desta universidade em relação à Norma de Acessibilidade (NBR 9050/2015), regulamentada pela lei 10.098/2000 e pelo decreto 5.296/2004, a Coordenação de Planejamento, Projetos e Obras da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura da UFBA (CPPO/SUMAI), através do Núcleo de Planejamento, Projetos e Patrimônio Imobiliário, informa que no ano de 2016 foi dada continuidade ao Projeto Campus Acessível, iniciado em fevereiro de 2015, que se dedica a desenvolver diagnósticos, levantamento dos serviços e de projetos e orçamentos para a adequação de todas as unidades acadêmicas, administrativas, circulações e acessos da UFBA.

No primeiro trimestre de 2016, visando a adequação em acessibilidade de todo o espaço físico desta Universidade, a partir do 1º Pacote de Ações em Acessibilidade – PAA1 (projetos e orçamentos desenvolvidos no ano anterior para uma área de 60 mil metros quadrados), projetou-se um programa geral de intervenções para adequar toda a área construída atual desta Universidade, delineando custo e tempo de obra necessários para tornar todas as suas edificações acessíveis. Segundo esta estimativa, embasada no planejamento detalhado do PAA1, seriam necessários 5 anos de obras de intervenção com valor anual aproximado de 3 milhões para solucionar a acessibilidade espacial conforme a NBR 9050 de todo o passivo de edificações existentes.

Quadro 6.5.1- Estimativa de custos para adequação de obras de acessibilidade

Estimativa custos para adequação de obras acessibilidade			
Qtdade Edificações	Denominação Edificações	Area construida (m2)	Valor
28	Campus Canela	122.340,96	R\$ 5.175.022,61
3	Campus Anisio Teixeira	14.164,06	R\$ 599.139,74
67	Campus Federação/Onidna	156.944,19	R\$ 6.638.739,24
11	Centro Des. Pecuária	2.996,00	R\$ 126.730,80
39	Unidades Dispesas/Salvador	51.858,65	R\$ 2.193.620,90
9	Faz. Exp. São Gonçalo	916,50	R\$ 38.767,95
7	Faz. Regional Criação Entre Rios	1.749,00	R\$ 73.982,70
164		350.969,36	R\$ 14.846.003,94

Fonte: CPPO/SUMAI

A partir desta estimativa, foi apresentado à Reitoria e a uma representante do programa Incluir (MEC), em visita a esta Universidade no dia 28 de março de 2016, um dossiê propondo o Programa de Adequações em Acessibilidade. Mais detalhes sobre esta proposta podem ser encontrados no sítio www.campusacessível.ufba.br

Vale ressaltar que no segundo trimestre do ano de 2016 a equipe do Projeto Campus Acessível, com o apoio da Coordenação de Desenvolvimento Humano, organizou e lecionou um curso de capacitação em acessibilidade para os servidores, arquitetos e engenheiros da SUMAI. O curso foi de extrema importância para sensibilizar e atualizar os profissionais quanto às premissas do desenho universal e diretrizes da NBR 9050. Ao final do curso foi feita uma pesquisa com os servidores cujas respostas

sugeriram uma carência geral de conhecimentos específico e aprofundado no tema. Pesquisa complementar demonstra que a carência na formação em acessibilidade universal de arquitetos e engenheiros civis é um problema nacional, inclusive em instituições de ensino superior públicas. Portanto, a capacitação é um meio complementar fundamental para qualificar os profissionais a atuarem em prol de projetos e obras mais adequados às premissas da acessibilidade.

Ademais, o Projeto Campus Acessível continua desenvolvendo material técnico necessário para a realização das obras de adequação para compor o 2º pacote de planejamento anual de intervenções, que incluirá a Escola Politécnica, Instituto de Ciências da Saúde, Faculdade de Comunicação, Escola de Belas Artes, Biblioteca Central, Biblioteca Setorial de Exatas e Restaurante Universitário no Campus de Ondina.

No ano de 2016 deu-se início ao desenvolvimento do Termo de Referência para contratação do primeiro pacote de obras, que irá adequar as edificações e áreas de alto fluxo de estudantes: todos os pavilhões de aulas dos campi de Salvador, Biblioteca Central e Setorial, Restaurante Universitário e a Praça das Artes, que integra muitas destas edificações.

Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NAPE)

As atribuições deste Núcleo estão definidas no Regimento Interno da Reitoria da UFBA na Seção IX, art. 22, inciso II, alínea b.

O Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais – NAPE/UFBA foi criado com o objetivo de apoiar o desempenho acadêmico do aluno com necessidades educacionais especiais na universidade, promovendo uma cultura de inclusão em todos os espaços e contextos da Instituição. Atualmente suas ações não estão restritas ao estudante, apenas, mas abrange demandas provenientes de estudantes, professores e funcionários. Para tanto, a divulgação de informação, a elaboração de ações educativas, provimento de condições físicas, de recursos materiais e de equipamentos, tem sido preocupação constante dos gestores da UFBA. As ações administrativas são elaboradas a fim de oferecer apoio direto aos estudantes, assessoramento técnico-pedagógico aos professores, coordenadores de cursos e corpo técnico administrativo da universidade para o oferecimento de um atendimento adequado às necessidades individuais/específicas de cada pessoa com deficiência.

Ações Gerais

Durante o ano de 2016, foram realizadas as seguintes atividades em apoio ao estudante com deficiência:

- a) Conversão de textos impressos em textos digitalizados editáveis por meio de software reconhecedor de caracteres (OCR), textos esses possíveis de serem lidos por softwares Leitores de Tela. Para isso, foram instalados e configurados os aparelhos scanners com os respectivos softwares OCR e Leitores de Tela nos laboratórios de informática do NAPE;
- b) instalação e utilização de software de Ampliação de Tela, Leitores de Tela e Musicografia Braille, em apoio ao aprendizado dos alunos com cegueira e baixa visão;
- c) Instalação e configuração de Software Especial de Acessibilidade em computadores do NAPE, do instituto de letras e da escola de dança;
- d) Orientação a professores e a estudantes sobre as necessidades específicas e formas de atuação;
- e) Orientação aos estudantes para utilização de recursos da Tecnologia Assistiva no desenvolvimento das suas atividades acadêmicas;
- f) Colaboração na locomoção dos cegos no Campus de Ondina da UFBA;
- g) Suporte acadêmico a projetos de pesquisas em distintos grupos de pesquisa e programas de graduação e de pós-graduação, com os temas inclusão e acessibilidade. Suporte mediado pela criação de dois programas de apoio: programa de apoio pedagógico para o aluno com deficiência (PAPAD) e Programa de monitoria e mobilidade (PMM) que disponibilizam bolsas para estudantes com atuação em projetos realizados com a parceria do NAPE e voltados para a inclusão de PCD's.

h) oferta de oficinas de formação em: LIBRAS, Braille, Orientação e Mobilidade, políticas de inclusão e mostra de Equipamentos de Tecnologia Assistiva, realizadas durante o Congresso da UFBA;

i) Participação na organização de eventos com a promoção de interpretação de libras para: Aula Inaugural da UFBA, Evento do grupo de trabalho em mobilidade sustentável da UFBA; 1ª Colóquio de linguagem e surdez; Evento de matemática no IHACLAB e Onda digital; Seminário Bilíngue Internacional(UNEB); IV Encontro do departamento acadêmico de línguas estrangeiras (IFBA); Congresso UFBA 70 anos; UFBA Azul (realização e organização); Forum de discussão da política de inclusão e de acessibilidade na UFBA (realização e organização);

j) Aquisição de equipamentos voltados à inclusão como: leitores autônomos (sara CE), Scanners com voz (Sara PC), softwares para inclusão (Open Book, DuxBury, Zoomtext e Magic), Notebooks e Microcomputadores adaptados com teclado de fonte ampliada (para sistema Windows e IOS);

k) Apoio pedagógico a estudante que sofre do transtorno do autismo;

l) Atendimento pedagógico a estudantes com baixa visão e com afasia em fase de conclusão de cursos.

m) Em relação ao atendimento à comunidade universitária da UFBA, foram realizadas impressões no formato braile para cegueira total e em versão ampliada para pessoas com baixa visão da programação em Eventos realizados pela UFBA. O NAPE participou, também, junto com a equipe técnica da PROAE, através do trabalho especializado de seus funcionários, da elaboração das listas de materiais a serem adquiridos via processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro no exercício

Contingenciamentos e restrições orçamentárias comprometeram parcialmente a execução do orçamento de 2016. Além disso, descontinuidade e atrasos no repasse de recursos financeiros ao longo do exercício resultou em atrasos nos pagamentos de contratos de serviços continuados, comprometendo em alguns momentos a continuidade desses serviços.

7.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Diante do que se expõe no item anterior, a sustentabilidade orçamentário-financeira se compromete caso a situação econômica nacional não se estabilize e se retome a regularidade dos repasses financeiros para o pagamento das obrigações da Universidade.

7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão

Embora as restrições orçamentário-financeiras vividas em 2016 tenham dificultado a continuidade dos programas de gestão, a Reitoria manteve os compromissos com as ações já estabelecidas em 2015, nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil. Nessa última área, por exemplo, cortes orçamentários obrigou a Administração Central a aplicar recursos de custeio para dar continuidade aos programas de auxílios e bolsas. A liberação dos recursos retidos ao final do ano não possibilitou a ampliação das ações em vista da exiguidade de prazo até o encerramento do exercício. Dessa maneira, os recursos para ensino, pesquisa e extensão foram mantidos em níveis equivalentes aos praticados em 2015.

7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Observou-se em 2016 uma pequena elevação do montante de recursos próprios captados pela UFBA em relação ao ano de 2015. Todos os recursos captados foram integralmente aplicados em seus respectivos programas e projetos. Os repasses diretos por transferência a UFBA foram devidamente alocados e realizados, com a participação das fundações de apoio credenciadas. Os recursos próprios assim classificados, possibilitaram em 2016, a aquisição de equipamentos, complementando assim a restrição de recursos de capital.

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

No exercício de 2016 a prioridade da Pró-Reitoria de Administração na gestão de patrimônio móvel foi direcionada aos ajustes técnicos ainda necessários à harmonização entre o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o Sistema Integrado de Patrimônio – SIPAT. Os registros dos bens além de indicar as unidades administrativas que representam o organograma oficial da UFBA passaram também a permitir a consolidação nas seguintes classificações:

Unidades Orçamentárias/ Unidades Gestoras/ Gestão.	26232 Universidade Federal da Bahia	153038 – UFBA/15223		
	26359 Complexo Hospitalar de Saúde	150247 CHS/15223	153040 COM HUPES/15223.	150223 MCO/15223

Os bens adquiridos para atender as Universidades tutoradas do Sul da Bahia (UFSBA) foram inventariados e transferidos para aquela Instituição mediante processo administrativo regular. A Universidade do Oeste da Bahia (UFOB), antes campus avançado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), constituiu comissão para iniciar o inventário e subsidiar futura movimentação de transferência ou baixa.

Essas medidas do ponto de vista organizativo corrigiu distorções na contabilização dos bens, todavia não foram suficientes para realizar o cálculo da depreciação com base nos procedimentos estabelecidos no item 27 da macrofunção 02.03.30. As inconsistências apuradas nos sistemas informatizados SIPAT e SIAFI ao longo dos anos para serem regularizadas dependem da implementação do inventário geral da Instituição, conforme previsto do Plano de Ação. A partir daí se obterá registros que devem refletir de modo confiável a situação patrimonial da Universidade, consoante prevê as mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público consubstanciadas na Portaria N° 634, de 19 de novembro de 2013, que disciplina sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, indicando procedimentos para a implantação e operacionalização dos aspectos Patrimoniais e do Plano de Contas, de modo a que as demonstrações contábeis da unidade sejam capazes de evidenciar, em todos os aspectos relevantes, sua situação patrimonial e financeira.

Assim, conforme já mencionado no relatório de gestão 2015, um dos aspectos importantes para a apresentação da real situação patrimonial é o critério de avaliação dos bens móveis e semoventes, que permita a quantificação fiel dos recursos controlados. Para tanto será necessário investir nos fundamentos teóricos e práticos dos processos de avaliação, depreciação, regularização e inventário de bens patrimoniais móveis e semoventes visando a plena gestão do Patrimônio de bens da Universidade Federal da Bahia. Para melhor resultado das atividades a situação patrimonial será

levantada gradualmente no exercício de 2017, privilegiando os grupos de bens de maior valor agregado, além de observar as orientações contidas na macro função SIAFI e selecionar os bens adquiridos a partir de 2010

A restrição orçamentária do orçamento de 2016, representou enorme dificuldade para a manutenção da Universidade e para a continuidade dos investimentos e dessa forma não permitiu avanços na contratação de empresa especializada no objeto.

7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não há na Universidade Federal da Bahia mecanismos de mensuração de custos, a exemplo do Sistema de Informações de Custos (SIC), implantado na Administração Pública Federal em 2011. A estrutura básica para adoção de mecanismos eficientes de apuração de custos até o presente exercício não pode ser implantada apesar de ser considerada altamente relevante a análise de custos para a tomada de decisão e a boa gestão do recurso público.

7.5 Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas

Verificar Anexos.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas - PRODEP, mediante a Coordenação de Gestão de Pessoas, recebeu 68 Acórdãos do TCU, decorrentes de julgamento com pareceres de legalidade, sendo 57 relacionados à atos de admissão, 09 de aposentadorias e 02 de pensão; 18 Acórdãos com pareceres de ilegalidade, sendo 17 concernentes a atos de aposentadoria e 01 de pensão; 07 Acórdãos determinando a emissão de novos atos no SISAC, por motivo de inépcia; 13 Acórdãos com parecer de perda de objeto, sendo 08 atos de admissão, 03 de aposentadoria e 02 de pensão; e 10 Acórdãos para acompanhar o deslinde das decisões judiciais. No total, foram 116 novos Acórdãos encaminhados à Universidade Federal da Bahia, relativos à gestão de pessoas, para providências, expressando um quantitativo considerável em comparação aos anos anteriores.

Em razão de a PRODEP/CGP, contudo, não possuir sistema informatizado para controle dos Acórdãos, verificou-se fragilidade no cumprimento de alguns prazos e no registro do recebimento dos mencionados expedientes, no ano de 2016, que ficou a cargo do controle manual. Outrossim, no aludido exercício, identificou-se, também, uma frequência maior de extravios de documentos/processos no âmbito da PRODEP, mas que, depois de certo tempo, foram localizados. Ainda, em razão, todavia, da falta do registro da data de recebimento dos Acórdãos, essencial para controle dos prazos, foi expedida a CI nº 13/2017 para a Secretaria Executiva da CGP, a fim de se corrigir o problema. Por fim, dentre as prioridades levantadas e apresentadas pela PRODEP para 2017, se encontra a melhoria no atendimento aos prazos em geral, mas principalmente no tocante às demandas dos Órgãos de Controle, imprimindo maior celeridade nos cumprimentos, o que acarreta a diminuição dos riscos relacionados à gestão de pessoas.

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO

Quadro 8.1.1- Caracterização de Determinação/Recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.857/2016-3	4343/2016-2ª Câmara	9.3.1 9.3.2	Ofício nº 6691/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.1 Cessar o pagamento aos Interessados da parcela judicial referente às Horas Extras no prazo de 15 dias; 9.3.2 Emitir novos atos de aposentadoria livres das irregularidades aposentadas no prazo de 30 dias.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de decisão judicial proferida em 15.10.2010 no Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000 (Mandado de Segurança Coletivo nº 96.00.07983-8), impetrado pelo Sindicato ASSUFBA, contra o item 9.2.3 do Acórdão nº 2577/2009 – Plenário – TCU, e, conseqüentemente do Acórdão 2.753/2013 – Plenário. Até o presente momento, não se tem notícia de cassação da liminar.</p> <p>Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades indicadas, tendo em vista a citada decisão judicial.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.858/2016-0	4344/2016-2ª Câmara	9.3.1 9.3.4	Ofício nº 6692/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.1 Cessar o pagamento à Interessada da parcela judicial referente às Horas Extras no prazo de 15 dias; 9.3.4 Emitir novos atos de aposentadoria livres das irregularidades aposentadas no prazo de 30 dias.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de decisão judicial proferida em 15.10.2010 no Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000 (Mandado de Segurança Coletivo nº 96.00.07983-8), impetrado pelo Sindicato ASSUFBA, contra o item 9.2.3 do Acórdão nº 2577/2009 – Plenário – TCU, e, conseqüentemente do Acórdão 2.753/2013 – Plenário. Até o presente momento, não se tem notícia de cassação da liminar.</p> <p>Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades indicadas, tendo em vista a citada decisão judicial.</p>				
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
010.216/2013-8	4792/2016-1ª Câmara	9.3.1	Ofício nº 9240/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.1 Cessar os pagamentos às Interessadas, no prazo de 15 dias, das parcelas judiciais referentes à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/88 e a Plano Econômico, bem como emitir novos atos de aposentadoria no SISAC, livres das irregularidades apontadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir a determinação no tocante às Horas Extras, em face de as Interessadas sem encontrarem amparadas por decisão judicial, proferida no Mandado de Segurança Coletivo nº 0043188-86.2011.4.01.3300, contra a Mensagem/Comunica SIAPE nº 547973/2011, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em anexo, que também procedeu a exclusão da rubrica administrativa a partir da folha de pagamento de março/2012, a qual vinha sendo mantida por força do Mandado de Segurança nº 96.00.06852-6, da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia. Com efeito, se a UFBA promover a exclusão da referida parcela estará descumprindo a Sentença judicial, que confirmou a Decisão proferida em 27.12.2011, que, até então, não foi reformada.</p> <p>No que diz respeito a cessação do pagamento da parcela judicial do Plano Econômico (URP), esta foi providenciada a partir da folha de pagamento de janeiro/2017, junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.</p> <p>Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades indicadas, tendo em vista a mencionada decisão judicial das Horas Extras.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
001.859/2015-6	5201/2016-2ª Câmara	9.4.1 9.4.4	Ofício nº 7384/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4.1 Cessar o pagamento aos Interessados dos atos impugnados; 9.4.4 Emitir novo(s) ato(s) de aposentadoria no SISAC, caso o(s) Interessado(s) tenha(m) direito à nova inativação, desde que preenchidos os requisitos, no prazo de 30 dias.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA intencionava entrar com Pedido de Reexame a favor dos Interessados, visto que fundamentou o deferimento das aposentadorias nos registros de Portaria de concessão de Adicionais ocupacionais e fichas financeiras, bem como outros documentos relacionados nas Orientações Normativas do Ministério do Planejamento. Entretanto, não localizou ainda, em seus arquivos, os laudos ambientais da época, expedidos pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT, os quais embasaram o acréscimo do tempo ficto relativo à conversão do tempo especial em tempo comum, com abrigo nas Orientações Normativas SRH/MP nºs 07/2007 e 10/2010. Consequentemente, houve perda de prazo para o recurso. A UFBA expediu o Ofício CGP/PRODEP nº 1.556/2016 ao TCU, justificando o não cumprimento ainda da determinação do Acórdão, bem como solicitou prorrogação de prazo para cumprimento mediante Ofício</p>				

CGP/PRODEP nº 310/2017. Os Interessados foram comunicados por meio do Ofício Circular nº 06/2016; contudo, não se tem notícia do TCU, até então, de Pedido de Reexame por parte destes, nem decisão judicial favorável.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.512/2016-3	9026/2016-2ª Câmara	1.7.2.1 1.7.2.4	Ofício nº 9565/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7.2.1 Cessar o pagamento ao Interessado da parcela judicial referente às Horas Extras no prazo de 15 dias; 1.7.2.4 Emitir novos atos de aposentadoria livres das irregularidades aposentadas no prazo de 30 dias.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de decisão judicial proferida em 15.10.2010 no Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000 (Mandado de Segurança Coletivo nº 96.00.07983-8), impetrado pelo Sindicato ASSUFBA, contra o item 9.2.3 do Acórdão nº 2577/2009 – Plenário – TCU, e, conseqüentemente do Acórdão 2.753/2013 – Plenário. Até o presente momento, não se tem notícia de cassação da liminar. Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, tendo em vista a citada decisão judicial.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.519/2016-8	9027/2016-2ª Câmara	1.8.2.1 1.8.2.4	Ofício nº 9566/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8.2.1 Cessar o pagamento ao Interessado da parcela judicial referente às Horas Extras no prazo de 15 dias; 1.8.2.4 Emitir novos atos de aposentadoria livres das irregularidades aposentadas no prazo de 30 dias.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de decisão judicial proferida em 15.10.2010 no Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000 (Mandado de Segurança Coletivo nº 96.00.07983-8), impetrado pelo Sindicato ASSUFBA, contra o item 9.2.3 do Acórdão nº 2577/2009 – Plenário – TCU, e, conseqüentemente do Acórdão 2.753/2013 – Plenário. Até o presente momento, não se tem notícia de cassação da liminar. Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, tendo em vista a citada decisão judicial.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.518/2016-1	9479/2016-2ª Câmara	1.8.2.1 1.8.2.4	Ofício nº 9733/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8.2.1 Cessar o pagamento ao Interessado da parcela judicial referente às Horas Extras no prazo de 15 dias; 1.8.2.4 Emitir novos atos de aposentadoria livres das irregularidades aposentadas no prazo de 30 dias.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de decisão judicial proferida em 15.10.2010 no Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000 (Mandado de Segurança Coletivo nº 96.00.07983-8), impetrado pelo Sindicato ASSUFBA, contra o item 9.2.3 do Acórdão nº 2577/2009 – Plenário – TCU, e, conseqüentemente do Acórdão 2.753/2013 – Plenário. Até o presente momento, não se tem notícia de cassação da liminar.</p> <p>Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades apontadas, tendo em vista a citada decisão judicial.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.515/2016-2	10785/2016-2ª Câmara	9.2.1	Ofício nº 10379/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Excluir dos proventos da Aposentada, no prazo de 15 dias, a parcela judicial referente às Horas Extras.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de decisão judicial proferida em 15.10.2010 no Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000 (Mandado de Segurança Coletivo nº 96.00.07983-8), impetrado pelo Sindicato ASSUFBA, contra o item 9.2.3 do Acórdão nº 2577/2009 – Plenário – TCU, e, conseqüentemente do Acórdão 2.753/2013 – Plenário. Até o presente momento, não se tem notícia de cassação da liminar.</p> <p>Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, tendo em vista a citada decisão judicial.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.514/2016-6	11362/2016-2ª Câmara	9.2.1	Ofício nº 10689/2016- SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Excluir dos proventos da Aposentada, no prazo de 15 dias, a parcela judicial referente às Horas Extras.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de decisão judicial proferida em 15.10.2010 no Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000 (Mandado de Segurança Coletivo nº 96.00.07983-8), impetrado pelo Sindicato ASSUFBA, contra o item 9.2.3 do Acórdão nº 2577/2009 – Plenário – TCU, e, consequentemente do Acórdão 2.753/2013 – Plenário. Até o presente momento, não se tem notícia de cassação da liminar. Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, tendo em vista a citada decisão judicial.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.516/2016-9	11363/2016-2ª Câmara	9.2.1	Ofício nº 10682/2016- SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Excluir dos proventos da Aposentada, no prazo de 15 dias, a parcela judicial referente às Horas Extras.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de decisão judicial proferida em 15.10.2010 no Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000 (Mandado de Segurança Coletivo nº 96.00.07983-8), impetrado pelo Sindicato ASSUFBA, contra o item 9.2.3 do Acórdão nº 2577/2009 – Plenário – TCU, e, consequentemente do Acórdão 2.753/2013 – Plenário. Até o presente momento, não se tem notícia de cassação da liminar. Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, tendo em vista a citada decisão judicial.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.517/2016-5	11873/2016-2ª Câmara	9.2.1	Ofício nº 11909/2016- SEFIP/TCU	07.12.2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Excluir dos proventos da Aposentada, no prazo de 15 dias, a parcela judicial referente às Horas Extras.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de decisão judicial proferida em 15.10.2010 no Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000 (Mandado de Segurança Coletivo nº 96.00.07983-8), impetrado pelo Sindicato ASSUFBA, contra o item 9.2.3 do Acórdão nº 2577/2009 – Plenário – TCU, e, conseqüentemente do Acórdão 2.753/2013 – Plenário. Até o presente momento, não se tem notícia de cassação da liminar.</p> <p>Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, tendo em vista a citada decisão judicial.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.656/2016-3	11888/2016-2ª Câmara	9.3.1 9.3.4	Ofício nº 12047/2016-SEFIP/TCU	09.12.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.3.1 Excluir dos proventos dos Interessados, no prazo de 15 dias, as parcelas judiciais referentes às Horas Extras e à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/88;</p> <p>9.3.4 Emitir novos atos de aposentadoria no SISAC, livres das irregularidades apontadas.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de as Interessadas se encontrarem amparados por decisões judiciais relativas aos seguintes processos, interpostos pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA - ASSUFBA:</p> <p>a) Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000/BA ((Mandado de Segurança nº 1996.33.00.0007983-8/BA), quanto à Hora Extra incorporada;</p> <p>b) Mandado de Segurança Coletivo nº 0043188-86.2011.4.01.3300, quanto à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/1988, contra a Mensagem/Comunica SIAPE nº 547973/2011, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em anexo, que também procedeu a exclusão da rubrica administrativa a partir da folha de pagamento de março/2012, a qual vinha sendo mantida por força do Mandado de Segurança nº 96.00.06852-6, da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia. Com efeito, se promovermos a exclusão da referida parcela, s.m.j., estaremos descumprimento a Sentença judicial, que confirmou a Decisão proferida em 27.12.2011, que, até então, não foi reformada.</p> <p>Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, tendo em vista as referidas decisões judiciais.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.655/2016-7	11889/2016-2ª Câmara	9.3.1 9.3.4	Ofício nº 12075/2016-SEFIP/TCU	09.12.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.1 Excluir dos proventos das Interessadas, no prazo de 15 dias, as parcelas judiciais referentes às Horas Extras e à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/88;				
9.3.4 Emitir novos atos de aposentadoria no SISAC, livres das irregularidades apontadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de as Interessadas se encontrarem amparados por decisões judiciais relativas aos seguintes processos, interpostos pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA - ASSUFBA:</p> <p>a) Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000/BA ((Mandado de Segurança nº 1996.33.00.0007983-8/BA), quanto à Hora Extra incorporada;</p> <p>b) Mandado de Segurança Coletivo nº 0043188-86.2011.4.01.3300, quanto à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/1988, contra a Mensagem/Comunica SIAPE nº 547973/2011, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em anexo, que também procedeu a exclusão da rubrica administrativa a partir da folha de pagamento de março/2012, a qual vinha sendo mantida por força do Mandado de Segurança nº 96.00.06852-6, da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia. Com efeito, se promovermos a exclusão da referida parcela, s.m.j., estaremos descumprimento a Sentença judicial, que confirmou a Decisão proferida em 27.12.2011, que, até então, não foi reformada.</p> <p>Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, tendo em vista as aludidas decisões judiciais.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.658/2016-6	11890/2016-2ª Câmara	9.3.1 9.3.4	Ofício nº 12066/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.1 Cessar os pagamentos aos Interessados, no prazo de 15 dias, relativos às parcelas judiciais das Horas Extras e da Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/88;				
9.3.4 Emitir novos atos de aposentadoria no SISAC, livres das irregularidades apontadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de as Interessadas se encontrarem amparados por decisões judiciais relativas aos seguintes processos, interpostos pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA - ASSUFBA:</p>				

a) Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000/BA ((Mandado de Segurança nº 1996.33.00.0007983-8/BA), quanto à Hora Extra incorporada;

b) Mandado de Segurança Coletivo nº 0043188-86.2011.4.01.3300, quanto à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/1988, contra a Mensagem/Comunica SIAPE nº 547973/2011, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em anexo, que também procedeu a exclusão da rubrica administrativa a partir da folha de pagamento de março/2012, a qual vinha sendo mantida por força do Mandado de Segurança nº 96.00.06852-6, da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia. Com efeito, se promovermos a exclusão da referida parcela, s.m.j., estaremos descumprimento a Sentença judicial, que confirmou a Decisão proferida em 27.12.2011, que, até então, não foi reformada.

Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, tendo em vista as citadas decisões judiciais.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.654/2016-0	12440/2016-2ª Câmara	9.3.1 9.3.4	Ofício nº 11572/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.1 Excluir dos proventos dos Interessados, no prazo de 15 dias, as parcelas judiciais referentes às Horas Extras e à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/88, bem como a parcela administrativa concernente à VPNI do art. 37, inc. XV, da Constituição Federal/1988 (Irredutibilidade da Remuneração);				
9.3.4 Emitir novos atos de aposentadoria no SISAC, livres das irregularidades apontadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de as Interessadas se encontrarem amparados por decisões judiciais relativas aos seguintes processos, interpostos pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA - ASSUFBA:				
a) Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000/BA ((Mandado de Segurança nº 1996.33.00.0007983-8/BA), quanto à Hora Extra incorporada;				
b) Mandado de Segurança Coletivo nº 0043188-86.2011.4.01.3300, quanto à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/1988, contra a Mensagem/Comunica SIAPE nº 547973/2011, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em anexo, que também procedeu a exclusão da rubrica administrativa a partir da folha de pagamento de março/2012, a qual vinha sendo mantida por força do Mandado de Segurança nº 96.00.06852-6, da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia. Com efeito, se promovermos a exclusão da referida parcela, s.m.j., estaremos descumprimento a Sentença judicial, que confirmou a Decisão proferida em 27.12.2011, que, até então, não foi reformada.				
No tocante à parcela administrativa da VPNI, a UFBA não chegou a adotar a providência, visto que o Acórdão em apreço chegou à Coordenação de Gestão de Pessoas da PRODEP após o reajuste salarial concedido pela Lei nº 13.325/2016, em 01.08.2016, promovendo a absorção total automática da citada Vantagem no contracheque do Interessado.				
Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, quanto às parcelas judiciais, tendo em vista as citadas decisão judiciais.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.653/2016-4	12768/2016-2ª Câmara	9.3.1 9.3.4	Ofício nº 12854/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.1 Excluir dos proventos dos Interessados, no prazo de 15 dias, as parcelas judiciais referentes às Horas Extras e à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/88.				
9.3.4 Emitir novos atos de aposentadoria no SISAC, livres das irregularidades apontadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de as Interessadas se encontrarem amparados por decisões judiciais relativas aos seguintes processos, interpostos pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA - ASSUFBA:</p> <p>a) Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000/BA ((Mandado de Segurança nº 1996.33.00.0007983-8/BA), quanto à Hora Extra incorporada;</p> <p>b) Mandado de Segurança Coletivo nº 0043188-86.2011.4.01.3300, quanto à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/1988, contra a Mensagem/Comunica SIAPE nº 547973/2011, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em anexo, que também procedeu a exclusão da rubrica administrativa a partir da folha de pagamento de março/2012, a qual vinha sendo mantida por força do Mandado de Segurança nº 96.00.06852-6, da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia. Com efeito, se promovermos a exclusão da referida parcela, s.m.j., estaremos descumprimento a Sentença judicial, que confirmou a Decisão proferida em 27.12.2011, que, até então, não foi reformada.</p> <p>Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, quanto às parcelas judiciais, tendo em vista as citadas decisões judiciais.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.657/2016-0	13571/2016-2ª Câmara	9.4.1 9.4.4	Ofício nº 12844/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4.1 Cessar o pagamentos, no prazo de 15 dias, das parcelas judiciais referentes às Horas Extras e à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/88, bem como da parcela administrativa concernente à VPNI do art. 37, inc. XV, da Constituição Federal/1988 (Irredutibilidade da Remuneração);				
9.4.4 Emitir novos atos de aposentadoria no SISAC, livres das irregularidades apontadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de as Interessadas se encontrarem amparados por decisões judiciais relativas aos seguintes processos, interpostos pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA - ASSUFBA:

a) Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000/BA ((Mandado de Segurança nº 1996.33.00.0007983-8/BA), quanto à Hora Extra incorporada;

b) Mandado de Segurança Coletivo nº 0043188-86.2011.4.01.3300, quanto à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/1988, contra a Mensagem/Comunica SIAPE nº 547973/2011, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em anexo, que também procedeu a exclusão da rubrica administrativa a partir da folha de pagamento de março/2012, a qual vinha sendo mantida por força do Mandado de Segurança nº 96.00.06852-6, da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia. Com efeito, se promovermos a exclusão da referida parcela, s.m.j., estaremos descumprimento a Sentença judicial, que confirmou a Decisão proferida em 27.12.2011, que, até então, não foi reformada.

No tocante à parcela administrativa da VPNI, a UFBA não chegou a adotar a providência, visto que o Acórdão em apreço chegou à Coordenação de Gestão de Pessoas da PRODEP após o reajuste salarial concedido pela Lei nº 13.325/2016, em 01.08.2016, promovendo a absorção total automática da citada Vantagem no contracheque do Interessado.

Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, quanto às parcelas judiciais, tendo em vista as citadas decisões judiciais.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.659/2016-2	13572/2016-2ª Câmara	9.3.1 93.4	Ofício nº 12732/2016-SEFIP/TCU	Não registrada
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS/Coordenação de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4.1 Cessar o pagamentos, no prazo de 15 dias, das parcelas judiciais referentes às Horas Extras e à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/88.				
9.4.4 Emitir novos atos de aposentadoria no SISAC, livres das irregularidades apontadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A UFBA se encontra impossibilitada de cumprir as determinações, em face de as Interessadas se encontrarem amparados por decisões judiciais relativas aos seguintes processos, interpostos pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA - ASSUFBA:</p> <p>a) Agravo de Instrumento nº 0016183-32.2010.4.01.0000/BA ((Mandado de Segurança nº 1996.33.00.0007983-8/BA), quanto à Hora Extra incorporada;</p> <p>b) Mandado de Segurança Coletivo nº 0043188-86.2011.4.01.3300, quanto à Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto nº 95.689/1988, contra a Mensagem/Comunica SIAPE nº 547973/2011, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em anexo, que também procedeu a exclusão da rubrica administrativa a partir da folha de pagamento de março/2012, a qual vinha sendo mantida por força do Mandado de Segurança nº 96.00.06852-6, da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia. Com efeito, se promovermos a exclusão da referida parcela, s.m.j., estaremos descumprimento a Sentença judicial, que confirmou a Decisão proferida em 27.12.2011, que, até então, não foi reformada.</p> <p>Ainda não foram emitidos novos atos no SISAC livres das irregularidades, quanto às parcelas judiciais, tendo em vista as citadas decisões judiciais.</p>				

Além dos Acórdãos citados anteriormente, constam ainda os relacionados abaixo:

Acórdão nº 52/2016 - TCU - Plenário - TC 019.185/2014

Teve como objeto a realização de auditoria operacional para elaboração de diagnóstico da situação dos serviços ofertados à comunidade acadêmica e emitiu a Recomendação 9.1, no sentido de que a Universidade elaborasse um plano de ação com vista a adoção de providências e iniciativas acerca dos itens solicitados. A Universidade apresentou o plano de ação e, após julgamento do processo TC 010.052/2015 foi emitido o Acórdão TC 2166/2016 – TCU – Plenário, considerando cumprida a determinação.

Acórdão nº 2487/2016 – TCU – Plenário - TC 032.020/2015

Teve como objeto Auditoria na Contratação de Serviços Logísticos na UFBA e emitiu uma Recomendação acerca da necessidade de verificar a idoneidade das garantias ofertadas pelos licitantes, e deu ciência quanto necessidade da fiança bancária ser emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil; além da necessidade do gestor responsável pela condução da licitação ter o dever legal de instaurar procedimento administrativo para apurar a conduta das sociedades empresariais que não atendam aos editais ou não honrem suas propostas. Cópia do Acórdão foi encaminhada às áreas de interesse.

Cumprimento de Acórdãos decorrentes do julgamento de contas anuais

Exercício de 2011

O Acórdão nº 9483/2015 – TCU 2ª Câmara julgou regulares as contas da Universidade e fez duas determinações, abaixo. A Universidade prestou as informações em março de 2016 e mais recentemente, por meio do Ofício nº 246/GAB/UFBA, de 15/03/2017, atualizou as informações, atendendo à solicitação objeto do Ofício nº 0441/2017-TCU/SECEX-BA, de 14/02/2017, conforme a seguir:

Item 17.1 – Informe a este Tribunal os resultados obtidos com as negociações havidas com a Empresa Baiana de Saneamento – Embasa com vistas ao recálculo dos juros aplicáveis no Termo de Confissão de Dívida que trata o subitem 2.11 do relatório Anual de Gestão 201203442 elaborado pela Secretaria Federal de Controle.

Negado o recurso administrativo no âmbito da Universidade à Embasa, esta, em 06/05/2016, ajuizou Ação Ordinária com Antecipação de Tutela junto a 11ª Vara Federal, processo 0013217-80.2016.4.01.3300, conforme nos seguintes termos finais da Decisão: “*Dessa forma, por prudência, e por serem integralmente reversíveis os efeitos, entendo presentes os requisitos para o deferimento da tutela de urgência, para determinar que a UFBA não inclua os dados da EMBASA no CADIN, limitando-se os efeitos da presente decisão tão apenas ao processo administrativo 23066.031267/03-88, até manifestação desse juízo*”. Portanto, aguarda-se a decisão definitiva.

Item 7.2 – Exija e examine as prestações de contas das transferências voluntárias às fundações de apoio (FAPEX e FEP) cujos prazos de vigência tenham expirado informando a este Tribunal os contratos com as contas ainda pendentes.

A UFBA adotou as providências para a regularização das prestações de contas pendentes de análise listadas, conforme listagem abaixo.

**RELAÇÃO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONTRATOS FIRMADOS COM AS
FUNDAÇÕES DE APOIO**

Seq.	CONTRATO	VALOR PACTUADO	FUNDAÇÃO	VIGÊNCIA		STATUS
				INICIO	FINAL	
1	49/05	7.600,00	FAPEX	05/12/2005	31/10/2006	Analisada
2	50/05	20.000,00	FAPEX	05/12/2005	30/11/2006	Analisada
3	40/05	2.291.338,40	FAPEX	04/09/2008	30/06/2009	Analisada
4	48/06	302.250,00	FFDB	10/11/2006	10/02/2008	Analisada
5	53/06	54.200,00	FAPEX	13/12/2006	31/12/2007	Analisada
6	10/07	1.580.737,00	FAPEX	06/12/2006	11/05/2009	Analisada
7	71/08	135.400,80	FAPEX	31/10/2008	30/10/2009	Analisada
8	67/07	165.000,00	FAPEX	05/12/2007	30/09/2010	Analisada
9	73/07	210.000,00	FAPEX	27/12/2007	27/08/2010	Analisada
10	92/07	146.800,00	FAPEX	26/12/2007	31/12/2010	Analisada
11	96/08	243.197,30	FAPEX	23/12/2008	31/08/2010	Analisada
12	101/08	365.899,96	FAPEX	13/10/2008	13/10/2010	Analisada
13	102/08	38.000,00	FAPEX	26/12/2008	26/12/2010	Analisada
14	106/08	222.129,09	FAPEX	23/12/2008	30/09/2010	Analisada
15	107/08	214.000,00	FAPEX	26/12/2008	23/11/2010	Analisada
16	112/08	135.200,00	FAPEX	30/12/2008	31/12/2010	Analisada
17	115/08	1.629.401,00	FAPEX	31/12/2008	30/05/2010	Analisada
18	14/09	56.981,87	FAPEX	07/08/2009	30/04/2010	Analisada
19	18/09	1.986.447,70	FAPEX	10/08/2009	31/12/2010	Analisada
20	20/09	285.928,04	FAPEX	04/09/2009	31/07/2010	Analisada
21	09-6-629	90.000,00	FAPEX	24/11/2009	30/04/2010	Analisada
22	21/10	57.900,00	FAPEX	06/05/2010	30/11/2010	Analisada
23	91/07	300.000,00	FAPEX	26/12/2007	31/03/2011	Analisada
24	31/08	231.000,00	FAPEX	14/03/2008	31/07/2011	Analisada
25	98/08	282.612,41	FAPEX	26/12/2008	31/01/2011	Analisada
26	104/08	786.340,00	FAPEX	23/12/2008	24/03/2011	Analisada
27	114/08	500.934,00	FAPEX	30/12/2008	31/12/2011	Analisada
28	23/09	447.912,09	FAPEX	04/09/2009	30/12/2011	Analisada
29	37/09	260.000,00	FAPEX	30/11/2009	31/03/2011	Analisada
30	42/09	256.837,00	FAPEX	28/01/2009	28/11/2011	Analisada
31	09-6-141	435.538,16	FAPEX	03/04/2009	30/12/2011	Analisada
32	10-6-137	147.420,00	FEP	02/01/2010	01/10/2011	Analisada
33	66/10	156.665,00	FAPEX	14/10/2010	05/05/2011	Analisada
34	82/10	42.460,00	FEP	10/12/2010	31/12/2011	Analisada
35	09/11	100.000,00	FEP	12/01/2011	30/10/2011	Analisada
36	95/08	1.436.000,00	FAPEX	23/12/2008	01/04/2012	Analisada
37	41/09	209.794,96	FAPEX	08/09/2009	30/03/2012	Analisada
38	77/10	496.661,00	FAPEX	06/10/2010	27/02/2012	Analisada
39	67/11	717.075,00	FAPEX	08/08/2011	08/03/2012	Analisada

Exercício de 2012

O Acórdão nº 2791/2015 – TCU – 2ª Câmara que julgou regulares as contas da administração do exercício de 2012 (TC-022.803/2013) fez as determinações no item **1.7.1**, letras de “a” a “f” e **1.7.2**. Nos termos do Acórdão, notificada pela SECEX-BA (Ofício nº 1491/2015/TCU-SECEX-BA, de 15/06/2015), a Universidade prestou as informações solicitadas em relação aos itens indicados por meio do Ofício nº 702/GAB/UFBA, de 28/08/2015. Em relação ao item 1.7.2 (Inclua nas próximas contas informações detalhadas acerca da regulamentação da concessão de jornada de trabalho reduzida...). Este item foi objeto do Relatório de Auditoria da CGU – BA nº 201305967, subitens 3.2.2.1, 3.2.2.2 e 3.2.2.3, com a indicação das providências adotadas pela UFBA. Este mesmo assunto foi objeto dos Relatórios de Gestão dos Exercícios de 2013, 2014 e 2015.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Assuntos relacionados à Corregedoria-Adjunta da Área de Educação/Corregedoria Setorial da Área de Educação

Por Ofício nº 10831/2016/CRG/CGU-PR, de 29/04/2016, recomenda a Universidade, em síntese, a aplicação plena da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), considerando o não atendimento de 97 pedidos, do total de 427. Solicita ainda a adoção de medidas em relação aos fatos apontados

- A Universidade por meio do Ofício nº 1252/2016/GAB/UFBA, de 23/08/2016, prestou os esclarecimentos e demonstrou, ao final, a existência de 36 omissões, em 04/07/2016, num total de 479 pedidos no período 2012-2015, melhorando, assim, sua performance de atendimento em relação ao ano anterior, nos seguintes termos:

Em atendimento ao Ofício nº 10831/2016/CGU/CGU-PR, de 29 de abril de 2016, informamos que a UFBA buscou implantar nova política no que diz respeito a transparência pública e ao acesso do cidadão a suas informações, mediante nomeação de nova Autoridade de Monitoramento do Sistema de Informação ao Cidadão da Universidade Federal da Bahia.

Foi elaborado o levantamento das pendências encontradas até outubro de 2015, dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 no RT (sistema interno) e no e-SIC, que resultou em comunicado aos dirigentes das unidades/órgãos da UFBA, através de ofícios circulares, bem como reuniões pontuais com o objetivo de atender plenamente o cidadão em sua demanda. Os resultados foram considerados positivos, pois conseguimos obter respostas em torno de 70 % das solicitações até então pendentes. Porém, tem-se absoluta convicção de que quebrar paradigmas, não seja uma tarefa fácil. A UFBA encontra-se empenhada em superar tais obstáculos e aplicar plenamente a Lei de Acesso a Informação - LAI, investindo na conscientização dos seus servidores para divulgação de dados em forma de transparência ativa e passiva, buscando promover uma mudança cultural, visando reforçando a ideia de que a publicidade é a regra e o sigilo a exceção.

Dentre as ações planejadas para 2016 estão:

- a) ampliação de nova equipe, que atualmente atua com apenas um servidor e dois estagiários;
- b) promover treinamento para os novos agentes por servidores da CGU-BA;
- c) promover palestra, a ser ministrada por servidores da CGU-Bahia, visando a conscientização dos dirigentes das unidades/órgãos da UFBA;
- d) melhoria no site do SIC-UFBA;
- e) melhor adequação do mecanismo para o monitoramento interno;
- f) reavaliar fluxos internos do órgão para assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente.

Ainda, para a melhoria das atividades do núcleo responsável pelas atividades correspondente a Lei de Acesso a Informação da UFBA, já foram providenciados a aquisição de novos equipamentos como computadores, impressora multifuncional e linha telefônica (acesso para fixo e celular) facilitando o contato com o solicitante.

Ao elaborar estudo comparativo entre os dados apresentados de 2015, por essa Corregedoria, de 22,7% de omissão, e os colhidos no Sistema e-SIC, em julho de 2016, podemos considerar a considerável redução, devido ao empenho desta instituição, conforme quadro abaixo.

Em vista do que se apresenta, nota-se que a UFBA vem aperfeiçoando os seus processos de atendimento a Lei de Acesso a Informação e melhorando os indicadores de desempenho do atendimento de demandas.

Ainda com a finalidade de sanar as omissões, a UFBA tem estabelecido de forma sistemática, acompanhamento com relação ao atendimento aos cidadãos junto às unidades/órgãos, notificando e cobrando providências através de ofícios àquelas que não se pronunciaram.

Por fim, é relevante informar a Vossa Senhoria do esforço desta Universidade no processo de sensibilização do seu corpo dirigente, necessário à compreensão deste processo, relativamente novo na administração pública federal, materializado por recente capacitação realizada por servidor da CGU/BA sobre o tema, como demonstra o Ofício-Circular nº 027/2016-GAB/UFBA, de 05/08/2016. Assim, continuaremos a busca da melhoria dos índices de atendimento mediante o aperfeiçoamento e melhoria do processo da informação para cumprimento da legislação regulamentar. ”

Por fim, Universidade apresentou o quadro em que constata a discrepância entre aqueles apresentados pela CGU e os da UFBA, a seguir por totais de forma resumida:

Pedidos 2012 – 2015 (Dados CGU)			Pedidos 2012 – 2015 (Dados UFBA)		
Pedidos	Omissões	Omissões %	Pedidos	Omissões	Omissões %
427	97	22	479	36	7,5
Fonte: CGU – e-SIC			Fonte: UFBA/PROPLAN/NIC – e-SIC, em 04/07/2016		

- O Ofício nº 11684/2016/CSAE/CORAS/CRG, de 18/05/2016, relata denúncias formuladas por estudantes no âmbito de duas unidades acadêmicas. Em relação a ambas, a Universidade o Ofício nº 1159/2016/GAB/UFBA, de 29 de julho de 2016, e anexou cópias dos processos 23066.031187/2015-19) e 23066.026869/2016-91 esclarecendo em definitivo as denúncias formuladas.

- Em relação a [REDACTED], idêntica denúncia foi formulada junto ao Ministério Público Federal (Procedimento Preparatório 1.14.000.002009/2015-07), tendo a Universidade encaminhado àquele órgão documentos e informações, inclusive com a constituição de comissão de sindicância, cujas conclusões apresentadas na letra “c”, item III, do Despacho nº 01/2015, da Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Em relação a [REDACTED], o mesmo foi notificado pela direção da Faculdade de Arquitetura e prestou informações pormenorizadas acerca de suas atividades acadêmicas e sua relação com a Sociedade A&P Arquitetura e Urbanismo ao apresentar as alterações contratuais que caracterizam, ao final, que sua condição de cotista na referida sociedade não infringi o inciso X, do Art. 117, da Lei nº 8.112/90.

Assuntos relacionados à Controladoria Regional da União no Estado da Bahia

- Mediante Ofício nº 11085/2016/CGU-BA/CGU-PR, de 04/05/2016, a Universidade foi instada a se prestar informações acerca de assuntos relacionados a obrigatoriedade dos órgãos e entidades da Administração Federal em comunicar a CGU a instauração de sindicância ou outro processo administrativo, e o respectivo resultado. Foram solicitadas informações acerca dos procedimentos disciplinares (item 3.1) e sobre processos de responsabilização de pessoas jurídicas (item 4.2). A universidade atendeu a solicitação por meio do Ofício nº 885/2016/GAB/UFBA, de 04/05/2016, tendo apresentado um elenco de informações e documentos anexados a título de comprovação.

Destacam-se a adoção de providência para a realização do cadastramento de procedimentos de sindicâncias e PADs constando finalmente da rotina da USC; a instalação da sala de oitivas; e a definição dos procedimentos operacionais do setor.

OS 201601601513 – Registros no SISAC/Acumulação de cargos

Constatação

Item 1.1.1.1 - Descumprimento do prazo para registro dos atos de pessoal e ausência de registro de parte dos atos de admissão ou concessão no SISAC

Recomendação:

Efetuar o registro no Sistema SISAC dos 10 atos de concessão de aposentadoria, 17 atos de concessão de pensão e 17 atos, conforme AS 201601513/13

Providências adotadas:

- Apesar de relacionados como "não disponibilizados" para análise do Controle Interno (CGU) no SISAC, os atos de Pensão de JOSÉ KLEBER CIRNE DANTAS, MIZUEL SANTANA CABRAL, MARIA RYLZA BULCÃO PORTELLA, IOLANDA OLIVIA BARROS PINHEIRO, MARIA JOSÉ GONZAGA DOS SANTOS, BARTOLOMEU VALE DOS SANTOS, ANTONIO JOSÉ DA CRUZ, ZACARIAS DOS SANTOS, ERISVALDO APRÍGIO DOS SANTOS, CLEONICE MENEZES SOUZA, já haviam sido disponibilizados no SISAC em 01.08.2016, 22.02.2016, 27.04.2016, 16.02.2016, 06.05.2016, 23.02.2016, 02.05.2016, 24.08.2016, 21.01.2016 e 12.11.2015, respectivamente, conforme demonstrativos anexos do SISAC, sendo que alguns já enviados ao TCU. Também foram identificados na situação acima os seguintes atos de Admissão: ROSEMONICA BEZERRA DE JESUS, DANIEL OITAVEN PAMPONET MIGUEL, ALAN ARAÚJO GAMA DUARTE e ELIETE FARIAS DA SILVA, disponibilizados no SISAC em 06.05.2016, 01.07.2016, 29.07.2016 e 06.05.2016, respectivamente. Conforme relatado na resposta ao Relatório de Prestação de Contas da CGU, a maioria dos atos que não estavam enviados ao Controle Interno chegaram a ser cadastrados no SISAC, mas, por lapso, ficaram na situação de "em edição". Desta forma, todas as providências foram atendidas.

Constatação

Item 1.1.2.1 - Fragilidades dos controles internos adotados quanto à verificação das proibições de acumulação de cargos.

Recomendação:

- 1-Apurar ocorrências encaminhadas, formalizando processos administrativos para apuração dos fatos, e se for o caso, cobrar valores a serem devolvidos de corrente da acumulação;
- 2-Incluir, dentre os documentos necessários para a posse, termo de compromisso para que o servidor em regime de dedicação exclusiva firme compromisso de prestar um mínimo de quarenta horas semanais de trabalho, ficando impedido de outra atividade remunerada pública ou privada, durante o período a que estiver sujeito a este regime, ressalvadas as exceções previstas no Art. 14, § 1º, do Decreto nº 94.664/87;
- 3-Incluir nos processos de admissão comprovante de encaminhamento de processo de acumulação de cargos à Comissão de Acumulação de Cargos nas situações em que o servidor declara acumulação.

Providências adotadas:

1 - Conforme resposta em atendimento à Ordem de Serviço nº 20161513/07, da CGU, a Comissão de Acumulação de Cargos – CAC desta CGP/PRODEP, iniciou, entre os meses de junho/2016 e julho/2016, pesquisa, no sítio da Receita Federal do Brasil, referente aos CNPJs dos casos apontados, vez que não constava da planilha enviada pela CGU, a indicação dos nomes das empresas respectivas, o que prejudicou o andamento das apurações. A CAC, objetivando dar maior celeridade a essas identificações, diante da necessidade individualizar os casos, com a abertura de processo individual, contou ainda com a ajuda do Núcleo Técnico Especializado – NTE desta PRODEP, a qual deu tratamento à planilha, com a identificação das empresas, alvos das acumulações de cargos.

- A partir de agosto/2016, a CAC começou a formalizar os processos, fazendo neste momento, uma análise prévia do caso para emissão de pareceres específicos, visto que a planilha traz variadas

situações de acumulação de cargos, incluindo professores em Dedicção Exclusiva. Foram abertos processos individuais e remetidos às respectivas Unidades de lotação/exercício dos Interessados, a fim de manifestação e juntada de documentação comprobatória.

- Os trabalhos, entretanto, foram interrompidos em decorrência da greve dos servidores técnico-administrativos das IFEs, no período de 24.10.2016 a 15.12.2016; mas retomados logo após o término, todavia, sem conclusão ainda. À medida que os processos retornarem, com as devidas respostas e documentação anexada, a CAC realizará análise, com posterior remessa à CGU, objetivando acompanhamento dos casos finalizados.

Providências adotadas:

2 - A recomendação foi atendida a partir de 08.09.2016, quando foi criado modelo de TERMO DE COMPROMISSO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

Providências adotadas:

3 - A partir de setembro/2016, esta Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas – PRODEP decidiu que se encaminhasse o próprio processo de admissão para a Comissão de Acumulação de Cargos – CAC, a fim de análise e parecer quanto à legalidade da acumulação de cargos, dispensando, dessa forma, a abertura de processo específico, o que vem sendo atendido desde então.

OS 201601601513 – Obras HUPES

Constatação

Item – 1.1.3.1 - Cumprimento parcial do Termo de Conciliação Judicial Geral de 05 de novembro de 2007

Recomendação:

- 1-Nomear candidatos aprovados em concurso público para preenchimento de vagas existentes;
- 2-Licitar diretamente a contratação de empresa prestadora de serviços, nos casos em que for adequada a contratação terceirizada.

Providências adotadas:

1 - O Concurso Público 04/2014 foi realizado para preenchimento de vagas de nível médio e superior no Hospital Universitário Professor Edgard Santos. Foram convocados 1.499 candidatos aprovados das áreas assistencial, médica e administrativa, contudo somente foram efetivadas nomeações de 1.110. Todavia, os pedidos de exonerações e desistência de candidatos em ocupar os cargos tem se revelado um aspecto limitador para o cumprimento efetivo das substituições dos contratos precarizados.

2 - O Termo de Referência para contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas, está pronto. Esta contratação possibilitará a substituição dos vínculos precarizados. Entretanto, até o momento a Instituição não dispõe de recursos orçamentários para iniciar o processo licitatório.

Constatação

Item 2.1.1.1 - Atrasos no cadastramento de processo no Sistema CGU-PAD

Recomendação: 1- Aprimorar as rotinas procedimentais que permitam o efetivo controle da atividade correcional e o cadastro tempestivo de procedimentos disciplinares no Sistema CGU-PAD

Providências adotadas:

1. A Unidade de Correição e a SUPAD elaboraram dois procedimentos para descrever as atividades dos órgãos que participam dos processos disciplinares, desde a representação/ denúncia até o arquivamento definitivo. O primeiro trata da denúncia /representação recebida na Reitoria / Ouvidoria o segundo trata de denúncia /representação recebida nas Unidades Acadêmicas / Administrativas da UFBA.

1.2. Foram realizadas reuniões com os Órgãos envolvidos em questões disciplinar e controle para discutir sobre a eficácia/ eficiência dos procedimentos retrocitados, dentre os quais podemos citar: Gabinete do Reitor, Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional, Procuradoria Jurídica junto à UFBA, Coordenação de Controle Interno (Auditoria) e Unidade de Correição.

1.3. Os procedimentos foram revisados pelos órgãos envolvidos.

2. Foi elaborada uma nova portaria que atualiza Portaria 074/2015 e aprova os procedimentos operacionais que descrevem as atividades dos órgãos que participam dos processos disciplinares. Resta pendente, apenas, a publicação da Portaria.

Constatação

Item 2.1.1.3 – Obras que permanecem paralisadas em 2015

Recomendação: Apresentar, com brevidade, um plano de ação para resolução da situação existente em cada uma das obras paralisadas (HUPES)

Providências adotadas: O HUPES/EBSERH apresentou relatório fotográfico e descritivo da situação das obras que se encontravam paralisadas conforme a seguir:

1 - Centro de Material Esterilizado: Contrato concluído. Pendência para conclusão da obra: Alimentação Elétrica e complementação da climatização que não fazia parte do escopo inicial, com serviços já contratados. Prazo de conclusão previsto para maio/2017;

2 - Centro Cirúrgico: Obra retomada para conclusão dos serviços iniciados na 1ª fase. Pendência para conclusão da obra: Elaboração de inventário e nova licitação para contratação da reforma da segunda e terceira fases, inclusive do sistema de automação de ar. Prazo para conclusão previsto para março/2017;

3 – Lavanderia: Contrato extinto. Pendência para conclusão: Elaboração de inventário e realização de nova licitação para finalização dos serviços não concluídos; elaboração dos projetos complementares (reforço estrutural e instalação de gases para os equipamentos. Prazo para conclusão: 120 dias a partir da contratação (prazo estimativo, considerando que só após a realização do inventário será possível elaborar um cronograma definitivo).

4 – Obra para instalação do aparelho de Ressonância Magnética: Escopo do contrato concluído. Pendência para conclusão da obra: Instalação da blindagem de rádio frequência e eletromagnética, montagem do equipamento, este dependente de contrato específico.

5 – Reforma da Unidade de Cardiologia 1C: Escopo do contrato concluído. Pendência para conclusão da obra: Alimentação elétrica e complementação da climatização que não constava no escopo inicial, mas já contratado. Prazo de conclusão: maio/2017.

6 – Reforma do abrigo de resíduos e depósito de rejeitos: Escopo do contrato concluído com a supressão do elevador de 2º para o 4º subsolo, com necessidade de intervenção na estrutura não prevista no contrato. Pendência para conclusão da obra: Realização de nova licitação para contratação da adequação estrutural e fornecimento do equipamento. Prazo de conclusão: 150 dias a partir da nova contratação.

7 – Reforma do ambulatório do centro Pediátrico Professor Hosanah de Oliveira – CPPHO: Contrato extinto. Pendência para conclusão da obra: Elaboração de inventário e realização de nova licitação. Prazo para conclusão da obra: 180 dias a partir da nova contratação (prazo estimativo, considerando que só após a realização do inventário será possível elaborar um cronograma definitivo).

8 – Pronto Atendimento Pediátrico (CPPHO): Contrato extinto. Pendência para conclusão da obra: Elaboração de inventário e realização de nova licitação. Prazo para conclusão da obra: 180 dias a partir da nova contratação (prazo estimativo, considerando que só após a realização do inventário será possível elaborar um cronograma definitivo).

9 – Hospital Dia e Endoscopia: Obra retomada. Pendência para conclusão da obra: Realização de licitação para contratação da alimentação elétrica e complementação da climatização que não constaram do escopo inicial. Prazo para conclusão da obra: 120 dias a partir da nova contratação (prazo estimativo, considerando que só após a realização do inventário será possível elaborar um cronograma definitivo).

10 – Rampa para o laboratório Central e Central de Regulação: Contrato extinto. Saldo de serviços do contrato anterior já contratado. Pendência para conclusão da obra: realização de nova licitação para contratação da alimentação elétrica e complementação da climatização. Prazo para conclusão da obra: julho/2017.

OS 201505092 – PNAES - PROAE

Constatação

Item 1.1.1.2 - Fragilidades nos procedimentos para seleção de beneficiários

Recomendação:

- 1-Providenciar a padronização de processos, formulários e procedimentos utilizados para a concessão de benefícios no âmbito do PNAES;
- 2-Providenciar a normatização e procedimentalização da análise de estratificação socioeconômica dos candidatos aos benefícios concedidos;
- 3-Envidar esforços a fim de obter acesso a bases de dados oficiais sobre emprego e renda.

Providências adotadas:

- 1-Foi elaborado e implementado o formulário mínimo que compõe o conjunto dos formulários e documentos dos discentes e seu grupo familiar para a análise de concessão dos benefícios desde o edital referente ao semestre 2016.1;
2. A normatização e procedimentalização já estão sendo implementadas pela equipe técnica da PROAE, desde o edital referente ao semestre 2016.1. As etapas do procedimento estão disponíveis no site: <https://supad.ufba.br/publicacao-de-procedimentos-da-assistencia-estudantil>, Vale ressaltar que está em andamento o processo de aprovação, mediante consulta pública, da minuta de Política de Assistência estudantil da UFBA.
- 3 – Com a finalidade cumprir o Plano de Providencias Permanente (PPP) a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil por meio do Ofício nº 151/2016, de 12/09/2016, formulou consulta a Procuradoria-Geral Federal junto à UFBA no sentido de ter informações e orientação quanto a obtenção de acesso a bases de dados oficiais sobre emprego e renda, necessárias ao atendimento do presente item. Com efeito a PF/UFBA se dirigiu à CGU/BA, com a mesma finalidade tendo obtido as informações indicando o acesso a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, além da DATAPREV, SIARCO e JUCEB. Entre as opções apresentadas a Reitoria encaminhou Ofício nº 024/2017/GAB/UFBA, de 04/01/2017, à Coordenação Geral de Estatística do Trabalho – CGET. A Reitoria aguarda resposta daquela Coordenação.

Constatação

Item 1.1.1.7 - Ausência de validação da efetividade do programa

Recomendação: Produzir estudos para a avaliação da efetividade do PNAES no âmbito da UFBA.

Providências adotadas:

Os estudos para avaliação da efetividade do PNAES estão sendo delineados em conjunto com a Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional - SUPAD e, ao mesmo tempo, serão definidos os indicadores que serão utilizados para avaliar os impactos de tal política. Ao longo de 2017 a Universidade desenvolverá e testará a metodologia a ser empregada e avaliará, em seguida, os resultados obtidos. Esta avaliação constará do relatório de Gestão de 2017.

OS 201601513 – Fundações de Apoio

Constatação

Item 1.1.1.2 - Necessidade de estabelecimento de normas, procedimentos e controle finalístico e de gestão exercido pelo órgão colegiado superior da Universidade. Normativo da UFBA contempla apenas os controles e acompanhamentos da execução desempenhados pelos coordenadores e fiscais de convênios e contratos.

Recomendação: Rever os normativos e estabelecer novos procedimentos de forma a reforçar o controle finalístico e de gestão exercido pelo seu órgão colegiado superior.

Providências adotadas:

A UFBA, através do Conselho Universitário – CONSUNI, executa o controle finalístico e de gestão da fundação em diferentes ações: Análise os balanços anuais das Fundações de Apoio e dos Relatório de Gestão emitidos com base nas informações da CCONV e da Administração Central, sobretudo na época do cadastramento da Fundações de Apoio. Além disso a Coordenação de Convênios e Contratos Acadêmicos, por dever regimental, faz o acompanhamento de todas as etapas destes projetos em conjunto com os Coordenadores e Unidades Universitárias, seguindo todos os critérios estabelecidos por lei demais normativos. Apesar destes controles, acatando a decisão da CGU foram inseridos novos procedimentos na minuta que tramita na Administração Central para análise, etapa anterior ao encaminhamento para deliberação do CONSUNI.

Constatação

Item 1.1.1.3 - Fragilidades nos controles internos referentes à análise e acompanhamento das prestações de contas

Recomendação:

1-Implementar medidas efetivas para minimizaras deficiências na estrutura de pessoal e otimizar procedimentos de acompanhamento das prestações de contas de forma a analisar e reduzir o estoque de prestação de contas recebidas e sem análise, como informado para algumas dessas prestações de contas da amostra;

2-Incluir nos seus procedimentos de controle a verificação do atendimento legal do quantitativo de participação do pessoal vinculado a Universidade, além disso a UFBA deve rever seu normativo de forma a detalhar os critérios de seleção dos participantes do projeto, pois a Resolução 06/2013 consta apenas que as equipes serão compostas pelo Coordenador;

3-Adotar rotinas de acompanhamento dos pagamentos realizados pelas fundações de apoio, no âmbito dos contratos/convênios firmados, a fim de evitar a ocorrência de pagamentos em desobediência ao disposto no Art. 4º-D da lei nº 8.958/94;

4-Acompanhar e controlar a nível de gestão, os projetos contratados com base no previsto no Ar. 1º -A, da Lei nº 8.958/94.

Providências adotadas:

1-A partir do projeto apresentado pela Coordenação de Convênio e Contratos Acadêmicos - CCONV a Administração Central da UFBA envidou esforços para reforçar a estrutura de pessoal do Núcleo de Prestação de Contas – NAP. Em que pese as limitações impostas pela redução do quadro de pessoal da universidade, que tem número inferior ao patamar apresentado em anos anteriores, a PRODEP, após reunião com a CCONV, buscou o encaminhamento de mais um servidor, a ser lotado na CCONV ainda no primeiro trimestre deste ano. Aliado a isso a PROAD, após parecer da Procuradoria Geral Federal, buscou alocar o pessoal na CCONV, com o encaminhamento de prestadores de serviço para auxiliar na redução do estoque de prestação de contas em regime de mutirão;

2-O Procedimento de controle e verificação do atendimento legal do quantitativo de participação do pessoal vinculado a Universidade é amplamente divulgado nos normativos da UFBA e já vem sendo feito pela Congregação das Unidades e controlado pela CCONV no âmbito do Núcleo de Apoio a Elaboração - NAE e Núcleo de Acompanhamento - NAC, com base no disposto na resolução 06/2013. A nova versão do SIPAC – Módulo Projetos e Convênio trouxe novas ferramentas que facilitam este processo quando do cadastramento e separação do quantitativo de participantes externos e da UFBA. Sobre o critério de seleção tramita a proposta de resolução para alteração da Resolução 06/2013.

3- A verificação do disposto no Art. 4-D faz parte da rotina das análises de prestações de contas, quando verificadas impropriedades, exceções que fogem à regra, as fundações são notificadas para corrigir a falha, como foi o caso da FEP que justificou o procedimento e corrigiu a impropriedade. Das últimas análises das prestações de contas não se verificou pagamentos em desacordo com os normativos legais.

4- Os projetos tipo 1A são acompanhados pelas unidades executoras, pelos coordenadores de projetos, tramitam pela CCONV e são acompanhados pelos Núcleos da CCONV no que concerne as competências estabelecidas nos instrumentos jurídicos celebrados com os órgãos concedentes e/ou financiadores, como: Encaminhamento para parecer da Procuradoria Geral Federal – PGF/UFBA,

acompanhamento de vigência, celebração de termos aditivos, remanejamento de rubricas, inserção de participantes da equipe executora, controles de envio de prestação de contas pelas Fundações, relatórios e comprovantes de envio de prestação de contas e das demandas apresentadas pelos concedentes/financiadores.

Constatação

Item 1.1.1.4 - Estoque significativo de prestações de contas recebidas e não analisadas com atraso superior a 365 dias.

Recomendação: Implementar medidas efetivas para minimizar as deficiências na estrutura de pessoal e otimizar os procedimentos de acompanhamento das prestações de contas de forma a analisar e reduzir o estoque de prestação de contas recebidas sem análise.

Providências adotadas:

Sobre minimizar as deficiências da estrutura de pessoal, idem ao item 1 da resposta anterior.

Várias medidas foram adotadas para reduzir o estoque de prestação de contas pendentes de análise, como a elaboração de sistemática mais ágil de análise, melhorias nos processos de acompanhamento pelos Núcleos de Acompanhamento de Prestação de Contas - PCs quando das análises de prestações de contas parcial, que fazem com que as prestações sejam controladas durante a execução, minimizando falhas e corrigindo impropriedades. Além disso, por iniciativa da CCONV, as Fundações passaram a encaminhar as prestações de forma eletrônica, reduzindo a emissão de papel, facilitando o processo de análise e resolvendo o problema de arquivo. Ainda seguindo com o processo de melhoria desta ação, a CCONV realizou reuniões com a Superintendência de Tecnologia e Informação – STI/UFBA, área responsável pelo SIPAC, para que as fundações pudessem anexar as prestações Eletrônicas no Módulo Projetos e Convênios, proporcionando ainda mais agilidades no envio das prestações, reduzindo custos e sobretudo, aumentando a transparência, visto que todas as prestações de contas ficarão disponíveis no portal público do SIPAC. Ressalta-se que os controles efetivados pela CCONV/NAP, facilitam o processo de análise e prestações de contas aos órgãos concedentes/financiadores, evitando situações de inadimplência resolvendo problemas históricos como foi o caso da finalização das pendências de mais de 52 convênios celebrados com o Fundo Nacional de Saúde, celebrados entre os anos de 2005 à 2012. Todas estas ações melhoram a operacionalização, minorando o desgaste dos analistas que vão além das análises de PC's, auxiliam na resolução das pendências com os órgãos concedentes/financiadores, fazem consultas e retiradas de cadastros de inadimplência, devolução de saldos remanescentes, auxiliam nas respostas dos órgãos de fiscalização e controle.

Constatação

Item 1.1.1.5 - Necessidade de aperfeiçoamento na divulgação das informações da relação da UFBA com suas fundações de apoio.

Recomendação: Aperfeiçoar os controles e procedimentos da divulgação dos dados do relacionamento com suas fundações de apoio de forma a divulgar de maneira completa e tempestiva, as informações legalmente exigidas, no seu sítio da internet e em seus boletins internos.

Providências adotadas:

A UFBA remodelou o banner da Fundação, veiculado na página principal da UFBA, adequando sua estrutura a legislação vigente e a Resolução 006/2013, passando a se chamar Boletim Interno Fundações de Apoio. A CCONV/NAC vem fazendo atualizações dos dados sistematicamente. Aliado a isso, e bastante divulgado no Boletim Interno, a ferramenta Portal Público do SIPAC UFBA, complementa a divulgação de dados e representa uma ferramenta primordial para transparência das informações sobre convênios e sobretudo sobre a relação com as suas fundações de apoio. Para facilitar seu acesso, a CCONV elaborou o Tutorial da Consulta Pública, a fim de facilitar o acesso à consulta pública do SIPAC, além disso passou a anexar de forma gradativa documentos importantes como prestação de contas e relatório situacional do projeto.

Constatação

Item 1.1.1.6 - Necessidade de aperfeiçoamento dos controles referentes ao monitoramento do cumprimento pelas fundações de apoio da divulgação em seus sítios eletrônicos das informações sobre os instrumentos contratuais firmados com a UFBA, suas execuções e prestação de contas.

Recomendação: Estabelecer mecanismos de monitoramento da publicidade dada pelas fundações de apoio, nos respectivos sítios da internet, verificando a tempestividade e a completude da divulgação das informações exigidas pelo Art. 4º-A da Lei nº 8.958/94.

Providências adotadas:

A UFBA, através da CCONV e do CONSUNI, alerta às fundações sobre a necessidade de atendimento pleno do Art. 4-A da Lei 8.958/94. Nota-se uma evolução dos portais da transparência das fundações de apoio. Entretanto como este processo sofre atualizações contínuas e quando detectada impropriedades a CCONV informa solicitando as devidas correções. Na última reunião com a área técnica e de TI da FAPEX foi solicitado os ajustes necessários para melhoria do portal e estabelecido um cronograma de atendimento, visto que eram necessárias à época aquisição de equipamento e melhoria nos sistemas. Já se observa que a Fundação estabeleceu melhores práticas no sentido de digitalizar as informações relacionadas a prestação de contas e emissão dos relatórios de pagamento de bolsa e remuneração de pessoas física, que inclusive são repassados à UFBA para atualização em seus sistemas e Boletim Interno, faltando apenas proceder a anexação em seu portal da transparência, que já está ocorrendo gradativamente.

Constatação

Item 1.1.1.7 - Fragilidades nos controles internos referentes a concessão de bolsas por meio de fundações de apoio.

Recomendação: Aperfeiçoar o controle de pagamento de bolsas, de forma a incluir nos seus procedimentos sistemáticos a verificação dos valores aprovados pelas Congregações das Unidade, do limite estabelecido pelo normativo interno da UFBA, bem como do limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas percebidas nos termos do Art. 37, XI, da Constituição Federal e do Decreto nº 7.423/2010 que regulamentou a Lei nº 8.958/94.

Providências adotadas:

Além dos controles efetuados pelas Fundações e da declaração exigida pelos membros das equipes executoras que são remunerados a UFBA faz os controles dentro das suas possibilidades operacionais e competências legais. Foram inseridos nos Procedimentos Operacionais a aprovação dos valores de bolsa pelas Congregações, a serem explicitados em Ata. Estes valores são inseridos nos projetos cadastrados no Módulo Projetos e Convênios e passam por verificações da CCONV e das Fundações de Apoio, a princípio pelo portal da transparência. Aliado a isso foram estabelecidos maiores controles em conjunto: CCONV/Fundações/PRODEP, estabelecendo um fluxo de processo, a fim de encaminhar a relação dos valores de remunerações dos servidores emitida pelas Fundações para verificação em conjunto com as informações constantes da folha de pagamentos.

Constatação

Item 1.1.18 - Ausência de anuência expressa da UFBA para que as fundações de apoio captem e recebam diretamente recursos financeiros sem ingresso na Conta Única do Tesouro.

Recomendação: Conceder anuência expressa para que a fundação de apoio capte e receba diretamente recursos financeiros sem ingresso na Conta Única do Tesouro, quanto aos Convênios celebrados com base nos artigos 1º-A e 1º-B da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, conforme exigência do § 1º, do Art. 3º da mesma lei.

Providências adotadas:

Os projetos passam um intenso processo acadêmico, até seguirem para aprovação das Congregações da Unidade ou órgãos equivalentes, só então se inicia o processo administrativo para contratação da Fundação por dispensa de licitação, sendo encaminhados pelo dirigente máximo da Unidade Executora, após todas as etapas de cadastros nos sistemas de controle e instrução processual, conforme PO's específicos, são submetidos ao Parecer da Procuradoria Geral Federal e finalmente encaminhado processo para avaliação e assinatura do Reitor da UFBA. Considerando a recomendação da CGU, com base no dispositivo legal em tela, a CCONV sem prejuízo da minuta de resolução que tramita na Administração Central, estabeleceu novos procedimentos operacionais para que fique

explícitos nas Atas de aprovação da Congregação das Unidades ou órgãos equivalentes a anuência expressa quanto a celebração de convênios com base nos artigos 1º-A e 1º-B da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, conforme exigência do § 1º, do Art. 3º da mesma lei.

Acompanhamento de recomendações:

O acompanhamento das recomendações do OCI é feito pela Assessoria do Gabinete de Reitor mediante registros, encaminhamento de solicitação de providência, prepara de comunicação e remessa de respostas à CGU. Procedimento adotado em determinações/recomendações do TCU nas áreas de administração geral, à exceção da área de pessoal.

No que diz respeito às solicitações relativas a área de pessoal tendo em vista que as requisições de informações estão sendo encaminhadas pelo TCU diretamente à Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas – PRODEP/Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP, estas áreas fazem o controle e acompanhamento e atendimento das demandas, todavia mediante registro mediante documentação física.

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

O procedimento padrão na Universidade é de apuração de responsabilidade mediante abertura de processos administrativos, onde os dirigentes das Unidades e Órgãos são autoridades competentes para instituir comissão e apurar eventuais danos.

Esclarecemos que as apurações disciplinares, conforme previsto no Art. 143 da Lei 8112/90, são instauradas quando há ciência de irregularidades no serviço público e tem como objetivo principal a responsabilização disciplinar (advertência, suspensão e demissão). Entretanto, durante as apurações, as comissões podem indicar, além dos ilícitos disciplinares, a ocorrência de dano ao erário, comprometendo o órgão competente a levantar o valor do dano.

No exercício de 2016, foram abertos 63 (sessenta e três) processos administrativos que resultaram em ações para a reposição ao erário de valores percebidos indevidamente na folha de pagamento de pessoal, referentes a, por exemplo: Per Capita Saúde Suplementar, Incentivo à Qualificação, Retribuição por Titulação, de remunerações percebidas indevidamente, em face de licenças sem ônus, faltas, valores indevidos do regime de Dedicação Exclusiva.

Acrescentamos que a UFBA ainda não dispõe de um sistema de monitoramento das etapas e prazos desses processos, cuja necessidade foi apontada no item 5.1.3, Riscos Relacionados a Pessoal, do Relatório de Gestão. Não houve instauração de Tomadas de Contas Especiais.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art 5º da lei 8.666/1993.

A Administração observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. Todavia, a liberação mensal de recursos financeiros para pagamento de despesas liquidadas ainda foi irregular e insuficiente para atender a totalidade de tais despesas durante todo o ano de 2016.

A falta de documentação comprobatória das despesas, sobretudo das que se relacionam a contratação de mão de obra, ainda contribui para atrasos involuntários de pagamento uma vez que há um retardamento na liquidação das despesas.

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Os orçamentos elaborados pela Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura - SUMAI tem como base os índices sem desoneração do SINAPI, sistema da caixa Econômica Federal. Na memória de cálculo do BDI apresentada durante o certame licitatório as empresas podem optar pela desoneração preenchendo o item C-4 - CPRB (contribuição Previdenciária sobre o Lucro Bruto). Também durante o certame as empresas ao apresentarem suas documentações podem se declarar desoneradas, desde que atendam ao item C-4 -CPRB.

De uma maneira geral a Universidade com o objetivo de reduzir custos da contratação e minorar a situação de possível desequilíbrio orçamentário reiterou à comunidade adoção de novos hábitos no consumo de energia e água e melhoria da eficiência.

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 8.6.1 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2080.20GK/2080.20RK	27.393,01	27.393,01
Legal	2080.20GK/2080.20RK	724.848,37	705.190,51
Mercadológica			
Utilidade pública			
Total		752.241,38	732.583,52

Análise Crítica

A Universidade realiza a publicidade legal por meio de dois contratos. Um com a Imprensa Nacional e outro com a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EBC). As publicações permitem resultados favoráveis tanto do ponto de vista da competitividade nas licitações como na ampla divulgação dos concursos públicos e matérias institucionais. Os extratos de Contratos e Termos Aditivos são amplamente divulgados na Imprensa Nacional contribuindo, além da obediência ao aspecto legal, para subsidiar consultas de preços entre os órgãos federais. Nomeações, Decisões e Convocações, são outras matérias publicadas para atender os objetivos da Universidade.

8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no Art. 3º do decreto 5.626/2005

O quadro a seguir demonstra que a UFBA encontra-se em conformidade com o Art. 3º do Decreto 5.623/2005 que trata da oferta de disciplinas de Libras como obrigatória para Cursos de Graduação. No referido quadro constam os cursos de Graduação que ofertam a disciplina Libras com o código do e-MEC, município, o código da disciplina ofertada e publicação.

Em relação à coluna publicação, os colegiados dos cursos de graduação devem fixar as informações, referentes as condições de oferta dos cursos, conforme art 32, parágrafo 1º da Portaria do MEC 40/2007.

Além disso, muitas das informações listadas no referido artigo da Portaria, estão disponíveis na página da UFBA nas suas respectivas Unidades Universitárias. UFBA/Conheça a UFBA/Estrutura/Unidades Universitárias.

Quanto a capacitação dos Recursos Humanos em Libras, em 2016 foi oferecido curso de Libras Básica, certificando 22 servidores.

Quadro 8.7.1- Cursos de Graduação que ofertam a disciplina Libras como obrigatória nos termos do Art. 3º, Decreto 5.626/2005

Cursos	Turno	CÓD. CURSO (e-MEC)	Município	Se atende o decreto 5.626/2005 (Libras)	Publicação
Ciências Biológicas	Diurno	13283	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=280120&nuPerCursoInicial=20141
Ciências Biológicas	Noturno	117140	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=202120&nuPerCursoInicial=20141
Ciências Sociais	Noturno	13304	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=306120&nuPerCursoInicial=20092
Computação	Noturno	1142650	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=196120&nuPerCursoInicial=20101
Dança	Noturno	1106186	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=581120&nuPerCursoInicial=20101
Dança	Diurno	13308	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=503120&nuPerCursoInicial=20092
Educação Física	Diurno	13318	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=315110&nuPerCursoInicial=20111
Filosofia	Diurno	13303	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=309120&nuPerCursoInicial=20092
Física	Diurno	13273	Salvador	LETE48	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=181120&nuPerCursoInicial=20161
Física	Noturno	21080	Salvador	LETE48	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=181120&nuPerCursoInicial=20161
Fonoaudiologia	Diurno	20426	Salvador	LETE48	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=210140&nuPerCursoInicial=20161
Geografia	Noturno	106064	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=182120&nuPerCursoInicial=20151
Geografia	Diurno	13274	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=109120&nuPerCursoInicial=20151
História	Noturno	13300	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=386120&nuPerCursoInicial=20161
História	Diurno		Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=310120&nuPerCursoInicial=20161
Letras Vernáculas com Inglês	Diurno	13295	Salvador	LETE48	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=402200&nuPerCursoInicial=20092
Letras	Noturno	117076	Salvador	LETE48	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=480120&nuPerCursoInicial=20092
Letras - Inglês	Noturno	118057	Salvador	LETE48	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=481120&nuPerCursoInicial=20092
Letras - Inglês	Diurno	13294	Salvador	LETE48	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=481120&nuPerCursoInicial=20092
Letras - Português	Diurno	13297	Salvador	LETE48	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=401200&nuPerCursoInicial=20092
Licenciatura em Ciências Naturais	Diurno	13280	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=209120&nuPerCursoInicial=20092

Licenciatura em Desenho e Plástica	Diurno	13312	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=505120&nuPerCursoInicial=20092
Licenciatura em Teatro	Diurno	21081	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=511140&nuPerCursoInicial=20142
Matemática	Noturno	117052	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=183120&nuPerCursoInicial=20092
Matemática	Diurno	13276	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=111120&nuPerCursoInicial=20092
Música	Diurno	13293	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=507120&nuPerCursoInicial=20111
Pedagogia	Noturno	13298	Salvador	LETE48	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=385120&nuPerCursoInicial=20102
Pedagogia	Diurno		Salvador	LETE48	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=312140&nuPerCursoInicial=20092
Química	Diurno	5001147	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=184120&nuPerCursoInicial=20092
Química	Noturno	117058	Salvador	LETE46	https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=184120&nuPerCursoInicial=20092

Fonte:

PROGRAD

9. ANEXOS E APÊNDICES: APÊNDICE I - DESEMPENHO FINANCEIRO DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4320-6 E NOTAS EXPLICATIVAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 16/03/2017	PÁGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	25.991.057,52	22.414.250,85	Despesas Orçamentárias	1.709.151.955,31	1.666.184.223,32
Ordinárias	153.347,28	59.451,11	Ordinárias	177.955.896,93	571.743.061,44
Vinculadas	26.804.154,82	23.563.387,41	Vinculadas	1.531.196.058,38	1.094.441.161,88
Educação	888.513,18	721.071,50	Educação	901.412.964,79	691.274.939,80
Doações	543.872,35	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	574.463.865,68	197.890.659,02
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	25.571.969,29	22.842.316,91	Operação de Crédito	1.401.354,29	172.217.277,33
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-968.444,58	-1.208.587,67	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	51.559.250,20	30.164.861,74
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.388.633,44	2.893.424,19
Transferências Financeiras Recebidas	1.890.248.484,48	1.830.337.986,10	Transferências Financeiras Concedidas	191.745.210,48	206.886.581,50
Resultantes da Execução Orçamentária	1.800.647.109,94	1.715.881.381,23	Resultantes da Execução Orçamentária	177.183.257,38	187.962.404,23
Repasso Recebido	1.624.048.701,08	1.547.726.185,00	Repasso Concedido	424.848,50	27.228,00
Sub-repasso Recebido	176.598.408,86	187.935.178,23	Sub-repasso Concedido	176.598.408,86	187.935.178,23
Independentes da Execução Orçamentária	89.801.374,54	114.876.824,87	Repasso Devolvido	160.000,00	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	84.357.125,85	88.011.767,15	Independentes da Execução Orçamentária	14.561.953,12	38.924.177,27
Demais Transferências Recebidas	798.158,68	10.839.058,71	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	13.481.394,62	37.423.091,50
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.448.092,01	15.825.799,01	Demais Transferências Concedidas	-	5,29
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.080.558,50	1.501.080,48
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	73.292.744,24	102.758.022,64	Despesas Extraorçamentárias	95.192.148,63	88.299.601,66
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	8.483.627,24	43.803.858,35	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	42.150.287,14	36.813.298,13
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	62.575.844,09	56.596.862,63	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	50.017.704,68	49.517.327,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.233.272,91	-3.645.942,81	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.778.332,27	1.988.978,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	6.003.446,27	Outros Pagamentos Extraorçamentários	245.824,54	-
Demais Recebimentos	-	6.003.446,27	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	14.208,25	-
			Demais Pagamentos	231.618,29	-
Saldo do Exercício Anterior	41.018.278,22	46.878.425,11	Saldo para o Exercício Seguinte	34.461.250,04	41.018.278,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	41.018.278,22	46.878.425,11	Caixa e Equivalentes de Caixa	34.461.250,04	41.018.278,22
TOTAL	2.030.550.564,46	2.002.388.684,70	TOTAL	2.030.550.564,46	2.002.388.684,70

NOTAS EXPLICATIVAS BALANÇO FINANCEIRO

1. Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias no montante de R\$25.991.057,52, em 31/12/2016, equivalem a 1,48% do total de ingressos orçamentários no período. Nesse grupo, as receitas ordinárias no valor de R\$153.347,28 com uma variação de 157,94% refere-se à recuperação de despesas de exercícios anteriores originárias da fonte de recursos 0100. As principais receitas da UFBA em 2016 foram: receitas com serviços - compreendendo o oferecimento de cursos de extensão/idiomas e pós-graduação lato sensu, receita com aluguéis, e taxas administrativas diversas.

2. Transferências Financeiras Recebidas

As transferências financeiras recebidas no montante de R\$1.890.248.484,48 equivalem a 93,09% do total dos ingressos e correspondem, primordialmente, aos repasses recebidos do Órgão Superior (MEC) e das relações contratuais com outros Órgãos.

3. Recebimentos Extra-orçamentários

Os recebimentos extra-orçamentários de R\$73.292.744,24 equivalem a 3,61% do total dos ingressos no período, correspondendo, principalmente, à inscrição de restos a pagar (85,38%). Cabe salientar que os restos a pagar têm por função compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada no período, porém não paga no exercício de emissão da nota de empenho (restos a pagar não processados) conforme dispõe o artigo 103 da Lei n. 4.320/1964.

4. Saldo do Exercício Anterior

O saldo do exercício anterior corresponde à disponibilidade de caixa do exercício anterior, no valor de R\$41.018.278,22, em 31/12/2016, equivalente a 2,02% do total de ingressos no período.

5. Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias de R\$1.709.151.955,31, em 31/12/2016, equivalem a 84,17% do total de dispêndios no período. Correspondem, principalmente, aos repasses recebidos do Órgão Superior (MEC) para viabilizar a execução da Lei Orçamentária Anual e também de outros Órgãos decorrentes de instrumento contratuais.

6. Transferências Financeiras Concedidas

As transferências financeiras concedidas no montante de R\$191.745.210,48, em 31/12/2016, detalhadas em resultante da execução orçamentária (R\$177.183.257,36) e independentes da execução orçamentária (R\$14.561.953,12) equivalem a 9,44% do total de dispêndios no período. Correspondem, principalmente, aos sub-repasses concedidos às UG descentralizadas da UFBA e a transferências a outros Órgãos, a exemplo de Termo de Cooperação 183/2015 entre a UFBA e UFRN para a implementação do SIPAC, com repasse em 2016 no valor de R\$424.848,50, representando uma variação de 1.460,34%(AH) em relação a 2015 para esse item.

7. Saldo para o Exercício Seguinte

O saldo para o exercício seguinte corresponde à disponibilidade de caixa do exercício atual, no valor de R\$34.461.250,64 em 31/12/2016 e equivale a 1,70% do total de ingressos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMI S SAO 16/03/2017 PAGINA 11

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS
SUBTÍTULO	26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA \$ CORRENTE \$	22.882.634,00	22.882.634,00	25.991.057,52	3.108.423,52
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	3.989.667,00	3.989.667,00	3.701.547,59	-288.119,07
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.122.876,00	2.122.876,00	2.230.720,70	107.844,70
Valores Mobiliários	1.866.791,00	1.866.791,00	1.470.627,23	-396.163,77
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	11.601,00	11.601,00	15.000,00	3.399,00
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	18.869.468,00	18.869.468,00	20.791.747,67	1.922.281,67
Receita Industrial	17.307.829,00	17.307.829,00	19.710.514,42	2.402.685,42
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.561.637,00	1.561.637,00	1.081.233,26	-480.403,75
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	243.672,35	243.672,35
Outros Serviços	11.900,00	11.900,00	1.239.289,57	1.227.389,57
Transferências Correntes	-	-	448.733,41	448.733,41
Outras Receitas Correntes	11.900,00	11.900,00	790.556,16	778.656,16
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITA \$ DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS

EMI S S A O
16/03/2017

PAGINA
21

SUBTÍTULO 26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	22.662.634,00	22.662.634,00	25.991.057,52	3.106.423,52
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	22.662.634,00	22.662.634,00	25.991.057,52	3.106.423,52
DÉFICIT	-	-	1.683.160.897,79	1.683.160.897,79
TOTAL	22.662.634,00	22.662.634,00	1.709.151.955,31	1.686.269.321,31
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.381.681.280,00	1.489.577.660,00	1.684.336.016,91	1.638.203.748,45	1.631.473.517,60	-194.756.356,91
Pessoal e Encargos Sociais	1.151.872.532,00	1.243.593.721,00	1.224.461.397,37	1.224.461.397,37	1.224.442.688,40	19.132.323,63
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	229.808.748,00	245.983.939,00	459.874.619,54	413.742.351,08	407.030.829,20	-213.890.680,54
DESPESA DE CAPITAL	42.323.115,00	56.819.101,00	24.815.938,40	8.372.362,77	6.618.966,38	11.303.162,60
Investimentos	41.302.471,00	56.075.606,00	24.170.938,40	8.372.362,77	6.618.966,38	11.304.697,60
Inversões Financeiras	520.644,00	543.495,00	645.000,00	-	-	-101.505,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DA DESPESA	1.424.004.395,00	1.526.196.761,00	1.709.151.955,31	1.646.576.111,22	1.638.092.483,98	-182.955.194,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMISSÃO 16/03/2017 PAGINA 31

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS
SUBTÍTULO	26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE R\$

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<u>Outras Dívidas</u>	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.424.004.395,00	1.526.196.761,00	1.709.151.955,31	1.646.576.111,22	1.638.092.483,98	-182.955.194,31
TOTAL	1.424.004.395,00	1.526.196.761,00	1.709.151.955,31	1.646.576.111,22	1.638.092.483,98	-182.955.194,31

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESA CORRENTE	14.068.616,55	51.079.160,11	43.711.464,50	43.341.293,09	6.035.642,34	15.764.841,23
<u>Pessoal e Encargos Sociais</u>	227,34	1.814,30	-	-	227,34	1.814,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
<u>Outras Despesas Correntes</u>	14.068.389,21	51.071.345,81	43.711.464,50	43.341.293,09	6.035.415,00	15.763.026,93
DESPESA DE CAPITAL	20.822.038,74	5.523.502,52	6.741.491,21	6.676.411,59	930.399,69	18.738.729,98
<u>Investimentos</u>	20.822.038,74	5.523.502,52	6.741.491,21	6.676.411,59	930.399,69	18.738.729,98
<u>Inversões Financeiras</u>	-	-	-	-	-	-
<u>Amortização da Dívida</u>	-	-	-	-	-	-
TOTAL	34.890.655,29	56.598.662,63	50.452.955,71	50.017.704,68	6.966.042,03	34.503.571,21

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESA CORRENTE	921.802,88	42.466.408,95	38.051.927,17	3.529.907,69	1.806.376,97
<u>Pessoal e Encargos Sociais</u>	596,27	674.710,04	674.495,42	-	810,89
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
<u>Outras Despesas Correntes</u>	921.206,61	41.791.698,91	37.377.431,75	3.529.907,69	1.805.566,08
DESPESA DE CAPITAL	260.284,37	4.113.096,90	4.098.559,97	275.021,30	-0,00
<u>Investimentos</u>	260.284,37	4.113.096,90	4.098.559,97	275.021,30	-0,00
<u>Inversões Financeiras</u>	-	-	-	-	-
<u>Amortização da Dívida</u>	-	-	-	-	-
TOTAL	1.182.087,25	46.579.505,85	42.150.287,14	3.804.928,99	1.806.376,97

NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1. Receitas Correntes

No exercício de 2016, das RECEITAS CORRENTES, as "Receitas de Serviços" apresentaram a maior arrecadação, no montante de R\$ 20.791.747,67 representando 80% do total. No geral, evidencia-se um excesso de arrecadação de R\$3.108.423,52. Numa análise comparativa entre a previsão e a realização, o item mais representativo, entretanto, foi "outras receitas" referentes a recebimentos de multas contratuais e recuperação de despesas de exercícios anteriores, demonstrado no percentual de 10414,20% de arrecadação (R\$1.239.289,57) em relação à previsão (R\$11.900,00) para o exercício. Vale ressaltar que o maior volume de receita da Instituição origina-se de contratos de prestação de serviços na forma de oferecimento, à sociedade, de cursos de extensão e especialização e também pesquisas nas diversas áreas do saber.

Receitas orçamentárias	Previsão	Receitas realizadas	Saldo	AV%*
Rec. patrimonial	3.989.667,00	3.701.347,93	-288.319,07	14,24
Rec. agropecuária	11.601,00	15.000,00	3.399,00	0,06
Rec. de serviços	18.869.466,00	20.791.747,67	1.922.281,67	80,00
Transferências	-	243.672,35	243.672,35	0,94
Outras receitas	11.900,00	1.239.289,57	1.227.389,57	4,77
Total rec. correntes	22.882.634,00	25.991.057,52	3.108.423,52	100,00

* Relação entre a receita realizada e a previsão atualizada.

2. Despesas de Capital

No exercício de 2016, das DESPESAS DE CAPITAL, os "Investimentos" apresentaram uma execução de 67,00% (R\$ 24.170.938,40/R\$ 36.075.606,00), representados pelo Total de Despesas Empenhadas/Total Dotação Atualizada. Dessas, destaca-se o item Inversões Financeiras referente a parcela de aquisição de um imóvel para funcionamento da Maternidade Climério de Oliveira, empenhada no valor de R\$645.000,00 – representando o percentual de execução de 118,68%.

Quanto aos "RPNP - Restos a Pagar Não Processados", a execução representou 65,36% enquanto que os RPP – Restos a Pagar Processados foi de 20,94%.

Posição	Despesas	Execução	AV
1	Outras Despesas Correntes	186,95%	26,91%
2	Inversões Financeiras	118,68%	0,04%
3	Pessoal e Encargos Sociais	98,46%	71,64%
4	Investimentos	67,00%	1,41%

3. Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados

No geral, os RPNP representaram 2,74% enquanto os RPP, apenas 0,41% de execução, englobando as despesas correntes e de capital.

Posição	Despesas	RPNP	RPP
1	Inversões Financeiras	100,00%	0,00%
2	Investimentos	65,36%	20,94%
3	Outras Despesas Correntes	10,03%	1,62%

Quando analisado o total de restos a pagar processados e não processados por ano de inscrição, podemos observar que houve uma redução de 29,22 % no exercício de 2016, comparativamente aos inscritos até 2015, conforme demonstrado na tabela 1. Essa redução se justifica pelo maior volume de recursos financeiros disponibilizados pela União em 2016, diferentemente de 2015 quando houve uma considerável restrição de recursos financeiros, e pelos cancelamentos de restos a pagar não processados.

No exercício 2016 foram cancelados 717 (setecentos e dezessete) empenhos num total de R\$6.966.042,03 (seis milhões, novecentos e sessenta e seis reais e três centavos) nas quatro UG executoras, conforme demonstrado na Tabela 1A. Na UG 150247 o grande número de cancelamentos ocorreu devido ao não repasse pelo FNS – Fundo Nacional de Saúde de financeiro para honrar compromissos empenhados em 2015 na fonte 6151000000 tendo sido honrados com orçamento de outra fonte. Os demais cancelamentos decorreram da análise feita em atendimento ao disposto no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. Cabe ressaltar, que continuarão a ser analisados em 2017, com os responsáveis pela execução, os empenhos inscritos em restos a pagar dos exercícios anteriores a 2014 (inclusive).

Tabela 1 – Restos a Pagar Processados e Não Processados (R\$ 1,00)

Restos a pagar inscritos em 31/dezembro	2016	2015	AH%
Inscrição dos restos a pagar processados	8.483.627,24	43.803.856,35	-80,63
Inscrição dos restos a pagar não processados	62.575.844,09	56.596.662,63	10,56
Total inscrito*	71.059.471,33	100.400.518	-29,22

Fonte: Tesouro Gerencial

*O "total inscrito" representa a soma dos restos a pagar processados e não processados (inscritos em 2016 mais os reinscritos)

Tabela 1A – Quantidade de empenhos em restos a pagar não processados cancelados no exercício de 2016

UG Executora	Restos a pagar não processados cancelados		Total
	Outros cancelamentos de restos a pagar não processados	Cancelamentos por insuficiência de recursos	
150223	38	0	38
150247	195	21	216
153038	303	0	303
153040	159	1	160
TOTAL	695	22	717

A tabela 2 mostra a composição do saldo dos restos a pagar processados a pagar em dezembro de 2016 por UG executora. Constata-se que 61,44% desse total referem-se à UG 150247 - Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA cujos créditos orçamentários, em maioria, são originários do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Tabela 2 - Saldo dos Restos a Pagar Processados a Pagar por UG Executora (R\$1,00)

UG Executora		Restos a Pagar Processados a Pagar	AV%
150223	MATERNIDADE CLIMERIO DE OLIVEIRA	18.751,44	1,04
150247	COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFBA	1.109.782,88	61,44
153038	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	647.213,11	35,83
153040	COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO PROF. EDGARD SANTOS	30.629,54	1,70
Total		1.806.376,97	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
16/03/2017

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS				VALORES EM UNIDADES DE REAL	
SUBTÍTULO	26292 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - AUTARQUIA					
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO					
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-				
Diferença	-	-				
TOTAL DO ATIVO	2.898.367.352,25	2.903.650.818,31	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.898.367.352,25	2.903.650.818,31	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	34.614.572,72	64.885.088,65	PASSIVO FINANCEIRO	112.815.321,20	186.430.770,02
ATIVO PERMANENTE	2.863.752.779,53	2.838.765.729,66	PASSIVO PERMANENTE	12.533.987,10	16.097.969,40
			SALDO PATRIMONIAL	2.773.018.043,95	2.701.122.078,89

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2016	2015		2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	56.099.897,62	58.538.332,74	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	413.791.679,23	479.878.690,45
Execução dos Atos Potenciais Ativos	56.099.897,62	58.538.332,74	Execução dos Atos Potenciais Passivos	413.791.679,23	479.878.690,45
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	15.949.424,49	20.112.505,55	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Comp	37.043.560,27	36.047.758,16	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Conveniados	694.433,86	369.585,36
Direitos Contratuais a Executar	3.106.912,86	2.378.069,03	Obrigações Contratuais a Executar	413.097.245,37	479.509.105,09
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	56.099.897,62	58.538.332,74	TOTAL	413.791.679,23	479.878.690,45

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-18.273.077,07
Recursos Vinculados	-59.927.671,41
Educação	-69.744.860,91
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-4.722.273,20
Doações	233.672,35
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.045.684,92
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-872.599,81
Demais Recursos	132.695,24
TOTAL	-78.200.748,48

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO PATRIMONIAL

1. Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/16, a UFBA apresentou um saldo em aberto de R\$14.382.112,88 relacionados com fornecedores e contas pagar de obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela 1, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição (R\$1,00)

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Circulante	14.737.422,46	62.292.845,70	-76,91
Nacionais	14.737.422,46	62.292.845,70	-76,91
Total	14.737.422,46	62.292.845,70	-76,91

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

O total dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais, representando cerca de 49,54% do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se o as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2016.

Tabela 2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante (R\$1,00)

	31/12/2016	AV (%)
Unidade Gestora 150223	287.815,54	2,00
Unidade Gestora 150247	6.412.448,17	44,59
Unidade Gestora 153038	5.299.380,35	36,85
Unidade Gestora 153040	2.382.468,82	16,57
Total	14.382.112,88	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

As unidades gestora 150247 e 153038 são responsáveis por 81,43% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 09 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2016.

Tabela 3 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor (R\$1,00)

	31/12/2016	AV (%)
1-FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSAO	4.302.759,29	29,92
2-HAYEK CONSTRUTORA LTDA - EPP	1.144.067,18	7,95
3-LPATSA ALIMENTACAO E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS ADMINIST	936.447,66	6,51
4-CRETA COMERCIO E SERVICOS LTDA	689.364,50	4,79
5-MAP SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI	300.000,00	2,09
6-SURYA LAVANDERIA E SERVICOS LTDA	203.100,63	1,41
7-LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	202.820,00	1,41
8-FACIL SERVICOS LTDA - ME	191.408,89	1,33
9-DIASSAY DIAGNOSTICOS COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATOR	190.944,00	1,33
Demais	6.221.200,73	43,26
Total	14.382.112,88	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

Os fornecedores 1, 2, 3, 4 e 5 representam 51,26% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Fornecedor 1: Vários contratos de apoio a projetos de interesse da Instituição;
- (b) Fornecedor 2: Serviços de manutenção predial e reforma das várias unidades da UFBA;
- (c) Fornecedor 3: Fornecimento de refeições para o HUPES e M.C.O;
- (d) Fornecedor 4: Serviços terceirização de mão-de-obra de portaria;
- (e) Fornecedor 5: Contratação de serviços de vigilância e segurança.

2. Estoques

Quando analisado o valor de R\$ 47.276.691,15, verifica-se que o mesmo não reflete corretamente a situação dos estoques das UG que compõem o Órgão 26232. Esse número expressivo se deve a falta de registro da saída para consumo dos materiais em almoxarifados. Sendo da UG 150247 o percentual (67,08%) mais relevante, conforme tabela 1. Cabe ressaltar que foi solicitado a essa unidade gestora justificativa para o não envio do relatório de movimentação do almoxarifado (RMA) e não registro da movimentação (saídas), porém, até o presente momento não houve resposta ao questionamento citado.

Destaca-se também que, do saldo total dos estoques, R\$ 896.061,08 representa saldos de lançamentos registrados indevidamente na conta contábil 115810602 (projetos). Contudo, medidas cabíveis já estão sendo tomadas para regularização da referida conta.

Tabela 3 - Saldo dos estoques do Órgão 26232 por UG executora em dezembro de 2016 (R\$1,00)

UG EXECUTORA	SALDO DOS ESTOQUES	%
150223 - MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVERA	2.148.749,00	4,55%
150247 - COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE DA UFBA	31.711.000,60	67,08%
153038 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1.345.082,29	2,85%
153040 - HOSPITAL PROF. EDGARD SANTOS	12.071.859,26	25,53%
TOTAL	47.276.691,15	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

3. Obrigações Contratuais

Em 31/dez/2016, a Universidade Federal da Bahia apresenta o total de obrigações contratuais a executar nos próximos exercícios de R\$ 413.097.245,37

A seguir, apresenta-se a tabela 4, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 4 – Obrigações Contratuais – Composição (R\$1,00)

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Aluguéis	18.331.160,99	13.000.909,92	41,00%
Fornecimento de Bens	33.505.576,20	37.304.132,64	-10,18%
Serviços	361.260.508,18	429.204.062,53	-15,83%
Total	41.3097.245,37	479.509.105,09	-13,85%

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

As obrigações contratuais com Serviços representam a maioria (87,7%) do total das obrigações assumidas pela UFBA (26232) ao final de 31/12/2016. Em comparação com 2015 houve uma redução de 15,83% devido à revisão em alguns contratos, a exemplo dos contratos de terceirização de mão de obra (porteiros) e vigilância com redução de 25% em seus objetos.

Houve acréscimo de 41% nas obrigações contratuais de alugueis devido a prorrogação de vigência de alguns contratos.

Observa-se uma redução de 10,18% nos contratos de fornecimento de bens devido ao registro da baixa de saldos de contratos com a validade expirada até 2016.

Na continuação, apresenta-se a tabela 5 relacionando-se as Unidades Gestoras contratantes, demonstrando os valores em 31/12/2016.

Tabela 5 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante (R\$1,00)

	31/12/2016	AV (%)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – 153038	201.856.122,83	48,86%
COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFBA - 150247	160.542.765,72	38,86%
COMPLEXO HOSP UNIVERS PROF EDGARD SANTOS – 153040	50.649.259,02	12,26%
MATERNIDADE CLIMERIO DE OLIVEIRA - 150223	49.097,80	0,01%
Total	41.309.7245,37	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

A unidade gestora 153038 é responsável por 48,86% do total contratado, sendo que a obrigações com serviços corresponde a 89,32%.

Na tabela 6, apresentada a seguir, relacionam-se os contratados mais significativos e o saldo a executar em 31/dez/2016.

Tabela 6 – Obrigações Contratuais – Por Contratado (R\$1,00)

	31/12/2016	AV (%)
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSÃO	177.814.878,60	43,04%
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	21.970.686,63	5,32%
CRETA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	15.074.525,97	3,65%
TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	14.780.145,47	3,58%
MEDEIROS SANTOS ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E PROJETOS LTDA	11.712.311,79	2,84%
ASA BELA TRANSPORTES E TURISMO EIRELI - ME	10.703.385,49	2,59%
MAP SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI	10.299.183,68	2,49%
VEGA EMPRESA DE SERVICOS GERAIS LTDA – EPP	9.439.436,87	2,29%
BIOMETRIX DIAGNOSTICA LTDA	8.714.743,05	2,11%
Demais	132.587.947,82	32,10%
Total	413.097.245,37	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

Os contratados FAPEX, LIDERANÇA E CRETA representam 52,01% do total a ser pago.

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) FAPEX: Vários contratos com a finalidade de dar apoio aos projetos educacionais.
- (b) Liderança: Terceirização de serviços de limpeza, com validade até 09/07/2017;
- (c) Creta: Terceirização de serviços de portaria, validade 10/08/2017.

O principal valor do grupo obrigações contratuais se refere à FAPEX - Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão, contratada para apoiar a UFBA na consecução dos objetivos institucionais.

4. Depreciação, Amortização e Reavaliação

Em relação aos bens imóveis, a depreciação vem sendo registrada pela CCONT/STN, “conforme planilha encaminhada pela SPU”. Quanto aos bens móveis, o registro da depreciação não ocorre desde nov/2014 devido a constatação de inconsistência na metodologia de cálculo no sistema SIPAT/SGA – Sistema Integrado de Patrimônio da UFBA, quando se optou por deixar de efetuar os lançamentos até a sua regularização. Para corrigir as incongruências no controle patrimonial foi desenvolvido, pela Administração, um Plano de Ação cuja implementação depende de investimento com grande aporte orçamentário e financeiro para contratação de empresa especializada no ramo, o qual foi inviabilizado logo na primeira etapa, devido à crise econômico/financeira que assola o País.

Também, dependendo de ajustes, encontra-se o sistema para controle e cálculo da amortização dos intangíveis.

Merece, ainda, consideração o quadro insuficiente de pessoal capacitado para tão grande e importante tarefa, o que também tem inviabilizado deslançar o processo de reavaliação do patrimônio móvel da Instituição, principalmente quanto aos bens adquiridos e/ou incorporados antes de 2010.

Entretanto, para o exercício de 2017 já está prevista, como prioridade, a implementação do citado Plano de Ação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Atual
EMISSÃO 16/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.138.286.221,58	2.673.896.977,63
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	22.918.966,50	19.349.057,57
Venda de Mercadorias	15.345,00	22.806,07
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	22.903.621,50	19.326.251,50
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.598.719,10	2.174.483,66
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	21.448,86
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.598.719,10	2.153.034,80
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.931.922.879,35	1.868.084.981,69
Transferências Intragovernamentais	1.890.248.484,48	1.830.337.986,10
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	233.672,35	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	41.440.722,52	37.746.995,99
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	181.247.898,48	783.948.004,24
Reavaliação de Ativos	135.295.040,97	689.237.691,27
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos Ganhos com Desincorporação de Passivos Reversão de Redução ao Valor Recuperável	2.218.518,56	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	43.734.338,95	94.710.312,97
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	597.758,15	340.450,47
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	597.768,15	340.460,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.045.721.669,74	2.002.993.917,97
Pessoal e Encargos	785.528.038,02	779.530.178,73
Remuneração a Pessoal	615.740.895,43	619.162.660,20
Encargos Patronais	121.644.691,08	119.766.178,01
Benefícios a Pessoal	48.038.820,67	40.495.986,55
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	103.630,84	105.356,97
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	497.953.971,78	451.887.154,27
Aposentadorias e Reformas	399.263.187,27	366.123.960,26
Pensões	98.200.366,21	85.249.444,94
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	490.418,30	613.749,07
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	369.402.735,44	346.510.254,56
Uso de Material de Consumo	95.124.489,50	58.377.195,67
Serviços	273.229.431,77	288.130.480,49
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.048.814,17	2.578,40
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	18.790,56	227.140,11
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	18.790,56	227.140,11
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	280.588.500,34	209.281.794,68
Transferências Intragovernamentais	191.745.210,48	206.896.561,50
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	234.308,53	26.287,51
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	88.608.981,33	2.368.925,67
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	63.309.773,92	177.681.014,60
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	31.124.678,25	6.433,45
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.909,25	102.508,85
Incorporação de Passivos	8.089.731,89	117.833.778,84
Desincorporação de Ativos	24.093.454,53	59.738.293,46



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Atual
EMISSÃO 16/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	2.787.317,79	290.220,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.603,73	18.625,68
Contribuições	2.763.714,06	271.594,74
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	46.132.541,89	37.586.160,60
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	44.276.876,08	36.642.780,80
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.855.665,81	943.379,80
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	92.564.551,84	670.903.059,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

1. Ganhos com Incorporação de Ativos

O valor de R\$ 2.218.518,56, referente a Ganhos com Incorporação de Ativos é decorrente da doação de um terreno pelo governo do Estado da Bahia, conforme lei estadual nº 13.557/2016, com área de 1.519,45m², localizado na Rua do Limoeiro, Nazaré, no município de Salvador, no valor de R\$ 1.109.259,28; o registro do citado bem no SPIUnet no valor de R\$ 1.109.259,28 fora efetuado em duplicidade, conforme 2016NL800005 e 2016NL800015, sendo o registro de correção efetuado equivocadamente na conta de Desincorporação de Ativos, ocasionando distorções nas contas mencionadas, porém sem impacto na apuração do resultado final.

2. Benefícios a Pessoal

No Grupo Variações Patrimoniais Diminutivas, no Subgrupo Pessoal e Encargos, constata-se variação percentual significativa de 18,63% no item Benefícios a Pessoal, que se justifica pelo reajuste dos benefícios de assistência a saúde suplementar, auxílio creche e auxílio alimentação nos percentuais 22,62%, 339,30% e 22,68% respectivamente, por intermédio das Portarias 08, 10 e 13 publicadas no Diário Oficial da União no dia 14/01/2016 pelo Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

3. Depreciação

O registro da depreciação de imóveis passou a ser realizado apenas no ano de 2016, ocasionando a variação de 40.576,94% no item Depreciação, Amortização e Exaustão do Subgrupo uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. A Portaria Conjunta nº 703 (Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), de 10 de dezembro de 2014 dispõe sobre o assunto. Esse registro vem sendo feito no SIAFI pela CCONT/STN citando planilha encaminhada pela SPU.

4. Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas

A variação em - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes P/Perdas - pertencente ao Subgrupo Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, no percentual de 483.694,52%, ocorreu em virtude de alterações provenientes de ajuste das áreas construídas nos terrenos do Campus Federação/Ondina (edificações ocupando partes de terrenos contíguos), visando otimizar projeções das taxas de ocupação/índices de utilização, para fins de regularização na SUCOM, conforme demonstrativo abaixo:

Denominação do Prédio: Biblioteca Central e Outros

Dados da Benfeitoria do Imóvel

Área Construída (m²): 25.491,69 Pavimentos: 4

Tipo de Estrutura: Grandes estruturas

Fator KP: Grandes edifícios de padrão luxuoso

Memorial da Benfeitoria	Área construída	
	2015	2016
Biblioteca Central:	9.009,00m ²	3.351,35m ²
Instituto de Letras:	5.605,78m ²	5.239,00m ²
Anexo do Instituto de Letras:	2.221,96m ²	2.221,96m ²
Faculdade de Comunicação:	3.816,00m ²	4.972,83m ²
PAF III:	4.838,95m ²	1.983,96m ²
Total	25.491,69m²	17.769,10m²

Fonte: SUMAI/UFBA

Na realocação de alguns itens localizados no mesmo terreno ocorreram aumento e diminuição da área desses imóveis, sem necessariamente alterar o resultado do exercício por conta dessa realocação.

No exercício de 2016 ocorreu reavaliação positiva na ordem de R\$ 135.295.040,97 e “reavaliação negativa” na ordem de R\$ 31.124.678,25, por conta dessa realocação, apurando-se um valor líquido positivo de R\$ 104.170.362,72.

5. Transferências a Instituições Privadas

A variação de 791,33%(AH) correspondente aos valores em 2016/2015 (R\$234.308,53/R\$26.287,51) ocorrida em Transferências a Instituições Privadas, refere-se a um maior número de pagamentos a Associações de Classes, em sua maioria, de caráter educacional a nível de pós graduação, sendo as maiores contribuições à ANDIFES e GRUPO COIMBRA, referentes aos exercícios de 2015 e 2016.

6. Outras Transferências e Delegações Concedidas

A variação em Outras Transferências e Delegações Concedidas, pertencente ao Subgrupo Transferências e Delegações Concedidas, no percentual de 3.640,47%, ocorreu devido aos seguintes fatos:

- a) Transferências de bens imóveis da Universidade Federal da Bahia para a Universidade Federal do Oeste da Bahia, no valor de R\$ 77.595.996,00, conforme lei nº 12.825, de 05 de junho de 2013, art. 5º, inciso III;
- b) Transferências de bens móveis da Universidade Federal da Bahia para a Universidade Federal do Sul da Bahia, no valor de R\$ 8.806.591,94, conforme lei nº 12.818, de 05 de junho de 2013, art. 5º;
- c) A baixa de estoque de insumos e medicamentos do Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos foi reconhecida parcialmente, de maneira equivocada a título de doação, nos valores de R\$ 2.368.925,67 em 2015 e R\$ 2.206.393,39 em 2016. Tais valores deveriam ter sido reconhecidos como custo, o que caracterizou erro de classificação, porém sem impacto na apuração do resultado final. Cabe ressaltar que, identificado esse equívoco, a UG 153040 já foi notificada a regularizá-lo.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

		EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Atual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS		
SUBTÍTULO	26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - AUTARQUIA	EMISSÃO 16/03/2017	PÁGINA 1
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
		2016	2015
FLUXO \$ DE CAIXA DA \$ ATIVIDADES DA \$ OPERAÇÕES		10.836.705,76	22.395.343,89
INGRESSOS		1.918.472.814,91	1.855.109.740,61
Receitas Derivadas e Originárias		25.747.385,17	22.414.250,85
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		2.230.720,70	1.886.629,30
Receita Agropecuária		16.000,00	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		20.791.747,67	17.462.428,27
Remuneração das Disponibilidades		1.470.627,23	2.153.034,80
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.239.289,57	912.158,48
Transferências Correntes Recebidas		243.672,35	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		243.672,35	-
Outros Ingressos das Operações		1.892.481.757,39	1.832.696.489,76
Ingressos Extrabudgetários		2.233.272,91	-3.645.942,61
Transferências Financeiras Recebidas		1.890.248.484,48	1.830.337.986,10
Demais Recebimentos		-	6.003.446,27
DESEMBOLSOS		-1.907.636.105,15	-1.832.713.796,62
Pessoal e Demais Despesas		-1.586.677.978,93	-1.495.819.945,36
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-300.000,00	-486.067,00
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-296.642,00	-243.348,00
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-483.016.910,18	-451.434.458,96
Saúde		-196.762.290,19	-180.397.467,96
Trabalho		-	-
Educação		-901.486.494,07	-861.131.379,87
Cultura		-2.952.089,62	-1.216.574,69
Direitos da Cidadania		-441.550,65	-749.248,70
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-1.188.989,65	-161.668,08
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Atual

EMISSION
16/03/2017

PAGINA
2

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-235.012,57	-732,20
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-126.188.758,93	-128.038.293,76
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-125.954.450,40	-128.012.006,25
Outras Transferências Concedidas	-234.308,53	-26.287,51
Outros Desembolsos das Operações	-184.769.367,29	-208.855.567,50
Despesas Extraorçamentárias	-2.778.332,27	-1.968.976,00
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-14.206,25	-
Transferências Financeiras Concedidas	-191.745.210,48	-205.886.581,50
Demais Pagamentos	-231.618,29	-
FLUXO \$ DE CAIXA DA \$ ATIVIDADE \$ DE INVESTIMENTO	-17.393.737,94	-28.256.090,88
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-17.393.737,94	-28.256.090,88
Aquisição de Ativo Não Circulante	-16.722.776,99	-27.611.223,76
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-670.960,95	-644.867,12
FLUXO \$ DE CAIXA DA \$ ATIVIDADE \$ DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO **Atual**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 16/03/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 28232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-6.557.028,18	-5.860.146,89
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	41.018.278,22	46.878.425,11
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	34.461.250,04	41.018.278,22

NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Receitas Originárias e Derivadas

O Grupo de Ingressos, Subgrupo de Receitas Derivadas e Originárias, apresenta as seguintes situações:

- a) Na Receita Patrimonial, verifica-se uma variação de 18,24%. Esse aumento ocorreu em virtude dos reajustes dos contratos utilizando-se o IGPM na média de 10% e mais o esforço da Autarquia na cobrança e recebimento de parcelas em atraso dos referidos contratos. Esse item é composto integralmente de receitas com alugueis das instalações da Universidade Federal da Bahia (espaços para instituições bancárias, cantinas, serviços de reprografia e locação de espaços para empresas de telefonia móvel).
- b) No item Receita de Serviços, verifica-se uma variação de 19,07%. Esse item é composto por serviços educacionais (cursos de especialização, seminários, cursos de línguas), serviços administrativos (históricos escolares, inscrição mestrado/doutorado, etc.), serviços do hospital veterinário da UFBA e termos de cooperação com entidades privadas e públicas para realização de pesquisas.
- c) No item Remuneração das Disponibilidades, verifica-se uma variação de -31,70% em virtude da utilização de recursos próprios para o pagamento do custeio da Universidade, assim como a não aplicação desses recursos a partir de dezembro de 2016.
- d) No item Outras Receitas Derivadas e Originárias, verifica-se uma variação de 35,86% que se refere basicamente ao incremento na arrecadação de multas no ano de 2016.

	2016	AV	2015	AV	AH
Receitas Derivadas e Originárias	25.747.385,17	1,34%	22.414.250,85	1,21%	14,87%
Receita Patrimonial	2.230.720,70	0,12%	1.886.629,30	0,10%	18,24%
Receita Agropecuária	15.000,00	0,00%	-		
Receita de Serviços	20.791.747,67	1,08%	17.462.428,27	0,94%	19,07%
Remuneração das Disponibilidades	1.470.627,23	0,08%	2.153.034,80	0,12%	-31,70%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.239.289,57	0,06%	912.158,48	0,05%	35,86%

No exercício de 2016 em comparação ao exercício de 2015 a Universidade Federal da Bahia reduziu em 39,43% a imobilização de capital, diante de uma Geração negativa de Caixa nos períodos de 2016 e 2015, com uma piora na ordem de 11,89%, no entanto, apesar da redução na imobilização na ordem de R\$ 10.888.446,77, ainda assim, não foi suficiente para uma melhor performance no ano de 2016.

	2016	AV	2015	AV	AH
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-17.393.737,94		-28.256.090,88	1,54%	-38,44%
DESEMBOLSOS	-17.393.737,94		-28.256.090,88		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-16.722.776,99	96,14%	-27.611.223,76	97,72%	-39,43%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-		-		
Outros Desembolsos de Investimentos	-670.960,95	3,86%	-644.867,12	2,28%	4,05%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-6.557.028,18		-5.860.146,89		-11,89%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	41.018.278,22		46.878.425,11		-12,50%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	34.461.250,04		41.018.278,22		-15,99%

10. OUTROS ITENS DE INFORMAÇÕES

10.1 Informações sobre projetos desenvolvidos pela fundação de apoio regidos pela Lei nº 8.954/1994

Tabela 22 - Relação de Projetos Desenvolvidos Pelas Fundações de Apoio

Item	Tipo (*)	Nº CONTRATO	Objeto	Vigência		Valor		Recursos Financeiros	Recursos pertencentes à IFES envolvidos	
				INÍCIO	FIM	BRUTO	Repassado no Exercício		Materiais	Humanos
1	2	95/10	Elaboração do Planos de Controle Ambiental para Regularização dos Portos de Aratu, Salvador e Ilhéus-Ba, Ciclo-2010	31/12/2010	31/12/2016	3.284.000,00	0,00	SEC PORTOS	laboratórios salas de apoio	8 PROFESSORES
2	1	117/11	Curso de Especialização em Saúde Coletiva	23/09/2011	26/01/2016	705.364,00	70.536,40	SESAB	SALA DE AULA	19 PROFESSORES
3	2	121/11	Mapa Metalogenético do Estado da Bahia II	01/08/2011	31/05/2017	1.121.716,00	220.819,04	CBPM	SALA DE APOIO LABORATÓRIOS	4 PROFESSORES
4	2	135/11	Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade FAGED/UFBA formação e qualificação em nível de Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico	02/12/2011	10/12/2017	920.135,00	0,00	IFBA	SALA DE APOIO	41 PROFESSORES (**)
5	2	04/12	Apoio ao projeto REMESSA	03/01/2012	02/01/2017	750.000,00	106.200,00	RNP	estrutura cpd	3 professores
6	2	13/12	Elaboração de documentação, pesquisa, restauração e exposição das coleções Mirabeau Sampaio/Santíssima Trindade e Museu de Arte Sacra/UFBA	04/01/2012	30/07/2016	875.000,00	163.599,80	UFBA	Instalações museu arte sacra	2 professores 18 funcionários
7	2	26/12	Estabelecer uma cooperação com vistas à participação de docentes do PPGE/UFBA no mestrado em Educação com ênfase em gestão e avaliação na Universidade Nacional do Timor Leste	30/01/2012	28/02/2017	549.199,25	374.227,10	UNTL	sala de aula sala de apoio	10 profesoress
8	1	31/12	Capacitar e formar profissionais especializados p/ atuação em	01/03/2012	19/06/2017	7.680.824,40	1.732.670,55	SESAB	sala de aula sala de apoio	5 PROFESSORES

			centro de atenção psicossociais de álcool e outras drogas							31 FUNCIONÁRIOS 7 ESTAGIÁRIOS
9	1	59/12	Curso Especialização Avançada em Neuropsicologia	30/01/2012	30/06/2016	532.270,00	0,00	UFBA	SALA DE APOIO SALA DE AULA	4 professores 10 funcionários 5 estagiários
10	2	63/12	Prevenção do Uso Abusivo de Drogas em Ambientes Escolares do Estado da Bahia	01/03/2012	16/12/2017	2.000.000,00	488.284,00	SEC EST DE EDUCAÇÃO	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 7 FUNCIONÁRIOS 11 ESTAGIÁRIOS
11	2	110/12	Curso de Mestrado Profissional em Administração em Parceria com o IFBA	23/08/2012	30/06/2016	750.000,00	0,00	IFBA	SALA DE APOIO SALA DE AULA	17 PROFESSORES 1 FUNCIONÁRIO
12	2	112/12	Pesquisa e Desenvolvimento de Aplicações de resíduos catalítico de unidades de RFCC da Refinaria Landulfo Alves - Mataripe/Ba	16/10/2012	08/04/2016	1.313.557,81	70.150,00	PETROBRAS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	2 professores
13	2	113/12	Núcleo de Extensão de Letras – NUPEL	26/10/2012	26/06/2016	1.272.992,00	200.000,00	UFBA	SALA DE AULA	17 professores 7 funcionários
14	2	114/12	Desenvolvimento de pesquisa cooperativa para Racionalização do Consumo de Água e Energia nos Prédios Públicos Estaduais - Etapa III	23/08/2012	28/02/2017	2.354.500,00	659.260,00	SAEB	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	3 professores 3 funcionários
15	2	131/12	Pesquisa Aplicada para Úlceras e Osteomielites do Membro Inferior no Portador de Doença Falciforme	30/11/2012	11/03/2016	600.000,00	0,00	CHS	SALA DE APOIO AMBULATÓRIO	5 professores 2 funcionários
16	2	138/12	Sinergia através da integração de conhecimentos biológicos e biogeoquímicos em pesquisas de coral – SYMBIOCORE	30/11/2012	30/06/2017	210.100,00	0,00	UNIV. ESTRANGEIRAS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	4 professores 2 alunos 2 colaboradores
17	2	142/12	Rede de Assistência, Ensino e Pesquisa à Criança e Adolescente com Deficiência Física	20/08/2012	25/06/2017	3.670.000,00	265.400,00	EMENDA PARLAMENTAR	SALA DE APOIO	7 PROFESSORES 2 PESQUISADORES 14 ALUNOS 6 FUNCIONÁRIOS

18	2	01/13	Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Sistema de Saúde com Ênfase em Hemocentros	26/12/2012	21/07/2016	1.422.612,00	0,00	M S	SALA DE AULA	11 PROFESSORES 2 TÉCNICOS
19	2	03/13	Prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de LER/DORT em pescadores artesanais da Bahia de Todos os Santos	17/11/2012	30/09/2016	591.653,50	0,00	SESAB	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 2 ESTAGIÁRIOS 1 FUNCIONÁRIO
20	1	05/13	Curso de Especialização em Saúde Coletiva com Ênfase na área de Concentração em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde	29/12/2012	21/07/2016	1.540.280,00	0,00	M S	SALA DE AULA LABORATÓRIO	11 PROFESSORES 2 TÉCNICOS
21	2	09/13	Fortalecimento das Capacidades de Vigilância e Respostas às Emergências de Saúde Pública das Secretarias Estaduais de Saúde	28/12/2012	15/04/2017	500.000,00	0,00	M S	SALA DE APOIO	5 PROFESSORES 8 PESQUISADORES
22	2	15/13	Estudo de Pesquisa - Avaliar o Efeito do Programa de Bolsa Família nas Estimativas de Morbi - Mortalidade por Tuberculose e na Adesão ao Tratamento da Tuberculose nos Municípios Brasileiros	13/12/2012	15/04/2017	150.000,00	0,00	M S	SALA DE APOIO	2 PROFESSORES 3 TÉCNICOS 1 PESQUISADOR 2 ESTUDANTES 1 FUNCIONÁRIO
23	2	17/13	Elaboração de Subsídios Conceituais, operacionais e Metodológicos para implantação do Programa Estação da Juventude	21/12/2012	28/02/2017	1.485.067,00	285.067,00	SNJ	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 4 TÉCNICOS 3FUNCIONÁRIOS
24	2	18/13	Curso de Gestão de Equipamentos para Hemorrede Pública e Qualificação do Parque Tecnológico da Hemorrede Pública Nacional	15/01/2013	30/09/2016	1.018.600,00	0,00	M S	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	3 PROFESSORES 2 ESTUDANTES 2 PESQUISADORES 2 TÉCNICOS
25	1	22/13	Curso de Extensão Aperfeiçoamento para Contabilista	17/12/2012	24/03/2016	264.122,79	93.060,00	PETROBRAS	SALA DE AULA	6 PROFESSORES 1 ALUNO 1 TÉCNICO

26	2	23/13	Estudo Temporal Interdisciplinar da Vida Bentônica Oceânica sob a Influência dos Emissários Submarino da CETREL e da MILLENIUM - ciclo 2012/2013	14/02/2013	31/12/2016	432.901,73	0,00	CETREL	SALA DE APOIO	2 PROFESSORES 8 PESQUISADORES 3 ESTAGIÁRIOS
27	1	25/13	Curso de Especialização em Ortondntia turma 6ª e 7ª	04/02/2013	16/11/2016	737.280,00	146.880,00	UFBA	SALA DE AULA	21 PROFESSORES
28	2	26/13	Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matiz Energética Brasileira	05/11/2012	31/03/2017	1.455.722,00	0,00	COELBA	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 4 ALUNOS
29	1	36/13	Treinamento sobre qualificação técnica da hemorrede pública nacional em gestão ambiental	05/12/2012	05/08/2016	2.421.100,00	0,00	M S	sala de apoio	2 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 8 PESQUISADORES 1 ESTAGIÁRIO
30	2	41/13	Grupo de projeto Fraunhofer Bahia em Engenharia de Software e Sistemas	05/04/2013	30/03/2018	4.569.050,20	1.475.014,04	SECTI	sala de apoio	9 professores 46 estudantes 3 técnicos 37 pesquisadores 11 funcionários
31	2	42/13	Mapeamento da Pesquisa Científica do Desenvolvimento Tecnológico e da inovação de biotecnologia para energia e respectiva regulação para uso de Transgênicos na Natureza	26/03/2013	16/08/2016	482.604,00	173.441,33	PETROBRAS	sala de apoio laboratório	1 professor 5 estudantes
32	1	44/13	Curso de Especialização em Estudos Linguísticos e Literários	03/05/2013	02/01/2017	243.000,00	4.352,00	UFBA	SALA DE AULA	26 professores 2 Técnicos 3 estudantes
33	2	46/13	Riscos de contaminação ambiental e humana relacionadas à exploração da Unidade concentrado de urânio no Sudoeste da Bahia	10/05/2013	30/12/2018	411.320,80	120.000,00	MP TRAB.	sala de apoio	6 professores 2 funcionários 2 estagiários
34	1	49/13	Curso de Especialização em Protése Dentária	25/03/2013	31/03/2017	362.880,00	124.355,00	UFBA	SALA DE AULA	17 professores 1 técnico

35	2	50/13	Achados Diagnósticos Médicos e Laboratoriais dos Animais Atendidos no Hospital de Medicina Veterinária da UFBA em Apoio ao Ensino e a Pesquisa com Enfoque nas Enfermidades de Interesse para a Saúde Pública	03/06/2013	30/06/2018	1.980.000,00	467.288,25	FNDE	sala de apoio laboratório	8 professores 31 técnicos 7 funcionários 18 bolsistas
36	1	52/13	Curso de Capacitação de Profissionais que atuam na atenção aos pacientes portadores de doenças hematológicas	21/05/2013	01/11/2016	600.000,00	0,00	FNS	SALA DE AULA	1 professor 6 colaboradores 1 técnico
37	2	53/13	Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania	02/05/2013	31/12/2016	792.000,00	0,00	TJ	SALA DE AULA	24 professores 2 colaboradores
38	2	55/13	Circuitos Arquelógicos de Visitação da Chapada Diamantina	04/06/2013	17/08/2017	1.707.400,00	0,00	IPAC	sala de apoio	2 professores 8 pesquisadores 2 técnicos 4 alunos 4 funcionários
39	2	56/13	Desenvolvimento Acadêmico: Soluções Tecnológicas para Modernização da Gestão Universitária	04/06/2013	05/06/2018	5.956.447,62	872.500,00	UFBA	sala de apoio	13 professores 42 técnicos 8 pesquisadores
40	1	57/13	Curso de Especialização em Gestão Contábil e Tributária Turma 02	14/06/2013	31/12/2016	204.000,00	5.907,50	UFBA		21 professores 1 técnico
41	1	68/13	Pedagogia Coletiva de Instrumentos Musicais 2013	28/06/2013	31/03/2016	1.016.248,76	323.644,77	UFBA	sala de apoio	19 professores 15 técnicos 19 alunos 3 funcionários
42	1	73/13	Curso de Especialização em Teoria da Clínica Psicanalística	12/07/2013	06/04/2016	225.680,00	7.628,00	UFBA	SALA DE AULA	12 professores 5 técnicos
43	2	78/13	Geoterm-SEAL - Fluxo de Calor e Distribuição Vertical de Produção de Calor no Embasamento adjacente e no Interior da Bacia Sedimentar Sergipe-Alagoas	15/08/2013	26/05/2017	1.847.862,36	539.949,39	PETROBRAS	sala de apoio	5 professores 2 técnicos

44	1	81/13	2ª Turma do Curso de Especialização em Higiene Ocupacional em Empresa de Petróleo 2013	06/09/2013	30/08/2016	247.987,20	12.288,00	PETROBRAS	SALA DE AULA	20 professores
45	2	82/13	Controle de Qualidade Microbiológica de Alimentos e águas do Estado da Bahia	30/09/2013	29/09/2018	1.015.384,62	60.897,37	MICROBIOLOGIA	LABORATÓRIO	16 professores 1 técnico 1 funcionário
46	1	85/13	Curso de Especialização em Implantodontia - V Turma	01/10/2013	30/12/2016	460.800,00	202.680,00	UFBA	SALA DE AULA	13 PROFESSORES
47	2	86/13	Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências –PPGEFHC	04/10/2013	30/07/2017	500.000,00	150.000,00	IFBA	SALA DE AULA	21 PROFESSORES
48	2	88/13	Serviço de Controle de Qualidade Higienico-Sanitário no Âmbito da Unidade de Exploração da Bahia – UOBA	29/10/2013	16/02/2017	646.551,04	184,635,73	PETROBRAS	SALA DE APOIO	2 PROFESSORES 3 TÉCNICOS 2 ESTUDANTES 1FUNCIONÁRIO
49	2	89/13	Programa de Difusão Tecnologia em Pecuária Leiteira – PDTPL	29/08/2013	31/12/2016	95.776,00	20.895,23	EMEVZ	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	7 PROFESSORES
50	2	92/13	Avaliação da Atenção Básica no 2º Ciclo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da AB(PMAQ) no Estado da Bahia	20/11/2013	26/02/2016	2.922.515,64	0,00	FNS	SALA DE APOIO	6 PROFESSORES 3 TÉCNICOS 15 ALUNOS 2 FUNCIONÁRIOS
51	2	93/13	Migração dos dados da plataforma tecnológica do sistema nacional de transplantes para a nova plataforma desenvolvida e desenvolver um protótipo de análise de informações baseada em modernas tecnologias	04/11/2013	28/02/2017	1.500.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO	3 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 2 PESQUISADORES
52	1	94/13	Curso de Especialização em Arte Educação: Cultura Brasileira e Linguagens Artísticas contemporâneas	12/11/2013	30/03/2016	236.835,81	42.787,14	UFBA	SALA DE AULA	20 PROFESSORES 1 TÉCNICO
53	2	95/13	Desenvolvimento Territorial Sustentável do Residencial	22/11/2013	17/03/2017	1.830.989,30	684.088,00	CEF	SALA DE APOIO	6 PROFESSORES 4 PESQUISADORES

			Bosque das Bromélias/Salvador-ba							2 ESTUDANTES 2 FUNCIONÁRIOS
54	2	97/13	Curso de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva – MPSC	29/11/2013	26/01/2016	660.754,36	66.075,43	SESAB	SALA DE AULA	18 professores 1 técnico 5 funcionários
55	2	98/13	Planos Municipais de Cultura em Ambientes de Aprendizagem à Distância	12/12/2013	30/06/2016	2.290.000,00	0,00	MINC	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	3 professores 1 técnico 2 funcionários 3 estudantes
56	2	99/13	Utilização dos Recursos de Incentivos para Implantação do Centro de Atenção Psicossocial Gregório de Matos	17/12/2013	19/06/2017	120.000,00	0,00	SESAB	SALA DE APOIO	5 professores 1 técnico 1 funcionário
57	2	100/13	Execução de Projetos de Estudos e reuniões de trabalho aplicadas no âmbito das políticas culturais e sua interfaces com educação e ensino superior, com ênfase nas artes e na comunicação	11/12/2013	21/11/2016	451.000,00	0,00	MINC	SALA DE APOIO	2 professores 2 técnicos 1 estudante 1 pesquisador
58	2	102/13	Mestrado Profissional em Engenharia Industrial - Turma 2014.1 IFAL	20/12/2013	30/11/2017	2.569.266,18	0,00	IFAL	SALA DE AULA	26 professores 1 técnico 1 funcionário 1 aluno
59	2	25/14	Ecosmar - Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba	05/12/2013	30/09/2017	919.000,00	415.883,75	DOW QUÍMICA	SALA DE APOIO	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO 5 FUNCIONÁRIOS 8 ALUNOS
60	2	30/14	Análise das Causas Determinantes da Geração de Resíduos e Perdas de Bolsas de Sangue e Outros Produtos na Cadeia de Sangue e Hemocomponentes	31/12/2013	18/02/2017	3.500.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	4 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 2 PESQUISADORES 1 FUNCIONÁRIO

61	2	35/14	Avaliação do Perfil dos Agentes Comunitários de Saúde no Processo de Consolidação da Atenção Primária à Saúde no Brasil	14/02/2014	07/10/2016	2.054.700,18	1.054.700,18	M S	SALA DE APOIO	5 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 1 PESQUISADOR 2 ALUNOS
62	2	36/14	Observatório Estadual de Economia Criativa – Bahia	14/02/2014	31/07/2017	760.000,00	250.000,00	MIN. CULTURA	SALA DE APOIO	8 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 2 PESQUISADORES
63	1	37/14	Curso de Especialização/Aperfeiçoamento em Pavimentação	10/02/2014	30/06/2017	264.480,00	3.813,00	UFBA	SALA DE AULA	26 PROFESSORES 4 TÉCNICOS
64	1	41/14	Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste - Pós-Graduação Latu Senso em Gestão Cultural	06/02/2014	28/02/2017	984.620,95	302.240,95	MIN. CULTURA	SALA DE AULA	11 PROFESSORES 6 TÉCNICOS
65	2	43/14	Avaliação de Ações de Vigilância em Saúde dos Trabalhadores e da População, Afetados com a Contaminação Ambiental de Chumbo, Cádmio, Cobre e Zinco, no Município de Santo Amaro – Ba	10/02/2014	30/04/2016	94.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	4 PROFESSORES 1 PESQUISADOR 7 ALUNOS
66	2	44/14	Tratamento das Necroses Ósseas do Quadril das Pessoas com doença Falciforme em Estágio Avançado, Utilizando o Transplante de Cartilagem	05/03/2014	21/03/2017	1.500.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	6 PROFESSORES 1 PESQUISADOR 3 FUNCIONÁRIOS 9 ALUNOS
67	2	45/14	Pesquisa Aplicada para Infecções Ósseas de Pessoas com doença Falciforme	05/03/2014	21/03/2017	1.000.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	4 PROFESSORES 1 ALUNO

68	2	48/14	Avaliação dos Impactos Socioculturais da Implantação do Terminal de Regasificação da Bahia – TRBA	03/02/2014	15/04/2017	305.722,05	0,00	PETROBRAS	SALA DE APOIO	3 PROFESSORES 7 TÉCNICOS 2 PESQUISADORES 4 ALUNOS
69	2	50/14	Pesquisa sobre alterações bucais das pessoas com doença falciforme e correlações em análise cefalométrica	30/12/2013	23/02/2017	264.000,00	0,00	FNS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO 2 FUNCIONÁRIOS 1 ALUNO
70	1	52/14	Curso de Especialização em atenção integral ao consumo e aos consumidores de substâncias psicoativas no Estado do Piauí	26/12/2013	30/04/2016	556.300,81	139.075,20	SENAD	SALA DE AULA	23 PROFESSORES 3 TÉCNICOS 4 PESQUISADORES
71	1	55/14	Curso de Atualização em Planejamento e Gestão em Sistemas de Saúde	27/12/2013	23/09/2017	2.540.946,60	1.270.473,00	FNS	SALA DE AULA	16 PROFESSORES 1 TÉCNICO 1 ALUNO
72	2	57/14	Conhecimento e Aceitabilidade da PrEP(profilaxia pré exposição ao HIV) entre travestis e transexuais em Salvador-Bahia	27/12/2013	27/04/2017	239.951,60	0,00	FNS	SALA DE APOIO	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO 6 PESQUISADORES 7 FUNCIONÁRIOS
73	1	62/14	Curso de Especialização em atenção integral ao consumo e aos consumidores de substâncias psicoativas nos Estado da Bahia e Sergipe	30/12/2013	30/04/2016	563.068,56	281.534,28	SENAD	SALA DE AULA	33 PROFESSORES 4 TÉCNICOS 1 PESQUISADOR 2 ALUNOS
74	2	70/14	1ª Turma do Curso de Mestrado Profissional em Engenharia Industrial - Turma 2014.1	26/05/2014	30/10/2018	80.240,00	22.100,00	FORD/ELETRIC SERVICE	SALA DE AULA	10 PROFESSORES

75	2	74/14	Mestrado Profissional em Saúde Coletiva com Concentração em Gestão de Sistema de Saúde	26/06/2014	26/05/2017	640.078,27	256.031,31	SEC. SAÚDE PIAUÍ	SALA DE APOIO	30 PROFESSORES 3 TÉCNICOS 1 FUNCIONÁRIO
76	1	82/14	Curso de Especialização em Gestão de Sistema de Saúde com Ênfase em Serviços de Hemoterapia e Hematologia	30/12/2013	21/04/2017	1.999.208,72	999.604,36	FNS	SALA DE AULA LABORATÓRIO	39 PROFESSORES 4 TÉCNICOS 6 FUNCIONÁRIOS 4 ALUNOS
77	1	89/14	Curso de Especialização em Enfermagem Intensivista - Turma 2014	28/07/2014	25/02/2016	198.135,00	38.925,00	UFBA	SALA DE AULA	29 PROFESSORES
78	1	93/14	Curso de Extensão em Higiene Ocupacional – 2014	28/07/2014	31/10/2016	109.956,00	14.953,81	UFBA	SALA DE AULA	10 PROFESSORES 7 TÉCNICOS
79	1	94/14	Curso de Extensão Sociologia da Solidariedade – 2014	21/07/2014	30/12/2016	31.008,00	0,00	UFBA	SALA DE AULA	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO
80	2	96/14	PRH nº 49 - Programa de Formação de Recursos Humanos em Tecnologia Avançadas para a Recuperação de Petróleo e Gás Natural em Campos Maduros	24/07/2014	26/03/2019	489.249,60	35.668,08	ANP	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	34 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 2 PESQUISADORES 1 FUNCIONÁRIO 18 ALUNOS
81	2	98/14	Mestrado Profissional em Educação, Currículo, Linguagens e Inovação Pedagógicas	20/08/2014	30/08/2016	240.000,00	120.000,00	PREF. IRECÊ	SALA DE AULA	11 PROFESSORES 1 TÉCNICO

82	1	99/14	Curso de Especialização em Enfermagem em Centro Cirúrgico - Turma 2014	15/08/2014	25/02/2016	198.135,00	42.525,00	UFBA	SALA DE AULA	16 PROFESSORES 1 TÉCNICO
83	2	100/14	Curso de Mestrado Profissional em Administração em Parceria UNIVASF - Turma 2014	19/08/2014	30/06/2017	382.500,00	32.500,00	UNIVASF	SAL SALA DE AULA	20 PROFESSORES 1 TÉCNICO
84	1	101/14	Curso de Especialização em Perícia Contábil Judicial e Extrajudicial – 2014	04/08/2014	31/12/2017	260.100,00	81.474,00	UFBA	SALA DE AULA	21 PROFESSORES 1 TÉCNICO
85	1	102/14	8º Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica - Turma 2014	18/08/2014	04/04/2017	121.420,00	0,00	FNS	SALA DE AULA	20 PROFESSORES 1 TÉCNICO
86	2	104/14	Identificação e registro documental dos saberes relativos aos mestres artífices da construção tradicional na Chapada Diamantina – BA	18/08/2014	28/02/2017	568.150,60	224.075,30	IPHAN	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 1 PEQUISADOR 1 COLABORADOR 1 ALUNO
87	1	106/14	2ª Turma do Curso de Especialização em Currículo Escolar - Prefeitura Municipal de Irecê-BA	18/08/2014	31/05/2016	113.400,00	92.980,00	PREF. IRECÊ	SALA DE AULA	18 PROFESSORES
88	2	107/14	Inclusão Social e Promoção da Saúde de pessoas com sofrimento psíquico por meio da incubação de empreendimentos solidários no campo da saúde mental	18/08/2014	12/12/2017	705.944,00	150.000,00	SETRE – BA	SALA DE APOIO	3 PROFESSORES 4 PESQUISADORES 1 FUNCIONÁRIO 12 ALUNOS

89	1	108/14	Curso de Especialização em Segurança de Barragens: Aspectos Técnicos e Legais – 2014	03/10/2014	02/05/2017	339.231,59	90.950,00	UFBA	SALA DE AULA	17 PROFESSORES 1 TÉCNICO 3 FUNCIONÁRIOS
90	1	109/14	Curso de Extensão em Análise e Avaliação de Agentes de risco ocupacional - Turma 2014	03/10/2014	30/06/2016	56.193,08	5.924,50	UFBA	SALA DE AULA	6 PROFESSORES 5 TÉCNICOS
91	2	114/14	Congresso de Fisioterapia baseada em evidências – COFIBE	05/11/2014	30/12/2016	22.100,00	0,00	UFBA	AUDTÓRIO	2 PROFESSORES 1 TÉCNICO
92	2	119/14	Serviço de Controle de Qualidade Higiênico-Sanitário para RLAM	10/11/2014	07/04/2017	135.809,60	13.738,05	PETROBRAS	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES
93	2	120/14	III colóquio Internacional da Rede Franco Brasileira de pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e informação - Rede Mussi	12/11/2014	23/04/2016	16.150,00	8.780,00	UFBA	AUDITÓRIO	2 PROFESSORES 2 TÉCNICOS 2 FUNCIONÁRIOS 1 ALUNO
94	2	123/14	Qualificação da editoração e internacionalização da Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal	10/11/2014	15/08/2018	96.000,00	16.990,00	RBSPA	SALA DE APOIO	4 PROFESSORES 1 TÉCNICO
95	1	125/14	Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho CEEST – 2014	20/11/2014	01/12/2016	382.500,00	224.660,11	UFBA	SALA DE AULA	20 PROFESSORES 1 PESQUISADOR 1 ALUNO
96	2	126/14	Mapeamento da Dança nas Capitais Brasileiras e no Distrito Federal - 1ª etapa: mapeamento de oito capitais, em 4 regiões do Brasil	27/11/2014	19/06/2016	1.000.000,00	0,00	FUNARTE	sala de apoio	20 PROFESSORES 1 TÉCNICO 34 ALUNOS

97	2	129/14	PRH Nº 52 - Programa de Recursos Humanos em Petróleo e Meio Ambiente da UFBA (PEMA/UFBA)	04/12/2014	16/01/2019	489.249,60	0,00	ANP	sala de apoio	20 PROFESSORES 1 TÉCNICO 2 PESQUISADORES 14 ALUNOS
98	2	1/15	Prevenção de sífilis congênita e de transmissão vertical de HIV, hepatites B e C e avaliação da adesão a um programa de planejamento familiar entre mulheres que usam crack na cidade de Salvador-Bahia	31/12/2014	01/11/2016	100.000,00	0,00	FNS	sala de apoio laboratório	2 DOCENTES 1 TÉCNICO 1 FUNCIONÁRIO 3 DISCENTES
99	1	2/15	Curso de Extensão em Saúde Coletiva sobre Atenção Integral à Saúde de Pessoas com Doença Falciforme, na Modalidade EAD	31/12/2014	30/10/2017	1.684.728,00	0,00	FNS	sala de apoio laboratório	20 DOCENTES 4 TÉCNICOS 1 DISCENTE
100	1	3/15	Curso de Extensão em Gestão e Salvaguarda da Cultura dos Povos e Comunidades de Terreiro	31/12/2014	30/04/2016	200.000,00	0,00	IPHAN	SALA DE AULA	9 DOCENTES 2 TÉCNICOS 2 APOIO ADM.
101	2	8/15	Estudos e Pesquisas voltadas para Ações de Vigilância e Prevenção a Saúde do Trabalhador	30/01/2015	30/03/2017	100.177,72	0,00	MS	sala de apoio laboratório	3 DOCENTES 2 DISCENTES 3 PESQUISADORES
102	1	9/15	Curso de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva com área de concentração em Epidemiologia em Serviços de Saúde com ênfase em Vigilância em Saúde - Turma 2015	19/03/2015	26/03/2017	743.798,93	0,00	FNS	sala de AULA laboratório	22 DOCENTES 1 DISCENTE 2 TÉCNICOS 4 APOIO ADM.
103	2	11/15	Estudo da Efetividade da Vacina Meningocócica C Conjugada e Caracterização Molecular da Neisseria Meningitidis em Salvador-Ba	19/03/2015	27/04/2017	129.710,59	0,00	FNS	sala de apoio laboratório	2 DOCENTES 2 DISCENTES 1 TÉCNICO

104	1	13/15	Curso de Especialização em Gestão de Finanças Empresariais - Turma 2014-2	07/04/2015	30/03/2017	116.407,50	13.644,50	UFBA	SALA DE AULA	13 DOCENTES 1 TÉCNICO
105	2	16/15	Estudo das Características clínicas e epidemiológicas da febre de Chikungunya em Feira de Santana e Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia	23/04/2015	26/03/2017	300.000,00	0,00	FNS	sala de apoio laboratório	3 DOCENTES 1 DISCENTE 1 TÉCNICO 20 APOIO ADM.
106	1	17/15	Curso de Especialização em Gestão de Cooperativas de Saúde em parceria com a SESCOOP	04/05/2015	02/12/2016	386.750,00	85.000,00	SESCOOP	sala de AULA laboratório	14 DOCENTES 1 DISCENTE 1 APOIO ADM.
107	1	18/15	Curso de Especialização em Administração Hospitalar e Sistemas em Serviços de Saúde em parceria com AHSEB	21/05/2015	01/08/2017	85.113,00	32.300,00	AHSEB	sala de AULA laboratório	17 DOCENTES 1 DISCENTE 3 TÉCNICOS
108	1	19/15	Curso de Extensão em Higiene Ocupacional 2015	27/05/2015	31/12/2016	110.160,00	4.428,50	UFBA	SALA DE AULA	9 DOCENTES 9 TÉCNICOS
109	1	20/15	XVIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero	24/05/2015	30/09/2016	11.959,50	0,00	UFBA	SALA DE AULA	9 DOCENTES
110	1	21/15	Curso de Contabilidade Gerencial - Foco Controladoria - Turma 5	09/06/2015	30/06/2017	226.596,93	115.109,20	UFBA	SALA DE AULA	12 DOCENTES 1 TÉCNICO

111	1	22/15	Mestrado Profissional em Engenharia Industrial - Turma 2013.2	12/06/2015	30/09/2018	510.000,00	47.621,25	UFBA	SALA DE AULA	9 DOCENTES 1 TÉCNICO
112	1	23/15	Curso de Extensão Sociologia da Solidariedade – 2015	17/06/2015	31/03/2016	7.735,00	6.688,42	UFBA	SALA DE AULA	3 DOCENTES
113	1	24/15	ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	11/08/2015	08/01/2016	59.425,00	59.425,00	MINC	AUDITÓRIO	2 DOCENTES 1 TÉCNICO
114	1	27/15	VIII Curso de Especialização em Auditoria de Sistema e Serviços de Saúde - Turma 2015	17/08/2015	27/08/2016	212.160,00	51.627,60	UFBA	SALA DE AULA	22 DOCENTES 1 DISCENTE
115	1	29/15	III Turma do Curso de Especialização Avançada em Neuropsicologia - Turma 2015	28/08/2015	30/06/2017	333.200,00	91.140,00	UFBA	SALA DE AULA	19 DOCENTES 3 TÉCNICOS
116	1	32/15	Curso de Especialização em Educação com Ênfase em novos aportes Educacionais	02/09/2015	07/03/2017	306.277,01	51.037,86	P.M. JEREMOABO	SALA DE AULA	10 DOCENTES 1 TÉCNICO
117	1	34/15	Curso de Mestrado Profissional em Administração - Turma 2015	18/09/2015	31/12/2017	382.500,00	67.500,00	IF-SERTÃO-PE	SALA DE AULA	8 DOCENTES 10 DISCENTES 1 TÉCNICO 2 APOIO ADM.
118	1	36/15	XII CINFOM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação	18/09/2015	29/12/2016	16.150,00	0,00	UFBA	AUDITÓRIO	17 DOCENTES 18 DISCENTES 2 TÉCNICOS

119	1	37/15	Curso de Especialização em Gestão de Resíduos Sólidos Socialmente Integrada - (GERSI)	18/09/2015	31/12/2017	158.100,00	69.623,50	UFBA	SALA DE AULA	17 DOCENTES 4 TÉCNICOS
120	1	38/15	Curso de Especialização em Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e Cidadania	29/09/2015	30/04/2017	269.995,02	148.321,00	UFS	SALA DE AULA	40 DOCENTES 2 TÉCNICO 2 PESQUISADORES
121	1	39/15	Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública - V CEGESP	29/09/2015	30/04/2017	269.995,02	148.321,00	IFNMG	SALA DE AULA	36 DOCENTES 2 TÉCNICOS
122	1	41/15	Curso de Doutorado Interinstitucional em Administração parceria UFS	19/10/2015	07/06/2019	1.297.412,80	0,00	UFS	SALA DE AULA	19 DOCENTES 1 TÉCNICO
123	1	42/15	Curso de Mestrado Profissional em Administração Turma 2015	19/10/2015	31/12/2017	368.011,56	278.011,56	IFNMG	SALA DE AULA	15 DOCENTES 10 DISCENTES 1 TÉCNICO 1 APOIO ADM.
124	1	43/15	Curso de Especialização em Engenharia de Construção e Montagem	19/10/2015	30/01/2017	368.056,80	287.504,59	IEL	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	14 DOCENTES 1 ESTAGIÁRIO 1 APOIO ADM
125	1	44/15	Programa de Treinamento Profissional em Democracia e Governança Democrática	22/10/2015	31/08/2017	115.000,00	105.560,00	MINC	SALA DE AULA	3 DOCENTES 3 DISCENTES 1 TÉCNICO
126	1	45/15	Curso de Especialização e, Teoria e Práticas Clínicas em Atenção Psicossocial aos Usuários de Substâncias Psicoativas	05/11/2015	15/10/2017	263.500,00	131.750,00	SENAD	SALA DE AULA	30 DOCENTES 1 DISCENTE 3 TÉCNICOS 1 PESQUISADOR

127	2	46/15	Avaliação e Seleção de Obras Didáticas de Língua Estrangeira Moderna (Espanhol e Inglês) para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2017	05/11/2015	30/12/2016	2.567.400,80	1.309.374,41	FNDE	SALA DE APOIO	7 DOCENTES 1 TÉCNICO 50 PESQUISADORES
128	2	47/15	Centro de Referência Regional da Aliança de Redução de Danos - Fátima Cavalcanti	05/11/2015	07/03/2017	363.321,61	181.660,81	SENAD	SALA DE APOIO	10 DOCENTES 2 DISCENTES 1 TÉCNICO
129	1	48/15	Curso de Mestrado Profissional em Administração em parceria com a CGU	05/11/2015	13/08/2018	605.901,78	300.000,00	CGU	SALA DE AULA	21 DOCENTES 3 DISCENTES 1 TÉCNICO
130	1	49/15	Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania para Membros do Ministério Público do Estado da Bahia	10/11/2015	15/02/2018	467.500,00	182.187,44	MP-BA	SALA DE AULA	31 DOCENTES 2 TÉCNICOS 1 APOIO ADM.
131	1	50/15	Turma Especial de Doutorado Interinstitucional DINTER/CAPES do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências/UFBA e o IFBA	10/11/2015	31/07/2020	750.000,00	444.754,66	IFBA	SALA DE AULA	21 DOCENTES 1 TÉCNICO
132	2	51/15	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar 2015-2016	10/11/2015	25/12/2016	699.260,04	699.260,04	FNDE	SALA DE APOIO	3 DOCENTES 8 DISCENTES 1 TÉCNICO 2 APOIO ADM
133	2	53/15	Coleção de Livros do Programa Cultura e Pensamento	13/11/2015	15/04/2017	270.356,16	270.356,16	MINC	SALA DE APOIO	2 DOCENTES 1 DISCENTE 1 TÉCNICO

134	1	54/15	Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – 2015	18/11/2015	22/12/2017	856.400,00	642.300,00	FNDE	SALA DE AULA	24 DOCENTES
135	2	55/15	Elaboração de Laudo Técnico sobre Fluxo Máximo de Nafta, Eteno, Bezeno e Propeno na Braskem	24/11/2015	19/10/2016	28.050,00	0,00	BRASKEM	SALA DE APOIO	3 DOCENTES 2 DISCENTE
136	2	56/15	Financiamento e Fomento da Cultura no Brasil: Estados e Distrito Federal	01/12/2015	23/04/2017	468.970,00	347.550,00	MINC	SALA DE APOIO	2 DOCENTES 5 DISCENTES 1 TÉCNICO 5 PESQUISADORES
137	1	57/15	Curso de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação	11/12/2015	21/04/2017	126.000,00	0,00	MCTI	SALA DE AULA	13 DOCENTES 1 DISCENTE

138	1	59/15	Educação em Saúde da(o) Trabalhadora(or) da Pesca Artesanal e Formação de Agentes Multiplicadoras em Participação na Gestão do SUS	17/12/2015	20/03/2017	1.096.000,00	1.096.000,00	FNS	SALA DE AULA SALA DE APOIO	2 DOCENTES 1 DISCENTE
139	2	60/15	PRH 08 - Programa de Pós-Graduação e Graduação em Geofísica e Geologia para o setor de Petróleo e Gás	30/12/2015	25/03/2019	223.196,10	223.196,10	ANP	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	3 DOCENTES 4 DISCENTES 1 PESQUISADOR
140	2	6/16	Avaliação da Atenção Básica no 3º Ciclo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da AB(PMAQ) no Estado da Bahia	26/01/2016	24/11/2017	3.042.247,41	2.738.022,66	FNS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	4 DOCENTES 28 DISCENTES 2 TÉCNICOS 6 APOIO ADM 65 PESQUISADORES
141	2	8/16	Análise da Implementação da Rede Cegonha na Região de Saúde de Salvador – Bahia	18/01/2016	06/12/2017	602.726,72	602.726,72	FNS	SALA DE APOIO	7 DOCENTES 7 DISCENTE 1 TÉCNICO 3 APOIO ADM 3 PESQUISADORES
142	1	10/16	Curso de Especialização em Engenharia de Planejamento de Obras de Construção e Montagem	07/03/2016	20/01/2017	279.010,80	279.010,80	IEL	SALA DE AULA LABORATÓRIO	14 DOCENTES 2 TÉCNICOS
143	2	11/16	Núcleo Permanente de Pesquisa sobre o Ensino e Extensão do Instituto de Letras da UFBA - Turma de 2016	07/03/2016	20/01/2019	1.499.999,00	500.000,00	UFBA	SALA DE AULA	20 DOCENTES 2 TÉCNICOS 6 APOIO ADM
144	1	13/16	Curso de Especialização em Eng. de Segurança do Trabalho 2015 - CEEST 2015	08/03/2016	20/12/2017	331.500,00	204.855,10	UFBA	SALA DE AULA	30 DOCENTES 1 TÉCNICO
145	2	15/16	Educação, Memória e Patrimônio: Ações de Salvaguarda da Coleção de Arte Sacra do MAS	22/03/2016	29/12/2018	1.075.250,00	293.583,08	UFBA	SALA DE APOIO	1 DOCENTE 18 TÉCNICOS 5 APOIO ADM

146	1	16/16	Curso de Extensão Sociologia da Solidariedade – 2016	07/04/2016	31/12/2016	15.937,50	12.326,92	UFBA	SALA DE APOIO	2 DOCENTES 1 TÉCNICO
147	1	17/16	Pedagogia Coletiva de Instrumentos Musicais 2016/2017	11/04/2016	31/03/2018	950.000,00	329.771,92	UFBA	SALA DE AULA	14 DOCENTES 16 DISCENTES 13 TÉCNICOS 6 APOIO ADM
148	2	18/16	Estudo radomizado da enxertia autóloga de células da medula óssea enriquecidas ou não com plasma rico em plaquetas, para consolidação da pseudoartrose e lesão ligamentar do joelho em relação aos tratamentos convencionais	17/11/2016	01/09/2018	890.000,00	890.000,00	Emenda Parlamentar	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	3 DOCENTES
149	2	19/16	Controle de Qualidade de Alimentos, Bebidas e Água Consumidas no Estado da Bahia	03/05/2016	31/12/2018	1.596.004,11	130.669,41	UFBA	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	4 DOCENTES 9 DISCENTES 6 TÉCNICOS 2 APOIO
150	1	21/16	Curso de Mestrado Profissional em Educação: Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas - IF Sertão	16/05/2016	01/11/2017	320.317,84	160.158,92	IF SERTÃO	SALA DE AULA	11 DOCENTES 1 TÉCNICO
151	1	22/16	Curso de Especialização em Gestão de Finanças Empresariais	19/05/2016	31/12/2017	290.700,00	120.745,00	UFBA	SALA DE AULA	11 DOCENTES 1 TÉCNICO
152	1	23/16	Curso de Especialização em Gestão Contábil e Tributária Turma 03	25/05/2016	31/12/2017	260.100,00	101.443,50	UFBA	SALA DE AULA	23 DOCENTES 1 TÉCNICO

153	1	24/16	Curso de Mestrado Profissional em Educação: Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas	30/05/2016	10/09/2017	228.000,00	114.000,00	P.M. IRECÊ	SALA DE AULA	10 DOCENTES 1 TÉCNICO
154	1	26/16	Curso de Extensão em Higiene Ocupacional 2016	31/05/2016	30/04/2017	114.291,00	51.122,40	UFBA	SALA DE AULA	12 DOCENTES 6 TÉCNICOS
155	1	27/16	Curso de Especialização em Gestão de Ambientes Costeiros	31/05/2016	30/09/2017	137.700,00	23.850,00	UFBA	SALA DE AULA	8 DOCENTES 5 DISCENTE 1 TÉCNICO
156	1	28/16	Curso de Especialização em Radiologia Odontológica e Imaginologia	14/06/2016	30/10/2016	34.425,00	34.425,00	UFBA	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	9 DOCENTES 3 PESQUISADORES
157	1	29/16	Curso de Especialização em Pavimentação 2016	16/06/2016	30/07/2017	281.010,00	86.763,49	UFBA	SALA DE AULA	23 DOCENTES 4 DISCENTES
158	1	30/16	Mestrado Profissional em Saúde Coletiva com Concentração em Vigilância Sanitária	20/06/2016	30/06/2018	564.555,69	282.277,82	SMS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	16 DOCENTES 2 TÉCNICOS 3 APOIO ADM
159	1	31/16	Modelagem Institucional do Observa SNC	27/06/2016	30/04/2017	349.552,80	349.552,80	MINC	SALA DE APOIO	3 DOCENTES 2 DISCENTES 2 TÉCNICOS 6 PESQUISADORES
160	1	32/16	Curso de Especialização em Gerenciamento de Obras 2016-2017	28/06/2016	31/08/2017	290.062,50	105.408,50	UFBA	SALA DE AULA	14 DOCENTES 1 TÉCNICO

161	2	36/16	Qualidade Físico-Química e Microbiológica de Água Bruta e Tratada na Região Metropolitana de Salvador	07/07/2016	31/12/2018	244.800,00	9.049,10	EMPRESAS	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	5 DOCENTES 2 TÉCNICOS 1 PESQUISADOR
162	1	37/16	Curso de Extensão em Língua Inglesa - Language Office	11/07/2016	31/12/2018	2.523.709,50	150.361,75	UFBA	SALA DE AULA	16 DOCENTES 1 DISCENTE 2 TÉCNICOS
163	1	42/16	Simpósio Internacional Arte na Educação Básica: Desafio para Implementação da Lei 13.278/2016	10/08/2016	10/03/2017	600.000,00	600.000,00	MINC	SALA DE APOIO	114 DOCENTES 3 TÉCNICOS
164	2	45/16	Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Territórios - DIST/Lauro de Freitas	23/08/2016	19/06/2019	2.097.675,24	333.559,34	CEF	SALA DE APOIO	6 DOCENTES 5 DISCENTES 2 TÉCNICOS 3 APOIO ADM
165	2	47/16	Compreendendo os Fenótipos de Asma para Além do Paradigma Atópico/não-Atópico	29/08/2016	30/12/2018	1.092.616,14	183.065,96	LONDON SCHOOL	SALA DE APOIO	7 DOCENTES 4 DISCENTES 4 APOIO
166	2	48/16	Curso de Especialização em Atenção Integral ao Consumo e aos Consumidores de Substâncias Psicoativas no Estado do Rio Grande do Norte	29/08/2016	09/05/2018	384.419,52	128.139,84	FUNAD	SALA DE APOIO	31 DOCENTES 3 DISCENTES 4 TÉCNICOS 2 PESQUISADORES
167	1	52/16	Curso de Especialização em Higiene Ocupacional	08/09/2016	12/12/2017	257.400,00	95.494,74	UFBA	SALA DE AULA	79 DOCENTES 1 DISCENTE 6 TÉCNICOS
168	1	54/16	Curso de Mestrado Profissional em Administração parceria FIOCRUZ	16/09/2016	30/06/2019	544.000,00	201.952,47	FIOCRUZ	SALA DE AULA	21 DOCENTES 3 DISCENTES

169	1	55/16	Curso de Especialização em Arte Educação: Cultura Brasileira e Linguagens Artísticas contemporâneas	23/09/2016	28/02/2018	273.258,00	31.159,59	UFBA	SALA DE AULA	10 DOCENTES 72 DISCENTES 4 TÉCNICOS 1 APOIO ADM
170	1	56/16	Formação de Professores da Educação Básica	29/09/2016	20/08/2017	566.600,32	566.600,32	FNDE	SALA DE AULA	4 TÉCNICOS
171	1	59/16	Gestão Editorial da Revista Baiana de Efermagem	10/11/2016	30/11/2018	133.025,00	34.876,00	UFBA	EDITORIA	9 DOCENTES
172	1	61/16	Curso de Especialização em Microbiologia	17/11/2016	31/12/2018	379.355,00	16.493,00	UFBA	SALA DE AULA LABORATÓRIO	67 DOCENTES
173	2	63/16	Programa de Apoio a Jovens Professores Doutores	23/11/2016	31/03/2019	1.500.000,00	750.000,00	MCTI	SALA DE APOIO	49 DOCENTES 3 TÉCNICOS
174	2	65/16	Avaliação Pedagógica de Obras Inscritas no PNLD 2018	06/12/2016	31/05/2018	935.924,10	467.962,06	MEC	SALA DE APOIO LABORATÓRIO	11 DOCENTES 2 DISCENTES 21 PESQUISADORES
175	2	66/16	Formação para Elaboração de Planos Municipais de Cultura em Ambiente de Aprendizagem à Distância	06/12/2016	13/11/2017	1.141.415,86	0,00	MINC	SALA DE APOIO	4 DOCENTES 7 DISCENTES 1 TÉCNICO 4 PESQUISADORES
176	1	67/16	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar	06/12/2016	10/08/2017	673.585,76	0,00	MEC	SALA DE APOIO	2 DOCENTES 7 DISCENTES 4 APOIO ADM

177	1	68/16	Curso de Especialização em Implantodontia	06/12/2016	25/09/2018	336.600,00	30.574,50	UFBA	SALA DE AULA LABORATÓRIO	17 DOCENTES 2 DISCENTES 2 TÉCNICOS
178	1	71/16	Publicação de seis edições da revista Afro-Ásia	26/12/2016	25/09/2017	200.000,00	0,00	FUND. PALMA RES	EDITORIA	8 DOCENTES 1 APOIO
179	1	72/16	Curso de Especialização em Gestão do Desenvolvimento Territorial (MAS): Turma 1 - SEPLAN - BA	26/12/2016	19/04/2018	425.015,84	0,00	SEPLA N-BA	SALA DE AULA SALA DE APOIO	12 DOCENTES 2 DISCENTES 6 APOIO
180	1	11-6-123	Curso de Aperfeiçoamento em Pavimentação Rodoviária	25/05/2011	24/05/2016	216.000,00	24/05/2016	ALUNO S	SALAS DE AULA	21 DOCENTES 1 FUNCIONÁRIO

Fonte: PROPLAN/CCConv/NAe – NAC

Nota: Informações financeiras retiradas do SIAFI, a partir dos lançamentos feitos pelo CCF/UFBA.

O item 180 trata-se de recursos transferidos para as Fundações de Apoio através de contratos à época publicados no INCOM

(*) Tipo : (1) Ensino ; (2) Pesquisa e Extensão ; (3) Desenvolvimento Institucional ; (4) Desenvolvimento Científico ; (5) Desenvolvimento Tecnológico

Tabela 23 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes do Exercício de 2016

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA									
CNPJ: 15.180.714/0001-04					UG/GESTÃO: 153038/15223				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados em R\$ 1,00		Vigência		Sit
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
5	95/10	FAPEX	3.284.000,00	Nenhuma	0,00	3.284.000,00	29/12/2010	31/12/2016	1
5	117/11	FAPEX	705.364,00	Nenhuma	0,00	705.363,20	23/09/2011	26/01/2016	1
5	121/11	FAPEX	1.121.716,00	Nenhuma	249.893,56	1.072.034,22	01/08/2011	31/05/2017	1
5	135/11	FAPEX	962.035,00	Nenhuma	0,00	918.700,00	10/12/2011	10/12/2017	1
5	04/12	FAPEX	750.000,00	Nenhuma	108.960,00	677.668,71	03/01/2012	02/01/2017	1
5	13/12	FAPEX	875.000,00	Nenhuma	11.400,20	874.999,00	04/01/2012	30/07/2016	1
5	26/12	FAPEX	549.199,25	Nenhuma	0,00	549.199,25	30/01/2012	28/02/2017	1
5	31/12	FAPEX	10.030.039,74	Nenhuma	3.027.582,05	9.785.916,04	01/03/2012	19/06/2017	1
5	59/12	FAPEX	532.270,00	Nenhuma	0,00	238.645,25	30/01/2012	30/06/2016	1
5	63/12	FEP	2.000.000,00	Nenhuma	488.284,00	2.000.000,00	01/03/2012	16/12/2017	1
5	110/12	FAPEX	750.000,00	Nenhuma	0,00	750.000,00	23/08/2012	30/06/2016	1
5	112/12	FAPEX	1.313.557,81	Nenhuma	0,00	1.273.557,81	16/10/2012	08/04/2016	1
5	113/12	FAPEX	1.272.992,00	Nenhuma	0,00	1.272.992,00	26/10/2012	26/06/2016	1

5	114/12	FAPEX	2.354.500,00	Nenhuma	306.085,00	2.354.500,00	11/09/2012	28/02/2017	1
5	131/12	FAPEX	600.000,00	Nenhuma	0,00	600.000,00	30/11/2012	11/03/2016	1
5	138/12	FAPEX	210.100,00	Nenhuma	0,00	51.318,87	30/11/2012	30/06/2017	1
5	142/12	FAPEX	3.670.000,00	Nenhuma	0,00	3.163.672,00	20/08/2012	25/06/2017	1
5	01/13	FAPEX	1.422.612,00	Nenhuma	0,00	1.422.612,00	26/12/2012	21/07/2016	1
5	03/13	FAPEX	591.653,50	Nenhuma	0,00	291.653,50	17/11/2012	30/09/2016	1
5	05/13	FAPEX	1.540.280,00	Nenhuma	0,00	1.540.280,00	29/12/2012	21/07/2016	1
5	09/13	FAPEX	500.000,00	Nenhuma	0,00	500.000,00	28/12/2012	15/04/2017	1
5	15/13	FAPEX	150.000,00	Nenhuma	0,00	150.000,00	13/12/2012	15/04/2017	1
5	17/13	FAPEX	1.485.067,00	Nenhuma	0,00	1.485.067,00	21/12/2012	28/02/2017	1
5	18/13	FAPEX	1.018.600,00	Nenhuma	0,00	1.018.600,00	15/01/2013	30/09/2016	1
5	22/13	FAPEX	264.122,79	Nenhuma	0,00	189.119,54	17/12/2012	24/03/2016	1
5	23/13	FAPEX	432.901,73	Nenhuma	38.033,66	432.901,73	14/02/2013	31/12/2016	1
5	25/13	FAPEX	737.280,00	Nenhuma	146.880,00	625.008,00	04/02/2013	16/11/2016	1
5	26/13	FEP	2.236.638,90	Nenhuma	753.878,60	1.828.062,60	05/11/2012	31/03/2017	1
5	36/13	FAPEX	2.421.100,00	Nenhuma	0,00	2.421.100,00	05/12/2012	05/08/2016	1
5	41/13	FEP	4.569.050,20	Nenhuma	0,00	3.082.537,66	05/04/2013	30/03/2018	1
5	42/13	FAPEX	482.604,00	Nenhuma	0,00	432.593,33	26/03/2013	16/08/2016	1

5	44/13	FAPEX	243.000,00	Nenhuma	0,00	152.379,00	03/05/2013	02/01/2017	1
5	46/13	FEP	950.623,47	Nenhuma	236.473,96	564.749,93	10/05/2013	30/12/2018	1
5	49/13	FAPEX	362.880,00	Nenhuma	0,00	260.435,00	25/03/2013	31/03/2017	1
5	50/13	FAPEX	1.980.000,00	Nenhuma	720.885,65	1.724.953,72	03/06/2013	30/06/2018	1
5	52/13	FAPEX	600.000,00	Nenhuma	0,00	600.000,00	21/05/2013	01/11/2016	1
5	53/13	FAPEX	792.000,00	Nenhuma	0,00	791.999,96	02/05/2013	31/12/2016	1
5	55/13	FAPEX	1.707.400,00	Nenhuma	0,00	822.575,50	04/06/2013	17/08/2017	1
5	56/13	FAPEX	5.956.447,62	Nenhuma	1.425.000,00	4.045.000,00	04/06/2013	05/06/2018	1
5	57/13	FAPEX	204.000,00	Nenhuma	6.120,00	143.628,36	14/06/2013	31/12/2016	1
5	68/13	FAPEX	1.016.248,76	Nenhuma	47.493,12	1.016.248,76	28/06/2013	31/03/2016	1
5	73/13	FAPEX	225.680,00	Nenhuma	0,00	134.132,00	12/07/2013	06/04/2016	1
5	78/13	FAPEX	1.847.862,36	Nenhuma	0,00	1.107.640,17	15/08/2013	26/05/2017	1
5	81/13	FEP	247.987,20	Nenhuma	0,00	241.843,20	06/09/2013	30/08/2016	1
5	82/13	FAPEX	1.269.230,77	Nenhuma	106.697,46	214.178,16	30/09/2013	29/09/2018	1
5	85/13	FAPEX	460.800,00	Nenhuma	0,00	424.620,00	01/10/2013	30/12/2016	1
5	86/13	FAPEX	500.000,00	Nenhuma	0,00	500.000,00	04/10/2013	30/07/2017	1
5	88/13	FAPEX	646.551,04	Nenhuma	237.670,61	633.754,64	29/10/2013	16/02/2017	1
5	89/13	FAPEX	95.776,00	Nenhuma	8.936,04	95.776,00	29/08/2013	31/12/2016	1

5	92/13	FAPEX	2.922.515,64	Nenhuma	0,00	2.922.515,64	20/11/2013	26/02/2016	1
5	93/13	FEP	1.500.000,00	Nenhuma	0,00	1.500.000,00	04/11/2013	28/02/2017	1
5	94/13	FAPEX	236.835,81	Nenhuma	0,00	157.722,27	12/11/2013	30/03/2016	1
5	95/13	FAPEX	1.830.989,30	Nenhuma	373.939,54	1.830.989,30	22/11/2013	17/03/2017	1
5	97/13	FAPEX	660.754,36	Nenhuma	0,00	660.754,36	29/11/2013	26/01/2016	1
5	98/13	FAPEX	2.290.000,00	Nenhuma	0,00	2.290.000,00	12/12/2013	30/06/2016	1
5	99/13	FAPEX	120.000,00	Nenhuma	0,00	120.000,00	17/12/2013	19/06/2017	1
5	100/13	FAPEX	451.000,00	Nenhuma	0,00	451.000,00	11/12/2013	21/11/2016	1
5	102/13	FAPEX	2.569.266,18	Nenhuma	594.865,11	2.569.266,18	20/12/2013	30/11/2017	1
5	25/14	FAPEX	1.194.000,00	Nenhuma	275.000,00	984.883,75	05/12/2013	30/09/2017	1
5	30/14	FAPEX	3.500.000,00	Nenhuma	0,00	3.500.000,00	31/12/2013	18/02/2017	1
5	35/14	FAPEX	2.054.700,18	Nenhuma	0,00	2.054.700,18	14/02/2014	07/10/2016	1
5	36/14	FAPEX	760.000,00	Nenhuma	0,00	760.000,00	14/02/2014	31/07/2017	1
5	37/14	FAPEX	264.480,00	Nenhuma	0,00	145.216,00	10/02/2014	30/06/2017	1
5	41/14	FAPEX	984.620,95	Nenhuma	0,00	984.620,95	06/02/2014	28/02/2017	1
5	43/14	FAPEX	94.000,00	Nenhuma	0,00	94.000,00	10/02/2014	30/04/2016	1
5	44/14	FAPEX	1.500.000,00	Nenhuma	0,00	1.500.000,00	05/03/2014	21/03/2017	1
5	45/14	FAPEX	1.000.000,00	Nenhuma	0,00	1.000.000,00	05/03/2014	21/03/2017	1

5	48/14	FEP	305.722,05	Nenhuma	0,00	273.421,23	03/02/2014	15/04/2017	1
5	50/14	FAPEX	264.000,00	Nenhuma	0,00	264.000,00	30/12/2013	23/02/2017	1
5	52/14	FAPEX	556.300,81	Nenhuma	0,00	556.300,80	26/12/2013	30/04/2016	1
5	55/14	FAPEX	2.540.946,60	Nenhuma	0,00	2.540.946,60	27/12/2013	23/09/2017	1
5	57/14	FAPEX	239.951,60	Nenhuma	0,00	239.951,60	27/12/2013	27/04/2017	1
5	62/14	FAPEX	563.068,56	Nenhuma	0,00	563.068,56	30/12/2013	30/04/2016	1
5	70/14	FAPEX	80.240,00	Nenhuma	0,00	38.760,00	26/05/2014	30/10/2018	1
5	74/14	FAPEX	640.078,27	Nenhuma	64.007,82	640.078,27	26/06/2014	26/05/2017	1
5	82/14	FAPEX	1.999.208,72	Nenhuma	0,00	1.999.208,72	30/12/2013	21/04/2017	1
5	89/14	FAPEX	198.135,00	Nenhuma	0,00	90.045,00	28/07/2014	25/02/2016	1
5	93/14	FEP	109.956,00	Nenhuma	0,00	74.075,16	28/07/2014	31/10/2016	1
5	94/14	FAPEX	31.008,00	Nenhuma	0,00	6.046,75	21/07/2014	30/12/2016	1
5	96/14	FAPEX	638.347,38	Nenhuma	113.429,70	531.684,70	24/07/2014	26/03/2019	1
5	98/14	FAPEX	240.000,00	Nenhuma	60.000,00	240.000,00	01/08/2014	30/08/2016	1
5	99/14	FAPEX	198.135,00	Nenhuma	0,00	109.125,00	15/08/2014	25/02/2016	1
5	100/14	FAPEX	382.500,00	Nenhuma	0,00	382.500,00	19/08/2014	30/06/2017	1
5	101/14	FAPEX	260.100,00	Nenhuma	33.278,00	164.477,00	04/08/2014	31/12/2017	1
5	102/14	FEP	168.220,00	Nenhuma	0,00	121.420,00	18/08/2014	04/04/2017	1
5	104/14	FAPEX	568.150,60	Nenhuma	120.000,00	568.150,60	18/08/2014	28/02/2017	1
5	106/14	FAPEX	113.400,00	Nenhuma	0,00	113.400,00	18/08/2014	31/05/2016	1
5	107/14	FEP	705.944,00	Nenhuma	50.000,00	250.000,00	18/08/2014	12/12/2017	1

5	108/14	FEP	339.231,59	Nenhuma	11.050,00	152.787,50	03/10/2014	02/05/2017	1
5	109/14	FAPEX	56.193,08	Nenhuma	0,00	24.111,10	03/10/2014	30/06/2016	1
5	114/14	FAPEX	22.100,00	Nenhuma	3.340,00	22.100,00	05/11/2014	30/12/2016	1
5	119/14	FAPEX	135.809,60	Nenhuma	17.408,08	40.691,73	10/11/2014	07/04/2017	1
5	120/14	FAPEX	16.150,00	Nenhuma	0,00	8.780,00	12/11/2014	23/04/2016	1
5	123/14	FAPEX	96.000,00	Nenhuma	20.500,00	31.990,00	10/11/2014	15/08/2018	1
5	125/14	FAPEX	382.500,00	Nenhuma	5.511,40	281.033,39	20/11/2014	01/12/2016	1
5	126/14	FAPEX	1.000.000,00	Nenhuma	0,00	1.000.000,00	27/11/2014	19/06/2016	1
5	129/14	FAPEX	591.613,45	Nenhuma	102.363,85	484.950,78	04/12/2014	16/01/2019	1
5	1/15	FAPEX	100.000,00	Nenhuma	0,00	100.000,00	31/12/2014	01/11/2016	1
5	2/15	FAPEX	1.684.728,00	Nenhuma	0,00	1.684.728,00	31/12/2014	30/10/2017	1
5	3/15	FAPEX	200.000,00	Nenhuma	0,00	200.000,00	31/12/2014	30/04/2016	1
5	8/15	FEP	100.177,72	Nenhuma	0,00	100.177,72	30/01/2015	30/03/2017	1
5	9/15	FAPEX	743.798,93	Nenhuma	0,00	743.798,93	19/03/2015	26/03/2017	1
5	11/15	FAPEX	129.710,59	Nenhuma	0,00	129.710,59	19/03/2015	27/04/2017	1
5	13/15	FAPEX	116.407,50	Nenhuma	13.644,50	106.628,52	07/04/2015	30/03/2017	1
5	16/15	FAPEX	300.000,00	Nenhuma	0,00	300.000,00	23/04/2015	26/03/2017	1
5	17/15	FAPEX	386.750,00	Nenhuma	85.000,00	297.500,00	04/05/2015	02/12/2016	1
5	18/15	FAPEX	85.113,00	Nenhuma	32.300,00	71.683,00	21/05/2015	01/08/2017	1
5	19/15	FAPEX	110.160,00	Nenhuma	4.428,50	44.843,70	27/05/2015	31/12/2016	1
5	20/15	FAPEX	11.959,50	Nenhuma	0,00	11.959,50	24/05/2015	30/09/2016	1
5	21/15	FAPEX	226.596,93	Nenhuma	115.109,20	210.242,61	09/06/2015	30/06/2017	1
5	22/15	FAPEX	510.000,00	Nenhuma	12.877,50	60.498,65	12/06/2015	30/09/2018	1
5	23/15	FAPEX	7.735,00	Nenhuma	0,00	6.688,42	17/06/2015	31/03/2016	1
5	24/15	FAPEX	59.425,00	Nenhuma	0,00	59.425,00	11/08/2015	08/01/2016	1
5	27/15	FAPEX	212.160,00	Nenhuma	88.320,00	139.947,60	17/08/2015	27/08/2016	1

5	29/15	FAPEX	333.200,00	Nenhuma	119.220,00	210.360,00	28/08/2015	30/06/2017	1
5	32/15	FAPEX	306.277,01	Nenhuma	153.113,49	204.151,35	02/09/2015	07/03/2017	1
5	34/15	FAPEX	382.500,00	Nenhuma	67.500,00	335.250,00	18/09/2015	31/12/2017	1
5	36/15	FAPEX	16.150,00	Nenhuma	0,00	4.347,00	18/09/2015	29/12/2016	1
5	37/15	FEP	158.100,00	Nenhuma	69.623,50	83.178,88	18/09/2015	31/12/2017	1
5	38/15	FAPEX	269.995,02	Nenhuma	148.321,00	269.995,00	29/09/2015	30/04/2017	1
5	39/15	FAPEX	269.995,02	Nenhuma	148.321,00	269.995,00	29/09/2015	30/04/2017	1
5	41/15	FAPEX	1.297.412,80	Nenhuma	0,00	648.706,40	19/10/2015	07/06/2019	1
5	42/15	FAPEX	368.011,56	Nenhuma	278.011,56	368.011,56	19/10/2015	31/12/2017	1
5	43/15	FAPEX	368.056,80	Nenhuma	287.504,59	354.417,50	19/10/2015	30/01/2017	1
5	44/15	FAPEX	115.000,00	Nenhuma	105.560,00	105.560,00	22/10/2015	31/08/2017	1
5	45/15	FEP	263.500,00	Nenhuma	131.750,00	263.500,00	05/11/2015	15/10/2017	1
5	46/15	FAPEX	2.567.400,80	Nenhuma	1.309.374,41	2.567.400,80	05/11/2015	30/12/2016	1
5	47/15	FAPEX	363.321,61	Nenhuma	181.660,81	363.321,61	05/11/2015	07/03/2017	1
5	48/15	FAPEX	605.901,78	Nenhuma	300.000,00	500.000,00	05/11/2015	13/08/2018	1
5	49/15	FAPEX	467.500,00	Nenhuma	182.187,44	285.312,55	10/11/2015	15/02/2018	1
5	50/15	FAPEX	750.000,00	Nenhuma	444.754,66	444.754,66	10/11/2015	31/07/2020	1
5	51/15	FAPEX	699.260,04	Nenhuma	699.260,04	699.260,04	10/11/2015	25/12/2016	1
5	53/15	FAPEX	270.356,16	Nenhuma	270.356,16	270.356,16	13/11/2015	15/04/2017	1
5	54/15	FAPEX	856.400,00	Nenhuma	642.300,00	642.300,00	18/11/2015	22/12/2017	1
5	55/15	FAPEX	28.050,00	Nenhuma	0,00	28.050,00	24/11/2015	19/10/2016	1
5	56/15	FAPEX	468.970,00	Nenhuma	347.550,00	347.550,00	01/12/2015	23/04/2017	1
5	57/15	FAPEX	126.000,00	Nenhuma	0,00	126.000,00	11/12/2015	21/04/2017	1
5	59/15	FAPEX	1.096.000,00	Nenhuma	1.096.000,00	1.096.000,00	17/12/2015	20/03/2017	1
5	60/15	FAPEX	223.196,10	Nenhuma	223.196,10	223.196,10	30/12/2015	25/03/2019	1

5	6/16	FAPEX	3.042.247,41	Nenhuma	2.738.022,66	2.738.022,66	26/01/2016	24/11/2017	1
5	8/16	FAPEX	602.726,72	Nenhuma	602.726,72	602.726,72	18/01/2016	06/12/2017	1
5	10/16	FAPEX	279.010,80	Nenhuma	279.010,80	279.010,80	07/03/2016	20/01/2017	1
5	11/16	FAPEX	1.499.999,00	Nenhuma	500.000,00	500.000,00	07/03/2016	20/01/2019	1
5	13/16	FAPEX	331.500,00	Nenhuma	204.855,10	204.855,10	08/03/2016	20/12/2017	1
5	15/16	FAPEX	1.075.250,00	Nenhuma	293.583,08	293.583,08	22/03/2016	29/12/2018	1
5	16/16	FAPEX	15.937,50	Nenhuma	12.326,92	12.326,92	07/04/2016	31/12/2016	1
5	17/16	FAPEX	950.000,00	Nenhuma	329.771,92	329.771,92	11/04/2016	31/03/2018	1
5	18/16	FAPEX	890.000,00	Nenhuma	890.000,00	890.000,00	17/11/2016	01/09/2018	1
5	19/16	FAPEX	1.596.004,11	Nenhuma	130.669,41	130.669,41	03/05/2016	31/12/2018	1
5	21/16	FAPEX	320.317,84	Nenhuma	160.158,92	160.158,92	16/05/2016	01/11/2017	1
5	22/16	FAPEX	290.700,00	Nenhuma	120.745,00	120.745,00	19/05/2016	31/12/2017	1
5	23/16	FAPEX	260.100,00	Nenhuma	101.443,50	101.443,50	25/05/2016	31/12/2017	1
5	24/16	FAPEX	228.000,00	Nenhuma	114.000,00	114.000,00	30/05/2016	10/09/2017	1
5	26/16	FAPEX	114.291,00	Nenhuma	51.122,40	51.122,40	31/05/2016	30/04/2017	1
5	27/16	FAPEX	137.700,00	Nenhuma	23.850,00	23.850,00	31/05/2016	30/09/2017	1
5	28/16	FEP	34.425,00	Nenhuma	34.425,00	34.425,00	14/06/2016	30/10/2016	1
5	29/16	FAPEX	281.010,00	Nenhuma	86.763,49	86.763,49	16/06/2016	30/07/2017	1
5	30/16	FAPEX	564.555,69	Nenhuma	282.277,82	282.277,82	20/06/2016	30/06/2018	1
5	31/16	FAPEX	349.552,80	Nenhuma	349.552,80	349.552,80	27/06/2016	30/04/2017	1
5	32/16	FAPEX	290.062,50	Nenhuma	105.408,50	105.408,50	28/06/2016	31/08/2017	1
5	36/16	FAPEX	244.800,00	Nenhuma	9.049,10	9.049,10	07/07/2016	31/12/2018	1
5	37/16	FAPEX	2.523.709,50	Nenhuma	150.361,75	150.361,75	11/07/2016	31/12/2018	1
5	42/16	FAPEX	600.000,00	Nenhuma	600.000,00	600.000,00	10/08/2016	10/03/2017	1
5	45/16	FAPEX	2.097.675,24	Nenhuma	333.559,34	333.559,34	26/01/2016	24/11/2017	1
5	47/16	FAPEX	1.092.616,14	Nenhuma	183.065,96	183.065,96	18/01/2016	06/12/2017	1
5	48/16	FAPEX	384.419,52	Nenhuma	128.139,84	128.139,84	07/03/2016	20/01/2017	1

5	52/16	FAPEX	257.400,00	Nenhuma	95.494,74	95.494,74	07/03/2016	20/01/2019	1
5	54/16	FAPEX	544.000,00	Nenhuma	201.952,47	201.952,47	08/03/2016	20/12/2017	1
5	55/16	FAPEX	273.258,00	Nenhuma	31.159,59	31.159,59	22/03/2016	29/12/2018	1
5	56/16	FAPEX	566.600,32	Nenhuma	566.600,32	566.600,32	07/04/2016	31/12/2016	1
5	59/16	FEP	133.025,00	Nenhuma	34.876,00	34.876,00	11/04/2016	31/03/2018	1
5	61/16	FEP	379.355,00	Nenhuma	16.493,00	16.493,00	17/11/2016	01/09/2018	1
5	63/16	FAPEX	1.500.000,00	Nenhuma	750.000,00	750.000,00	03/05/2016	31/12/2018	1
5	65/16	FAPEX	935.924,10	Nenhuma	467.962,06	467.962,06	16/05/2016	01/11/2017	1
5	66/16	FAPEX	1.141.415,86	Nenhuma	0,00	1.141.415,86	19/05/2016	31/12/2017	1
5	67/16	FAPEX	673.585,76	Nenhuma	0,00	673.585,76	25/05/2016	31/12/2017	1
5	68/16	FAPEX	336.600,00	Nenhuma	30.574,50	0,00	30/05/2016	10/09/2017	1
5	71/16	FAPEX	200.000,00	Nenhuma	0,00	0,00	31/05/2016	30/04/2017	1
5	72/16	FAPEX	425.015,84	Nenhuma	0,00	0,00	31/05/2016	30/09/2017	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso
- 5 - Contrato com Fundação

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: PROPLAN/CCCONV/NAE e NAC

Observação: Estas informações referem-se aos contratos celebrados entre a UFBA e as Fundações de Apoio.